

Patrícia Rosalba Salvador Moura Costa

**ARACAJU DOS ANOS 90: CRIMES SEXUAIS,  
HOMOSSEXUALIDADE, HOMOFOBIA E JUSTIÇA**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) para a obtenção do Grau de Doutora em Ciências Humanas. Orientadora: Profa. Dra. Miriam Pillar Grossi  
Coorientadora: Profa. Dra. Cristina Scheibe Wolff

Florianópolis/SC  
2012

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Costa, Patricia Rosalba Salvador Moura  
Aracaju dos anos 90: [tese] : crimes sexuais,  
homossexualidade, homofobia e justiça / Patricia Rosalba  
Salvador Moura Costa ; orientadora, Miriam Pillar Grossi  
; co-orientadora, Cristina Scheibe Wolff. - Florianópolis,  
SC, 2012.

360 p. ; 21cm

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa  
de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas.

Inclui referências

1. Interdisciplinar em Ciências Humanas. 2. Homofobia  
familiar. 3. Lesbofobia. 4. Transfobia. 5. Crimes sexuais.  
I. Grossi, Miriam Pillar. II. Wolff, Cristina Scheibe.  
III. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de  
Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. IV.  
Título.



Universidade Federal de Santa Catarina  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas/Doutorado

## “ARACAJU DOS ANOS 90: CRIMES SEXUAIS, HOMOSSEXUALIDADE, HOMOFOBIA E JUSTIÇA”

Por

Patricia Rosalba Salvador Moura Costa

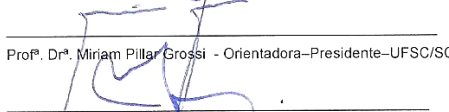
Orientadora: Profª Drª Miriam Pillar Grossi


Coorientadora: Profª. Drª. Cristina Scheibe Wolff


Esta tese foi submetida ao processo de avaliação pela Banca Examinadora para obtenção do título de *Doutora em Ciências Humanas* e aprovada em sua forma final no dia 13 de agosto de 2012, atendendo às normas da legislação vigente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas/Doutorado.

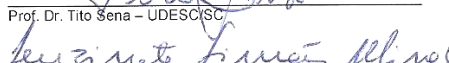
  
Prof. Dr. Selvino José Assmann – Coordenador do Programa

Banca Examinadora:

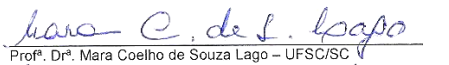
  
Profª. Drª. Miriam Pillar Grossi - Orientadora-Presidente-UFSC/SC


  
Prof. Dr. Jorge Carvalho do Nascimento – UFSE/SE

  
Prof. Dr. Luiz Mello de Almeida Neto – UFG/GO

  
Prof. Dr. Tito Sena – UDESC/SC

  
Profª. Drª. Luzinete Simões Minella – UFSC/SC

  
Profª. Drª. Mara Coelho de Souza Lago – UFSC/SC

  
Profª. Drª. Cristina Scheibe Wolff - Coorientadora UFSC/SC

Florianópolis, 13 de agosto de 2012.



*Dedico esta tese ao meu avô Pedro Salvador Vilela, minha avó Maria da Conceição Moura Vilela e ao meu sogro Antenor Machado de Aguiar, exemplos de humanidade.*



## AGRADECIMENTOS

O caminho trilhado para chegar até aqui foi longo, durante o percurso realizado muitas pessoas e instituições contribuíram para a minha formação pessoal e profissional, certamente a confecção desta tese só foi possível devido a todos/as que cruzaram o meu caminho.

Aos que me fizeram chorar em alguns momentos, quero dizer que vocês me fizeram mais forte.

Aos que acreditaram e torceram por mim, quero registrar que em cada letrelinha desta tese, tem um pedacinho de cada um de vocês, obrigada por me fazer acreditar que é possível endurecer e não perder a ternura!

Não tenho a menor dúvida de que a construção da minha carreira profissional começou quando recebi do CNPq, a minha primeira bolsa de iniciação científica. Estendo tais agradecimentos à CAPES que me concedeu bolsas de mestrado, doutorado e de estágio sanduíche consolidando a minha formação. Enfim, ao povo brasileiro, através do CNPq e CAPES, meu muito obrigada!

Especialmente, quero registrar meus agradecimentos à banca de avaliação da tese, aos professores/as Miriam Pillar Grossi, Cristina Scheibe Wolff, Jorge Carvalho do Nascimento, Luiz Mello, Tito Sena, Luzinete Simões, Mara Lago, Silvia Arend, Caterina Rea, agradeço por participarem de um momento importante na minha trajetória acadêmica e contribuírem com sugestões valiosas para o aprofundamento do meu trabalho. Também agradeço aos professores/as Theophilos Rifiotis, Luzinete Minella, Miriam Grossi e Cristina Wolff que contribuíram com excelentes sugestões em minha banca de qualificação.

Vários professores/as foram importantes no meu processo de formação e aprendizagem, mas quero destacar alguns que fizeram a diferença e marcaram minha prática profissional, lembro com afeição da querida alfabetizadora tia Esmeralda que me iniciou no contato com as letras e me ensinou a ler e escrever.

No decorrer do processo de formação, destaco com especial carinho os professores/as Miriam Pillar Grossi, Cristina Wolff, Joana Maria Pedro, Luzinete Simões Minella, Mara Coelho Lago, Jorge Carvalho do Nascimento, Eva Maria Siqueira Alves, José Rodorval Ramalho, Neilza Barreto, Jonatas Menezes, Ulisses Neves Rafael, Josadac Santos, Maria Helena Santana Cruz, Paulo Neves, Luiz Fernando Scheibe, Paulo Krischker.

Quero agradecer especialmente ao professor Jorge Carvalho, por incentivar minha permanência no campo da pesquisa, e, sobretudo, por acreditar que era possível pesquisar gênero e violência. O contato com as fontes documentais, os trâmites burocráticos, a percepção das relações de poder que perpassam a esfera acadêmica foram alguns dos aprendizados que obtive enquanto sua orientanda. Além disso, reconheço que o acesso as fontes jurídicas que fazem parte desta tese só me foi permitido através do seu capital político.

À professora Miriam Pillar Grossi, minha orientadora de doutorado, quero registrar a minha admiração e respeito. O seu trabalho de orientação foi fundamental para que eu chegasse até aqui. A minha inserção no NIGS me fez aprender a importância do trabalho coletivo. Obrigada por fazer parte da minha trajetória e permitir que eu aprendesse muito com os seus ensinamentos. Por ter vindo a minha casa em Aracaju e passado horas trabalhando num dia de sábado com muito sol. Obrigada por ter acreditado que era possível!

À minha coorientadora Cristina Wolff, obrigada pelo carinho e por estar sempre disponível quando tive dúvidas e receios. Sua calma, sensatez e atenção foram fundamentais em momentos difíceis e decisivos.

À professora Antônia Lima, que me recebeu em Lisboa e me inseriu nos trabalhos de pesquisa e estudo junto ao Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE). O contato acadêmico com o grupo de pesquisa da professora através do PDEE/sanduíche foi muito importante para a pesquisa e para consolidação de redes. Além disso, através do estágio docência pude fazer pesquisas sobre a legislação penal portuguesa que compõe parte do capítulo teórico nesta tese.

Quero também registrar meus agradecimentos à querida professora Luzinete Simões. Os nossos bate-papos, as comidinhas, os conselhos, a presença constante sempre que precisei ir a Florianópolis, as orientações na minha banca de qualificação, e as leituras que fiz do meu texto durante a fase da escrita, o seu olhar amigo, as palavras doces, o encanto pela Bahia. Todos os nossos momentos foram ricos, e tenho absoluta certeza de que além da relação acadêmica, consolidamos uma amizade. Obrigada, Luzinete!

À professora Mara Lago, que me acolheu em seu grupo de estudos e pesquisa. Sua atenção acadêmica, o seu carinho foram muito importantes para revisões necessárias em meu texto.

Aos professores/as Marcelo Oliveira, Miriam Pillar Grossi e Felipe Fernandes, pela oportunidade que tive em aprender muito com as



experiências de oficinas sobre violências na Universidade Federal de Viçosa.

Aos queridos/as Ângelo, Jerônimo e Helena que sempre animados e educados estiveram presentes.

Aos colegas de doutorado com quem mantive laços produtivos Zé Pedro, Leani Budde, Viviane Teixeira, Cláudia Nichnig e Sandra Abella. A presença de vocês, os debates e estudos, os cafés, as risadas e preocupações compartilhadas tornaram estes anos mais belos.

Aos colegas do NIGS, especialmente, Claudio Leite, Raruilquer Oliveira, Simone Ávila, Isadora Vier, Felipe Fernandes, Anelise Fróes, Cláudia Nichinig, Fernanda Cardozo, Vinicius Kauê Ferreira, Giovanna Triñanes, Rayani Mariano, Paula Pinhal, Rosa Blanca, Camila Bianca Reis, Fátima Weiss, Letícia Cardoso e Regina Bragagnolo. Juntos crescemos no processo de aprendizagem coletiva. Foi fundamental o contato e a presença de cada um de vocês. Quero registrar especialmente meus agradecimentos aos colegas que contribuíram muito para o amadurecimento do projeto de pesquisa nos dois encontros destinados ao seminário de tese.

Aos alunos/as de Antropologia III/2010/UFSC, que me proporcionaram um diálogo importante com teorias antropológicas na realização do meu estágio docência, momento ímpar de aprendizagem pedagógica na minha formação acadêmica.

O diálogo acadêmico que mantive nos congressos em que apresentei trabalhos referentes à minha tese, dentre eles, destaco o Fazendo Gênero 9 em que pude discutir com a professora Maria Luisa Femenías e o Luso Afro-Brasileiro onde os destaques feitos por Miguel Vale de Almeida e Regina Facchini foram essenciais para o amadurecimento da tese.

Às queridas Giovanna Triñanes e Rayane Mariano, obrigada pela parceria nas pesquisas sobre violências contra a mulher.

Aos/as amigas Silvana Bitencourt, Rosimere Moreira e Mário Viana, pelo carinho e presença durante a estada em Florianópolis.

Ao querido Claudio Leite, obrigada pelo carinho e por compartilhar muitas das minhas alegrias e angústias. Você foi muito importante nessa caminhada.

Raruilquer (Rary/meu baiano), sua amizade foi muito importante. Obrigada pelo carinho e atenção de sempre.

À Esmael Oliveira, agradeço pelas risadas, camarões e os vinhos. Foi muito bom conversar com você pelo MSN quando estive longe da ilha.

Ao meu querido amigo Marcos Rolemberg, que me aproximou pela primeira vez da linguagem policial.

Aos presidentes/as do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, Dra. Marilza Maynard e Dr. Artêmio Barreto, obrigada pela permissão para que eu pudesse adentrar os arquivos do Poder Judiciário;

A todos/as juízes/as que permitiram as pesquisas nas secretarias das varas criminais.

Ao arquivo do Poder Judiciário, em especial a Rosângela Silva profissional dedicada e competente que muito me ajudou no processo de pesquisa.

Ao arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, especialmente a “Seu” Gustavo e Samuel Albuquerque.

Aos meus interlocutores que cederam o seu tempo para entrevistas, me ajudando muito na compreensão do meu estudo.

As diversas pessoas que me ajudaram durante a pesquisa de campo, Josailton, editor chefe do Cinform, às meninas do arquivo do Judiciário, ao delegado Mário Leoni.

A Juracy Júnior, que com sua paz e intervenção espiritual me ajudou bastante.

À professora Tania Regina, colega e chefe de departamento que me recebeu no IFS e que foi muito importante em momentos decisivos. Obrigada pelos conselhos e pela sensibilidade acadêmica. Sua ajuda foi fundamental nesse processo de escrita!

A Edson Leal, pela parceria e solidariedade acadêmica.

Aos amigo/as Amanda Marques, Ton Ferreira, Maria Manuel Quintela. As ações de vocês foram primordiais em momentos decisivos deste trabalho. Quero registrar especialmente os meus agradecimentos a Amanda pela companhia sempre constante. Obrigada!

A Sérgio Maurício e Manuel Moura, vocês sabem o porquê...

À Juliana Mendonça, pelas palavras (des) estruturantes nos momentos necessários.

À Ana Márcia Barbosa e Joilson Oliveira, pela amizade e correções gramaticais, sempre!

À Arlene, pelas mensagens.

À minha família, irmãs, tios/as, primos/as, sobrinha pelas alegrias sempre proporcionadas.

Aos meus pais, Rosa e Alberico, pelo cuidado. Especialmente, à minha mãe pela doação.

Aos meus avós Pedro e Conceição, meu coração dói por ter perdido vocês durante o período de doutorado, e por não ter me despedido devido à distância.

À Annamel Moura Amâncio, sobrinha querida, pela presença e por me fazer rir com suas tiradas engraçadas e inteligentes.

Ao meu marido pela paciência, por ter estado comigo sempre. Aprendi a te amar e continuo te amando.

## RESUMO

Esta tese está inserida no campo de estudos interdisciplinar e tem como principal objetivo analisar como se articulam os discursos que conectam crimes sexuais, homossexualidade, homofobia familiar e justiça na cidade de Aracaju na década de 1990. Para a construção do texto foram realizadas pesquisas em três fontes distintas: jornais, processos penais e entrevistas. A análise do material está pautada teoricamente nos estudos sobre sexualidades considerando a importância de compreender os discursos como construídos historicamente tendo como referência as construções culturais de gênero, sexo e sexualidades. O estudo evidenciou questões importantes sobre o então contexto local citadino apontando para aspectos como: a presença do movimento homossexual que exerceu forte influência na formulação de políticas públicas em Sergipe, além de agentes ligados a saúde e segurança pública que foram importantes na consolidação de direitos às pessoas LGBTTT's, por outro lado, evidenciou aspectos relacionados à homofobia familiar que atinge jovens homossexuais ao analisar dois processos penais que tratam de relações afetivo-sexuais homoeróticas envolvendo jovens menores de 14 anos, cujas famílias não aceitavam seus relacionamentos e por isso acionaram o Sistema de Justiça Criminal buscando criminalizar a relação. A tese aponta para o fato de que nos anos 90, Aracaju estava passando por um processo de modernização intenso, mas que dialogava diretamente com os valores de uma sociedade tradicional.

**Palavras-chave:** Homofobia Familiar. Lesbofobia. Transfobia. Sexualidades. Justiça. Homossexualidade.



## ABSTRACT

This thesis is embedded in the interdisciplinary field of study and its main objective is to analyze how they articulate the discourses that express sex crimes, homosexuality, family homophobia and justice in the city of Aracaju in the 1990s. For the construction of the text three different sources were searched: newspapers conveyed the timeframe indicated, criminal proceedings and interviews. The analysis in this material is theoretically based on studies of sexuality considering the importance of understanding discourses as historically constructed with reference to cultural constructions of gender, sex and sexualities. The study revealed important issues about the local context pointing to aspects such as: the presence of the homosexual movement that strongly influenced the formulation of public policies in Sergipe, and agents related to public health and safety that were important in the consolidation of rights to LGBTTTT people, on the other hand, it showed aspects related to family homophobia that affects young homosexuals when analyzing two criminal process dealing with sexual-affective homoerotic relations involving young teenagers under 14, whose families did not accept their relationships and therefore triggered the Criminal Justice System seeking to criminalize the relationship. The study points to the fact that during the 90's, Aracaju was going through an intense modernizing process, although keeping traditional social values

**Keywords:** Family Homophobia. Lesbophobia. Transphobia. Sexuality. Justice. Homosexuality.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Localização de Aracaju no Brasil e no Estado de Sergipe.....	120
Figura 2 -	Praça Fausto Cardoso, em Aracaju-SE.....	121
Figura 3 -	Praça Fausto Cardoso, com detalhe ao fundo do prédio do Ministério Público Estadual, em Aracaju-SE.....	122
Figura 4 -	Praça Fausto Cardoso, com detalhe ao fundo do Museu Olímpio Campos, em Aracaju-SE.....	122
Figura 5 -	Praça Fausto Cardoso, com destaque para o coreto, em Aracaju-SE.....	123
Figura 6 -	Crescimento exponencial da população de Aracaju-SE, entre 1870 e 2010.....	124
Figura 7 -	Entrada principal do Shopping Center RioMar, em Aracaju-SE.....	125
Figura 8 -	Entrada principal do Shopping Center Jardins, em Aracaju-SE.....	126
Figura 9 -	Avenida Beira Mar (na verdade ao longo do rio Sergipe), com detalhes de resquícios de manguezal, em Aracaju-SE.....	127
Figura 10 -	Cartaz comemorativo de aniversário dos dez anos Dialogay.....	141
Figura 11 -	Fotografia de capa de matéria do Jornal da Cidade, sobre o direito de casar dos Homossexuais, em 1996.....	147
Figura 12 -	Fotografia de matéria do Jornal da Cidade, exibindo casal de homossexuais após a união estável, em Aracaju-SE.....	153
Figura 13 -	Departamento de Atendimento a Grupos Vulneráveis da Polícia Civil em Aracaju-SE.....	156
Figura 14 -	Centro de Homofobia, em Aracaju-SE.....	157
Figura 15 -	Campanha sobre prevenção da AIDS.....	191
Figura 16 -	Matéria sobre AIDS na capa da Enciclopédia A História do Século.....	193
Figura 17 -	Matéria sobre AIDS na Enciclopédia A História do Século.....	193
Figura 18 -	Imagem do Camisildo, em Aracaju-SE.....	196





## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABA -	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA
ABGLT -	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE GAYS, LÉSBICAS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS
AIDS -	SÍNDROME DA IMUNODEFICIÊNCIA ADQUIRIDA
APA -	ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA
ARENA -	ALIANÇA RENOVADORA NACIONAL
ASBT -	ASSOCIAÇÃO SERGIPANA DE BLOCOS E TRIOS
ASP -	ASSOCIAÇÃO SERGIPANA DE PROSTITUTAS
ASTRA -	ASSOCIAÇÃO SERGIPANA DE TRANSGÊNEROS
ASTRAES -	ASSOCIAÇÃO SERGIPANA DE TRANSGÊNEROS ESTANCIANA
ASTRAL -	ASSOCIAÇÃO DE TRANSGÊNEROS DE LAGARTO
CAGV -	DEPARTAMENTO DE ATENDIMENTO A GRUPOS VULNERÁVEIS
CAPES -	COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR
CID -	CÓDIGO INTERNACIONAL DE DOENÇAS
CNPq -	CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO
CPB -	CÓDIGO PENAL BRASILEIRO
CPPB -	CÓDIGO DE PROCESSO PENAL BRASILEIRO
CRCH -	CENTRO DE REFERÊNCIA DE PREVENÇÃO E COMBATE À HOMOFOBIA DE SERGIPE
DEAGV-	DELEGACIA ESPECIAL DE ATENDIMENTO A GRUPOS VULNERÁVEIS
DEAM -	DELEGACIA ESPECIAL DE ATENDIMENTO À MULHER
DPCA -	DELEGACIA ESPECIAL DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
DST'S -	DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS
ECA -	ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
EMSETUR -	EMPRESA SERGIPANA DE TURISMO
ENTLAIDS -	ENCONTRO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS QUE ATUAM NA LUTA CONTRA AIDS
FPA -	FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

GAPA - GRUPO DE APOIO À PREVENÇÃO À AIDS  
GGB - GRUPO GAY DA BAHIA  
GLS - GAYS, LÉSBICAS E SIMPANTIZANTES  
IBOPE - INSTITUTO BRASILEIRO DE OPINIÃO PÚBLICA E ESTATÍSTICA  
IFS - INTITUTO FEDERAL DE SERGIPE  
IHGS - INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE  
IP - INQUÉRITO POLICIAL  
ISCTE - INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA  
LBL - LIGA BRASILEIRA DE LÉSBICAS  
LGBT - LÉSBICAS, GAYS, BISEXUAIS E TRANSGÊNEROS  
LGBTTT- LÉSBICAS, GAYS, BISEXUAIS, TRAVESTIS, TRANSEXUAIS, TRANSGÊNERO  
MOLS - MOVIMENTO DE LÉSBICAS DE SERGIPE  
MP - MINISTÉRIO PÚBLICO  
NIGS - NÚCLEO DE IDENTIDADES DE GÊNERO E SUBJETIVIDADES  
OAB - ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL  
OMS - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE  
ONG - ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL  
PCdoB - PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL  
PDS - PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL  
PDT - PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA  
PMDB - PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO  
PSDB - PARTIDO DA SOCIAL-DEMOCRACIA BRASILEIRA  
PT - PARTIDO DOS TRABALHADORES  
RLS - FUNDAÇÃO ROSA LUXEMBURGO  
SEGRASE - SERVIÇOS GRÁFICO DE SERGIPE  
SENALE - SEMINÁRIO NACIONAL DE LÉSBICAS  
TJ - TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
UFS - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
UFSC - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTANA CATARINA

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	27
<b>CAPÍTULO 1</b>	
<b>OS ARQUIVOS, O PERCURSO, O MÉTODO: CONSTRUINDO O OBJETO DE ESTUDO</b> .....	37
1.1 Percorrendo o Caminho dos Arquivos.....	37
1.2 Programa de Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas: Definindo o objeto de estudo através de processos criminais sobre crimes sexuais.....	42
1.2.1 A Tese no Campo dos Estudos Interdisciplinares.....	45
1.3 Processos Penais como Fontes de Pesquisa.....	48
1.4 Jornais e Entrevistas como Fontes de Pesquisa.....	58
<b>CAPÍTULO 2</b>	
<b>DA CONSTRUÇÃO DAS CATEGORIAS TEÓRICAS: CRIMES SEXUAIS, HOMOFOBIA, MODERNIZAÇÃO EM ARACAJU DOS ANOS 1990.</b>	71
2.1 Crimes Sexuais <i>versus</i> Homofobia: Como pensar a questão na justiça?.....	71
2.1.1 Os Crimes Sexuais no Cenário Histórico Nacional.....	72
2.2 Homofobia: um tema em evidência, uma categoria teórica recente.....	82
2.3 Das Sexualidades: movimento homossexual na luta contra homofobia.....	84
2.4 AIDS: intensificando o debate sobre movimento	

homossexual e homofobia.....	95
2.5 Homofobia: surgimento da categoria teórico-analítica.....	99
2.6 Homofobia-Lesbofobia: é possível separar?.....	110

### **CAPÍTULO 3**

#### **“ESSA NOSSA ARACAJU ESTÁ PRA LÁ DE BAGDÁ, UAU!...”.**

119

3.1 O Cenário Político Nacional e Local.....	128
3.1.1 A Homossexualidade nas Telenovelas Brasileiras.....	132
3.2 Movimento Homossexual: Lutas, embates e conquistas na Aracaju dos anos 1990.....	137
3.3 “É a Cifra Oculta, a Criminalidade dentro do Armário...”: violências contra homossexuais no cenário aracajuano.....	161
3.4 “Essa AIDS Vai Ser um Problema...” .....	181
3.5 “Como eu Fiquei Sabendo? Pelo celular...” – notinhas da Coluna Social .....	198

### **CAPÍTULO 4**

#### **“LEMBREMOS QUE ESTAMOS VIVENDO O ANO 2000 CUJA EVOLUÇÃO ULTRAPASSA ATÉ MOMENTOS HISTÓRICOS...”**

209

4.1 Homofobia Familiar: o discurso em processo.....	210
4.2 Modelos de Homossexualidade Feminina que Emergem no Processo.....	215
4.3 O Discurso em Processo: O Ministério Público, a Defensoria Pública e o Poder Judiciário.....	221
4.4 O Caso Continua: (...) Continuou a namorar com a ré	

encontrando-se no bairro em que mora.....	226
4.5 O Debate entre Pares e a Decisão da Justiça.....	230

## **CAPÍTULO 5**

<b>“QUE ESTE RELACIONAMENTO DEU-SE DE MANEIRA ESPONTÂNEA, INCLUSIVE POR PARTE DA VÍTIMA, QUE DECLARA NÃO TER SIDO INDUZIDO PELO INDICIADO ...”.....</b>	<b>241</b>
---	------------

5.1 Uma Descrição do Processo Penal.....	241
--	-----

<b>6 CONCLUSÕES.....</b>	<b>265</b>
--------------------------	------------

<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>273</b>
-------------------------	------------

<b>APÊNDICE A – FONTES PESQUISADAS EM PERIÓDICOS DE ARACAJU.....</b>	<b>303</b>
--	------------

<b>ANEXO – GAY VIVO NÃO DORME COM O INIMIGO..</b>	<b>359</b>
---	------------



## **A ESTRADA**

Você não sabe  
O quanto eu caminhei  
Pra chegar até aqui  
Percorri milhas e milhas  
Antes de dormir  
Eu nem cochilei  
Os mais belos montes  
Escalei  
Nas noites escuras  
De frio chorei,

A vida ensina  
E o tempo traz o tom  
Pra nascer uma canção  
Com a fé do dia a dia  
Encontro a solução  
Encontro a solução...

Quando bate a saudade  
Eu vou pro mar  
Fecho os meus olhos  
E sinto você chegar  
Você, chegar...

Quero acordar de manhã  
Do teu lado  
E aturar qualquer babado  
Vou ficar apaixonado  
No teu seio aconchegado  
Ver você dormindo  
E sorrindo  
É tudo que eu quero pra mim  
Tudo que eu quero pra mim...

Meu caminho só meu pai  
Pode mudar  
Meu caminho só meu pai  
Meu caminho só meu pai...  
(CIDADE NEGRA, 1999)<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> As músicas presentes nesta tese retratam a trajetória de construção da mesma e a subjetividade da autora. Letra de GARRIDO, Toni; DA GAMA, LAZÃO, BINO. Cidade Negra. **A Estrada**, 1999.







## INTRODUÇÃO

O objetivo principal desta tese foi investigar como se articulam os discursos institucionais que conectam crimes sexuais, homossexualidade, homofobia familiar e justiça na cidade de Aracaju na década de 1990. Debruzei-me nesta pesquisa em particular entre os anos de 1995 a 2001, período em que foram registrados e sentenciados junto ao Sistema de Justiça Criminal de Sergipe dois processos penais que se configuraram como o ponto de partida para a construção desta tese e que são objeto de análise deste trabalho.

Esses dois processos tratam de relações afetivo-sexuais homoeróticas envolvendo jovens menores de 14 anos, cujas famílias não aceitavam seus relacionamentos e por isso acionaram o Sistema de Justiça Criminal, através do registro de queixa na delegacia de polícia. A partir de então, e considerando a menoridade das “vítimas”<sup>2</sup>, nos dois casos, o Estado acatou o registro e procedeu a investigação dos mesmos tipificando-os como crimes sexuais, sob a rubrica do artigo 214 “atentado violento ao pudor” definido pelo Código Penal de 1940. Os casos foram registrados dessa forma porque a legislação prevê que um/a menor de quatorze anos de idade não tem maturidade para consentir em realizar qualquer tipo de atividade sexual, mesmo estando claro desde o início nos registros processuais em questão que existia consensualidade nos relacionamentos, e que ambos não se constituíram sob nenhum tipo de violências entre os casais.

Com base em Daniel Borrillo (2001), Sarah Schulman (2010) e Felipe Fernandes (2011) usarei em todo o texto o termo homofobia para designar as diversas formas de violências que atingem pessoas que se reconhecem como homossexuais ou transexuais. É uma forma de unificar em um só conceito as diferentes violências sofridas pelos indivíduos nomeados nos processos estudados nesta tese<sup>3</sup>. Neste mesmo

---

<sup>2</sup> Usarei em todo o texto a palavra “vítimas e agressores” entre aspas com objetivo de não cair na polarização usual em que comumente são tratadas pessoas envolvidas em crimes, conforme Theophilos Rifiotis (2008). Da mesma forma, gostaria de salientar que, a princípio, as escolhas dessas categorias, segue o modelo de nomenclatura utilizada pelo Sistema de Justiça Criminal.

<sup>3</sup> Sei que a homofobia é um fenômeno complexo e que há uma forte demanda política hoje no Brasil de que se definam as especificidades das violências contra gays por “Gayfobia”; “Lesbofobia”, em casos que dizem respeito às

sentido, opto por utilizar a designação de movimento homossexual para falar das lutas e manifestações registradas em Aracaju nos anos 90, porque era esse o termo utilizado pelo movimento local, mesmo sabendo que atualmente o mesmo se denomina de LGBT conforme Regina Facchini, (2005) e Anelise Frões da Silva, (2010a).

Partindo da especificidade dos dois processos que penalizavam jovens homossexuais e buscando compreender o contexto político-social da época, no que tange à homossexualidade e às possíveis relações existentes entre tais casos e a temática da homofobia familiar, fiz uma ampla pesquisa em jornais publicados no período em Aracaju, paralelamente, realizei entrevistas com alguns dos principais atores políticos da época<sup>4</sup>. Embora o estudo dos processos tenha sido o marco inicial para o desenvolvimento deste trabalho, deixo claro que para a construção desta tese dialoguei com três fontes de pesquisa distintas, as quais juntas contribuíram para a análise do problema proposto, auxiliando na interpretação das configurações sociais que marcaram a cidade durante os anos 90. Uma das perguntas que rege este trabalho é: qual o contexto social e político em que estes dois processos se inscrevem?

Para responder a essa questão, trabalhei com dois periódicos de grande circulação na capital: o Jornal da Cidade e o Cinform. O estudo destes jornais teve como principal objetivo perceber como questões relacionadas à homossexualidade foram colocadas em circulação pela mídia durante o período em estudo. Esta pesquisa possibilitou captar

---

mulheres que vivem relacionamentos homoeróticos, vítimas do menosprezo devido à sua orientação sexual; “Bifobia”, quando se trata de violências perpetradas contra pessoas que se denominam bissexuais e “travestifobia” ou “transfobia” para designar hostilidades contra travestis ou transexuais.

<sup>4</sup>Neste trabalho, opto por usar os termos homossexualidade e relações homoeróticas. O primeiro faz referência ao discurso presente nas fontes estudadas, nesse sentido, procurei permanecer fiel ao discurso nativo. O uso do segundo segue as orientações teóricas de Jurandir Costa (1992) quando se refere às relações afetivo-sexuais entre pessoas do mesmo sexo. A utilização do termo homoerótico se constitui como forma de escapar das teias sociais moralmente constituídas, que ainda estigmatizam as pessoas com inclinações homoeróticas como perversas, geneticamente destituídas de normalidade e indecentes. Fato que ratifica e contribui com a permanência de estereótipos e formas de preconceito sexual que terminam por impor ênfase nos papéis sexuais.

como a mídia impressa local explorou assuntos ligados ao movimento homossexual, AIDS e crimes contra homossexuais, hoje denominados de homofóbicos ou de ódio. Com esses dados, pude mapear como a homossexualidade era percebida na cidade e estabeleci relações entre as notícias e os processos penais que foram registrados.

Constatee através da pesquisa que nesse período, Aracaju apresentava características de uma capital que adentrava na esfera da modernidade, dessa maneira, os jornais expressavam a tensão existente entre o tradicional e o moderno. Conforme apontou Sérvulo Figueira (1987; 1992), essas tensões constituem as mudanças modernizadoras ocorridas no Brasil dos últimos anos. A pretensão de ser moderno no Brasil está presente em vários aspectos, no entanto, o caráter de modernização da sociedade brasileira aconteceu de maneira rápida articulando-se a velhas formas que não foram abandonadas.

Além do estudo dos documentos, realizei entrevistas com importantes atores sociais da época, que ajudaram a clarear os pontos ausentes nos documentos. As três fontes de pesquisa proporcionaram um olhar amplo sobre os acontecimentos que marcaram esses anos. Portanto, a pesquisa em jornais, o estudo dos processos criminais e as entrevistas marcam a estrutura do trabalho que apresento. O cruzamento de tais fontes está ancorado na perspectiva interdisciplinar, no qual esta tese se inscreve.

A interdisciplinaridade considera a construção do conhecimento a partir da abordagem e do diálogo entre dois ou mais campos disciplinares diferentes, conforme Luzinete Minella (2010). Nessa perspectiva, no desenvolvimento desta tese, dialogarei com pesquisas realizadas nos campos da História, Sociologia e Antropologia, em particular, no campo de estudos sobre gênero e sexualidades. O pluralismo das fontes se constitui como algo essencial para o entendimento do que ocorreu no passado, pois possibilita perceber dissonâncias ou semelhanças existentes entre as mesmas, revelando problemas mais amplos que colocam em pauta ideias e discursos variados presentes em Aracaju na década de 1990.

Seguindo o posicionamento de autores/as no campo de estudo das sexualidades, apoio-me teoricamente em Michel Foucault (1988; 1995), quando defende a importância de se compreender os discursos como construídos historicamente considerando, sobretudo, as relações de poder. Também seguindo a posição tomada por outros/as autores/as como Peter Fry (1982), Peter Fry e Edward MacRae (1983) e Miriam Grossi (2010), procuro perceber tais discursos como reguladores dos sistemas de conhecimento. Nesse sentido, para compreender as formas

como são apresentados os discursos sobre crimes sexuais, homossexualidade, homofobia e justiça, é essencial notar que eles são produzidos num contexto político amplo, no caso, a cidade de Aracaju dos anos 90, em um período caracterizado por transformações e modernização.

Um dos processos que analiso trata do envolvimento afetivo-sexual entre uma garota menor de 14 anos de idade e uma jovem de 20 anos identificada como “sapatão” e “lésbica” nos documentos penais. O caso foi denunciado pela mãe da menor, que não aceitava a relação entre as duas, tornando-se ilustrativo da forma como a homossexualidade feminina é tratada em um processo criminal, entre o final do século XX e início do século XXI. O segundo caso registra o envolvimento entre um garoto de 13 anos e 11 meses com um homem de aproximadamente 30 anos de idade, identificado nos autos como “pai de santo” e “travesti”. O caso foi denunciado pelo pai da “vítima” e o Estado procedeu à investigação do fato, instaurando a abertura do inquérito criminal, e posteriormente, um processo judicial.

Esses documentos evidenciam que algumas vezes, o Sistema de Justiça Criminal foi usado pelas famílias pertencentes às classes populares para proibir relações homoeróticas, constituindo assim, o que Schulman (2010) denomina de homofobia familiar.

A pesquisa de campo no arquivo do Poder Judiciário de Sergipe forneceu dados importantes para esta tese. De um total de 55 processos de atentado violento ao pudor registrados na década de 1990, localizei dois com as dimensões e características apresentadas, ou seja, registrados sob tal tipificação, mas que trazem uma discussão específica sobre relacionamento homoerótico, homossexualidade e justiça. Talvez casos como esses se repitam em outras regiões, no entanto, a dificuldade em acessá-los ou conhecê-los está associada ao tipo penal registrado junto ao sistema.

Tais processos destacam-se entre os demais na medida em que os discursos neles contidos giram em torno da aceitação/reprovação do relacionamento homoerótico que os pares “vítima e agressores/a” assumem manter entre si, de questões relativas às homossexualidades, às orientações sexuais e identidades de gênero, práticas homofóbicas e

justiça<sup>5</sup>. Esses documentos são analisados nos dois últimos capítulos desta tese.

A leitura dos processos penais revela um aspecto particular das diversas formas de preconceito, humilhação, silenciamento e sofrimento vividas por homossexuais, em especial os/as jovens que por essa razão, são criminalizados por suas famílias. Não por acaso, tratamentos discriminatórios, ofensas, ameaças, agressões físicas e verbais, comentários maldosos e zombarias fazem parte da vida de crianças e adolescentes, estendendo-se também à fase adulta, conforme destacam Marco Prado e Rogério Junqueira (2011), Luiz Mott (2000) e Schulman (2010).

Diante do exposto, algumas perguntas regem a escrita dos capítulos desta tese, dentre elas: quais as configurações sociais que marcam a cidade de Aracaju dos anos 90? Em que contexto social e político os processos penais foram registrados? De que forma os jornais publicados durante a década de 1990 veicularam notícias sobre homossexualidade? Quais os argumentos presentes nos discursos das famílias denunciantes sobre as relações afetivo-sexuais homoeróticas de seus filhos/as e os motivos que as levaram a efetivar a denúncia junto ao Sistema de Justiça Criminal? Como se apresentam nos processos questões relativas aos crimes sexuais e homossexualidade? Como é apresentada nos discursos das “vítimas” e “agressores/as” a constituição da relação homoerótica existentes entre eles(as)? Haveria relações entre os discursos presentes nos jornais, nos processos, e nas entrevistas acerca de questões socioculturais sobre homossexualidade homofobia e justiça? O que pensam sobre o tema pessoas que tiveram papel importante no Estado de Sergipe para a formulação de políticas públicas e na luta por garantias de direitos durante a década de 1990 até os dias atuais?

---

<sup>5</sup> A minha pesquisa sobre crimes de atentado violento ao pudor no arquivo do Poder Judiciário de Sergipe abarcou as décadas de 1970, 1980 e 1990. Neste marco temporal, localizei um total de 98 processos registrados sob a tipificação de atentado violento ao pudor, sendo 55 processos referentes à década de 1990. Só nos anos 1990 foram encontrados registros de processos com as características mencionadas, contendo discursos sobre relações afetivo-sexuais homoeróticas consentidas. Os processos estudados aqui estão enquadrados como segredo de justiça junto ao Poder Judiciário e por causa disso, não serão identificados neste texto com numeração.

Buscando responder a essas perguntas, a tese divide-se em cinco capítulos, além das conclusões, todos foram construídos considerando alguns objetivos específicos. O primeiro capítulo, **Os arquivos, o percurso, o método: construindo o objeto de estudo** tem como objetivo mostrar quais foram os caminhos metodológicos que segui para a construção da tese. É o momento em que faço um debate teórico-metodológico sobre o uso e articulação entre as três fontes (jornais, entrevistas e processos) e detalho como o objeto desta tese foi se construindo ao longo da minha formação.

O segundo capítulo **Da construção das categorias teóricas: crimes sexuais, homofobia em Aracaju dos anos 90** tem como objetivo problematizar as principais categorias teóricas que marcam esta tese. Dentre as categorias, faço uma análise dos crimes sexuais no cenário histórico brasileiro<sup>6</sup>. Seguindo este debate teórico, problematizo a categoria homofobia e uso como referências teóricas autores como Borrillo (2001), Schulman (2010), Mott (2000) e Fernandes (2011). O debate sobre homofobia requer que façamos um percurso na história da sexualidade, e, sobretudo, como o movimento homossexual vai se constituindo no Brasil, para isso, uso Foucault (1988), Fry (1982), Fry e Edward MacRae (1983), James Green (2000; 2003; 2006) Facchini (2005). Embora esse capítulo esteja definido como teórico, procurei fugir da estrutura clássica em que a teoria é apresentada no primeiro capítulo e os dados de pesquisa são mencionados do meio para o fim da tese. Assim, em toda a escrita, principalmente nos capítulos de análise dos dados dialogo também com as teorias.

No terceiro capítulo **“Essa nossa Aracaju está pra lá de Bagdá, Uau!...”** Tenho como objetivo apresentar qual o contexto social e político que marca a cidade de Aracaju dos anos 90. Para tanto, reflito sobre como as questões relacionadas à homossexualidade, ao movimento homossexual, aos assassinatos que acometeram muitos homossexuais e a AIDS aparecem na capital sergipana, especialmente no período em que foram registrados os processos penais estudados. Nesse capítulo, intercalo dados recolhidos da pesquisa que realizei nos jornais, com as entrevistas. A seção está subdividida em quatro tópicos:

---

<sup>6</sup>O momento do meu sanduíche no Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE), sob a orientação da professora Maria Antônia Lima foi fundamental para o levantamento dos dados que permeiam este debate



1) Movimento homossexual: lutas, embates e conquistas na Aracaju dos anos 90; 2) “É a cifra oculta, a criminalidade dentro do armário”: violências contra homossexuais no cenário aracajuano”; 3) “Essa AIDS vai ser um problema...”; 4) “Como eu fiquei sabendo? Pelo celular...” – notinhas da Coluna Social.

O quarto capítulo **“Lembremos que estamos vivendo nos anos 2000, cuja evolução ultrapassa até momentos históricos...”** trata especialmente do processo criminal que envolve duas mulheres acusadas de práticas homoeróticas. É um documento rico que versa sobre homossexualidade feminina e homofobia familiar. Tenho como principal objetivo apresentar os discursos presentes no processo sobre homossexualidade, crimes sexuais, homofobia familiar e justiça, também procuro evidenciar as circunstâncias em que foram registrados os fatos junto ao Sistema de Justiça Criminal.

Seguindo o delineamento do texto, o quinto capítulo **“Que este relacionamento deu-se de maneira espontânea, inclusive por parte da vítima, que declara não ter sido induzido pelo indiciado...”** aborda o processo criminal sobre um garoto e uma “travesti” que se relacionaram e foram denunciados devido ao seu envolvimento afetivo. Nesse capítulo tenho como objetivo compreender qual o foco dos discursos que constituem os documentos, de que forma as questões que envolvem a homossexualidade são colocadas nas letras do papel, e como de algum modo, esse debate conecta-se com os acontecimentos que marcaram a cidade no período considerado.

A última parte do trabalho é destinada às conclusões, nesse segmento busco compor uma imagem das configurações sociais presentes na cidade através dos discursos encontrados nos processos criminais, nos jornais e nas entrevistas. Essa seção está centrada especialmente nas principais questões apontadas em cada capítulo e revela como se deu a transformação do contexto local, bem como sua conexão com os discursos sobre homossexualidade, homofobia familiar, crimes sexuais e justiça.



## Canção Agalopada

Foi um tempo que o tempo não esquece  
 Que os trovões eram roncões de se ouvir  
 Todo o céu começou a se abrir  
 Numa fenda de fogo que aparece  
 O poeta inicia sua prece  
 Pontecendo em cordas e lamentos  
 Escrevendo seus novos mandamentos  
 Na fronteira de um mundo alucinado  
 Cavalgando em martelo agalopado  
 E viajando com loucos pensamentos

Sete botas pisaram no telhado  
 Sete léguas comeram-se assim  
 Sete quedas de lava e de marfim  
 Sete copos de sangue derramado  
 Sete facas de fio amolado  
 Sete olhos atentos encerrei  
 Sete vezes eu me ajoelhei  
 Na presença de um ser iluminado  
 Como um cego fiquei tão ofuscado  
 Ante o brilho dos olhos que olhei

Pode ser que ninguém me compreenda  
 Quando digo que sou visionário  
 Pode a bíblia ser um dicionário  
 Pode tudo ser uma refazenda  
 Mas a mente talvez não me atenda  
 Se eu quiser novamente retornar  
 Para o mundo de leis me obrigar  
 A lutar pelo erro do engano  
 Eu prefiro um galope soberano  
 À loucura do mundo me entregar

(ZÉ RAMALHO, 1997)<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> RAMALHO, Zé, NICOLAU, Filipe. **Canção Agalopada**, 1997.



# CAPÍTULO 1

## OS ARQUIVOS, O PERCURSO, O MÉTODO: CONSTRUINDO O OBJETO DE ESTUDO

### 1.1 Percorrendo o caminho dos arquivos

O objeto de estudo que elegi para esta tese começou a ser delimitado no período em que eu era aluna do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Sergipe (UFS), no início dos anos 2000. Momento em que me deparei com discussões sobre as formas como se edificavam as estruturas sociais, as desigualdades, a relação entre indivíduo e sociedade, dentre tantos outros assuntos pertinentes aos debates das ciências sociais. Como uma estudante de graduação curiosa e ávida por conhecer sempre mais, comecei a refletir sobre as diversas maneiras como se procediam às diferenças arraigadas nos processos de socialização nas sociedades, como se relacionava o papel das instituições na produção das desigualdades e como os indivíduos resistiam, provocando transformações importantes nas relações e nos processos socioculturais em que estavam inseridos.

Ainda durante a graduação, também me deparei de maneira muito especial com o campo da História<sup>8</sup>. Foi nesse momento que comecei a compreender a importância da interdisciplinaridade para a produção de conhecimento, sendo assim, os meus estudos foram estruturados desde muito cedo, através da perspectiva interdisciplinar.

No momento em que entrava em contato com o método historiográfico, ocorreu um crime que chamou atenção da população em Aracaju. Foi um estupro praticado contra uma mulher de dezenove anos de idade, mãe de uma criança de um ano. Essa mulher morava sozinha e foi identificada profissionalmente nos jornais que veicularam a notícia e no processo criminal como secretária do lar.

O bairro em que aconteceu tal evento era, na época, compreendido como carente de investimentos sociais, além de possuir

---

<sup>8</sup> Foi sob a orientação do professor Jorge Carvalho do Nascimento do Departamento de História da UFS que tive acesso às primeiras regras metodológicas para produção do conhecimento científico e, conseqüentemente, descobri como são importantes os documentos históricos para o entendimento das peculiaridades e eventos gerais que envolvem a sociedade.

uma taxa elevada de violências. Chamava-se Terra Dura<sup>9</sup>. Em função do preconceito existente na cidade em relação aos habitantes desse bairro, visto que muitos moradores não conseguiam empregos, quando mencionavam o local em que residiam, o mesmo recebeu uma nova denominação passando a ser identificado atualmente como Bairro Santa Maria, mas essa mudança não foi suficiente para diminuir os preconceitos vivenciados por seus/suas moradores(a).

Voltando ao crime do bairro Terra Dura, “a jovem mulher chegou à sua residência após um dia de trabalho por volta das 17 horas, depois de pegar o filho na casa de seus pais, que se localizava no mesmo bairro”. Minutos após entrar em sua casa, foi surpreendida por cinco indivíduos, “dois menores de idade, que a arrastaram para um campo de futebol abandonado, todos praticaram o crime de estupro, estrangularam-na e, por fim, deixaram o corpo preso a uma estaca, “tudo isso enquanto seu filho chorava em casa”. Alguns dos “agressores” foram presos e quando questionados pela autoridade policial porque tamanha brutalidade, um deles respondeu que “o motivo se justificava porque a jovem mulher se recusou a aceitar as suas investidas amorosas”.

Foi esse o caso que me fez adentrar definitivamente no universo de pesquisa. Fiquei curiosa para saber detalhes desse estupro e tive a sorte de ter um colega de graduação que era, na época, o escrivão da delegacia regional de Aracaju, localizada no bairro Terra Dura. Conversando com o mesmo sobre o assunto, ele me relatou que, sob a orientação do delegado, era o responsável pela produção de inquéritos policiais em tal instituição. Diante dessa descoberta, questionei se não poderia ir à delegacia para ver o inquérito policial referente ao

---

<sup>9</sup> O início da constituição do bairro Terra Dura remonta a duas construções importantes para a capital sergipana. De acordo com documentos oficiais do município de Aracaju (ARACAJU, 2002), no início do século XX foi construído o canal de Santa Maria, ligando a bacia hidrográfica do rio Sergipe à do rio Vaza-Barris, com o objetivo de facilitar as comunicações e o fluxo de mercadorias e pessoas por via fluvial, entre a capital e outros municípios sergipanos. No final da década de 1940 e 1950, a construção do aeroporto da cidade, também denominado de Santa Maria, aconteceu na mesma região. Em ambas as construções foi significativo o aporte de mão de obra oriunda de cidades do interior sergipano e de outros estados do nordeste. Além disso, segundo Maria Vasconcelos (2007) a presença da lixeira de Aracaju nessa localidade também contribuiu para aglomeração de pessoas e moradores.

mencionado crime de estupro, o mesmo me respondeu que não era necessário e me prometeu que traria esse documento no dia seguinte para que eu pudesse obter informações mais detalhadas.

No dia seguinte o documento encontrava-se em minhas mãos. Fiquei encantada com as particularidades da produção das peças de um inquérito policial, dos depoimentos dos “agressores” e da linguagem utilizada pelo campo jurídico. Também me chamaram atenção as fotografias do corpo da “vítima” que compunham o processo criminal registradas pela perícia. Imediatamente, tive a certeza de que queria estudar crimes sexuais contra mulheres e, através de um projeto de Iniciação Científica, financiado pelo CNPq e coordenado pelo professor Dr. Jorge Carvalho, iniciei as investigações, estudando, primeiramente, as formas como eram publicadas as matérias de crime de estupro em jornais de Aracaju.

No entanto, percebi que, embora a pesquisa em periódicos fosse fundamental para a compreensão do modo como a sociedade e a mídia representam determinados eventos sociais, compreendi também que apenas o estudo único e específico desses documentos, sem inter-relacioná-los com outras fontes não me traria repostas mais amplas aos questionamentos que eu estava fazendo. Foi nesse momento que resolvi me encaminhar à delegacia da mulher, a fim de ter acesso aos inquéritos policiais referentes aos crimes de estupro.

Procurei a delegada responsável pela delegacia especial de atendimento à mulher em Aracaju. Em uma conversa esclarecedora, a mesma relatou que naquela instituição não havia um arquivo “morto”<sup>10</sup>, por falta de espaço e de funcionários que o organizassem, e que os Boletins de Ocorrência (BO) e Inquéritos Policiais (IP) existentes eram

---

<sup>10</sup> Este termo foi utilizado pela autoridade policial no momento de nossa conversa. Assim, quero me posicionar defendendo a ideia de que os arquivos são espaços privilegiados que fornecem informações preciosas sobre assuntos variados. De acordo com Carlos Bacellar, “Os arquivos brasileiros enfrentam, de forma geral, os sérios problemas comuns aos serviços públicos: falta de pessoal, de instalações adequadas e de recursos. Geralmente não prioritários aos olhos governamentais, foram durante muito tempo tratados como instituições de segunda categoria, verdadeiros depósitos de papéis velhos e de funcionários problemáticos. Mesmo na iniciativa privada, ainda hoje, é muito comum denominar-se os serviços de arquivo como “arquivo morto”, como que ignorando a preciosidade de muitos documentos ali esquecidos.” (BACELLAR, 2010, p. 49).

muito recentes, dessa forma, não me dariam uma dimensão histórica do que eu estava procurando, uma vez que os documentos só permaneciam na instituição durante três anos, após esse período eram incinerados.

A delegada foi muito gentil e me orientou a ir ao arquivo do Tribunal de Justiça (TJ) para que eu pudesse acessar os processos criminais, estes sim, segundo ela, eram compostos por várias peças processuais (Boletim de Ocorrência, Inquérito Policial, a Denúncia do Promotor, as Alegações Finais da defesa e da promotoria e a Sentença dos (as) Juízes (as), que, em seu conjunto, me propiciariam uma visão ampliada de como estes crimes eram tratados pelos profissionais do Sistema de Justiça Criminal.

Fui ao Arquivo do Judiciário e descobri que para acessar os processos de estupro, considerado pelo Código Penal como um crime de ação penal privada<sup>11</sup> e como eu procurava os documentos das décadas de 1980 e 1990, tidos como recentes para os/as funcionários/as do arquivo, era necessário que eu dispusesse de uma autorização formal para pesquisa, que só poderia ser designada pelo (a) presidente (a) do Tribunal de Justiça de Sergipe.

Após muitas tentativas, como aluna de graduação, não consegui agendar um horário com o/a presidente/a do TJ-SE. Isso só foi possível, a partir da intervenção institucional entre a Universidade Federal de Sergipe e o Tribunal de Justiça. A partir de então, obtive a autorização necessária para que a pesquisa pudesse ser realizada. Assim, para ter acesso aos processos meu *locus* inicial se concentrou no arquivo do Poder Judiciário e no arquivo das varas criminais.

É importante destacar que a minha presença nas varas criminais causava certo desconforto, tanto em mim, que não fazia parte daquele lugar, quanto nos/as demais profissionais inseridos efetivamente no campo<sup>12</sup>. Em muitas ocasiões, passei horas esperando ser atendida por

---

<sup>11</sup> O Código Penal Brasileiro de 1940 considera o estupro como crime de ação penal privada, ou seja, apenas as partes e os profissionais do direito envolvido podem ter acesso aos documentos.

<sup>12</sup> As pesquisas realizadas com processos criminais apresentam-se como uma experiência em que o/a pesquisador (a) é colocado em contato direto com um ambiente específico e diferente, onde a técnica vigente apoia-se, sobretudo através da aplicação da lei às diversas situações e ações sociais. O uso do conceito de campo refere-se a um universo relativamente autônomo, que possui leis próprias, onde estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência. Esse universo é um



técnicos/as do judiciário em cada vara criminal. Estes/as geralmente me encaminhavam para conversar com os/as juízes/as para explicar o objetivo de minha pesquisa, solicitar autorização e “convencê-los” da importância de meu estudo. No arquivo do Poder Judiciário e em algumas varas criminais, assinei um documento me comprometendo a não divulgar nenhum tipo de dado que pudesse expor as identidades das pessoas envolvidas e dos profissionais do direito, sob pena de responder judicialmente.

Trilhando esse caminho, encontrei alguns profissionais mais sensíveis às práticas de pesquisa acadêmica e que me deixaram à vontade para acessar os processos, entretanto, também me deparei com funcionário/as e juízes/as que tinham dificuldade em compreender a importância da atividade científica, da sistematização de dados. Diziam que não tinham tempo para me atender e sempre mandavam voltar outra hora, ou quando me deixavam acessar o processo era sob muito controle.

Em uma ocasião especial passei muito tempo esperando ser atendida em uma das secretarias das varas criminais. Após conversar com a chefe de secretaria, informar do meu trabalho e apresentar o ofício do Tribunal de Justiça autorizando o meu acesso aos processos, fui orientada a sentar em uma cadeira que ficava na frente do balcão de atendimento da secretaria (era o local de espera onde eram procuradas informações sobre processos de pessoas que estavam privadas de liberdade).

A chefe de secretaria parecia não tolerar a minha presença naquele local, procurou dificultar o meu acesso aos documentos, afinal de contas, eu não era nenhuma “doutora” do direito, e não tinha porque estar lá. Esperei bastante tempo para que ela solicitasse a algum servidor/a para localizar o processo que eu queria estudar, após três horas de espera já perto de encerrar o expediente, chegou o documento muito empoeirado. O mesmo me foi entregue, coloquei-o sobre a perna e dispus de apenas trinta minutos para ler todo o material e fazer anotações necessárias, nessa tarde senti de fato como era difícil trabalhar com um objeto jurídico.

Com essa pesquisa nas varas criminais da Comarca de Aracaju e no arquivo do Poder Judiciário, elaborei minha monografia e minha

---

mundo social como outros, mas que obedece a leis sociais mais ou menos específicas conforme Pierre Bourdieu (2004).

dissertação de mestrado, estudando as representações sociais dos profissionais do direito sobre o crime de estupro. Na monografia, estudei a década de 1990, (Patrícia Costa, 2003). Já no mestrado, fiz uma análise comparativa entre a década de 1980 e 1990, o título da dissertação foi “Entre o Fato e a Lei: Representação, Justiça e Gênero - Estupro em Aracaju-SE”. Nesse trabalho, meu objetivo foi identificar mudanças nas formas de representação social sobre o crime de estupro entre as duas décadas, através de processos criminais. No próximo item, dedico-me a explicar e justificar o enquadramento interdisciplinar deste estudo.

## **1.2 Programa de Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas: definindo o objeto de estudo através de processos criminais sobre crimes sexuais**

Ao passar na seleção de doutorado no Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas, o meu objetivo no projeto inicial era de realizar uma análise comparativa sobre o tratamento jurídico-penal dispensado às “vítimas” do crime de estupro e de atentado violento ao pudor, no município de Aracaju – SE, durante as décadas de 1970, 1980 e 1990 do século XX. Pretendia estudar, a partir de uma perspectiva teórica de gênero, quais eram os fatores determinantes legais e extralegais que atuavam na construção e conclusão do processo de crime sexual que tem como “vítimas” mulheres e homens, ou seja, se os mesmos princípios e normas que delimitam e dirigem os processos de estupro, desde o início da construção processual, até chegar à sentença condenatória ou absolutória, eram considerados nos processos cuja tipificação é o atentado violento ao pudor, cometido contra pessoas do sexo masculino.

Após o resultado da seleção de doutorado no programa interdisciplinar em dezembro de 2008, voltei ao arquivo do Judiciário. Dessa vez, me precavi antecipadamente e fui munida com a autorização do então presidente do Tribunal de Justiça para acessar os processos de atentado violento ao pudor<sup>13</sup>. Encontrei um arquivo totalmente diferente

---

<sup>13</sup> De acordo com o Código Penal Brasileiro de 1940, os crimes de estupro e atentado violento ao pudor eram considerados diferentes no que tange ao tipo penal. No estupro só a mulher poderia ser vítima, e a configuração se dava através da penetração pênis-vagina, mas só o homem poderia ser agressor. No

do que eu conhecia<sup>14</sup>, instalado em um prédio moderno e com um excelente processo de informatização e digitalização dos documentos. A modernização do Judiciário em Sergipe é uma meta prioritária das autoridades judiciárias e teve início com a administração da desembargadora Marilza Maynard<sup>15</sup>.

Atualmente, Sergipe é um Estado referência em desburocratização e com menor taxa de congestionamento processual proporcionalmente, quando comparado a outras unidades federativas, além disso, o prédio do arquivo do judiciário também possui unidades específicas para a digitalização e tratamento de documentos antigos, com maquinários modernos e profissionais especializados, conforme Danilo Marinho (2005). Por uma questão de preservação documental, os critérios estabelecidos priorizam o tratamento dos documentos mais antigos, portanto os processos registrados em décadas mais recentes ainda não se encontram digitalizados, excetuando-se os documentos produzidos a partir de 2001, cujas sentenças encontram-se todas em formato digital e dispostas a partir do sistema de redes integrado do judiciário.

---

Atentado Violento ao Pudor qualquer pessoa poderia estar na condição de vítima e agressores/as.

<sup>14</sup> Segundo estudos produzidos por Luiz Antônio Barreto (2004), desde 1984 existe o Arquivo Judiciário, com sua estrutura orgânica estabelecida pela Lei 3098, de 9 de dezembro de 1991. No entanto, o seu funcionamento era desmembrado em vários locais, o que prejudicava o arquivamento de documentos e a consulta dos mesmos. Fato que levou a presidência do Tribunal de Justiça, na gestão do desembargador Pascal Nabuco que tomou posse em 18 de fevereiro de 2002, a construir uma sede própria para abrigar o patrimônio documental do Poder Judiciário, a ser recolhido, selecionado, classificado e preservado. Prédio imponente, atualmente, conta com Biblioteca, Auditório, Salão de Exposição, Sala de Pesquisa e um Laboratório de Restauração com Núcleos de preservação, tratamento, restauro e encadernação, o Arquivo conta com um número aproximado de 300 mil documentos, cerca de 50 mil processos, acondicionados em aproximadamente 30 mil caixas (BARRETO, 2004, p. 172).

<sup>15</sup> Marilza Maynard Salgado de Carvalho assumiu a corregedoria-geral de Justiça do Estado de Sergipe durante o biênio 2001/2003, destacando-se pelos projetos que desenvolveu, a grande maioria com foco na inovação tecnológica e na desburocratização do serviço público. Na presidência do Tribunal de Justiça, cargo que assumiu em 2 de fevereiro de 2005, a Desembargadora implantou seis Juizados Virtuais, com a tramitação de processos inteiramente sem papel (BARRETO, 2004).

Claro que o acesso a esse material necessita de senhas, que são disponibilizadas para poucos funcionários da instituição. Os pesquisadores ainda necessitam de autorização específica encaminhada pelo Tribunal de Justiça para ter acesso aos documentos:

No Brasil, os arquivos públicos mais bem organizados pertencem aos poderes executivo e legislativo, sobretudo em âmbito nacional e estadual, com grandes carências nos municípios. Já no que diz respeito ao Poder Judiciário, as ausências de políticas arquivísticas mais sérias é uma triste norma que ameaça a integridade de um acervo de grandes proporções e importância (BACELLAR, 2010, p. 50).

Quando retornei ao campo em 2008, pesquisei e li muitos processos envolvendo crimes de atentado violento ao pudor envolvendo mulheres e homens registrados nas décadas de 1970, 1980 e 1990<sup>16</sup>. Meu objetivo era separar os que realmente interessavam à minha pesquisa inicial de doutorado, ou seja, os processos em que as “vítimas” de atentado violento ao pudor eram do sexo masculino em que uma das violências registradas no Sistema de Justiça Criminal tenha sido a penetração anal praticada por pessoa de mesmo sexo da “vítima”.

O caminho percorrido para coletar os processos judiciais teve início em primeiro lugar, com a verificação no portal do Tribunal de Justiça, nos livros de registros das varas criminais e no arquivo do Poder Judiciário. Através dessas consultas, foi possível conferir a quantidade e número de processos abertos, no marco temporal indicado. Em um segundo momento, fui ao arquivo provisório das varas criminais que se localizam na própria secretaria destas e que contêm os processos mais recentes. Após esse período, os processos mais antigos foram encontrados no arquivo permanente do Poder Judiciário do Estado de Sergipe.

Durante a pesquisa e leitura dos processos penais de atentado violento ao pudor identifiquei dois documentos registrados na década de 1990 que se diferenciavam dos demais pelo seu caráter peculiar quanto

---

<sup>16</sup> Nas três décadas encontrei um total de 98 processos registrados sob a tipificação de atentado violento ao pudor, sendo 55 processos referentes à década de 1990.

às narrativas relatadas pelas “vítimas” e “agressores” envolvidos/as nos casos. O primeiro processo encontrado referia-se a menor de 14 anos de idade que mantinha um relacionamento afetivo-sexual com uma mulher de 20 anos. A mãe da adolescente não aceitou o envolvimento homoerótico de sua filha e denunciou o caso à polícia, o mesmo foi registrado pelo Sistema de Justiça como crime de atentado violento ao pudor e tornou-se um processo criminal, que perdurou por mais de três anos até que o juiz procedesse à sentença final.

O segundo processo seguia na mesma direção, só que dessa vez, era um menino, também menor de 14 anos de idade que mantinha uma relação afetivo-sexual com um homem de 30 anos, identificado no registro processual como “travesti” e “pai de santo”. O pai do jovem também não aceitou o envolvimento e prestou uma queixa na delegacia.

Imediatamente, fotografei esses dois documentos e fiquei a pensar nos mesmos durante o primeiro ano de doutorado. A partir de leituras mais atentas dos processos e após algumas reuniões com minhas orientadoras, percebemos que os discursos presentes nos referidos documentos falavam muito sobre sexualidades, especialmente a homossexualidade e apontavam para uma dimensão ampla de práticas culturais e homofobia no ambiente familiar, pois o caso só chegou ao conhecimento do Sistema de Justiça Criminal, porque foi acionado pelas duas famílias que não aceitavam a relação afetivo-sexual homoerótica entre seus/as filhos/as e buscaram formas de criminalizá-la.

### 1.2.1 A Tese no Campo dos Estudos Interdisciplinares

Esta tese insere-se no campo dos estudos interdisciplinares e, em seu desenvolvimento uso instrumentos teórico-metodológicos dos campos da História, Sociologia e Antropologia. Compreendo a interdisciplinaridade, conforme pontuam Augusta Alvarenga et al., (2011) como uma maneira de produzir conhecimento científico, diante da complexidade do mundo contemporâneo, considerando, sobretudo que “a realidade nem sempre pode ser enquadrada dentro do universo do domínio disciplinar” (ALVARENGA et al., 2011, p. 13). A interdisciplinaridade contempla, em seus princípios gerais, “a proposta de um saber que busca relacionar saberes” (ALVARENGA et al., 2011, p. 26). De acordo com Héctor Leis (2011), na atualidade, a interdisciplinaridade se apresenta como um ponto central do trabalho científico, e pode ser definida como:

Um ponto de cruzamento entre atividades disciplinares, multidisciplinares e transdisciplinares, com lógicas e histórias diferentes. Ela tem a ver com análises especializadas e fragmentadas e com sínteses totalizadoras e abrangentes; com visões marcadas pela lógica racional, instrumental e críticas ou subjetiva; assim como com a integração de conhecimentos disciplinares e com avanços cognitivos qualitativos; com diversos contextos culturais nacionais e também com diversos contextos disciplinares nas grandes áreas do conhecimento; e, por último, ela tem a ver não apenas com o trabalho em equipe, mas também com o individual (LEIS, 2011. p. 107-108).

Segundo Avedis Aznavurian (2011), a interdisciplinaridade seria a justaposição de disciplinas que se relacionam na esfera de produção de conhecimento científico. A interdisciplinaridade proporciona romper com o olhar parcial de um único campo científico e ampliar a visão para a compreensão dos problemas numa perspectiva mais abrangente. Essa convergência de conhecimentos de duas ou mais áreas específicas contribui para o debate sobre as fronteiras tênues que demarcam os campos científicos. Uso o conceito de campo científico de Bourdieu (2004) que o define como o universo em que estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a ciência. Para esse autor, uma das grandes questões que surgem a propósito dos campos é precisamente sobre o grau de autonomia que eles usufruem. Baseio-me teoricamente em Luzinete Minella (2010) quando define que “A interdisciplinaridade longe de ser algo que se constrói a partir de determinados princípios e metodologias, é algo intrínseco às disciplinas, pois, nenhuma delas, apesar de suas especificidades, consegue a pretendida autonomia em relação às demais” (MINELLA, 2010. p. 101).

A partir de uma perspectiva interdisciplinar, a pesquisa que estrutura esta tese dialoga com três fontes: os jornais, processos penais e entrevistas. Ao todo foram consultadas e analisadas 708 matérias jornalísticas, dois processos penais e realizadas três entrevistas em profundidade. Para os estudos dos documentos (jornais e processos), uso como base os autores do campo da História e também dos estudos sobre sexualidades. Portanto, Foucault (1977), Jacques Le Goff (2003) e Durval Muniz Albuquerque Júnior (2007) são autores que me auxiliam na análise das fontes documentais.

Através das contribuições teóricas desses autores, a minha análise considera os discursos produzidos na cidade de Aracaju como historicamente marcados e originados a partir de um contexto político e cultural mais amplo, que fazem parte desse momento histórico brasileiro. Faço também uma conexão dessa análise, principalmente, os discursos referentes aos estudos dos processos criminais, com o campo antropológico, sendo assim, Mariza Corrêa (1983), Ivonne Maggie (1992), Joana Vargas (2004), Roberto Kant de Lima (1999) e Luiz Figueira (2005; 2008) são autores/as importantes que me auxiliam teoricamente na análise dos processos, considerando a sua construção no sistema.

A análise das entrevistas está pautada no método antropológico, sobretudo, considerando os ensinamentos de Roberto Cardoso de Oliveira (2006) que enfatiza a importância da articulação entre o ouvir e o escrever e entre interlocutor/a e pesquisador/a no processo de realização de entrevista e análise da mesma. Todas as entrevistas foram abertas, gravadas e transcritas. O critério de seleção para as entrevistas que usei se consubstanciou na pesquisa realizada nos jornais. Através dela, selecionei os sujeitos que mais apareceram na mídia impressa e que estavam relacionados diretamente a questões sobre sexualidades/homossexualidade, justiça e homofobia na cidade de Aracaju dos anos 90. Sendo assim, foram entrevistadas três pessoas que se destacaram nos jornais e consideradas importantes para a formulação de políticas públicas.

A Sociologia me possibilitou um suporte teórico referente à proposta de uma análise ampla sobre as configurações socioculturais da cidade de Aracaju nos anos 1990, nesse caso usei como base Anthony Giddens (1991), especialmente o debate sobre modernidade e transformações culturais. Portanto, esse é o campo que me conecta às principais características sociais, ideias e representações sobre crimes sexuais, homossexualidade, homofobia e justiça produzidas nesse período, pois as ferramentas teóricas da Sociologia possibilitam o entendimento das mudanças abrangentes que ocorreram nas sociedades e a maneira de como essas mudanças influenciaram as mais íntimas e pessoais características das vidas das pessoas.

Além disso, o diálogo com as abordagens da Sociologia, da Antropologia e da História também alicerçam a minha percepção junto às fontes, de como são representadas as diversas instituições sociais e os discursos produzidos socialmente. No processo de escrita do texto e decodificação das fontes, o debate teórico aliado à contribuição dos três campos científicos foram importantes e necessários.

### 1.3 Processos Penais como Fontes de Pesquisa

Estudos sobre processos criminais e justiça no Brasil, produzidos a partir da década de 1980 têm fomentando muitas discussões teóricas e metodológicas no campo das Ciências Humanas. Um dos estudos pioneiros, Corrêa (1983), no campo da Antropologia, inaugura essas reflexões com a análise de processos sobre homicídios praticados contra mulheres, buscando compreender as representações jurídicas sobre papéis sexuais. Desde então, algumas pesquisas estão contribuindo para o diálogo interdisciplinar, produzindo análises acuradas sobre a área de estudo como é o caso das contribuições de Daniele Ardaillon e Guita Debert (1987) que estudaram as violências contra as mulheres, Vargas (2004), que se debruçou sobre o fluxo do crime de estupro no Sistema de Justiça Criminal, Claudia Fonseca (2004a) com estudos sobre a paternidade, Figueira (2005; 2008) que abordou a noção de produção da verdade nas práticas judiciárias brasileiras. Além desses estudos, Boris Fausto (2001) estudou o crime do restaurante chinês ocorrido em São Paulo dos anos 30, Cristina Wolff (1999) que estudou as mulheres da floresta, abordando uma seção especial sobre processos, Joana Maria Pedro (1998; 2003) explorou nos processos os abortos e infanticídios, Sérgio Adorno (1996) analisou os aspectos relacionados ao racismo e criminalidade na justiça de São Paulo, Claudia Regina Nichnig, Miriam Grossi e Cristina Wolff (2010) analisaram decisões relativas ao processo de reconhecimento da união de dois casais de gays, companheiros de vida afetivo-conjugal, que originaram do indeferimento na esfera administrativa do requerimento do benefício de pensão por morte junto à Previdência Social, Patrícia Costa (2008) estudou os processos de estupro em Aracaju e Patrícia Costa e Miriam Grossi (2011) abordaram os processos de atentado violento ao pudor em Aracaju nos anos 90.

Quando analiso as fontes processuais, destaco que minha pesquisa não tem como foco o estudo da instituição que denominei Sistema de Justiça Criminal<sup>17</sup>. Meu objetivo é compreender como se apresentam as relações de poder derivadas da atuação desta instituição na construção dos documentos penais. Sendo assim, compreendo que os discursos que permeiam as instituições são construídos por sujeitos

---

<sup>17</sup> A denominação do Sistema de Justiça Criminal está baseada teoricamente nos estudos de Kant de Lima (2000), bem como na definição presente no Código de Processo Penal.



historicamente marcados (profissionais do direito). Como destaca Foucault (1995), “Não se trata de negar a importância da instituição na organização das relações de poder. Mas de sugerir que é necessário, antes, analisar as instituições a partir das relações de poder, e não o inverso.” (FOUCAULT, 1995. p. 245).

Após vários anos de experiência de pesquisa junto ao aparelho de justiça, entendo que os documentos produzidos no Sistema de Justiça Criminal constituem importantes fontes de pesquisas que servem à produção de uma variedade de tipos de conhecimento científico. Isso porque deles é possível extrair análises diferenciadas sobre os diversos segmentos sociais, além de os mesmos possibilitarem compreender, através dos discursos, os jogos de poder que envolvem a sociedade e as instituições na construção do documento oficial. Portanto, é importante frisar que o estudo das fontes documentais deve considerar a interpretação da palavra escrita, a fim de compreender a construção do discurso empreendido por determinados grupos sociais. É o que ressaltam Foucault (1995), Corrêa (1983) Maggie (1992), Fabiana Oliveira e Virgínia Silva (2005), Eva Gavron (2008) e Rosa Oliveira (2007). No entanto, antes de proceder à argumentação sobre a importância do processo como fonte de pesquisa quero explicar como alguns documentos<sup>18</sup> são construídos pelo Sistema de Justiça Criminal. Para tal, é necessário descrever o que chamo de Sistema de Justiça Criminal e como este funciona na produção dos documentos.

Ao discorrer sobre o Sistema de Justiça, estou me referindo à Polícia Judiciária, ao Ministério Público e ao Poder Judiciário,

A Polícia Judiciária é o órgão executivo da segurança pública cuja função constitui a apuração das infrações penais e ao auxílio ao Poder Judiciário na repressão a estas; o Ministério Público é por sua vez, a organização responsável pela investigação do cumprimento da Lei. Existem vários Ministérios, dentre eles, estão o do Trabalho, o da União e os Estaduais, sendo todos

---

<sup>18</sup> No Sistema de Justiça Criminal são produzidos muitos documentos que servem como fonte de pesquisa. No entanto, esta tese deter-se-á na análise de Boletins de Ocorrência e de Inquéritos Policiais produzidos pela Polícia Judiciária, da Denúncia constituída no Ministério Público e da Sentença, fruto do Poder Judiciário.

independentes. Dentre as várias funções, ao promotor de justiça cabe a preparação das peças processuais, o atendimento ao público e a participação em audiências nos fóruns. Quanto ao promotor criminal, tem como atribuição também a decisão de denunciar ou não à justiça o inquérito policial enviado pela polícia. É nas Varas Criminais, que se constitui e se desenvolve todo o rito do processo criminal. É necessário pontuar que apenas o juiz é parte integrante do Poder Judiciário e, portanto, cabe a ele decidir o fim do caminho percorrido pelo processo criminal (PATRÍCIA COSTA, 2008, p. 79).

As fontes documentais podem ser produzidas nessas três instituições<sup>19</sup>. A Tabela 1 expõe de maneira sistemática a ordem em que são produzidos os documentos que compõem o processo criminal. A polícia Judiciária é a instituição responsável pela produção do Boletim de Ocorrência e do Inquérito Policial. O Ministério Público, por sua vez, elabora a Denúncia e o Poder Judiciário é a instituição em que há abertura de fato do processo.

Tabela 1. Documentos Produzidos através do Sistema de Justiça Criminal do Brasil.

---

<sup>19</sup> Considero a Delegacia, o Ministério Público e o Poder Judiciário instituições que, juntas, participam da construção do processo criminal. É necessário destacar o papel importante dos/as advogados/as, principalmente os/as que compõem a Defensoria Pública, porém, de acordo com o Código de Processo Penal esta instituição não está inserida no rol daquelas que compõem o Sistema de Justiça. Para categorização do sistema, considero a definição do Código de Processo Penal quanto à descrição das instituições que compõem o Sistema de Justiça Criminal. De acordo com Kant de Lima (1999), a administração dos conflitos, objetivo do Sistema de Justiça Criminal, acontece de formas diferentes nas três instituições (Delegacia, Ministério Público e Poder Judiciário), no entanto existe um processo de comunicação entre elas que se dá a partir de procedimentos burocráticos.

INSTITUIÇÃO	DOCUMENTOS
Polícia Judiciária	Boletim de Ocorrência
	Inquérito Policial
Ministério Público	Denúncia
Poder Judiciário (Varas Criminais)	Processo

Fonte: Dados coletados pela autora (2012).

No entanto, para que um fato conflituoso se transforme em tipificação legal, é necessário compreender que existe, por parte dos profissionais do direito que compõem o Sistema de Justiça Criminal, o poder de interpretar as narrativas conflituosas relatadas pelas vítimas, ou por algum representante legal, para transformá-las em fato criminoso identificado com algum artigo do Código.

Identifico como profissionais do direito, delegados/as, promotores/as e Juízes/as. Estes são os profissionais responsáveis pela coordenação, em cada instituição, da investigação, elaboração e conclusão dos documentos que compõem o processo criminal.

Ao longo dos anos, compreendi que, ao pesquisar em tais fontes, deve-se ter a precaução de evitar tomar as informações contidas nas peças processuais como uma transposição direta dos fatos. É importante entender a possibilidade da distância existente entre a narrativa da demanda social que chega ao Sistema Criminal e a tipificação legal dos fatos realizada pelo mesmo. Ou seja, é necessário ficar atento ao fato de que o processo é composto por um conjunto de textos que são escritos por profissionais do Sistema de Justiça, geralmente, o escrivão, o qual, sob pena de lei, tem, dentre suas atribuições, a transcrição direta do discurso das pessoas (vítimas, autores, testemunhas), que procuram o sistema com o objetivo de terem seus problemas solucionados.

O processo de construção da legalidade dos fatos conflituosos que chegam ao conhecimento dos profissionais que atuam no Sistema de Justiça, ocorre por meio de seu enquadramento nas tipificações penais, isto é, nos artigos do Código Penal Brasileiro, documento que define os diversos tipos de crime. Segundo Miriam Vieira (2007), isso ocorre, principalmente, na esfera da polícia judiciária, pois é o espaço em que, na maioria das vezes, encontra-se a primeira construção de uma narrativa sobre os fatos conflituosos e, portanto, constitui o primeiro procedimento das negociações em torno das tipificações jurídicas. Estas se concretizam a partir da interação policial com a vítima, resultando na definição de tipos penais adaptados aos casos apresentados.

Isso se estabelece de acordo com as possibilidades jurídicas disponíveis nesse contexto social - a presença do Código Penal na instituição e a interpretação que se dá ao discurso da vítima constituem uma dessas possibilidades, indispensáveis à construção do Inquérito Policial, sendo que o Boletim de Ocorrência é o elemento inicial que abre as portas para a investigação e para a conclusão do Inquérito.

Dentro dessa perspectiva, Michel Misse (1999) destaca que a construção social do crime começa e termina com base em algum tipo de acusação social que abrange o processo de criminalização, criminação, incriminação e sujeição criminal. Com relação à criminalização, o autor a define como uma reação moral que determina o crime e o coloca nos códigos, estabelecendo a sua sanção. No percurso da construção social do crime, esse seria o primeiro momento.

O encaixe do fato conflituoso na Lei é o que Misse (1999) chama de processo de criminação de um evento. É nessa fase que as autoridades interpretam as histórias narradas pelas vítimas e, conseqüentemente, oficializam os discursos dentro de uma lógica criminalizadora.

A incriminação seria a etapa em que se põe em evidência a presença do sujeito considerado suposto autor do fato conflituoso. Isso ocorre a partir do depoimento de testemunhas ou de evidências partilhadas na busca pela verdade do fato.

Por fim, Misse (1999) denomina de sujeição criminal o momento no qual existe a seleção dos sujeitos que farão parte de uma categoria ou *tipo social*<sup>20</sup> cujo caráter será considerado “propenso a cometer um crime” (MISSE, 1999, p. 1).

Nesse sentido, o reconhecimento do ato criminoso depende da batalha que se trava na sociedade e, sobretudo, nas subdivisões do Sistema de Justiça. No contexto da Justiça Criminal, a busca pela construção da verdade do fato conflituoso começa a partir do procedimento da queixa na delegacia.

O Boletim de Ocorrência produzido através das delegacias de polícia é o primeiro documento construído pelo sistema que legitima as narrativas dos fatos conflituosos relatados pelas vítimas. É através do BO que a polícia oficializa uma queixa.

---

<sup>20</sup> O autor utiliza a categoria *tipo social* grifada em seu texto para definir as pessoas que são categorizadas como propensão a cometer crimes.

No BO, é possível encontrar registros sobre a instituição policial (identificação da delegacia, identificação do escrivão, identificação do delegado) e com relação à vítima (nome, filiação, idade, endereço, instrução, sexo, cor, estado civil, naturalidade, nacionalidade, residência, profissão, número de documento de identidade); sobre o fato ocorrido também se encontram registros (tipo penal, início, hora, local, área urbana ou rural, uso de armas, se o autor estava só ou acompanhado).

Também no BO, há itens que procuram identificar o autor do delito (nome, filiação, idade, endereço, instrução, sexo, cor, estado civil, naturalidade, nacionalidade, residência, profissão, número de documento de identidade). O Boletim de Ocorrência acompanha o Inquérito policial. É o primeiro documento que origina todo o procedimento de investigação por parte da polícia e, portanto, faz parte do processo criminal.

Outro ponto a ser destacado, refere-se ao preenchimento do item identificado como “Histórico”, no qual é registrado o relato da vítima sobre o acontecimento que lhe foi infligido. Nesse momento, a queixa é narrada pela vítima, mas é traduzida pelo escrivão, começando aqui, portanto, o primeiro momento de transposição do discurso sobre a denúncia para um discurso “oficial”, o qual confere início ao processo de “tipificação” dos conflitos.

A ordem dos itens que compõem o BO, colocados aqui pode variar, inclusive, podem ser acrescentados outros ou excluídos alguns, a formatação estará de acordo com as normas das Secretarias de Segurança Pública Estaduais. É importante ressaltar que nem sempre as autoridades policiais procedem ao preenchimento de todos os itens, fato que acarreta prejuízo, não só às vítimas e à investigação criminal – quando esta tem prosseguimento –, mas também à construção de pesquisas científicas (MAGGIE, 1992; VARGAS, 2004; COSTA, 2008). Por conseguinte, é um dado que precisa ser considerado pelo pesquisador/a.

Após a formulação da queixa no espaço da delegacia e do preenchimento do Boletim de Ocorrência, procede-se à abertura do Inquérito Policial. A inicialização desse documento está sujeita às diferentes tipificações de crime e envolve um aprofundamento dos casos denunciados pelas vítimas, registrados e tipificados pela autoridade policial.

O Inquérito Policial constitui um procedimento preliminar, extrajudicial e preparatório para a ação penal, sendo considerado o início da persecução do crime. É um procedimento administrativo e

informativo presidido por um delegado de polícia. O IP pode ser definido como “uma instrução provisória, preparatória, informativa, em que se colhem elementos por vezes difíceis de obter na instrução judiciária, como auto de flagrante, exames periciais, dentre outros” (JÚLIO MIRABETE, 2004, p. 82).

Nessa peça<sup>21</sup> produzida através da Polícia Judiciária, encontra-se o depoimento da vítima, a oitiva<sup>22</sup> de testemunhas e o interrogatório do acusado, além de laudos periciais e outras provas que podem ser recolhidas para a comprovação do fato denunciado. O IP é finalizado com o relatório do delegado encarregado do caso. Nesse documento, reescreve-se a história contada pelas vítimas e são colocadas as conclusões sobre a investigação, através de um parecer geral dos fatos, indicando também a tipificação do crime.

O IP tem como função servir de base para a acusação no processo penal. A principal finalidade é reunir elementos suficientes de convicção que possibilitem ao Membro ministerial oferecer a denúncia. Esses elementos buscam comprovar a materialidade do fato, ou seja, a concretização dos fatos conflituosos que foram denunciados pela vítima, além dos indícios suficientes de autoria, possibilitando assim ao titular da ação penal, seja a mesma pública ou privada, ingressar em juízo.

Concluído Inquérito policial, o mesmo é encaminhado ao Fórum e, imediatamente, devem ser abertas vistas ao promotor, que poderá: a) denunciar o crime; b) requerer o arquivamento<sup>23</sup>, o que ocorre quando a autoria é desconhecida, o fato é atípico e/ou não existe prova razoável do fato ou de sua autoria; c) o promotor também poderá devolver o IP à autoridade policial que o presidiu solicitando novas diligências, que, nesse caso, considera imprescindíveis para o oferecimento da denúncia; d) a extinção da punibilidade é outra alternativa que poderá ser requerida pelo/a promotor/a de justiça.

---

<sup>21</sup> *Peça* é outra categoria utilizada na linguagem jurídica que se refere ao conjunto de documentos (interrogatórios, oitivas de testemunhas, laudos médicos, certidão de nascimento, certidão de óbito, entre outros) que formam o corpus do processo.

<sup>22</sup> Oitiva é um termo técnico-jurídico que se refere ao momento em que as testemunhas de acusação ou de defesa são ouvidas e seus discursos são registrados pelas autoridades do sistema de justiça criminal.

<sup>23</sup> O arquivamento só poderá ser definido pelo/a Juiz/a de direito, é função exclusiva dessa autoridade do Poder Judiciário.

Nesse sentido, um dos documentos que compõem o Processo Criminal, produzido no Ministério Público é a Denúncia. O processo criminal só será aberto de fato se a denúncia feita pelo promotor/a for acatada pelo juiz/a de direito.

De acordo com o Artigo 41 do Código de Processo Penal, são requisitos da Denúncia: a) a exposição do fato (com informações referentes às circunstâncias, temporalidade em que o crime foi cometido, ou seja, toda a história do delito, além da relação de testemunhas); b) a qualificação do acusado; c) a classificação do crime e quando necessário, o rol de testemunhas, se o crime denunciado depender de prova testemunhal.

É importante destacar que existem crimes cuja ação penal é privada, nesses casos, a denúncia depende de quem tem qualidade para intentá-la (“vítima” ou seu representante legal). O documento produzido pelo Ministério Público é de suma importância para quem se propõe a investigar as fontes do Sistema de Justiça Criminal, pois, além de possibilitar o desenrolar da primeira narrativa do fato conflituoso relatado pela vítima à autoridade policial, para o preenchimento do BO e do IP, também reúne a percepção do/a promotor/a sobre os fatos, e possibilita maior compreensão acerca da posição e da relação de poder, as quais são, por sua vez, instituídas normativamente e legitimam a autoridade a se pronunciar sobre o caso pedindo ou não o prosseguimento do processo.

Após a aceitação da denúncia que foi encaminhada pelo promotor de justiça ao (à) juiz/a de direito, inicia-se de fato, o processo criminal.

No âmbito do judiciário, o juiz é incumbido de prover a regularidade do processo e manter a ordem no curso dos respectivos atos. Cabe ao mesmo proceder a instrução criminal ao receber a denúncia do Ministério Público, citar o réu e designar o dia e a hora em que irá proceder o interrogatório (COSTA, 2008, p. 93).

O Código de Processo Penal estabelece que o/a juiz/a procederá o interrogatório do réu, podendo ser arroladas testemunhas pelo/a mesmo/a ou por seu/a defensor/a, que oferecerá alegações escritas. Essa fase, cumprida ou não, será acompanhada da inquirição das testemunhas de acusação e de defesa, devendo as de acusação serem ouvidas prioritariamente. Após a oitiva das testemunhas, o Ministério Público e

o réu têm um prazo de 24 horas para requererem diligências. Terminado o prazo, é aberto o período de vistas (três dias) dos autos para alegações do Ministério Público, da defensoria e do advogado do réu.

Concluídos os prazos, o juiz pode finalizar os autos e iniciar a sentença, que de acordo com o artigo 381 do CPP, tem como pontos: a) os nomes das partes ou, quando não possível, as indicações necessárias para identificá-las; b) a exposição sucinta da acusação e da defesa; c) a indicação dos motivos dos fatos e do direito em que se funda a decisão; d) a indicação dos artigos de lei aplicados; e) o dispositivo; f) a data e a assinatura do juiz. A sentença poderá ser absolutória ou condenatória, dependendo da compreensão do/a juiz/a sob a constituição do fato conflituoso em fato penal.

Findo todo o ritual<sup>24</sup> de composição das peças processuais no Sistema de Justiça Criminal, é possível ter uma visão ampla acerca da relação entre Sistema de Justiça e atores sociais, cujo objetivo é a construção social do crime, transformando-o em fato tipificado nos moldes jurídicos. O processo criminal é construído a partir de procedimentos burocráticos entre três instituições com funções diferentes mas que, juntas, trabalham para a pacificação dos conflitos. A comunicação entre as mesmas estabelece o processamento de diversos crimes. Dessa maneira, as diversas peças processuais tornam-se documentos importantes para a pesquisa científica, pois evidenciam os conflitos presentes na sociedade e sustentam uma lógica ordenadora que norteia os comportamentos conforme as identidades sociais. Dentro desse contexto, volto a enfatizar que os processos judiciais constituem importante fonte de pesquisa, na medida em que possibilitam a compreensão da batalha social travada na esfera do jurídico em busca da solução de conflitos. É possível extrair dos mesmos, análises diferenciadas sobre os diversos segmentos sociais, além de possibilitar compreender o jogo de poder constituído pelos discursos, que envolve várias instituições na construção do documento oficial.

Da mesma forma, ao estudar os processos, tenho clareza de que os atos conflituosos denunciados são processados através de instituições policiais e jurídicas. Estas fazem o papel de mediadoras entre os fatos acontecidos, que foram considerados como violadores da regra social e

---

<sup>24</sup> Utilizo o termo “ritual de composição” para designar todas as fases e instituições necessárias à construção do processo criminal, com suas semelhanças e diferenças.



da lei, transformando-os em autos, isto, a partir da seleção dos elementos presentes nas narrativas dos diferentes atores envolvidos nos processos, que serão incluídos ou excluídos após as várias versões dos atos narrados (VIEIRA, 2007). Portanto, do ponto de vista metodológico, lido com um tipo específico de discurso, o jurídico, que não representa efetivamente a experiência vivenciada pelos sujeitos, mas que me aproxima das representações sociais sobre conflitos e quebra de normas e valores sociais. Como sugere Corrêa (1983), através da leitura dos processos criminais, poderei observar a construção social desses conflitos:

No momento em que os atos se transformam em autos, os fatos em versões, o concreto perde quase toda sua importância e o debate se dá entre os atores jurídicos, cada um deles usando a parte do 'real' que melhor reforce seu ponto de vista. Nesse sentido, é o real que é processado, moído, até que se possa extrair dele um esquema elementar sobre o qual se construirá um modelo de culpa e um modelo de inocência (CORRÊA, 1983, p. 40).

Rifiotis (2008) ao refletir sobre o uso das fontes processuais pontua que “os autos reproduzem um universo limitado das experiências sociais, criando seus próprios mundos aceitáveis” (RIFIOTIS, 2008, p. 230). Segundo esse autor, o direito penal não atua sobre o conflito, mas diretamente sobre as pessoas nele envolvidas, construindo uma polarização binária entre “vítima-agressor”, duas posições, porém, que são necessárias para a existência de um processo jurídico.

À medida que permitem identificar a quantidade de registros que chegam à esfera judicial, bem como as formas de tratamento que as autoridades policiais, escrivães, promotores/as, advogados/as e juizes/as de direito utilizam em relação às partes envolvidas, os processos possibilitam perceber como são descortinados determinados tipos crimes e como as “vítimas” e “agressores” são apresentados pelo Sistema de Justiça Criminal. De acordo com Maggie (1992, p. 40), “Os processos são documentos especiais, pela contribuição que trazem ao entendimento da batalha que se trava na justiça e na vida social mais ampla. Daí a importância de se discutir seu valor”.

O processo penal sustenta-se em uma lógica ordenadora que norteia os comportamentos conforme as identidades sociais – a conduta adequada ao sexo, ao papel na família. Portanto, o documento judicial

revela que “o que está no processo está no mundo, isto é, os princípios que regulam e norteiam o discurso dos juízes são também princípios ordenadores de um modo geral” (MAGGIE, 1992, p. 49). Por outro lado, o processo possibilita a emergência de vários discursos, pois nele são transcritos os depoimentos de testemunhas, da vítima, do acusado, de peritos. Essa é a riqueza desse tipo de documento, que possibilita ao analista entrever o confronto dos discursos, mesmo que estejam enquadrados em fórmulas pré-estabelecidas.

É importante conhecer a história da peça documental que se pretende estudar e o contexto social em que a mesma foi produzida. As condições em que tais documentos são redigidos, o propósito e por quem foi produzido. A contextualização do documento que apresento é fundamental, pois demonstra características específicas de um lugar. Por outro lado, aponta que documento nenhum é neutro, por isso um dos pontos cruciais do uso das fontes documentais consiste na necessidade de se compreender o texto no contexto de sua época. Desconfiar das fontes, das intenções de quem produziu, através de uma leitura crítica é fundamental no trabalho com documentos.

#### **1.4 Jornais e Entrevistas como Fontes de Pesquisa**

Faço uma incursão na leitura e análise de dois jornais de ampla circulação na capital sergipana durante o período que corresponde aos anos de 1995 a 2001<sup>25</sup>. Estes periódicos alcançam públicos de variados segmentos sociais, o *Jornal da Cidade*, veiculado diariamente, e o *Cinform*, semanalmente.<sup>26</sup> A análise dos jornais foi muito importante, pois me ajudou a compreender como questões sobre homossexualidade se fizeram presentes nos debates diários que marcaram a cidade de Aracaju dos anos 90.

---

<sup>25</sup> Período em que os processos foram registrados.

<sup>26</sup> Durante os meses de agosto, setembro e outubro de 2010 frequentei diariamente os arquivos do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Também pesquisei no arquivo do *Jornal Cinform*. O *Jornal da Cidade* faz parte de um tipo de imprensa escrita e dirigida, em especial, às classes médias e altas urbanas, o *Cinform*, além de atingir os segmentos médios e altos, também adentra muito fortemente nas camadas populares, com manchetes de cunho mais sensacionalista.

Conforme Marta Costa, Carlos Barreto e Maria Colucci (2011), o Jornal da Cidade foi criado no ano de 1971 pelo jornalista Ivan Valença e pelo publicitário Nazário Santos Pimentel. O periódico surgiu no formato tabloide com circulação semanal, sempre às segundas-feiras e não contava, em seu início, com um corpo de funcionários especializados. A partir do ano de 1972, o referido jornal passou a circular diariamente, sofrendo alterações importantes no ano de 1976, quando foi comprado pelo então senador da República, Augusto do Prado Franco, que investiu capital financeiro com o intuito de modernizá-lo:

A fundação não havia propriamente funcionários. A impressão era terceirizada, junto à gráfica João XXIII, e a distribuição era organizada pelos próprios meninos que vendiam o jornal. O jornal era feito por duas ou três pessoas, que não eram gratificadas. Em 1975 o padrão gráfico do Jornal foi modificado, mas ainda continuando um tablóide, a mudança mais significativa aconteceu no ano seguinte. No dia 05 de abril de 1976, o pequeno diário, que já era líder de mercado, foi adquirido pelo empresário e ex- senador Augusto do Prado Franco. Ele acreditou no projeto, e movido por uma visão de futuro e espírito empreendedor decidiu que o Jornal da Cidade seria o maior (COSTA; BARRETO; COLUCCI, 2011. p. 5-6).

A fundação do Jornal Cinform ocorreu na década de 1980, em 02 de fevereiro de 1982. A primeira edição do Jornal foi veiculada no dia 12 dezembro do mesmo ano e contou com uma circulação de aproximadamente 1000 exemplares. Atualmente, o referido Jornal conta com um maquinário moderno, presta serviço para jornais locais e interestaduais. Segundo Costa, Barreto e Colucci (2011), possui uma tiragem média de 25000 exemplares por semana.

Para a construção deste capítulo, pesquisei em todos os exemplares dos dois periódicos publicados entre os anos de 1995 e 2001, e cataloguei 708 notícias gerais. Além de recolher matérias sobre homossexualidade, também cataloguei notícias mais gerais que no cômputo total pudessem me auxiliar na caracterização das questões que pretendo neste capítulo. Todas as notícias serviram como base para a

construção do capítulo e suas referências encontram-se no apêndice deste trabalho para auxiliar pesquisadore/as em investigações futuras.

Esse marco temporal corresponde ao período em que os dois processos criminais que trato aqui na tese foram registrados e sentenciados junto ao Sistema de Justiça Criminal. Portanto, para esta pesquisa o estudo dos jornais oferece instrumentos para verificar como as questões relacionadas à homossexualidade eram noticiadas e quais as principais abordagens realizadas.

Os jornais constituem fontes de pesquisa muito importantes, pois possibilitam ao pesquisador/a apreensão mais ampla dos fatos que acontecem no âmbito social, e fornecem elementos para pensar e extrair das notícias aparentemente corriqueiras ou sensacionalistas, uma dimensão sociocultural importante.

Uma das questões propostas é verificar como são apresentadas, através dos periódicos, os fatos sociais que, muitas vezes, passam despercebidos numa escala mais ampla do contexto histórico. Além disso, lidar com pesquisas em jornais também possibilita que o olhar do/a pesquisador/a concentre-se na escala de pessoas comuns. Outra dimensão que ratifica a importância da pesquisa em documentos está ancorada no fato de que o/a pesquisador/a<sup>27</sup>:

Consultando arquivos, compila uma série de textos, leituras e imagens deixadas pelas gerações passadas, que, no entanto, são reescritos e revistos a partir do presente e de novos pressupostos, o que termina transformando tais documentos em monumentos esculpidos pelo próprio historiador, ou seja, o dado não é dado, mas recriado pelo especialista em História. O que se chama de evidência é fruto das perguntas que se fazem ao documento e ao fato de que, ao serem problematizados pelo historiador, transformam-se, em larga medida, em sua criação (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 62-63).

---

<sup>27</sup> No trecho citado, o autor refere-se ao historiador. Uso essa citação para ratificar também a importância do/a pesquisador/a de campos diferentes ou interdisciplinares que apostam na pesquisa documental para análise histórica e social.

A concepção de documento que sustenta minha argumentação está baseada em Le Goff (2003), quando afirma que os documentos assim como os monumentos são materiais da memória coletiva. Para esse autor, os documentos devem ser compreendidos como monumento, isto é, devem ser considerados como herança do passado, pois os documentos evocam o passado, na medida em que espontânea ou involuntariamente perpetuam as sociedades históricas.

Conforme Le Goff (2003), a escola dos Analles<sup>28</sup> no início do século XX estabeleceu uma crítica à noção de documentos empreendida pelo Positivismo. Questionou a superioridade documental perpetrada pelos historiadores e argumentou que não existe um documento objetivo, inócuo e primário, além disso, propôs que a “verdade” imposta ao documento seja sempre questionada, ou seja, todo documento deve ser analisado como um instrumento de poder repleto de discursos variados, pois a confecção dos mesmos resulta de um processo de escolhas que envolvem relações de poder constituídas a partir de características socioculturais que marcam épocas e sociedades diferentes, assim, “O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder” (LE GOFF, 2003, p. 535-536).

Nesse sentido, a chave para o estudo histórico deve conectar-se à percepção do pesquisador/a de que esse tipo de fonte não se traduz em “verdade absoluta”, ao contrário, necessita ser problematizada, confrontada, questionada e criticada, considerando, sobretudo, as condições sociais em que foram produzidos e as relações de poder que os envolvem (FOUCAULT, 1977).

No marco temporal estudado, várias notícias foram encontradas que retratam questões de gênero e sexualidade. A interpretação dessas notícias aqui neste capítulo é apenas mais uma forma de olhar os acontecimentos e problematizá-los em busca de compreender os fatos sociais presentes em Aracaju dos anos 90, mas é necessário ficar atento para o fato de que:

---

<sup>28</sup> Segundo o autor, a Escola dos Analles propunha “novos objetos, problemas e abordagens”. Os aportes analíticos provenientes de disciplinas como a Sociologia, Antropologia, Linguística e a Semiótica, forçavam o historiador a refletir sobre as fronteiras de sua própria disciplina.

O pesquisador dos jornais e revistas trabalha com o que se tornou notícia, o que por si só já abarca um espectro de questões, pois será preciso dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa. Entretanto, ter sido publicado implica atentar para o destaque conferido ao acontecimento, assim como para o local em que se deu a publicação: é muito diverso o peso do que figura na capa de uma revista semanal ou na principal manchete de um grande matutino e o que fica relegado às páginas internas. Estas por sua vez também são atravessadas por hierarquias: trata-se por sua vez da seção “política nacional” ou da policial (...) Em síntese, os discursos adquirem significados de muitas formas, inclusive pelos procedimentos tipográficos e de ilustração que os cercam. A ênfase em certos temas, a linguagem e a natureza do conteúdo tampouco se dissociam do público que o jornal ou revista pretendem atingir (TÂNIA DE LUCA, 2010, p. 140).

A pesquisa realizada foi extensa, o que possibilitou o encontro de vários assuntos correspondentes ao nosso recorte. Dividi e classifiquei as notícias em quatro categorias “movimento homossexual em Aracaju”, “violências contra homossexuais”, “coluna social” e “AIDS”<sup>29</sup>.

Ao pesquisar em jornais, objetivei analisar todas as notícias que tiveram como foco assuntos relacionados à homossexualidade em Aracaju dos anos 90. Através da leitura e da análise dos jornais, pude perceber como os referidos periódicos apresentavam muitas notícias sobre homossexualidade, o que me possibilitando fazer uma conexão entre os discursos presentes nos processos criminais e nos jornais, sobretudo, considerando práticas homofóbicas, homossexualidade e justiça durante o marco temporal estudado.

Nessa perspectiva, analiso os discursos apresentados nas notícias, manchetes, editoriais e cartas de leitores sobre sexualidade,

---

<sup>29</sup> Termo que se refere à justaposição das siglas em inglês do vírus causador e da própria síndrome da imunodeficiência adquirida. Essa enfermidade destrói o sistema imunológico expondo o corpo a doenças oportunistas Conforme Júlio Simões e Regina Facchini, 2009.

homossexualidade, crimes, que atingiram homossexuais em Aracaju durante os anos 90, e sobre AIDS. O estudo de jornais possibilita ao pesquisador/a compreender acontecimentos variados e fornece elementos para entender a vida cultural, política e econômica da cidade em que é escrito, e das pessoas que dela fazem parte.

O uso de jornais como fonte de pesquisa começou a se constituir efetivamente no Brasil a partir da década de 1970. No início de século XX, já havia o reconhecimento da importância dessas fontes no Brasil, no entanto, tal reconhecimento estava vinculado apenas à necessidade da produção de uma história da imprensa e, conseqüentemente, de seus protagonistas. Nesse período havia resistência dos pesquisadores/as ao uso da imprensa para a escrita da história.

Os fatores que explicam essa situação são apresentados por Luca (2010) com base nos argumentos e parâmetros de construção do conhecimento científico do século XIX, ou seja, um conhecimento associado ao ideal de busca de uma verdade universal e objetiva. Cabia ao historiador/a interessar-se por fontes marcadas pela neutralidade, fidedignidade e afastada de seu tempo. Na década de 1930, a Escola dos *Annales* propunha novos objetos, problemas e abordagens para o estudo da História.

Os aportes analíticos provenientes de disciplinas como a Sociologia, Antropologia, Linguística e a Semiótica, forçavam o/a historiador/a a refletir sobre as fronteiras de sua própria disciplina e contribuiu para o reconhecimento e aceitação de outros objetos de estudos e de variados tipos de fontes. Nesse contexto, os jornais começam a se constituir como documentos importantes para pesquisa histórica, pois colocam em evidência questões interessantes sobre a constituição dos grupos sociais, da política, da economia e da cultura. Foi nos anos 70 que esse tipo de fonte começou a ser usada no Brasil, tornando-se objeto de pesquisa histórica e tratando de temas diversos como o movimento operário, a política, trabalho e o campo de gênero.

Ao estudar o jornal, o/a pesquisador/a deve ter atenção especial sobre determinadas questões que constituem tais documentos, uma delas diz respeito à materialidade dos impressos. É importante que sejam compreendidos os métodos de impressão, imagens, letras, manchetes e editoriais (GROSSI et al., 2010). Outro elemento fundamental é historicizar e contextualizar as fontes, considerando, sobretudo, as condições de produção, os motivos, as formas de apresentação, o destaque de determinados assuntos em detrimento de outros e o local onde os acontecimentos são publicados nos jornais, verificando os significados que os discursos adquirem, pois como destaca Luca,

Jornais e revistas não são, no mais das vezes, obras solitárias, mas empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os tornam projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de idéias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita (LUCA, 2010, p. 140).

Outro ponto relevante do jornal é que as suas páginas não se limitam a publicar notícias locais, surgem abordagens de outras regiões e localidades dando uma dimensão ampla e variada de eventos históricos e sociais de determinada época. No entanto, como destaca Maria Juraci Cavalcante (2002), é imprescindível fazer um recorte temático ao estudar jornais devido ao caráter universal do ato de noticiar,

O recorte temático não significará, contudo, que a totalidade dos conteúdos inscritos nas páginas do jornal deixe de ser observada, considerando que é justamente o confronto entre a particularidade eleita pelo pesquisador e o universo global de acontecimentos, que permite compreender o lugar e o valor dos fatos específicos nele pesquisados (CAVALCANTE, 2002, p. 3).

Nesse sentido, compreendo os documentos como discursos historicamente marcados a respeito do fato estudado. Considerando que objetos e sujeitos devem ser pensados como frutos de práticas discursivas que não trazem, necessariamente, evidências<sup>30</sup> em si mesmos. Albuquerque Júnior assevera que,

Os documentos são formas de enunciação e, portanto, de construção de evidências ou de realidade. A realidade não é uma pura

---

<sup>30</sup> Segundo Albuquerque Júnior (2007), a evidência não deve ser entendida como uma empiria pura que espera o momento de ser capturada pelo conceito que se considera adequado, ao contrário, a evidência se manifesta a partir de uma certa vidência, ou seja, é construção de uma forma de ver, de uma visibilidade e de uma dizibilidade social e historicamente situada.



materialidade que carregaria em si mesma um sentido a ser revelado ou descoberto, a realidade além de empírica é simbólica, é produto da dotação de sentido trazidas pelas várias formas de representação (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 25).

Parto do pressuposto teórico de que os documentos são produzidos a partir de intencionalidades e de que as diversas leituras possíveis que o/a pesquisador/a pode fazer dos mesmos também são acompanhadas de intenções, que evidenciam a priori alguns eventos em detrimento de outros. Considero que os eventos históricos devem ser percebidos como produtos de relações sociais, relações de poder e conflitos que envolvem práticas e atividades que são humanas, individuais e coletivas e que as leituras que posso fazer representam apenas mais uma possibilidade de ver e de lidar com os fatos.

Além do estudo de processos penais e da análise de jornais, também realizei entrevistas com pessoas que desenvolveram trabalhos importantes na cidade na década de 1990, atuando diretamente com questões relacionadas à sexualidade e homossexualidade.

A realização das entrevistas está apoiada na Antropologia e considera os elementos destacados por Roberto Cardoso de Oliveira (2006), quando retrata a importância de transformar o/a informante em interlocutor/a e promover uma relação dialógica no ato de entrevistar. Esse entendimento metodológico proposto por Cardoso de Oliveira (2006) faz com que os possíveis confrontos existentes entre o universo do/a informante e do/a pesquisador sejam, provavelmente, diluídos, pois a possibilidade da criação de um espaço semântico partilhado por ambos torna-se iminente. Para atingir essa esfera, exige-se a habilidade desenvolvida pelo pesquisador em saber ouvir o informante e por ele também ser ouvido, estabelecendo uma relação dialógica entre “‘iguais’, sem receio de estar, assim, contaminando o discurso do nativo com elementos de seu próprio discurso” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2006, p. 24).

Através das entrevistas é possível perceber a relação entre os/as entrevistados e os fatos narrados pelos mesmos, além de trazer informações elucidativas sobre as conjunturas do passado e do presente. O relato pessoal passa a ser compreendido como um meio de pesquisa capaz de fornecer elementos que transmitam ou indiquem perspectivas gerais sobre experiências coletivas ou visões de mundo que se tornam possíveis a partir de determinada configuração histórica e social. As

entrevistas foram realizadas com pessoas que atuaram e continuam trabalhando diretamente na constituição do movimento homossexual em Aracaju, em especial, com o Grupo Dialogay, primeiro do Estado, criado em 1981, que atuou efetivamente nas questões homossexuais durante as décadas de 1980 e 1990. Também entrevistei pessoas que se destacaram no âmbito das políticas públicas de saúde e justiça no Estado.

As entrevistas são consideradas como fontes importantes para o entendimento do problema em questão, portanto foram conectadas e analisadas juntamente com outras fontes, como jornais e processos criminais, para que o procedimento da interpretação e da análise se estabelecesse de forma mais ampla e possibilitasse uma perspectiva maior de compreensão.

O pluralismo das fontes se constitui como algo essencial para o entendimento das questões socioculturais, pois as várias dimensões possibilitam perceber dissonâncias ou semelhanças existentes entre as questões estudadas. Dessa forma, o cruzamento de fontes é um método primordial, na medida em que permite vislumbrar outras formas de representação sobre o problema estudado e outros modos que podem auxiliar na compreensão dos fatos.

Sendo assim, cruzar os processos criminais, jornais e entrevistas foi um procedimento metodológico que me deu suporte para compreender como os/as personagens envolvidos/as nos processos interagem com o pensamentos/ideias presentes em um contexto social mais amplo, apresentado pela mídia impressa e por pessoas que estão ligadas diretamente à temática estudada. Esse método também possibilita o surgimento de elementos que clareiam ângulos ignorados desse contexto, é uma forma de iluminar e relacionar os processos criminais a uma realidade social maior, procurando ligações e explicações entre os mesmos.

No próximo capítulo, apresento uma discussão teórica acerca das principais categorias que constroem a tese, considerando os aspectos que marcaram o início da produção deste trabalho, bem como o desenvolvimento do mesmo através dos *insights* surgidos com a leitura das fontes e dos debates coletivos que travei em congressos, na disciplina seminário de tese e nas reuniões com minhas orientadoras. Sendo assim, a discussão teórica tem como objetivo aprofundar o debate sobre o processo de modernização presente no cenário da cidade de Aracaju, abordando temas importantes que surgiram nas fontes pesquisadas, como crimes sexuais, homofobia, movimento homossexual e AIDS. A incursão teórica sobre tais categorias marca a análise das

fontes que compõem os capítulos que se sucedem, mas não encerra o debate, pois durante a construção de todo o texto dialogarei com autores/as importantes para a compreensão do objeto desta tese.



**Reza**

Deus me proteja da sua inveja  
Deus me defenda da sua macumba  
Deus me salve da sua praga  
Deus me ajude da sua raiva  
Deus me imunize do seu veneno  
Deus me poupe do seu fim

Deus me acompanhe  
Deus me ampare  
Deus me levante  
Deus me dê força  
Deus me perdoe por querer  
Que deus me livre e guarde de você  
(RITA LEE, 2012)<sup>31</sup>

---

<sup>31</sup> LEE, Rita. **Reza**, 2012.



## **CAPÍTULO 2**

### **DA CONSTRUÇÃO DAS CATEGORIAS TEÓRICAS: CRIMES SEXUAIS, HOMOFOBIA, MODERNIZAÇÃO EM ARACAJU DOS ANOS 90**

#### **2.1 Crimes Sexuais *versus* Homofobia: Como pensar a questão na justiça?**

Em relação à categoria “crimes sexuais” é importante pontuar que os mesmos entram em minha análise, especialmente porque foi através dessa tipificação jurídica que tive acesso aos dois processos que analiso. É uma categoria transversal, mas importante histórica e socialmente na análise que faço.

Os crimes sexuais ainda permanecem com uma característica peculiar tanto na sociedade, na legislação penal, bem como na forma em que a lei é aplicada pelos/as profissionais do direito, quando os delitos ganham publicidade. Conforme Mireya Suarez et al., (1999) e Gavron (2008) são crimes que estão envolvidos por um “manto de valores morais que ainda consagram a honra familiar”, muitas vezes, em detrimento do ato criminoso. Outro aspecto que deve ser destacado é que as regras contidas no Código Penal e Processual podem atuar como delimitadoras das ações e decisões dos profissionais do direito (VARGAS, 2004).

O princípio da legalidade é o fundamento da atuação dos profissionais do Direito, no entanto algumas análises sobre a atuação desses em relação aos crimes sexuais, principalmente nos casos em que as vítimas são mulheres, demonstram que muitas vezes, o princípio da legalidade não é a base principal para a construção e conclusão do processo tipificado como crime sexual (ARDAILLON; DEBERT, 1987; COSTA, 2008; SÍLVIA PIMENTEL; ANA SCHRITZMEYER; VALÉRIA PANDJIARJIAN, 1998).

O encontro com os processos criminais que me propus estudar só foi possível porque os mesmos estavam tipificados como crime sexual. Localizar esses documentos em meio a tantos outros, recheados de diferentes histórias que envolvem sofrimentos, sentimentos, desejos, tradições, ideologias, práticas burocráticas, significou para mim a possibilidade de me debruçar sobre discursos contidos em tais documentos e tentar ir além dos códigos escritos e do que dizem as instituições formais.

O tipo penal que categoriza os dois processos em questão, segundo as normas jurídicas, enquadra-se como crime sexual. E, mesmo

que a leitura dos documentos evidencie a ausência de qualquer tipo de violência sexual envolvendo efetivamente àquelas/es consideradas/os “vítimas” e aquelas/es identificados/as como “agressores/as” formais no processo, as formas de violências já se fazem presentes desde que as famílias prestam queixa junto à delegacia, fenômeno que denomino de homofobia apoiada em SCHULMAN (2010).

### 2.1.1 Os Crimes Sexuais no Cenário Histórico Nacional

Os crimes sexuais no Brasil foram reconhecidos pelas instituições reguladoras desde o momento em que se estabeleceu na Colônia o direito português. Esse fato ocorreu a partir de 1603, com a aplicação do Código Filipino. Naquele momento, os portugueses legaram ao Brasil um sistema jurídico já estabelecido. A regulação dos delitos criminais e de suas respectivas penas encontrava-se no livro V do referido Código. De acordo com Ronaldo Vainfas (1997), no que se refere aos crimes sexuais, a sodomia era o delito ao qual se voltava mais fortemente a atenção das instituições responsáveis pela aplicação das penas. Geralmente, a sanção imposta era a morte do/a autor/agressor/a na fogueira. É importante registrar que a prática do crime de sodomia era reconhecida pelo direito português, tanto pela mulher quanto pelo homem.

As Ordenações Filipinas são compostas por cinco livros que trazem em seu bojo as normas jurídicas que vigoraram no Brasil até a promulgação do Código Criminal do Império, em 1830. O livro V das Ordenações diz respeito ao Direito Penal, era formado por um conjunto de dispositivos legais que definiam os crimes e as penalizações aos criminosos. No título XIII desse livro intitulado “*Dos que comettem o peccado da sodomia, e com alimarias*” apresenta-se a definição do crime de sodomia e sua respectiva pena, o termo usado nas Ordenações era sodomia:

Toda a pessoa, de qualquer qualidade que seja, que peccado de sodomia per qualquer maneira cometer, seja queimado, e feito per fogo em pó para que nunca de seu corpo e sepultura possa haver memória, e todos os seus bens sejam confiscados para Côroa de nossos Reinos, posto que tenha descendentes; pelo mesmo caso seus filhos e netos ficarão inhabiles e infames assim como os daquelles que cometem crimes de lesa magestade. Esta Lei queremos, que também se e



haja lugar nas mulheres, que humas com as outras comettem peccado contra natura e da maneira que temos ditos nos homens (ORDENAÇÕES FILIPINAS, 1982, p. 540).

A pena de morte também se estendia a outros tipos penais como o crime de lesa-majestade, o crime de moeda falsa, o estupro, o homicídio e o parricídio o que tornava o livro V muito rigoroso em suas leis. Segundo Silvia Lara (1999), a explicação para tanta rigidez estava ancorada no fato de que,

Não se trata simplesmente de matar o criminoso, mas de relacionar a gravidade de sua falta ao rigor da punição, fazer com que o sofrimento do condenado inspire temor e sirva de exemplo, expiando suas culpas e restaurando o poder real violado pelo crime em toda a sua força e plenitude (LARA, 1999, p. 22).

Através das transformações sociais pautadas nas ideias civilizadoras, as características legais desse tipo de delito foram alteradas. As modificações que aconteceram estão expressas nos Códigos Criminais de 1830, 1890, 1940 e nas alterações apresentadas na Lei 12.015 de 2009. Com relação ao crime de sodomia reconhecido no Brasil Colônia, os textos filipinos apontam que a pena aplicada aos autores desse delito deveria ser elevada também a quem dormisse forçadamente com uma mulher, exceto se a “vítima” fosse reconhecida socialmente como prostituta ou escrava. Nessa condição, a aplicação do castigo dependeria da determinação do Rei: “As ordenações puniam o crime de estupro, isto é, o crime de conjunção carnal ‘per força’ com a pena de morte, a que não escapava o criminoso nem mesmo se casasse com sua vítima” (CHRYSOLITO DE GUSMÃO, 1981, p. 89).

O crime sexual contra a mulher é considerado grave nos textos das Ordenações Filipinas. Contudo, é preciso registrar que pouquíssimos casos eram publicizados e condenados nessa fase histórica do Brasil. Georges Vigarello (1998), em seus estudos sobre o estupro na sociedade francesa do século XVI ao XX, afirma que o “Estupro como muitas violências antigas, é severamente condenado pelos textos do direito clássico e pouco penalizado pelos juízes” (VIGARELLO, 1998, p. 14).

Em relação ao Código Filipino, a pena imposta a quem dormisse com uma mulher de maneira forçada poderia chegar à morte, ou seja, a letra da lei sugeria formas de controle e punição cujo objetivo era

legitimar a violência, à medida que elaborava métodos de amedrontamento e controle da sociedade. Utilizava a fogueira, o enforcamento, o punho cortado, a roda. Entretanto, também eram empregados castigos diferenciados e mais amenos, dependendo da condição social do autor (VIGARELLO, 1998).

O Código Filipino permaneceu vigente no País até a promulgação do Código Criminal Brasileiro de 1830. Neste novo documento, a sodomia não era punida, inclusive todas as referências à sodomia foram removidas dos textos (MOTT, 2001). No entanto, havia um forte teor moral, pois a religião oficial do Estado era o catolicismo, em razão desse fato a prática sodomita era considerada grave infração às normas da Igreja Católica. A separação entre Igreja e Estado só ocorreu em 1891, com a oficialização da Constituição conforme Paulo Miriante (2005).

O Primeiro Código Penal Republicano começou a vigorar no ano de 1890, promulgado pelo Decreto n. 847, também não penalizava a sodomia com tipificações específicas, no entanto havia implicitamente formas de punir as práticas homossexuais, principalmente entre homens, como é o caso do artigo 266 referente ao crime de Atentado Violento ao Pudor.

Conforme tipificação do Código de 1890, o crime de atentado ao pudor era definido como “Atentar contra o pudor de pessoa de um ou de outro sexo, por meio de violências ou ameaças, com o fim de saciar paixões lascivas ou por meio de depravação moral. Pena de um a seis anos de prisão celular” (GUSMÃO, 1981. p. 158).

Segundo Green (2006, p.77), “este artigo foi geralmente aplicado em casos que envolviam relações sexuais entre adultos e menores, incluindo homens adultos com meninos”, como é o caso dos processos que estudo. De acordo com Simões e Facchini (2009, p. 54) “No Brasil, o controle das práticas homossexuais se valeu das leis contra as relações sexuais envolvendo menores de idade (independente do sexo), o atentado ao pudor e a vadiagem”.

Outros artigos do Código Penal de 1890 também foram usados enfaticamente para a criminalização da homossexualidade, como o art. 282, referente ao crime de Ultraje Público ao Pudor que se define como,

Ofender os bons costumes com exhibições impudicas, atos ou gestos obscenos, atentatórios do pudor, praticados em lugar público ou freqüentado pelo público, e que, sem ofensa à honestidade individual de pessoa, ultrajam e

escandalizam a sociedade a pena compreendia um a seis meses de prisão celular (GREEN, 2006, p. 78).

O artigo 379 também foi utilizado para aprisionar homossexuais que se travestiam com roupas do sexo oposto, descrevia o tipo penal:

Usar de nome suposto, trocado ou mudado, de título, distintivo, uniforme ou condecoração que não tenha; Usurpar título de nobreza, ou brasão de armas que não tenha; disfarçar o sexo, tomando trajos impróprios do seu, e trazê-los publicamente para enganar: Pena de prisão celular por quinze a sessenta dias (GREEN, 2006. p. 78).

O período carnavalesco era o único momento em que a polícia relevava os/as que se travestiam. No restante do ano, a prática corriqueira era o aprisionamento dos homossexuais que se vestiam com roupas do sexo oposto (GREEN, 2006).

A mudança na legislação referente aos crimes sexuais começou com a instauração do Código Penal Brasileiro de 1830<sup>32</sup>, sendo aprofundada em 1890, quando se desenvolveu por parte da sociedade e de seus representantes um olhar mais apurado e envolvendo maior relação com o saber a respeito desse tipo de delito (FOUCAULT, 1988). Essas questões estiveram pautadas nas ideias defendidas pela escola positivista de criminologia, e, sobretudo, tiveram a intenção de disseminar maior grau de civilidade, além de estabelecer mais efetivamente formas de controle da sociedade. Segundo Tatiana Landini (2004), sob a influência da escola positivista de criminologia, o direito penal adquiriu uma tendência civilizatória, cuja missão era incutir o mínimo de valores burgueses nas mentes de homens e mulheres.

Portanto, com a especificação e distinção no Código Penal de 1890 dos diversos crimes sexuais, dentre eles, atentado violento ao pudor, defloração, sedução e corrupção de menores,

---

<sup>32</sup> Segundo Paula Bajer (2002), “O Primeiro Código de Processo Criminal do Brasil, estatuto que regula a forma como deve ser decidido se a pessoa praticou o crime e se merece punição, foi promulgado em 1832. Foi bastante liberal e oferecia muitas garantias de defesa ao acusado (...). O Código de Processo Criminal, seguindo o Código Criminal, distinguia os modos de proceder para os crimes públicos e crimes particulares” (BAJER, 2002, p. 24-25).

raptos e estupro, e conseqüentemente a diferenciação das respectivas penalidades, acreditou-se que o Brasil deu um passo importante rumo ao mesmo grau de modernidade de outras nações mais desenvolvidas (LANDINI, 2004, p. 4).

Outro dado importante referente à legislação penal do Brasil foi o de que até o ano de 1934, era permitido a cada Estado da Federação ter seu próprio Código Penal, principalmente porque com a Proclamação da República, a Constituição republicana de 1889 estabeleceu o federalismo e a descentralização. Em 1934, a nova constituição centralizou a lei e impôs ao País o estatuto que entraria em vigor no ano de 1941. Esse Código, antes de ter sido editado, sofreu uma alteração substancial que modificou o sistema punitivo brasileiro:

O decreto 167, de 05 de janeiro de 1938, deixou o tribunal do júri para poucos crimes: infanticídio, induzimento ou auxílio ao suicídio, duelo com morte, latrocínio e, finalmente, o homicídio (o aborto que hoje é julgado pelo tribunal do júri, ficou fora naquela época) (BAJER, 2002, p. 40).

Atualmente, os crimes de competência do tribunal do júri estão definidos no Código de Processo Penal, no artigo 74 § 1º<sup>33</sup>. Os crimes sexuais, não estão enquadrados nas tipificações que seguem o julgamento através do tribunal do júri.

Em um período de seis décadas, as definições estabelecidas para os crimes sexuais em relação aos Códigos de 1830 e 1890 sofreram modificação, o que revela a necessidade das instituições, em especial, a judiciária, de acompanhar as constantes mudanças que ocorreram na sociedade. No que diz respeito à legislação penal brasileira, ainda que de forma incipiente, houve um maior cuidado em definir pontos que antes não eram considerados, como, por exemplo, esmiuçar as características das possíveis formas de “violências” praticadas pelo/a autor/a da agressão sexual. Ainda que a legislação criminal volte-se a aspectos que

---

<sup>33</sup> Os crimes são o homicídio doloso, o infanticídio, a participação em suicídio e o aborto, tentados ou consumados.

dizem respeito aos valores morais, como a necessidade por parte da “vítima” de comprovar sua condição de honestidade, o fato é que, no intervalo de algumas décadas, houve mudanças no conteúdo jurídico dos crimes sexuais que não estão dissociadas das modificações ocorridas na sociedade, embora as alterações no âmbito da instituição judiciária aconteçam de maneira muito lenta (MARIA SADEK, 2001).

O que quero pontuar, em relação às maneiras como foram conceituados os crimes sexuais nos Códigos de 1830 e 1890, foi o objetivo, conforme consta na obra de Foucault (1988) de se obter maior controle sobre a sexualidade. As definições dos crimes sexuais, sua caracterização como ato delituoso e a forma de penalizar basearam-se, sobretudo, no comportamento social das “vítimas”. Era a sua conduta e a formulação de seu estereótipo fundamentado na pureza e na honestidade que definiriam se ocorreu ou não o delito. Os crimes sexuais carregam forte teor moral no decorrer das mudanças legislativas estabelecidas no Brasil<sup>34</sup>. Cabe às “vítimas” provar sua honra mediante sua conduta no meio social. Consoante Landini (2004, p.5) a valoração da honra estabelecida no Código Penal Brasileiro estava calcada em duas necessidades: “Para modernizar-se, o País deveria proteger sua prole contra a degenerescência, fruto, entre outros fatores, da imoralidade e da perversidade”.

O Código Penal de 1940 permaneceu com a descriminalização da homossexualidade, no entanto as práticas de perseguição e criminalização dos homossexuais continuavam e se baseavam nos discursos da psiquiatria, medicina, antropologia e do direito que se imbuíam cada vez mais de controlar a sexualidade dos indivíduos (FOUCAULT, 1988).

É interessante pontuar que o debate para a construção do Código Penal de 1940 propôs uma minuta que tinha o objetivo de criminalizar tacitamente a homossexualidade. De acordo com Green (2006), durante as discussões foi introduzido o artigo 258, que pretendia pela primeira vez criminalizar enfaticamente as práticas homoeróticas, prescrevendo o seguinte: “Os atos libidinosos entre indivíduos do sexo masculino serão reprimidos, quando causarem escândalo público, impondo-se a ambos os participantes detenções de até um ano” (GREEN, 2006. p. 96-97),

---

<sup>34</sup> A comprovação da honestidade por parte da “vítima” e a conduta social do agressor são pontos fundamentais levados em consideração na abordagem jurídica.

este artigo era seguido de uma cláusula que propunha uma articulação entre o Poder Judiciário e a medicina para a substituição da prisão por hospitalização quando fosse o caso, “Tratando-se de anormais por causa patológica ou degenerativa, poderá o juiz, baseado em perícia médica, substituir a pena por medida de segurança adequada às circunstâncias”.

Tais argumentos foram cortados da última lista de proposta que reuniria o Código Penal de 1940, e a criminalização da homossexualidade continuou implícita nas letras da Lei, sendo aplicada de acordo com a leitura e interpretação dos/as profissionais do direito, conforme a afirmação de Simões e Facchini (2009):

Embora a homossexualidade não fosse punida no Código Penal brasileiro, as leis contra vadiagem, perturbação da ordem pública e prática de atos obscenos em público dava, espaço à repressão policial que atingia, sobretudo, os mais pobres e os de pele mais escura (...) Muitos desses “delinquentes homossexuais” passavam das mãos da polícia para a dos médicos e legistas de instituições, tais como o Laboratório de Antropologia Criminal do Instituto de Identificação de São Paulo (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 65).

Por outro lado, o Código Penal Militar na sessão referente aos Crimes Sexuais, Capítulo VII, artigo 235, define ainda hoje como crime: “praticar ou permitir o militar que com ele se pratique ato libidinoso, homossexual ou não, em lugar sujeito a administração militar, pena: detenção de seis meses a um ano” (BRASIL, 1996, Art. 235). A Constituição Federal de 1988, embora esclareça a punição a toda e qualquer forma de discriminação, deixou de expressar a orientação sexual, o que ocasionou debates sobre as diversas formas de discriminações sofridas por homossexuais.

A tipificação do crime de estupro e atentado violento ao pudor no Código Penal Brasileiro de 1940 continuou a envolver questões relevantes quanto às posições femininas e masculinas na sociedade e ao papel das instituições. O crime de atentado violento ao pudor era definido como “Constranger alguém mediante violência ou grave ameaça a praticar ou permitir que, com ele, pratique-se ato libidinoso diverso na conjunção carnal: pena – reclusão de 6 a 10 anos” (MIRABETE, 1991, p. 423). Já em relação ao estupro, só a mulher poderia ser vítima,

O estupro, primeiro dos crimes contra a liberdade sexual, é definido no artigo 213 do Código Penal Brasileiro, alterado, com relação à pena, pelo artigo 5º da Lei número 8.072/90<sup>35</sup>: constringer mulher à conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça: pena – reclusão de 6 a 10 anos (MIRABETE, 1991, p. 417).

Em 25 de julho de 1990, foi instituída a Lei 8.072 – lei dos crimes hediondos - na qual o estupro e o atentado violento foram inseridos. O objetivo dessa lei é punir mais severamente crimes considerados moralmente repudiáveis pela sociedade. O agressor condenado por tal prática, a partir de julho de 1990, não tem direito ao pagamento de fiança e deve cumprir a pena em regime fechado.

Foram definidas também no Código Penal Brasileiro (CPB) de 1940, algumas generalizações que se classificam como formas qualificadoras ou concurso de crimes que envolvem os delitos de ordem sexual e agravam as penas atribuídas aos “réus” que sofrem a condenação em suas sentenças. Essas formas qualificadas foram caracterizadas pelos artigos 223 e 224 do CPB. No artigo 223, pode-se citar como formas qualificadas que elevavam a pena do ato delituoso tipificado pelo artigo 213, a lesão corporal de natureza grave, tipificada no artigo 129. Portanto, “Se da violência resulta lesão corporal de natureza grave: reclusão de 8 a 12 anos” (MIRABETE, 1991, p. 447). Outro ponto estabelecido é a morte que se origina do fato, havendo ou não violência física. Nesse caso, há o concurso material com o crime de homicídio e a pena é aumentada: “Se do fato resulta morte: reclusão de 12 a 20 anos”.

A presunção da violência era tipificada no artigo 224 do dito Código Penal e estabelecia também o agravamento da pena. A mesma estava baseada em fatores que se ligam à menoridade de 14 anos da “vítima”; ser esta alienada ou débil mental, tendo o acusado conhecimento dessa circunstância; ou, por qualquer outro motivo, não poder a vítima oferecer resistência à prática sexual violenta. A lei estabelece que o artigo 224 tem como objetivo “reforçar a defesa da

---

<sup>35</sup> A Lei dos crimes hediondos entrou em vigor em 25/07/1990 e definiu que esses tipos de crimes são insuscetíveis de anistia, graça, indulto, fiança e liberdade provisória. A pena, em caso de condenação, deverá ser cumprida integralmente em regime fechado.

vítima que tem menor possibilidade de reação, já que se exige a defesa pública onde está comprometida a defesa particular da ofendida” (MIRABETE, 1991, p. 448).

O artigo 226 do Código Penal Brasileiro prevê também o aumento de pena:

A pena é aumentada de quarta parte se: I – se o crime é cometido com o concurso de duas ou mais pessoas, II – se o agente é ascendente, pai adotivo, padrasto, irmão, tutor ou curador, preceptor ou empregador da vítima ou por qualquer outro título tem autoridade sobre ela; III – se o agente é casado (MIRABETE, 1991, p. 456).

É importante destacar que a alínea III do mesmo artigo é referente a autor considerado casado. A lei atribui um aumento de pena a esse tipo de caso, pelo fato do agente não poder mais oferecer matrimônio à ofendida, bem como ter violado deveres do casamento, casos em que as “vítimas” são do sexo feminino. Dessa forma, a legislação penal brasileira abria uma brecha para os autores que propunham casamento à “vítima”, revogando a punibilidade. A punibilidade também era extinta quando a “vítima” casava-se com uma terceira pessoa, sobretudo, quando esta “vítima” era do sexo feminino. Nesses casos, está em questão a seguridade da honra feminina e de sua família, ou seja, há a presença marcante do controle da sexualidade da mulher, antes ela casada com seu agressor do que desonrada no meio social.

Outra característica dos crimes sexuais é que estes se configuravam como delitos de ação penal privada. Era necessário que a “vítima” prestasse uma queixa, salvo se do crime resultasse em lesão corporal de natureza grave ou morte, ou o crime fosse cometido com o abuso do poder de pai ou padrasto, tutor ou curador (MIRABETE, 1991, p. 455). Esse ponto está estabelecido no artigo 225 do Código Penal Brasileiro de 1940. Além do mais, vale pontuar que os crimes sexuais estavam definidos como crime contra os costumes sendo muito mais entendidos, a partir dessa qualificação, como delito de transgressão moral. “A palavra costumes (...) visa de fato a sexualidade (...) atentar contra os costumes é criar um prejuízo social por meio de uma imoralidade sexual, atingir as pessoas em sua segurança moral, provocar um dano por ‘ataque’, mesmo que fosse um ultraje” (VIGARELLO, 1998, p. 131).



Atualmente, os crimes sexuais estão regidos pela Lei 12.015 sancionada pela Presidência da República no dia 10 de agosto de 2009<sup>36</sup>. De acordo com as novas mudanças, o crime de atentado violento ao pudor, antes tipificado no artigo 214 passa a ser caracterizado como estupro e situado no artigo 213. As mudanças mais consideráveis dizem respeito ao fato de que, a partir de agora, o artigo 213 define-se como: Constranger *alguém*, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso. Pena - reclusão, de 6 (seis) a 10 (dez) anos. Parágrafo 1º, se da conduta resulta lesão corporal de natureza grave ou se a vítima é menor de 18 (dezoito) ou maior de 14 (catorze) anos, pena - reclusão, de 8 (oito) a 12 (doze) anos.

De acordo com o parágrafo 2º, se da conduta resulta morte, pena - reclusão, de 12 (doze) a 30 (trinta) anos. Quanto às qualificadoras em razão de lesão corporal grave ou morte, foi incorporada aos tipos penais, na qualidade de tipos derivados, especificamente aqueles que se referem ao delito de estupro e de estupro de vulnerável. Em relação à ação penal também houve mudanças, passa a proceder mediante ação penal pública desde que haja representação. No entanto, se a “vítima” é menor de 18 anos ou pessoa vulnerável, procede-se mediante ação pública incondicionada à representação da mesma.

O artigo 217 também define atualmente o estupro de vulnerável, isto é, ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 anos, a pena é de reclusão de oito a quinze anos, portanto revogou-se o artigo 224 do Código Penal de 1940 e constituiu-se um novo tipo penal.

Pontuadas as principais mudanças em relação aos crimes sexuais, ocorridas no Código Penal Brasileiro, destaco que a minha análise situa-se historicamente a partir do disposto no Código de 1940, uma vez que irei trabalhar com processos criminais registrados na década de 1990 e, portanto, regido pelo referido documento.

É possível perceber que as mudanças legislativas são lentas e muitas vezes não acompanham as interfaces das mudanças sociais, o que ocasiona um descompasso entre os padrões culturais e a Lei, gerando

---

<sup>36</sup> A nova Lei 12.015/2009 tem como título “dos crimes contra a dignidade sexual”, anteriormente a essa Lei, o título se referia como “Dos crimes contra os costumes”.

quase sempre proposições preconceituosas na formulação de Leis e, conseqüentemente, na aplicação da mesma.

## **2.2 Homofobia: um tema em evidência, uma categoria teórica recente**

O uso analítico da categoria homofobia requer a compreensão de que é algo recente na literatura científica, a construção de tal conceito está vinculada ao diálogo permanente entre academia, movimento social e políticas públicas. A incursão teórica para o entendimento da homofobia exige o percurso sobre os estudos de sexualidade com evidência ao importante papel desempenhado pelo movimento homossexual na luta por reconhecimento de direitos ao longo da história.

Para a definição do conceito de homofobia, busco apoio teórico nos estudos de Borrillo (2001, 2010), que o entende como um fenômeno complexo e variado que pode ser percebido através de piadas vulgares atingindo pessoas com preferências homoeróticas ou assumir formas mais brutais como a violência física ou o extermínio de homossexuais. A homofobia se exprime na vida cotidiana através de injúrias, insultos, violências, produções artísticas, científicas e nos debates públicos, instituições e principalmente na família.

Os/as pesquisadores/as Felipe Fernandes, Miriam Grossi e Joana Pedro (2009), realizaram uma pesquisa junto à Plataforma *Lattes*<sup>37</sup> no ano de 2008, com o objetivo de analisar a ocorrência da categoria homofobia em pesquisas acadêmicas brasileiras. Segundo os/as autores/as, essa categoria apresenta-se no cenário teórico atual como um tema emergente. Os campos de produção teórica sobre a temática ainda não produziram suficientemente “argumentos teóricos sobre a homofobia com o objetivo de subsidiar, seja as pesquisas acadêmicas sobre estas questões e sua atuação dentro da conjuntura sócio-histórica-política, seja os movimentos sócias LGBTTT” (FERNANDES; GROSSI; PEDRO, 2009, p. 1).

---

<sup>37</sup> De acordo com os/as autores/as, a Plataforma *Lattes* é uma experiência do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para integração de bases de dados de currículos e de instituições acadêmicas brasileiras.

A categoria homofobia foi encontrada em trabalhos acadêmicos como monografias de graduação, especialização, dissertações de mestrado e teses de doutorado, apenas a partir dos anos 2000, ou seja, não houve nenhuma ocorrência segundo os autores/as, em períodos que antecedem essa data, o que demonstra que tal recorrência é recente e o tema está em processo de construção no campo científico brasileiro. Ainda para corroborar tal afirmação os/as autores/as enumeram o número de trabalhos por ano de publicação, sendo assim classificados: em 2001 (dois trabalhos); 2002 (um trabalho); 2003 (nenhuma produção); 2004 (dois trabalhos); 2005 (um registro); 2006 (cinco trabalhos); 2007 (seis trabalhos) e 2008 (cinco trabalhos). Percebe-se um aumento do número de registros por ano, com pequenas variações.

Outro dado relevante apontado pelos/as pesquisadores/as mostra que a entrada do termo homofobia nas pesquisas brasileiras se estabelece, sobretudo, através do movimento homossexual e das políticas públicas da última década, e não das pesquisas acadêmicas para o movimento. Esse fato demonstra a importância que o movimento e a formulação de políticas públicas têm para a consolidação do campo de estudos da homofobia. Por outro lado, Fernandes (2011) chama atenção para o fato de que a homofobia se apresenta na atualidade como uma categoria híbrida entre o teórico e o político, “é usada no campo interdisciplinar dos estudos de gênero e estudos gays e lésbicos composto por uma coalizão movimentos Sociais-Estado-Universidade, cada segmento com papéis definidos” (FERNANDES, 2011, p. 66).

Os múltiplos usos sociais, científicos e políticos atrelados à homofobia ainda não foram suficientes para sistematizar, organizar e explicar o termo enquanto uma categoria analítica ou política. Sendo assim, o referido autor aponta para o fato de que a homofobia apresenta-se como “(...) uma categoria polifônica, que é ao mesmo tempo usada política e teoricamente mediante diferentes sujeitos (ativistas, gestores e acadêmicos)” (FERNANDES, 2011, p. 66-67).

A construção do conceito de homofobia esteve, portanto, ligada à teoria e às práticas políticas, sobretudo, através do movimento homossexual. A problematização do conceito foi fundamental para conquistas de alguns direitos nas últimas décadas, principalmente no campo do reconhecimento das múltiplas identidades, na luta por políticas de prevenção da AIDS e contra todas as formas de violências que acometem homossexuais. Desse modo, para compreender o porquê do uso do conceito nesta tese, farei um percurso através dos estudos no campo das sexualidades.

### **2.3 Das Sexualidades: movimento homossexual na luta contra homofobia**

Entender a importância do movimento homossexual para a constituição da categoria política homofobia requer que seja feito um percurso sobre os estudos teóricos. No campo de estudo sobre sexualidades faço uso, principalmente, dos textos de Foucault (1977; 1988) para compreender como a sexualidade foi posta em discurso. Técnicas disciplinares que visavam o efetivo controle da sexualidade se desenvolveram a partir do século XIX, traduzidas por uma “vontade de saber” cujo objetivo era construir uma linguagem específica. O surgimento de uma ciência da sexualidade passou a regular e disciplinar o comportamento dos indivíduos a partir da definição do que é “normal” e “anormal”. Pessoas de diferentes idades, gênero, nacionalidade, raça e etnia passaram a ser consideradas alvos desse processo de regulação, e qualquer atitude que ameaçasse a sexualidade “normal”, como as perversões, as doenças venéreas, as formas de sexualidades periféricas e a homossexualidade, eram consideradas doenças que precisavam ser medicalizadas e controladas.

Foucault, em sua clássica obra sobre a *História da Sexualidade I*, argumenta que a partir do final do século XVIII, o sexo começou a ser colocado em discurso, sendo submetido a um processo de intensa incitação, ao mesmo tempo em que as técnicas de poder obedeceram a um princípio de disseminação e implantação das sexualidades polimorfas, contribuindo para uma vontade de saber que se obstinou em construir uma ciência da sexualidade.

Apesar de instituída uma economia restritiva em relação ao sexo, é evidente também que a explosão discursiva em torno desse, nos últimos séculos, aumentou consideravelmente. Essa multiplicação dos discursos teve seu ápice no próprio campo de exercício de poder, ou seja, houve uma maior incitação a se falar e ouvir cada vez mais institucionalmente sobre o sexo, criando-se um dispositivo “completo e de efeitos variados” (FOUCAULT, 1988, p. 29), contribuindo para o surgimento no século XVIII de uma vontade política, econômica, estatística, contabilista, classificatória e analítica para falar do sexo com base em pressupostos racionais.

A disseminação de múltiplos discursos úteis e públicos cumpre o objetivo de policiar, explicar, esconder e racionalizar o sexo. Falar, ouvir, observar, interrogar, registrar e acumular boas quantidades de discursos e explicações sobre o sexo, faz parte de um projeto de controle

da sexualidade pensado e praticado de forma mais intensa pela sociedade ocidental moderna:

Através de tais discursos multiplicaram-se as condenações judiciais das perversões menores, anexou-se a irregularidade sexual à doença mental; da infância à velhice foi definida uma norma do desenvolvimento sexual e cuidadosamente caracterizados todos os desvios possíveis; organizaram-se controles pedagógicos e tratamentos médicos; em torno das mínimas fantasias, os moralistas e, também e sobretudo, os médicos trouxeram à baila todo o vocabulário enfático da abominação (...) (FOUCAULT, 1988, p. 43).

Com a disseminação dos discursos sobre a sexualidade, os holofotes se voltaram para as sexualidades das crianças, dos amantes do mesmo sexo, dos loucos, dos criminosos, das mulheres, ou seja, as sexualidades consideradas periféricas. Muitos mecanismos de vigilância e instâncias de controle se impuseram a partir de século XIX, principalmente àqueles relacionados à pedagogia, às terapêuticas, à medicina e ao sistema jurídico. O controle das sexualidades “periféricas” provocou o surgimento de novas nomenclaturas cujo objetivo era o de marcar, estigmatizar os indivíduos. Segundo Sérgio Carrara (2005, p. 19), sempre se conheceu muito mais a sexualidade pelo seu potencial de perigo do que por seu potencial de prazer; muito mais por ameaçar a sociedade e suas instituições do que por ser por elas transformada, não raramente, em fonte de dor, de isolamento moral, de estigma e de exercício do poder. Talvez seja por isso mesmo, que se saiba hoje muito mais sobre a sexualidade dos homossexuais do que a de heterossexuais, mais sobre as mulheres do que sobre os homens. O surgimento da figura do/a “homossexual<sup>38</sup>” do século XIX merece destaque, pois o mesmo foi considerado como uma “espécie” e suas

---

<sup>38</sup> Foucault (1988) chama atenção para o fato de que “a categoria psicológica, psiquiátrica e médica da homossexualidade constituiu-se no dia em que foi caracterizada – o famoso artigo de Westphal em 1870, sobre as “sensações sexuais contrárias” pode servir de data natalícia” (FOUCAULT, 1988, p. 50).

preferências por relações com o mesmo sexo, como uma doença e, como toda enfermidade, passível de tratamento.

No entanto, a relação entre poder e prazer se estabelece através de uma via de mão dupla. O poder de controlar, fiscalizar, registrar e estigmatizar contribui para a difusão de formas de prazer contestadoras e resistentes, que passaram a ser questionadas e acompanhadas seguidamente da disseminação dos procedimentos da confissão, em várias instâncias de controle, cujo objetivo principal foi descobrir e instaurar uma verdade sobre o sexo, a partir da consolidação de um discurso focado na ciência, cujo principal método era o fazer-falar através de técnicas manipuladas para a captação e produção da verdade sobre o sexo através dos discursos. Formas que também caracterizam o Poder Judiciário e estão muito presentes em documentos como processos criminais.

A proliferação da vontade de saber se dá em diversos campos, mas analiso neste texto o campo da sexualidade e, ao mesmo tempo, a resistência a esses saberes, principalmente no que diz respeito à definição dos padrões sexuais, que é parte constitutiva deste processo de demarcação entre uma sexualidade considerada “normal”, a heterossexualidade, e conseqüentemente, o seu “oposto” a homossexualidade. O fato é que surge nesse momento, e em concordância com a sociedade um ‘tipo’ humano “distintivo” nomeado de homossexual, gerando, conseqüentemente, formas de rejeição e preconceitos que são dirigidas a estas pessoas (FRY, 1982; FOULCAULT, 1988; GREEN, 2000; GUACIRA LOURO, 2001).

A segregação imposta por uma ideia de sexualidade fora do padrão social, forçou a uma organização lenta dos grupos homossexuais, sendo que a clandestinidade foi até a década de 1970, especialmente, no Brasil<sup>39</sup>, a forma encontrada pelas pessoas com preferência homossexuais para efetivar reuniões, encontros e associações. As expressões culturais, representadas, sobretudo por artigos, revistas, obras de arte, poemas, músicas e jornais foram fundamentais na disseminação e na maior publicização da homossexualidade no âmbito

---

<sup>39</sup> Segundo Grossi (1998), os anos 60 foram um período de grande questionamento da sexualidade, no qual o sexo começou a ser pensado também como fonte de prazer, desvirtuando-se da ideia de reprodução humana.

internacional e nacional<sup>40</sup>. A formação do movimento político em defesa da homossexualidade no Brasil começa a florescer efetivamente no fim da década de 1970, com o fim do regime militar e a abertura política. Nesse momento, surgem os primeiros grupos articulando homens e mulheres homossexuais que deram o suporte para o delineamento futuro das lutas e conquistas na esfera pública. O debate e a constituição do movimento homossexual no Brasil acompanharam as influências das ideias e das inquietações culturais e políticas que constituíam o cenário internacional, principalmente, os Estados Unidos e a França.

Essas concepções foram trazidas por intelectuais, principalmente os que se encontravam exilados e que contribuíam através das suas experiências com o questionamento acerca de problemas como o feminismo, a sexualidade, questões étnico-raciais e ambientais. De acordo com Facchini (2005), Silvia Ramos e Sérgio Carrara, (2006), o movimento homossexual brasileiro começou a se fortalecer a partir do surgimento do Grupo Somos, bem como, do jornal O Lâmpião da Esquina. Ambos no final da década de 1970 tiveram a presença marcante de intelectuais e figuras de destaque da sociedade brasileira que contribuíram para a disseminação e o fortalecimento do movimento homossexual (ALBUQUERQUE JUNIOR; RODRIGO CEBALLOS, 2005).

O movimento homossexual se fortaleceu e sua agenda de luta também incorporou novas dimensões que abarcam desde a defesa de uma integração à sociedade compreendendo esta como múltipla e diversa, a uma separação radical da sociedade, com a delimitação de uma comunidade e de uma cultura homossexual própria. Foi nesse momento que a percepção da importância de assumir a homossexualidade<sup>41</sup> tornou-se imprescindível. O reconhecimento a

---

<sup>40</sup> Retornando ao período dos anos 1970, verifica-se que artistas como Ney Matogrosso, Caetano Veloso, dentre outros foram fundamentais na disseminação de novos papéis sócio-sexuais, na medida em que misturaram, brincaram, interconectaram e protagonizaram o feminino com o masculino, gerando polêmicas e confusões no imaginário da sociedade. As encenações performáticas de suas apresentações trouxeram elementos importantes para reflexão da sexualidade no Brasil.

<sup>41</sup> Fry (1982) e Carmen Guimarães (2004) destacam que por volta do final da década de 1960, surge um novo sistema de classificação das identidades sexuais masculinas. Esse aparece entre a classe média do Rio de Janeiro e passa a ser denominado de “entendido”, a discriminação/distinção entre os “homens” e

partir dessa forma de identidade é crucial nesse momento histórico para a luta contra violências e contra as maneiras com que foram/são estereotipadas a figura do homossexual tornando-se, conseqüentemente, uma questão não só de cunho político, mas também pessoal, “Para fazer parte da comunidade homossexual, seria indispensável que o indivíduo se ‘assumissem’, isto é, revelasse seu ‘segredo’, tornando pública sua condição (LOURO, 2001, p. 543).

Nos fim dos anos 60 e na década de 1970, o Brasil vivenciava um momento marcado pela ditadura e por reivindicações em torno da redemocratização. O regime militar no Brasil iniciou-se em 1964 através de um golpe contra o então presidente da República João Goulart, assumindo logo, em seguida, o Marechal Castelo Branco. Tal regime durou entre 1964 e 1985 e foi presidido por cinco presidentes, que impuseram vários atos institucionais, inclusive o AI-5, o qual determinava a supressão das liberdades individuais.

Foi nesse contexto que alguns movimentos sociais começaram a se estruturar politicamente, organizar-se em grupos e a reivindicar pautas específicas de seus sujeitos. Assim aconteceu com os movimentos feminista, negro e homossexual, sendo que o movimento feminista antecedeu o movimento homossexual, e exerceu bastante influência sobre este último. Segundo Joana Pedro (2005) o movimento feminista, importantíssimo para a estruturação do movimento homossexual, pode ser melhor compreendido quando analisado a partir do que se denominam de “ondas”. A primeira onda estaria localizada no final do século XIX, e seu foco eram os direitos políticos, principalmente a conquista pelas mulheres do direito a votar e de ser eleita. A segunda onda situa-se após a segunda guerra mundial e as reivindicações estavam pautadas na luta pelo direito ao trabalho em condições de igualdade, ao corpo, ao prazer e contra o patriarcado. Essas reivindicações das mulheres se estendem pela década de 1960, ganhando maior visibilidade, principalmente nos Estado Unidos, após a publicação do trabalho de:

---

“entendidos” passa a ser classificada a partir da orientação sexual. “O mundo masculino deixa de se dividir entre homens másculos e homens efeminados (...) e se divide entre “heterossexuais” e “homossexuais”, entre “homens” e “entendidos.” p. 94.



Betty Friedan, “*A mística feminina*”; publicado nos Estados Unidos em 1963, e a organização, em 1966, do NOW – National Organization of Women. Na França, o trabalho de Simone de Beauvoir, “*O segundo Sexo*”, publicado em 1949, também repercutiu no ressurgimento do movimento feminista francês (PEDRO, 2005. p. 80).

De acordo com Fernandes (2011), esse momento histórico é muito representativo para a construção política das identidades homossexuais e para o fortalecimento político do movimento homossexual. Mariza Corrêa (2001) destaca que o movimento feminista tem papel importante no início dos anos 70, e articulou-se a outros movimentos, desde os populares que reivindicavam moradias e infraestrutura básica, até movimentos de cunho mais político em defesa da anistia, contra o racismo e o movimento homossexual. O foco inicial de luta de tais movimentos se concentrou contra a ditadura militar, nesse sentido, de acordo com Fernandes (2011, p.48), essa foi uma característica que marcou o início e consolidação das “lutas sociais contemporâneas”, sobretudo o movimento homossexual.

Os anos 1960 e 1970 são períodos bastante significativos no que tange à institucionalização do movimento homossexual no Brasil, marcando a mobilização organizada da busca de garantias de direitos por grupos homossexuais. O marco desse momento histórico ligou-se às mobilizações de maio de 1968, na França, e ao episódio de *Stonewall*<sup>42</sup>, que aconteceu nos Estados Unidos. No Brasil, o movimento iniciou-se sob a nomenclatura de “Movimento Homossexual”. Essa definição muda com a passagem dos anos, principalmente, porque se estabelecem pautas de reivindicações específicas dos múltiplos sujeitos que brigam por direito a voz, dentro do próprio movimento homossexual, sendo nos dias atuais, designado como LGBT/LGBTTT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros) (FERNANDES, 2011; FRÓES DA SILVA, 2010a, FRY, 1982, FACCHINI, 2005).

---

<sup>42</sup> Segundo Fernandes (2011), os acontecimentos que marcaram a “revolução de *Stonewall*” no ano de 1969, são considerados como os pontos que demarcam a entrada e definição do homossexual, enquanto sujeito político no cenário contemporâneo.

Sendo assim, ao longo dos anos, a sigla LGBT foi incorporada pelo movimento, e passou a substituir a denominação “Movimento Homossexual”<sup>43</sup>, mas o debate não se encerra, pois segundo Fernandes, “Não há ponto de unidade, nem na literatura nem no movimento sobre uma sigla que consiga encerrá-lo por completo, sendo que alguns grupos usam TTT (travestis, transexuais e transgênero)” (FERNANDES, 2011. p. 45). O autor ainda destaca que há grupos que propõem a inserção da sigla I (*intersex*) ou Q (*Queer ou Questioning*). Também foi usada a sigla GLS, nos anos 90, mas segundo o referido autor, tal sigla foi bastante contestada pelo movimento, pois a letrinha “S” que denominava os “simpatizantes” carregava consigo o estigma do armário, fato que para o movimento organizado representava a ocultação da homossexualidade.

Como fruto da institucionalização do movimento surgiram nuances variadas sobre garantias de direitos e busca da concretização da cidadania. A agregação de pessoas que se definiam como homossexuais tornou-se fundamental para o fortalecimento da luta nas várias fases do movimento. Facchini (2005) e Simões e Facchini (2009) evidenciam três fases do movimento político homossexual brasileiro, às quais chamam de “ondas”: “primeira onda”, corresponde ao período do final do regime militar, mas especificamente, a partir do ano de 1978, no qual o grupo *Somos* aparece como paradigma<sup>44</sup>.

A “segunda onda” está fixada na década de 1980 que marca o período da redemocratização e a mobilização em torno da Constituinte. É nessa época que surge a epidemia da AIDS, a qual fomenta uma reação ativa do movimento político em busca de direitos que garantissem o tratamento aos infectados pelo vírus.

A “terceira onda”, que corresponde aos meados da década de 1990, foi marcada por uma parceria com o Estado e possibilitou a

---

<sup>43</sup> Devido à maior visibilidade do movimento de mulheres lésbicas dentro do movimento homossexual, foi aprovada na 1ª Conferência Nacional GLBT, ocorrida em Brasília no ano de 2008, a alteração do termo GLBT para LGBT. O objetivo reivindicado pelas mulheres era dar maior visibilidade às causas que envolvem as mulheres, especialmente as violências de gênero no contexto da diversidade sexual. A antecipação da letrinha “L” aconteceu em meio a grandes discussões.

<sup>44</sup> Primeiro grupo brasileiro a afirmar uma proposta de politização da questão da homossexualidade que reunia intelectuais e militantes gays no ano de 1978, na cidade de São Paulo.

multiplicação de grupos de ativistas, manifestação dos diversos sujeitos do movimento, consolidação de redes de organização, maior disseminação de pesquisas acadêmicas sobre sexualidade e homossexualidade, além da efetivação das festas da parada de orgulho LGBT<sup>45</sup>.

Os movimentos políticos em defesa da homossexualidade tiveram um papel importante no que diz respeito à política de consolidação de identidades homossexuais, por isso, é necessário destacar que,

A noção de homossexualidade, como foco privilegiado de identidade pessoal e de mobilização coletiva, faz parte de uma configuração histórica recente, em que aspectos comuns, de alcance mais amplo, se combinam com peculiaridades locais (SIMÕES; FACCHINI, 2009. p. 13).

Historicamente, no Brasil são várias as classificações sociais atribuídas às pessoas que mantêm relações sexuais com outras do mesmo sexo. Algumas expressões como sodomitas, onanistas, pederastas, uranistas, invertidos, homossexuais aparecem ao longo da história do Brasil, especialmente nas legislações, compreendendo desde o período colonial. Tais expressões ainda recebiam adjetivações que qualificavam as pessoas em passivos/as e ativos/as nas relações sexuais. Essa “condição” de passividade e atividade, aliada a outras características, como, por exemplo, aspectos físicos, andar leve, falas finas e delicadas, também serviram como dispositivo para imputar diferentes distinções médicas, psicológicas e jurídicas a partir do século XIX, fato que levou muitos homossexuais às prisões, manicômios e

---

<sup>45</sup> Simões e Facchini destacam que os anos 1990 são representativos do retorno do ativismo pelos direitos dos homossexuais. É nesse marco temporal em que os encontros nacionais ocorrem com mais frequência e o aumento da participação de grupos organizados de várias regiões do Brasil. Além disso, também começaram a se constituir encontros específicos de mulheres homossexuais, tendo como marco temporal o ano de 1996, em que aconteceu o Primeiro Seminário Nacional de Lésbicas (SENALE). O Encontro Nacional de Travestis e Transexuais que atuam na Luta contra AIDS (ENTLAIDS), que se realiza desde 1993, também marcou a incorporação de travestis e transexuais ao movimento (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 138).

fomentou variadas prescrições de tratamentos médicos rigorosos, com objetivo de curar a “doença” que tomava conta do corpo e da mente daqueles que preferiam as relações homoeróticas e que “molestavam” a ordem pública (GREEN, 2006). Atualmente as classificações identitárias são representadas através das “letrinhas” LGBT/LGBTTT.

As classificações e definições em torno da homossexualidade mudam através dos períodos históricos e dos contextos sociais, a esse respeito me apoio em Fry e MacRae (1983), quando afirmam que:

Não há nenhuma verdade absoluta sobre o que é homossexualidade e que as idéias e práticas a ele associadas são produzidas *historicamente* no interior das sociedades concretas e que são intimamente relacionadas com o todo destas sociedades (FRY; MACRAE, 1983, p. 10).

Entre os séculos XIX e XX desenvolveram-se diversas versões sobre a identidade homossexual, uma delas diz respeito à ideia de que a homossexualidade era uma qualidade inerente à pessoa. Essas explicações estavam pautadas no pensamento médico-psicológico, que pontuava a desarticulação progressiva entre orientação sexual e gênero:

Em um primeiro momento, esse modelo incorporaria em certa medida os princípios hierarquizantes do gênero, dividindo os homossexuais em “ativos” e “passivos”, sendo os últimos os “homossexuais de verdade”. Posteriormente, o modelo médico-psicológico caminharia para uma representação mais homogênea dos diferentes tipos, baseada na suposta “condição” homossexual, associada a doença ou anomalia. Assim os homens que tivessem relações com outros homens seriam considerados “homossexuais”, não importando mais a posição “ativa” ou “passiva” que assumisse no coito. Desse modelo médico-psicológico seria derivado um modelo igualitário, articulado pelos modernos defensores dos direitos homossexuais. Esse modelo reage aos estigmas de anomalia e doença imputados à homossexualidade, mantendo a disjunção entre orientação sexual e gênero e apoiando-se no dualismo hetero-homo. Assim, em

lugar de “bichas” e “homens” (ou “bofes”), ou de “sapatões e “mulheres” (ou “ladies”), formam-se novas categorias de identidade sexual, tais como “entendido”, “entendida”, “homossexual”, “gay” e “lésbica”, de acordo com a visão de que é a orientação do desejo que importa para nomear os parceiros de uma relação homossexual, e não mais os papéis relativos ao masculino/feminino, nem a “atividade/passividade” sexual. “entendido”, “entendida”, “homossexual”, “gay” e “lésbica” passaram a designar pessoas que “transam” outras pessoas do mesmo sexo, independente de serem afeminadas ou masculinizadas, “passivas” ou “ativas” (SIMÕES; FACCHINI, 2009. p. 57).

As versões científicas e políticas sobre a homossexualidade foram geradas em função das mudanças culturais e contribuíram também para a constituição de novas formas de pensar a sexualidade, no decorrer dos séculos XX e XXI. Mudanças culturais que se fazem presentes nas pautas políticas, na imprensa e diversos meios midiáticos, na formulação de políticas públicas, nas legislações e no cotidiano dos indivíduos.

Segundo Mott (2001), a primeira vez em que a palavra homossexual surge em uma publicação no Brasil foi no ano de 1906, no livro “Homossexualismo e Libertinagem” de Pires de Almeida; já o termo “lésbia” é publicado pela primeira vez no livro “Atentado Violento ao Pudor” de Eduardo Viveiros de Castro em 1894. Segundo Peter Fry (1982), independente do uso ou não de termos que definam identidades sexuais e organizem as relações afetivas entre pessoas do mesmo sexo, o que teve importância na cultura brasileira por muito tempo foi a curiosidade e definição das práticas sexuais de acordo com o modelo de “passividade” e “atividade”, ou seja, a divisão do mundo em “comedores/as” e “doadores/as”.

O argumento desse autor, que estudou a homossexualidade masculina e os cultos afro-brasileiros na cidade de Belém do Pará se referia, principalmente, às práticas homoeróticas masculinas, no entanto, é possível estender o referido raciocínio também às relações sexuais envolvendo mulheres, como sugere Denise Portinari (1989). O que está em pauta nesse processo é a fidelidade aos modelos de masculinidade e feminilidade existentes na cultura brasileira, pois desviar desse modelo significa fugir dos papéis de gênero estabelecidos socialmente.

Além dessa percepção dos modelos de passividade e atividade também surgem, com o tempo, outras maneiras de perceber diferentes

formas de organização das relações homoeróticas. As décadas de 1960 e 1970 representam historicamente no Brasil o período em que algumas mudanças começaram a se delinear no cenário nacional. As mobilizações internacionais, o fortalecimento do movimento político homossexual, a busca por uma definição identitária que projetasse a igualdade nas relações afetivas sexuais e possibilitasse críticas e mudanças em relação à visão convencional dos papéis de gênero fazem parte do *script* desse período. No entanto, também se faz necessário frisar que:

Ainda encontramos uma mobilidade bastante persistente e disseminada de classificação de pessoas segundo a sexualidade com base numa hierarquia de gênero, que distingue entre “homens”, socialmente masculinos e que desempenham o papel de “ativos” no ato sexual, isto é, são os que supostamente “penetram” mulheres; e outro homens, estes designados como “bichas” ou “veados”. Seria possível conceber também uma versão desse modelo hierárquico com respeito as relações homossexuais femininas, com a figura de uma mulher que desempenha aspectos do papel masculino, designada como “sapatão”, “paraíba” ou “mulher-macho” que se relaciona com mulheres. Assim, na lógica desse modelo, a hierarquia de gênero, articulada a partir da oposição masculinidade/atividade sexual *versus* feminilidade/passividade sexual, englobaria de forma sistemática todas as categorias e identidades sexuais. Homens sexualmente “passivos” e mulheres sexualmente ativas, “bichas” e “sapatões” seriam percebidos como uma espécie de híbridos (SIMÕES; FACCHINI 2009, p. 54).

Apesar da homossexualidade não se enquadrar, já há alguns anos, na categoria de doença<sup>46</sup>, ainda surgem discursos religiosos, científicos e

---

<sup>46</sup> De acordo com Mott (2006), “Há décadas, modernas e sólidas pesquisas multidisciplinares internacionais garantem que a ‘homossexualidade não constitui doença, distúrbio ou perversão’. Desde 1985 o nosso Conselho Federal de Medicina e desde 1993, a Organização Mundial da Saúde excluíram o código

jurídicos defendendo a permanência da ideia de que a manifestação de afetividade e amor por pessoas do mesmo sexo deve ser vista como algo fora dos padrões da normalidade. As práticas homofóbicas se estabelecem dentro desse contexto de forma muito clara e com alto grau de hostilidade, agressão e barbaridade, conforme destacam José Oliveira (2000), Borrillo (2001) e Mott (2006).

## **2.4 AIDS: intensificando o debate sobre movimento homossexual e homofobia**

Os anos 80 inauguraram um momento importante de mudanças em relação ao foco de luta do movimento homossexual, que passou a se dedicar também a questões como as diversas formas de violências. A emergência da temática no cenário público, político e acadêmico sobre violências contra homossexuais esteve associada à epidemia da Síndrome de Imunodeficiência adquirida. A visibilidade inicial da AIDS foi ligada à homossexualidade<sup>47</sup> e por causa disso, várias representações

302.0 da classificação internacional de doença, deixando a homossexualidade de ser considerada ‘desvio e transtorno sexual’. Em 1999 foi a vez do Conselho Federal de Psicologia promulgar portaria ratificando a normalidade da homossexualidade, em tempo que condenou as teorias e práticas homofóbicas.” (MOTT, 2006, p. 510).

<sup>47</sup> De acordo com Cristiana Bastos (2002), os primeiros indícios da epidemia foram publicados no ano de 1981 no *Morbidity and Mortality Weekly Report*. Trata-se de um boletim que divulga dados epidemiológicos e informações sobre a progressão de doenças a nível mundial. É publicado pelos Centros de Controle de Doenças (CDC, Center for Disease Control), em Atlanta, nos Estados Unidos. Os médicos Michael Gottlieb, Paul Volbering e Alvin Friedman-Kien, respectivamente de Los Angeles, São Francisco e Nova Iorque, perceberam a ocorrência de patologias raras em seus pacientes, principalmente a pneumonia associada ao *pneumocystis carinii* e uma variedade letal do sarcoma de Kaposi. Os doentes que apresentavam essas características em tais consultórios médicos eram jovens até então saudáveis e homossexuais (BASTOS, 2002, p. 41). No Brasil, os primeiros casos de AIDS foram notificados no ano de 1982; Em Aracaju, conforme Rezende Junior (2012), o primeiro caso foi observado no ano de 1987. Um auxiliar de enfermagem que havia emigrado para São Paulo e agora voltava, em estado grave, para Santa Luzia do Itanhy. Além da doença, o paciente zero da aids em Sergipe tinha contra si outro inimigo, o preconceito. Santa Luzia do Itanhy queria se livrar o mais rápido possível do filho famoso na

sociais sobre a epidemia estiveram associadas à ideia de uma “peste gay”, segundo Leandro Oltramari (2007).

As violências contras homossexuais ganharam maior evidência, em função da associação da Aids à homossexualidade, com consequências imediatas no aumento da discriminação, desprezo, exclusão, intolerância e assassinatos (MOTT, 1997). Nesse mesmo período, surgiram os grupos homossexuais Triângulo Rosa do Rio de Janeiro e o Grupo Gay da Bahia (GGB), este liderado pelo antropólogo e professor Luiz Mott, que teve importante papel na constituição do movimento em Aracaju. O GGB tem um papel importante na sistematização de dados sobre assassinatos de homossexuais no Brasil há mais de trinta anos, usando como fonte as notícias publicadas em jornais<sup>48</sup>.

Assim, a AIDS, doença até então desconhecida, passa a ser associada na década de 1980 à homossexualidade. Essa conexão, ao mesmo tempo em que intensificou as práticas de violências contra homossexuais, contribuiu também para reestruturar o movimento homossexual no Brasil e no mundo, pois foi a partir desse momento que novas pautas começaram a ser reivindicadas pela população homossexual, dentre elas o direito ao acesso à prevenção e ao tratamento de saúde, e também ações políticas contra os crimes violentos que eram cometidos contra homossexuais, consequência dos preconceitos fomentados também pela ligação doença-homossexualidade - morte.

A associação da AIDS aos grupos considerados pelo discurso médico como sendo de risco (homossexuais, profissionais do sexo e usuários de drogas injetáveis), juntamente com financiamento de políticas públicas através de Programas Globais de AIDS, Banco Mundial, Organização Mundial de Saúde (OMS), Governo Federal Brasileiro e também Governos estaduais, possibilitou o surgimento e fortalecimento de Organizações não Governamentais que lidavam diretamente com a AIDS, as chamadas ONG's AIDS. Foi um momento

---

mídia como a primeira vítima sergipana da então chamada “peste gay”. No posto de saúde, chegaram a queimar a cadeira em que ele esteve sentado.

<sup>48</sup> As pesquisas produzidas pelo GGB são de extrema importância, na medida em que oferecem uma dimensão dos casos de assassinatos que atingem a população homossexual no Brasil, uma vez que tais dados não são produzidos por instâncias do Sistema de Justiça Criminal.



de fortalecimento da luta política dos homossexuais. O debate público abarcou a visibilidade sobre as questões ligadas à sexualidade e criou estratégias de ação e participação efetiva desses movimentos, principalmente através do financiamento com objetivo de combater a epidemia da AIDS, por organismos governamentais e agência de cooperação internacional,

A eclosão da AIDS deu ensejo a um debate social sem precedentes acerca da sexualidade e da homossexualidade, em particular. Em que pesem o rastro de morte e violência que acompanhou seu avanço, a epidemia mudou dramaticamente as normas de discussão pública sobre a sexualidade ao deixar também, como legado, uma ampliação sem precedente da visibilidade e do reconhecimento da presença socialmente disseminada dos desejos e das práticas homossexuais (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 133-134).

Cristina Bastos (2002), através de amplo estudo sobre os impactos sociais da AIDS e sua relação com a comunidade científica e movimentos sociais, destaca que o movimento homossexual, principalmente o norte americano<sup>49</sup> fomentou enorme reação à epidemia, desafiou a comunidade científica e acionou o engajamento coletivo em busca de respostas aos problemas causados pela AIDS. Dessa maneira, um cenário novo começou a se constituir dando maior visibilidade às pautas homossexuais,

O que há de inédito na SIDA é o entretecer de tantas variáveis de natureza médica, social, política, simbólica, cultural e a consciência sobre as mesmas, por sua vez geradora de discursos,

---

<sup>49</sup> A autora destaca o Grupo *ACT UP/NY* nos Estados Unidos como um dos mais importantes, e que exigiu providências para a formulação de uma política global de combate à epidemia com atuações diretas e cobranças na formulação de pesquisas científicas.

acção política directa, políticas públicas, agitação transnacional. Uma epidemia perpassada de política e de interferências entre esta e o registo cognitivo e a produção de conhecimento (BASTOS, 2002, p. 39).

De acordo com Fernandes,

Se, por um lado, a epidemia foi responsável pelo reforço das representações da homossexualidade como doença; por outro, ela permitiu a constituição de uma forte “comunidade” homossexual, que se uniu na luta contra a doença, inventando novas formas de família e convivência afetiva, sobretudo no que diz respeito ao cuidado das pessoas que se descobriram infectadas pelo vírus, mas também em movimentos políticos de luta por demandas de políticas públicas e “respostas globais de prevenção” e tratamento à AIDS (FERNANDES, 2011, p. 54).

Em virtude desse contexto, as discussões a partir da década de 1980, no Brasil, mas principalmente no decorrer das duas décadas seguintes, abarcaram efetivamente a questão das violências contra lésbicas, gays, travestis e transexuais. Muitos estudos foram e são produzidos e, por causa disso, o campo está se consolidando também como foco de políticas públicas, tanto, no cenário nacional, como no âmbito internacional (RAMOS; CARRARA, 2006).

Além disso, é pertinente considerar que, a partir das mobilizações que surgiram com o problema da AIDS, outro cenário começou a se desenhar no que diz respeito ao ativismo, a produção de conhecimento e a formulação de políticas públicas:

O moderno ativismo LGBT representa a feição contemporânea de um esforço que, partindo dos parâmetros postos pela sexologia, procurou desvincular a homossexualidade da conotação de patologia e reconstituí-las como formas possíveis, legítimas e vitoriosas de ser e viver. A mobilização de gays e lésbicas constituiu um repertório de idéias e técnicas organizacionais adotadas por outros segmentos que compuseram um movimento amplo, marcado por estilos,

comunidades e trajetórias particulares, reivindicando seus respectivos espaços e direitos (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 53).

Na atualidade, um dos objetivos principais das reivindicações dos movimentos é a diminuição ou erradicação da homofobia, e conseqüentemente, a garantia de direitos que permitam as pessoas se movimentarem socialmente expressando seus sentimentos afetivos-sexuais sem sofrer discriminações e agressões no cenário da sexualidade.

## **2.5 Homofobia: surgimento da categoria teórico-analítica**

A homofobia enquanto categoria tem sido frequentemente usada na contemporaneidade, seja nas lutas sociais, na formulação de políticas públicas ou na produção de conhecimento científico. Fernandes (2011) argumenta que, nos anos 2000, houve uma “explosão discursiva” em torno do conceito “homofobia” em curso nas agendas políticas e teóricas LGBTTT” (FERNANDES, 2011; FERNANDES; GROSSI; PEDRO, 2009).

Em virtude do surgimento recente desse conceito, o debate sobre homofobia enquanto categoria teórica analítica ainda está se constituindo. A análise de Fernandes (2011) aponta a homofobia como uma categoria híbrida e polifônica, usada tanto na esfera das lutas políticas, como no debate teórico. Além disso, destaca que os usos dessa categoria nos estudos acadêmicos, em sua maioria, está ligado à análise de pontos referentes às políticas públicas e aos movimentos sociais, à escola e aos materiais didáticos, às representações sociais sobre homofobia, aos aspectos jurídicos relacionados à legislação protetiva para homossexuais e sobre as violências e crimes de ódio, e em áreas como Educação, Psicologia, Antropologia e História (FERNANDES, 2011, p. 66).

Nesse sentido, Fernandes (2011, p. 68) propõe uma historicização do conceito de homofobia, destacando que existem ao menos “cinquenta anos de investimento político-teórico (1970-2010) que se inicia pela geração de Stonewall” (FERNANDES, 2011, p. 68). Esse movimento se caracterizou, segundo o autor, como o mote que dá início à luta contra a

repressão social, além de atuar na construção de uma identidade homossexual.

A homofobia se define como formas de preconceito e violências que são utilizadas pela sociedade e instituições sociais contra a população homossexual. Termo pensado inicialmente a partir de uma perspectiva clínica e vinculado à ideia de doença motivada por pensamentos e atitudes negativos em relação aos homossexuais. A partir dessa perspectiva, sentimentos como desprezo, ódio, aversão, nojo, medo eram associados a indícios ou sintomas de homofobia, e vinculadas também à repulsa relacionada às relações afetivas e sexuais entre pessoas do mesmo sexo.

Em 1973, a Associação Americana de Psiquiatria (APA) retirou a homossexualidade de seu Manual de Diagnóstico e Estatística de Distúrbios Mentais e em 1990, a Organização Mundial de Saúde (OMS) excluiu-a do Código Internacional de Doenças (CID). No Brasil, os Conselhos Federais de Medicina (desde 1985) e de Psicologia (somente desde 1999) deixaram de considerar a homossexualidade como doença, distúrbio ou perversão.

Na construção desses saberes, a homofobia é associada a preconceitos e discriminações direcionados a lésbicas, gays, transexuais, transgêneros. Em função dos debates atuais e com o argumento contra a homogeneização das identidades gays, lésbicas e transexuais as discussões abarcam também os conceitos de lesbofobia e transfobia. A partir dessas explicações, postula-se a transferência da ideia de “fobia” associada até então a aspectos individuais, para a construção de categorias teóricas e políticas relacionadas à vertente cultural que abrange os preconceitos e o comportamento social e os movimentos sociais têm papel fundamental nesse processo.

Portanto, alarga-se a crítica a outros campos como o cultural, o educacional, o político, o institucional, o jurídico, o sociológico, o antropológico. Nessa perspectiva, a homofobia passa a ser compreendida como forma de restrição de direitos que abrange a educação, a saúde, o trabalho, a segurança e que envolve um jogo de relações de poder, na medida em que a construção de preconceitos e discriminações homofóbicas também está ligada ao campo de disputas em que são definidas socialmente as questões de masculinidades e feminilidades. Prado e Junqueira (2011) destacam que, embora existam na atualidade, bastante discussões sobre o uso do termo homofobia, ainda persistem vestígios dos discursos médico e clínicos, associando a homofobia a emoções negativas de cunho psicopatológico.

O termo homofobia foi usado pela primeira vez no início da década de 1970 nos Estados Unidos, mas começou a se fazer presente efetivamente nas políticas públicas e nos estudos acadêmicos a partir dos anos 90. Borrillo (2009, p.15) define a homofobia como “atitude de hostilidade para com os homossexuais”. Este autor prefere descrever a homofobia como uma manifestação cultural e social, comparada ao racismo e antissemitismo, sem desprezar, contudo, os aspectos psicológicos, pois estes permitem melhor compreender os resultados da interconexão entre um processo de socialização baseado no modelo heterossexista e uma assimilação acentuada das normas sociais e culturais que se apresentam hostis a lésbicas, gays e aos transgêneros em geral.

O autor referido destaca que a homofobia, embora se apresente primeiramente como uma rejeição ou até mesmo o ódio em relação a grupos homossexuais, sua definição deve ser ampliada, no sentido de abarcar toda manifestação arbitrária que tenha como objetivo desqualificar o outro colocando-o numa posição de inferioridade. Nessa direção, Borrillo (2001) compara a homofobia à xenofobia, ao racismo e ao antissemitismo, pois o homossexual é, muitas vezes, compreendido como o diferente, o outro, o estrangeiro. No entanto, o autor argumenta que é possível perceber uma diferença quando se questiona e se analisa o acesso aos direitos fundamentais. Nenhum outro segmento da população “encontra-se excluído legalmente do gozo de direitos fundamentais em razão de seu pertencimento a uma raça, religião, origem étnica, sexo ou qualquer outra designação arbitrária” (BORRILLO, 2009, p. 33), os homossexuais compõem uma parcela que não goza de direitos em várias instâncias e na maioria dos países. Além disso, o referido autor coloca que:

Enquanto o racismo, o antissemitismo, a misoginia ou a xenofobia são formalmente condenados pelas instituições, a homofobia continua a ser considerada uma opinião aceitável. Essa situação é tão grave que a homossexualidade desfruta do triste privilégio de ter sido combatida simultaneamente durante os dois últimos séculos como pecado, crime e doença. Se ela escapava à Igreja, acabava caindo sob o jugo da lei laica ou nas rédeas da clínica médica (BORRILLO, 2009, p. 33).

A homofobia, segundo Borrillo (2001), pode ser compreendida a partir da consideração de sentimentos que se traduzem como repulsa, hostilidade, raiva, ódio, agressões físicas, assassinatos, em relação às pessoas cuja preferência sexual se manifesta através do desejo pelo mesmo sexo. Borrillo (2001) define a homofobia como:

La hostilidad general, psicológica y social, respecto a aquellos y aquellas de quienes se supone que desean a individuos de su propio sexo o tienen practicas sexuales con ellos. Forma específica del sexismo, la homofobia rechaza también a todos los que no se conforman con el papel predeterminado por su sexo biológico. Construcción ideológica consistente en la promoción de una forma de sexualidad (hetero) en detrimento de otra (homo), la homofobia organiza una jerarquización de las sexualidades y extrae de ella consecuencias políticas (BORRILLO, 2001, p. 36).

A homofobia se apresenta, principalmente, a partir da falta de reconhecimento, de compreensão, de respeito e tolerância em relação à manifestação do desejo erótico e do amor de uma pessoa por outra do mesmo sexo. Para o referido autor, os códigos culturais e as estruturas sociais têm papel importante na consolidação de práticas homofóbicas, na medida em que reforçam a discriminação em relação às homossexualidades. Fernando Silva Teixeira Filho et al., (2007) seguem a mesma linha de Borrillo (2001) e definem a homofobia como qualquer sentimento que se estabelece a partir da manifestação do ódio, repulsa, aversão, descrédito ou desprezo à pessoa com preferência por práticas homoeróticas, manifestando-se através de violências variadas.

Borrillo (2001) chama atenção para o fato que a homofobia é uma maneira de inferiorização, consequência direta da hierarquização das sexualidades, que atribue à heterossexualidade um *status* superior, natural e normativo. A diferença heterossexual/homossexual se coloca de várias maneiras e tem a função de ordenar os modelos de sexualidades, nos quais os comportamentos relacionados ao padrão heterossexual são considerados os socialmente aceitáveis. Nesse sentido, o autor argumenta que:

O sexo biológico (Macho/Fêmea) determina um desejo sexual unívoco (hetero), bem como um

comportamento social específico (Masculino/Feminino) (...) A homofobia torna-se, assim, uma guardiã das fronteiras sexuais (hetero/homo) e de gênero (masculino/feminino). É por essa razão que os homossexuais não são mais as únicas vítimas da violência homofóbica, que se dirige também a todos os que não aderem à ordem clássica dos gêneros: travestis, transexuais, bissexuais, mulheres heterossexuais que têm personalidade forte, homens heterossexuais delicados ou que manifestam grande sensibilidade (BORRILLO, 2009, p.17-18).

Uma das manifestações da homofobia se apresenta principalmente pelo receio de se ver ruirem as fronteiras que delimitam a hierarquia da heterossexualidade. O sexismo, além de implicar na subordinação do feminino ao masculino, atua ainda na hierarquização da sexualidade, que é o fundamento da homofobia. O sexismo, portanto, pode ser compreendido como crença dispensada à ideia de uma hierarquia sexual, na qual a heterossexualidade é apresentada como o modelo social a ser seguido.

Daniel Welzer-Lang (2001) faz uma reflexão considerando que o heterossexismo e a homofobia têm ligações com a dominação masculina e parecem ser um produto de um duplo modelo naturalista que tem raízes na pseudo natureza superior dos homens e na visão heterossexuada do mundo. A ideia de uma natureza superior dos homens remete diretamente ao sexismo e também às “fronteiras rígidas e intransponíveis entre os gêneros masculino e feminino” (WELZER-LANG, 2001, p. 460).

Assim, quando o autor analisa a dominação masculina e as relações homem-homem, compreende que a educação masculina também é estruturada pelo mesmo processo que se estabelece nas relações sociais entre os sexos. Ou seja, segundo Welzer-Lang (2001), a formação dos grupos de homens também se estrutura através do mesmo modelo de diferenciação sexual. O autor reflete sobre as experiências no espaço que denomina de “casa dos homens” e destaca como a educação de meninos em lugares monossexuados, como clubes esportivos, pátios de escola, alguns cafés, botecos, e outros espaços coletivos atribuídos como essencialmente masculinos termina, por estruturar o masculino de forma paradoxal “e inculca nos pequenos homens a ideia de que, para ser um (verdadeiro) homem, eles devem combater os aspectos que

poderiam fazê-los serem associados às mulheres” (WELZER-LANG, 2001, p. 462).

As crianças, principalmente do sexo masculino, quando começam a se distanciar dos cuidados das mulheres, sejam mães, irmãs, tias, avós, passam a vivenciar experiências com outras crianças da mesma faixa-etária, ou próxima, em espaços coletivos apropriados que envolvem um processo instigante de homosociabilidade com forte tendência ou pressões para viver momentos de homossexualidade. Nesse sentido, brincadeiras como:

(Urinar) o mais longe, excitações sexuais coletivas a partir de pornografia olhada em grupo, ou mesmo atualmente em frente às *strip-poker* eletrônicas, em que o jogo consiste em tirar a roupa das mulheres... Escondidos do olhar das mulheres e dos homens de outras gerações, os pequenos homens se iniciam mutuamente nos jogos do erotismo. Eles utilizam para isso estratégias e perguntas (o tamanho do pênis, as capacidades sexuais) legadas pelas gerações precedentes. Eles aprendem e reproduzem os mesmos modelos sexuais, tanto pela forma de aproximação quanto pela forma de expressão do desejo (WELZER-LANG, 2001, p. 462).

As casas dos homens são um espaço onde os mais velhos orientam, corrigem, atacam com violências aqueles que não correspondem às regras estabelecidas para a entrada no “mundo dos homens”. O sofrimento faz parte do processo de construção da masculinidade, e a iniciação sexual muitas vezes se estabelece através de um homem mais velho que se utiliza e se aproveita da inexperiência e credulidade dos mais novos e os inicia sexualmente, o que pode também ser compreendido como abuso sexual, caso sejam obrigados a carícias sexuais como a masturbação, o sexo oral e até mesmo a penetração anal. Abusos que podem se reproduzir em idades mais avançada, seja por permanência de sentimentos reprimidos e, conseqüentemente, a busca de compensação, com a presença de abusos, sejam contra mulheres ou crianças.

A casa dos homens também é um lugar de aprendizagem, de coletividade e solidariedade, onde há espaço para proteção dos meninos mais novos pelos mais velhos e da transmissão dos conhecimentos e das normas, portanto, no processo de socialização masculina não se deve



estabelecer qualquer comportamento que possa ser associado às mulheres, pois o feminino é o ponto de rejeição nesses locais, é o ponto que representa a fraqueza, a inquietude, a delicadeza, a passividade.

Dessa maneira, a definição de homofobia para Welzer-Lang (2001, p. 465) se traduz da seguinte forma “a discriminação contra as pessoas que mostram, ou a quem se atribui, algumas qualidades (ou defeitos) atribuídos ao outro gênero. A homofobia engessa as fronteiras do gênero”. O autor destaca em seu texto que:

Quando, com Pierre Dutey, foram interrogadas umas 500 pessoas sobre a forma como elas reconheciam pessoas homossexuais na rua, na sua grande maioria, elas falam de homens homossexuais (o lesbianismo é invisível). E mais, elas associam aos homossexuais os homens que apresentam sinais de feminilidade (voz, roupas, jeito corporal). Os homens que não mostram sinais redundantes de virilidade são associados às mulheres e/ou a seus equivalentes simbólicos: os homossexuais (WELZER-LANG, 2001, p. 465).

Mott (2000), em um texto intitulado *Por que os homossexuais são os mais odiados dentre todas as minorias*, aponta dez razões para explicar os processos de discriminação que os gays, lésbicas, travestis e transexuais sofrem em nossa sociedade. Argumenta o autor que os homossexuais foram os mais odiados por que o amor entre pessoas do mesmo sexo em diferentes períodos da história foi considerado como pecado, crime, doenças e por causa disso, muitas vezes escondido. Esse é um fato que também contribuiu para o desenvolvimento do que denomina de homofobia internalizada por parte da sociedade, com manifestação e bastante repressão através de variados setores sociais e institucionais como a família, a escola, o ambiente de trabalho, a igreja, partidos políticos. A homofobia internalizada termina, muitas vezes, por contaminar as pessoas mais interessadas como os gays, as lésbicas, travestis, transexuais e transgêneros, que se escondem com vergonha dos próprios desejos, adoecem vítimas de uma autoestima baixa, cometem suicídio por não terem coragem de expor socialmente os seus desejos sexuais.

Outro ponto levantado pelo autor diz respeito à repressão familiar, que se constitui em um dos maiores fatores de exclusão da população homossexual. Em muitos casos, quando as famílias descobrem ter um/a filho/ gay, lésbica, travesti ou transexual terminam

por reproduzir graves constrangimentos, violências psíquicas e físicas, insultos, tratamentos destinados à cura e até a judicialização do relacionamento vivenciado por jovens menores de idade, a fim de que a justiça estabeleça e os convença de que a heterossexualidade é a melhor e mais correta norma a ser seguida, como se caracterizam os processos que estudo.

Outro destaque a que o autor chama atenção é que as lutas em torno da homossexualidade durante muito tempo foram encaradas como algo menor por partidos políticos de esquerda e intelectuais. Fato esse que prejudicou muito o avanço em relação à conquista de direitos sociais fundamentais para o/a homossexual, essa luta só ganhou força a partir do final da década de 1970 no Brasil, fim do contexto de ditadura militar (GRENN, 2000). A homofobia acadêmica e a homofobia presente nos discursos de lideranças que se voltam para a defesa dos direitos humanos também são fatores graves que corroboram a tese de que os homossexuais são os mais excluídos dentre as minorias. Contribuindo para tudo isso, Mott (2000) ainda aponta que a alienação dos homossexuais é algo sério, uma vez que, por vergonha ou medo do preconceito, muitos continuam presos dentro do armário, vivendo o amor de forma clandestina, fato que termina por contribuir com a manifestação da homofobia.

O uso da categoria homofobia nesta tese está associado, sobretudo, às práticas homofóbicas que ocorrem no ambiente familiar e atingem jovens homossexuais quando evidenciam as suas preferências por relacionamentos homoeróticos, ou quando são descobertos por seus pais e demais parentes. Apesar de maior tolerância com as diversas manifestações da sexualidade, os/as jovens que mantêm relações homoeróticas são frequentemente coagidos/as e constrangidos/as em relação à sua autonomia sexual. A família, o ambiente profissional e os/as amigos/as constituem-se como os menos tolerantes com as experiências homoeróticas (SCHULMAN, 2010; ANTÔNIO PAIVA, 2009; ADRIANA NUNAN, 2007).

De acordo com Schulman (2010), o debate sobre homofobia familiar é pouco destacado constituindo-se como um fenômeno complexo. Sérgio Carrara e Paula Lacerda, (2011) escreveram um artigo sobre preconceito, discriminação e violência homofóbica no Brasil<sup>50</sup>.

---

<sup>50</sup> A pesquisa **Diversidade sexual e homofobia no Brasil** foi coordenada pela Fundação Perseu Abramo (FPA), em parceria com a Fundação Rosa

Através da análise dos dados recolhidos em dois *survey* que foram aplicados em 150 cidades brasileiras contando com 2014 indivíduos entrevistados, constataram que quando o tema se refere à aceitação da homossexualidade em círculo íntimo das relações familiares, apenas 13% dos entrevistados “não se importariam” ou achariam “indiferente” que filhos/as fossem gays ou lésbicas, 7% dos entrevistados declararam que não aceitariam filhos gays ou lésbicas e os expulsariam de casa e 72% declararam que não gostariam de ter filhos gays e lésbicas (CARRARA; LACERDA, 2011, p. 81-82). Esse fato demonstra de alguma forma, as dificuldades encontradas por jovens homossexuais no ambiente familiar.

Os processos penais que estudo revelam justamente histórias sobre práticas homofóbicas das famílias contra jovens que deixaram evidenciar características da sua orientação sexual. A não aceitação da relação afetiva pela família desvenda, muitas vezes, a face oculta das violências sofridas por crianças e adolescentes que demonstram ou assumem de alguma forma, os seus desejos por pessoas do mesmo sexo.

Quando não compreendidos por suas famílias, tal ambiente torna-se para muitos desses garotos/as um espaço de ameaça e perigo constante, pois é difícil encontrar apoio entre os parentes que tolhem a liberdade sexual dos/as jovens sob o signo da proteção. Imbuídos do dever de proteção, constituído historicamente a partir do século XIX, período em que começa a se fortalecer “a imagem da criança frágil, portadora de uma vida delicada merecedora do desvelo absoluto dos pais” (COSTA, 2004, p. 155), somado ao ideal humano da sexualidade difundido através da unidade entre sexo, amor, matrimônio e procriação, os pais exercem sobre os filhos/as que se reconhecem com preferências homoeróticas, o poder de regular as práticas sexuais. Dessa forma, buscam meios para impedir ou controlar as relações dos filhos/as, normatizando-as e provocando muitas vezes sequelas na formação desses indivíduos.

As redes de apoio (escola, parentes, amigos) com que os/as jovens possam contar nesse processo de violências são fundamentais para amenizar o impacto negativo gerado pela homofobia familiar, mas nem sempre isso é possível devido ao preconceito sofrido por crianças e

adolescentes também fora da família, principalmente no ambiente escolar, conforme destacam muitos autores<sup>51</sup>.

Schulman (2010) chama atenção para o fato de que quando a família e a sociedade mais ampla põem em ação estruturas idênticas de exclusão e inferiorização, o indivíduo não tem lugar para onde escapar, especialmente quando as instituições de representação também não permitem que a experiência e sentimentos subsequentes sejam expressos. A autora, ao analisar a homofobia familiar nos Estados Unidos, destaca que embora tenha crescido a aceitação das diferenças é muito comum que pessoas gays ou lésbicas tenham sofrido algum tipo de violência em função estritamente da orientação sexual. As experiências começam cedo, e, em geral, são perpetradas por familiares que praticam abusos psicológicos e físicos. Tais atos constituem-se, muitas vezes, como parte da vida da população homossexual, e para a autora, o fenômeno deve ser entendido a partir dos seus aspectos sociais e culturais,

Existem duas experiências que a maioria dos homossexuais compartilha. Uma é a de “assumir-se”, processo de interrogação pessoal em oposição à expectativa social, que não tem quaisquer paralelos na vida heterossexual. A segunda experiência comum é que fomos, cada um de nós, em algum momento de nossas vidas, inferiorizados por nossas famílias simplesmente, mas especificamente, por causa de nossa homossexualidade. Essa experiência é, por sua vez, espelhada pelo sistema legal e pelas estruturas sociais dominantes, através das quais as pessoas gays devem viver, assim como nas artes e nas indústrias de entretenimento, as quais selecionam e

---

<sup>51</sup>(MOTT, 2009; PRADO; JUNQUEIRA, 2011; JUNQUEIRA, 2009; FERNANDO SEFFNER, 2009; JANE FELIPE; ALEXANDRE BELLO, 2009; LUIZ MELLO; MÍRIAN GROSSI; ANA UZIEL, 2009; WILIAM PERES, 2009)

controlam nossas representações  
(SCHULMAN, 2010, p. 67).

O foco deste trabalho não é fazer uma análise detalhada dos modelos de família presentes na cultura brasileira, mas compreender através dos discursos presentes nos processos, quais as motivos que levaram essas famílias a denunciarem as relações homoeróticas de seus filhos. E também como as relações de poder se estabelecem entre pais e filhos quando a sexualidade desses é posta em questão.

Os estudos sobre famílias no Brasil apontam a importância de se levar em consideração a pluralidade dos modelos e a diversidade das dinâmicas familiares. Nesse sentido, compactuo com a posição teórica de Fonseca (2007) quando propõe a desmistificação da família conjugal moderna, mostrando-a como construção histórica. Além disso, para uma compreensão menos contaminada, é necessário relativizar certos comportamentos e posicionamentos dos atores sociais na esfera familiar e considerar as dinâmicas sociais e padrões de organização familiar a partir dos contextos históricos (FONSECA, 2007).

Corrêa (1994) revela que a história das formas de organização familiar no Brasil tem focado suas explicações, na maioria das vezes, no modelo de família patriarcal, no qual as relações funcionavam como um epicentro do direito do pai, que monopolizava o interesse da prole e da mulher, esquecendo-se de pontuar os diversos modelos e constituições de relações familiares, como bem destaca Fonseca:

Sabemos agora que a *família patriarcal extensa*, longamente pautada como protótipo de família no Brasil, diz respeito apenas a uma pequena parcela da população brasileira. Temos prova de que a urbanização não traz nuclearização inevitável da família (...) Nas sociedades complexas não é correto imaginar um só modelo familiar que se distribua de forma homogênea entre todas as camadas sociais. Às diferentes classes correspondem diferentes versões de famílias (FONSECA, 2007, p. 545).

Durante as últimas décadas, muitas sociedades ocidentais testemunharam mudanças nos padrões familiares. Atualmente, existe uma grande diversidade de formas de famílias que podem ser definidas desde as mais tradicionais, como a família nuclear formada por um casal heterossexual e suas crianças, sejam adotadas, ou não; as famílias

monoparentais, que, na maioria das vezes, são dirigidas por mulheres; famílias reconstituídas onde ao menos um dos cônjuges tem filhos de um casamento ou relacionamento anterior; famílias compostas por pessoas que optam por não ter filhos, além dos novos arranjos familiares definidos como conjugalidades e parentalidades de gays, lésbicas e travestis que têm fomentado várias discussões nos últimos anos em muitos países, inclusive no Brasil envolvendo questões como maternidade e paternidade, casal, família, amor (MIGUEL ALMEIDA, 2010).

A partir dessa discussão, compreendo família como um grupo de pessoas cujas formas de relacionamento variam, mas que são unidas por conexões parentais, em que, muitas vezes, os membros adultos assumem a responsabilidade pelo cuidado das crianças, quando estas existem. É um “lugar” constituído por relações de poder em sua maioria desigual que permite exploração, desenvolvimento, conflito, resistência e produção de subjetividade, (GIDDENS, 1993; 2005; GROSSI et al., 2007). Os processos são documentos ricos que evidenciam as formas de violências homofóbicas praticadas no ambiente familiar e dão uma dimensão ampla de como, algumas vezes, as relações de dependência adolescentes-adultos imbuídas da necessidade de cuidados podem ser reveladoras de ações que formam uma cultura da intolerância, violência e discriminação contra gays, lésbicas, travestis e transexuais na instituição familiar.

## **2.6 Homofobia-Lesbofobia: é possível separar?**

Se a emergência do conceito de homofobia é recente, e muitas vezes não aparece com clareza conceitual nos estudos acadêmicos, o termo lesbofobia ainda ensaia a sua constituição enquanto categoria analítica no debate contemporâneo. Apresenta-se como um termo muito mais usual nas discussões do movimento de mulheres lésbicas, onde o seu uso tem como objetivo marcar a busca por maior visibilidade de violências e garantia de direitos. Segundo Miriam Martinho (2004), a organização política do movimento lésbico no País teve seu marco com a participação de mulheres no Grupo Somos, em 1979. O engajamento dessas mulheres intensificou-se em busca de maior visibilidade no cenário da diversidade do movimento homossexual.

No campo teórico sobre lesbianidades, estudos têm sido produzidos no Brasil expondo uma dimensão ampla de questões e um diálogo importante entre a militância e a academia. Algumas temáticas aparecem de forma mais intensa na formulação do conhecimento, entre

elas, as diversas formas de vivência das relações homoeróticas femininas, a questão geracional, a parceria civil, o preconceito presente no ambiente familiar, a busca de redes de relacionamentos lésbicos, famílias homoparentais femininas, militância lésbica, espaço virtual e afirmação de direitos humanos e movimento homossexual. No entanto, é importante pontuar que, a maioria das pesquisas estão inseridas num contexto temporal recente. A partir do ano de 2005 encontrei o maior número de publicações.

Um estudo que antecedeu este momento foi a dissertação de mestrado defendida por Tânia Carvalho (1995), que estudou no início dos anos 90 a trajetória afetivo-sexual de mulheres que privilegiaram, em um período significativo de suas vidas, os contatos afetivos com homens, mas que se envolveram também em relacionamentos com outras mulheres. A autora apontou que neste momento histórico a busca por tipos de relacionamentos homoeróticos simétricos, a expressão corporal do gênero feminino na gestualidade e no estilo de vida, e a inserção em grupos de sociabilidade fazia parte das experiências que começavam a ser vivenciadas nos grupos pesquisados por ela, nesse sentido, registrou que havia uma variação entre as formas de vivenciar a homossexualidade.

Nádia Meinerz (2005) escreveu sobre a constituição da parceria homoerótica em segmentos médios da cidade de Porto Alegre. O estudo da autora é circunscrito às classes médias urbanas e sua análise revelou que nos espaços de sociabilidades o par homoerótico se constitui em meio à conformação de estilo de vida, compartilhado pelas redes de relações, nas quais as mulheres estão inseridas, sendo o processo de construção da feminilidade pautado, ao mesmo tempo, pela repetição e pela subversão das expectativas de gênero.

A questão geracional também esteve inserida no universo de preocupações das pesquisadoras que abordaram a temática. Os estudos de Tânia Lima (2006) é revelador das formas de preconceitos vivenciadas por mulheres homossexuais de meia idade, dando enfoque a vivências de um duplo preconceito social, por serem mulheres lésbicas e idosas, no entanto, também pôs em evidência que tais problemas não são diferentes da imagem e dos significados de outros grupos e indivíduos da sociedade.

Temas como a aceitação da homossexualidade, o assumir-se para a família e a busca de redes de contatos, sendo o movimento e a comunidade lésbica constituídos como um espaço importante de congregação para os sujeitos, foram abordados por Cynthia Cancissu (2007) em um estudo de caso. Os resultados de sua pesquisa apontaram

para a dificuldade vivida por mulheres lésbicas no processo de assumir a homossexualidade e também a falta de aceitação da família, pontos traumáticos que foram amenizados com a inserção dessas mulheres na comunidade lésbica. Camila Medeiros (2007) fez um estudo sobre uma família homoparental feminina da periferia de São Paulo. Tratou de assuntos concernentes a conjugalidade, ao relacionamento com as filhas fruto de um casamento heterossexual, a vivência com demais membros da família e o ex-marido. A análise enfatizou que a participação na militância política por parte das interlocutoras e a concepção do conceito de lesbianidade se caracterizou como um fato importante na construção da família homoparental, pois segundo os dados “O ser mãe” não pode ser dissociado do “ser lésbica”, que por sua vez é impensável sem se abordar a atuação política (MEDEIROS, 2007, p. 538).

A homossexualidade feminina também foi investigada nas telenovelas brasileiras, como o estudo produzido por Silvia Gomide (2006) sobre as representações das identidades lésbicas na teledramaturgia *Senhora do Destino* exibida pela Rede Globo de televisão, entre os anos 2004 e 2005. A autora analisou as imagens e diálogos de duas personagens lésbicas da novela, e também uma comunidade de internet na qual os/as telespectadores/as tinham como objetivo comentar sobre o casal. Os resultados são reveladores das formas de representação sobre o amor entre duas mulheres no século XXI, e aponta para inovações da narrativa ficcional para os relacionamentos homoeróticos femininos. Sendo assim, como principais resultados foram destacados que o relacionamento foi retratado nos moldes do amor romântico e heterossexual (coabitação, monogamia e socialização de crianças), mas com evidência de formas discriminatórias de tratamento quando comparados aos modelos de casais heterossexuais exibidos na novela, principalmente sendo evitadas manifestações físicas de afeto. Os/as telespectadores/as, por outro lado, manifestaram opiniões ambivalentes que ficaram entre a satisfação pela conquista das lésbicas em evidenciar o relacionamento, e a frustração em relação a formas de discriminação vividas pelo casal durante a trama. Outro estudo que tratou do mesmo objeto, o casal de lésbicas na novela *Senhora do Destino*, foi produzido por Lenise Borges e Mary Spink (2008) mostrando que, ao mesmo tempo em que a discussão sobre a categoria lésbica foi posta ao público e provocou maior familiaridade, não foi capaz de desestabilizar normas sociais e modelos hegemônicos.

O movimento lésbico também foi objeto de estudo, a autora Maria Selem (2007) fez uma análise das produções discursivas da Liga Brasileira de Lésbicas (LBL) compreendendo desde o período de sua



instalação no ano de 2003, até 2007. Percebeu que as militantes buscavam dinâmicas que transformassem o binário masculino/feminino ancorado no imaginário da heterossexualidade, o qual fundamentou a subjugação da mulher na sociedade.

Aprofundando a temática do movimento homossexual lésbico, Patrícia Lessa (2007) contribuiu com importante pesquisa de doutorado na qual fez um amplo levantamento do movimento no Brasil, com objetivo de captar as diferentes posições políticas ao longo do tempo. Percebeu três momentos que marcam historicamente o movimento lésbico. Os anos 1980 representam o período em que começa a se configurar a reestruturação do movimento e a reivindicação identitária com foco na política de visibilidade e identificação social para as lésbicas, o segundo momento foi marcado pelo período de ampliação das ONG's com maior participação do movimento nas negociações junto ao Estado no que tange a políticas públicas, sobretudo educação, direitos humanos e saúde. O terceiro momento foi registrado pela autora como um período de midiaticização das questões lésbicas com maior publicidade em emissoras de TV's, sites e redes sociais diversas. A pesquisadora destacou, no entanto, que os três períodos são moveis, não tem uma data inaugural, o que se constitui como um fator importante, pois serve para refletir sobre um movimento lésbico que não é uniforme ou estagnado.

Facchini (2008) estudou as relações que se estabelecem entre práticas eróticas, identidades, corporalidades e convenções sociais de mulheres que se relacionavam afetiva e sexualmente com outras mulheres na cidade de São Paulo. Foi uma pesquisa que fugiu da centralidade em poucos grupos e buscou ampliar. Para tanto, através de observações etnográficas e entrevistas agregou uma diversidade ampla de mulheres, experiências e locais pesquisados em São Paulo inter cruzando as categorias de classe, geração, cor/ "raça" e trajetória e identidades afetivo-sexuais.

Vera Costa (2008) a partir de sua pesquisa de mestrado abordou que a homossexualidade feminina conquistou maior visibilidade nos espaços midiáticos, sendo assim, percebeu que a atuação individual, mas também do movimento lésbico foram importantes na busca da afirmação dos direitos no espaço virtual. As lésbicas fazem uso desse espaço de interação, sobretudo no que diz respeito às redes de socialidade e buscando afirmação identitária. Ana Pereira (2008) pesquisou como as mulheres ao assumirem sua homossexualidade, estabeleceram o relacionamento consigo e com suas famílias. O estudo foi realizado na cidade de Maceió, e revelou uma teia de complexidade muito grande

envolvendo relações de poder, coerções e representações sociais. A pesquisa deixou evidente que os discursos estão marcados por categorias que desconstruem a legitimação das famílias patrilineares, apontando para novas formas de sociabilidade. Luciana Monteiro (2009) estudou os modos de subjetivação de mulheres que viviam relacionamentos homoeróticos e fizeram denúncias relacionadas à homofobia. A autora optou por usar o termo homofobia para classificar as violências vivenciadas por mulheres lésbicas em detrimento da categoria lesbofobia. Constatou que as suas interlocutoras notavam a discriminação como resultado de extrapolação dos limites das convenções de gênero, principalmente quando atuavam de maneira mais masculinizada. Por outro lado, a perspectiva de maior aceitação das relações homoeróticas entre mulheres é percebida na articulação de estilos que se aproximam mais dos modelos femininos. Contudo, evidenciou a dificuldade de vivenciar a identidade homossexual nas relações familiares, onde o preconceito se estabelece de forma intensa e contínua.

Fróes da Silva (2007; 2010a; 2010b; 2010c) contribuiu com pesquisas no campo de estudos sobre mulheres que se identificam como homossexuais abordando suas representações sociais acerca das relações homoafetivas nos diferentes lugares da cidade de Porto Alegre. Identificou a complexidade que envolve noções e experiências de emancipação e pontuou constrangimentos vivenciados diariamente por esses sujeitos. Também em seus estudos encontra-se uma abordagem sobre os múltiplos ativismos em relação a mulheres que se identificam como feministas e lésbicas na referida cidade. Lívia Toledo (2007) que investigou, através de um estudo de caso, as representações de uma mãe em torno do relacionamento da filha com a nora, entre suas constatações explorou a invisibilidade das questões lésbicas, e a instituição familiar como espaço muitas vezes inseguro para os homossexuais:

Enquanto a família é muitas vezes vista como um lugar de segurança e afeto, grande é a presença de homossexuais que vivem na clandestinidade ou se sentem excluídos(as), rejeitados(as) ou discriminados(as) por suas próprias famílias, apenas pelo fato de serem homossexuais (TOLEDO, 2007, p. 2).

Em outras publicações Toledo (2008) mostrou que a maior aceitação das lésbicas se dá em contextos de invisibilidade, e os

estigmas contra esse público se fazem presentes principalmente quando as mulheres contrariam as normas de gênero. Toledo e Teixeira Filho (2010) apontaram também que para o reconhecimento da existência lesbiana é necessário que seja revisto todo o sistema heteronormativo e androcêntrico. Defendem os/as autores/as a desconstrução do sistema sexo binário buscando ultrapassar a noção do sexo como natural, afirmando, ao contrário que o prazer, a sexualidade e as relações afetivo-sexuais devem ser compreendidas como construção histórica e social, e por isso passíveis de mudanças.

Numa outra esfera de construção dos estudos sobre lesbianidades, Patricia Costa (2011) ao estudar o Sistema de Justiça Criminal em Aracaju-SE escreveu sobre práticas homofóbicas familiares constituídas pela não aceitação das relações homoeróticas de jovens adolescentes. Os resultados apontam para a importância da reflexão sobre a homofobia familiar, principalmente nos aspectos relacionados à criminalização das práticas homoeróticas femininas.

No tocante ao uso do termo lesbofobia em produções acadêmicas, realizei pesquisas no portal de periódicos da CAPES, usando como instrumento de busca a palavra “lesbofobia” e encontrei poucos artigos que citam tal termo, como os de Dee Pride (2010) e Cecília Macdowel Santos et al., (2009). Também busquei o termo especificamente na base de dados do *SciELO*, no qual encontrei o artigo de Keith Kurashige et al., (2011) Em tais textos, a palavra “lesbofobia” aparece citada, para designar questões referentes às lésbicas, mas sem uma explicação que dimensione as bases teóricas e históricas que marcam a categoria. O termo aparece relacionado à explicação das identidades lésbicas, das questões de gênero, das violências e dos direitos humanos.

No cenário de minha pesquisa, destaca-se um livro da autora espanhola Olga Viñuales (2002), cujo título é *Lesbofobia*. No entanto, a questão específica da lesbofobia é tratada no último capítulo do livro que é intitulado de “Homofobia e Lesbofobia”.

A referida autora argumenta que as lésbicas podem ser definidas como pessoas que se identificam como mulheres, que amam e desejam outras mulheres. A visibilidade lésbica é muito maior na contemporaneidade, principalmente a partir da década de 1990, quando houve a institucionalização do movimento homossexual. Apesar dessa maior presença social, as lésbicas são vítimas de duas formas de violências: uma por serem mulheres e outra por serem lésbicas. Nesse sentido, a emergência e compreensão do conceito de lesbofobia estão ligadas diretamente ao debate sobre misoginia.

A misoginia está presente em comentários, em piadas, chacotas, novelas, músicas, nos espaços públicos, em ambientes privados, na academia e se manifesta através de atitudes que pretendem ridicularizar as mulheres. De acordo com Viñuales (2002), nas experiências diárias, muito homens, inclusive muitos gays, fazem comentários humilhantes que denigrem as mulheres lésbicas, sendo que a maioria desses comentários estão relacionados à condição feminina. O feminino passa a ser o foco do ataque.

Borrillo (2001), ao refletir sobre a homofobia geral, destaca que esta se manifesta a partir de hostilidades dirigidas não só ao público homossexual, mas a todas as pessoas que não correspondem à norma sexual. Sendo assim, a homofobia denuncia os deslizes e desvios dos papéis de gênero previamente definidos, promovendo um controle efetivo e uma reatualização constante nos indivíduos, convocando e lembrando-lhes a “correta” filiação ao gênero.

Borrillo (2001) argumenta que existem manifestações de homofobias que podem ser pensadas a partir de suas especificidades. São formas de intolerâncias que se dirigem especialmente a gays e lésbicas:

A lesbofobia constitui uma especificidade no âmbito de outra: com efeito a lésbica é vítima de uma violência particular, definida pelo duplo desdém que tem a ver com o fato de ser mulher e homossexual. Diferentemente do gay, ela acumula as discriminações contra o gênero e contra a sexualidade (BORRILLO, 2010, p. 27).

Nesse cenário, o tratamento dispensado às mulheres lésbicas está muitas vezes enquadrado no contexto da invisibilidade e do silêncio. Ao contrário de significar maior tolerância, tais fenômenos apontam para um descaso muito maior em relação às práticas sexuais femininas. O que pode ser compreendido como o reflexo de misoginia, pois há uma transformação da sexualidade feminina em objeto de desejo masculino, tornando-se impensável, muitas vezes, as relações erótico-afetivas entre mulheres.

A discussão envolvendo o termo lesbofobia e a constituição do mesmo enquanto categoria político-analítica é inicial, além disso, está muito associada à categoria homofobia, não havendo a princípio uma separação concreta das definições teóricas que distinguem os dois conceitos. No âmbito acadêmico, são poucos os apontamentos que retratam o debate sobre o termo “lesbofobia” e muitos desses estão

conectados às violências sofridas por lésbicas. Muito mais que separação, apesar de apontar para especificidades que dizem respeito às questões de gays e lésbicas, o uso da “homofobia e lesbofobia” juntos fortalecem a constituição do campo de pesquisa e também o debate político no cenário atual.

Embora um dos capítulos da minha tese trate especialmente do processo envolvendo mulheres lésbicas, opto por não fazer uso específico do termo lesbofobia, como já explicado anteriormente, mesmo sabendo que o uso desse termo é um diferencial para o movimento homossexual brasileiro, constituindo-se como uma reivindicação das mulheres lésbicas em busca de maior visibilidade e garantias de direitos.

No próximo capítulo, analiso como os discursos sobre homossexualidade, movimento homossexual, AIDS e violência contra homossexuais se fazem presentes nos jornais de Aracaju. Através de pesquisas realizadas nos periódicos, foi possível perceber como o processo de modernização na cidade contribuiu para a proliferação do debate e a formulação de políticas públicas em torno da sexualidade.

## Je Ne Regrette Rien

Non, rien de rien  
 Non, je ne regrette rien  
 Ni le bien qu'on m'a fait, ni le mal  
 Tout ça m'est bien égal

Non, rien de rien  
 Non, je ne regrette rien  
 C'est payé, balayé, oublié  
 Je me fous du passé

Avec mes souvenirs  
 J'ai allumé le feu  
 Mes chagrins, mes plaisirs  
 Je n'ai plus besoin d'eux

Balayés mes amours  
 Avec leurs trémolos  
 Balayés pour toujours  
 Je repars à zéro

Non, rien de rien  
 Non, je ne regrette rien  
 Ni le bien qu'on m'a fait, ni le mal  
 Tout ça m'est bien égal

Non, rien de rien  
 Non, je ne regrette rien  
 Car ma vie  
 Car mes joies  
 Aujourd'hui  
 Ça commence avec toi

(ÉDITH PIAF, 1956)<sup>52</sup>

---

<sup>52</sup> VAUCAIRE, Michel; DUMONT Charles. **Je Ne Regrette Rie**. Intépret: Édith Piaf, 1956.

### **CAPÍTULO 3**

#### **“ESSA NOSSA ARACAJU ESTÁ PRA LÁ DE BAGDÁ, UAU!...”**

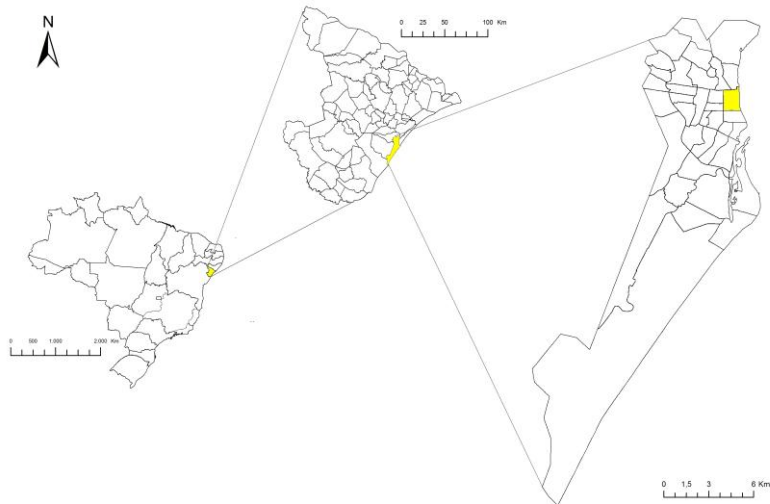
Este capítulo tem como objetivo apresentar como as questões relacionadas à homossexualidade se fizeram presentes na capital sergipana entre os anos de 1995 e 2001. Para a composição do capítulo foram analisadas notícias publicadas em jornais e realizadas entrevistas com militantes do movimento homossexual, e profissionais que atuaram e ainda continuam atuando, nas causas relacionadas às políticas de sexualidade, segurança e saúde. O uso conjunto das duas fontes metodológicas auxilia na compreensão dos fatos e possibilita ampliar o olhar para as diversas questões que foram evidenciadas no marco temporal estudado, contribuindo para uma melhor compreensão de aspectos socioculturais e do processo de modernização da cidade. A pesquisa nos jornais foi realizada em dois importantes periódicos que circulam na capital sergipana, o Jornal Cinform e o Jornal da Cidade, conforme explicitado anteriormente.

O Presidente da Província Inácio Joaquim Barbosa, motivado pela necessidade de construir um porto para o comércio do açúcar, transferiu a capital da Província de Sergipe no ano de 1855, da cidade de São Cristóvão para o então povoado de Santo Antônio do Aracaju. Segundo Bárbara Fontes de Souza, essa mudança provocou a preocupação com o planejamento do município, e para alcançar os objetivos com a necessidade de planejamento foi contratado o engenheiro e arquiteto Sebastião José B. Pirro:

Cujo projeto indicava um plano de alinhamento dentro de um quadrado traçado com quarteirões iguais. (...) Apesar de ser uma imposição arquitetônica, já que não se enquadrava na situação física da área, optou-se assim mesmo pelo traçado em tabuleiro de damas que era uma tendência urbanística na Europa e Estados Unidos do século XIX (SOUZA, 2009, p. 61).

Aracaju é uma cidade que já surge como capital (Figura 1), com moldes de uma arquitetura moderna e é identificada como uma das primeiras capitais brasileiras a ser projetada.

Figura 1. Localização de Aracaju no Brasil e no Estado de Sergipe.



Fonte: Aguiar Netto, 2012.

O centro do poder político-administrativo, a Praça do Palácio (atual Praça Fausto Cardoso), localizada na região central (hachurada na cor amarelo na Figura 1) de Aracaju foi o ponto de partida para o crescimento da cidade, pois todas as ruas foram ordenadas geometricamente, como um tabuleiro de xadrez. Conforme entrevista concedida pela professora Terezinha Oliva:

De acordo com a historiadora Terezinha Oliva, a Fausto Cardoso era central por aglutinar os órgãos políticos da época. "A praça era conhecida como a praça dos três poderes, das manifestações políticas. Foi o cenário da Intentona Comunista, das lutas pelas 'Diretas Já', e aglutinava também os trabalhadores que sempre iam fazer manifestações, para chamar a atenção do poder



público quanto às suas reivindicações", explica a historiadora (OLIVA, 2009, p. 1).<sup>53</sup>

Essa praça tem um papel fundamental para o povo aracajuano, surgindo muitas vezes na pesquisa de jornal referente à década de 1990 como um ponto de “encontro” entre michês e clientes. Nas Figuras 2 a 5, é possível visualizar a Praça Fausto Cardoso, na atualidade, nos períodos diurno e noturno<sup>54</sup>.

Figura 2. Praça Fausto Cardoso, em Aracaju-SE.



Fonte: Imagem capturada pela autora, jun. 2012.

---

<sup>53</sup> Entrevista da professora do Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe Terezinha Alves de Oliva sobre os 154 anos da cidade de Aracaju (OLIVA, 2009, p.1).

<sup>54</sup> Mais adiante explicaremos a importância dessa Praça no contexto deste estudo.

Figura 3. Praça Fausto Cardoso, com detalhe ao fundo do prédio do Ministério Público Estadual, em Aracaju-SE.



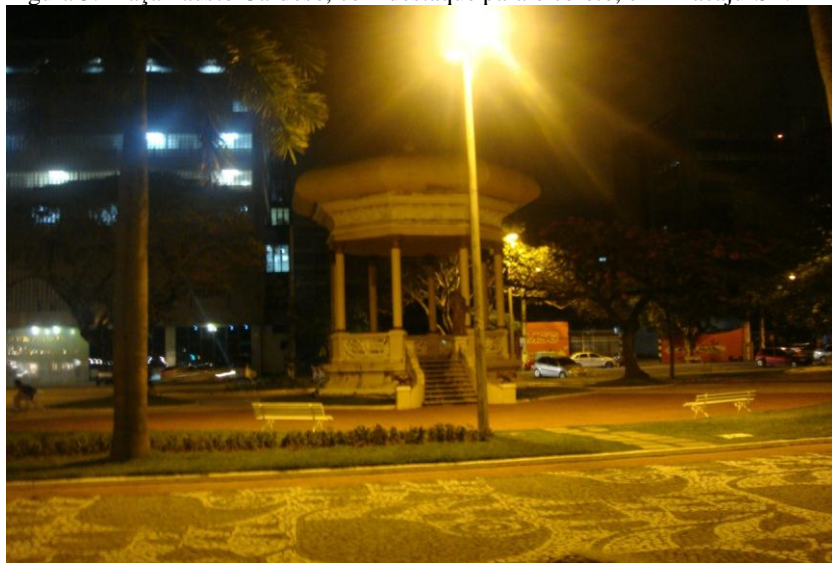
Fonte: imagem capturada pela autora, jun. 2012.

Figura 4. Praça Fausto Cardoso, com detalhe ao fundo do Museu Olímpio Campos, em Aracaju-SE.



Fonte: imagem capturada pela autora, jun. 2012.

Figura 5. Praça Fausto Cardoso, com destaque para o coreto, em Aracaju-SE.



Fonte: imagem capturada pela autora, jun. 2012.

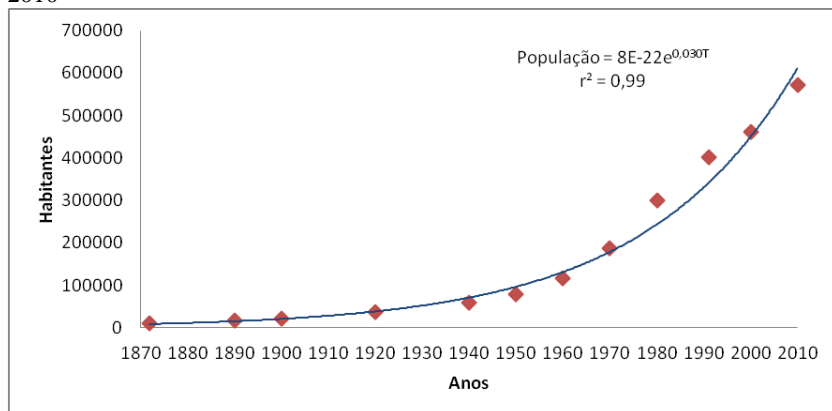
A cidade de Aracaju<sup>55</sup> da década de 1990 contava com uma área de 181,8 km<sup>2</sup> e uma população de 461.534 habitantes. A maior parcela da população estava concentrada entre 10 e 29 anos de idade, correspondendo a 41 % do total de habitantes e desses, 53% foram classificados como mulheres (IBGE, 2001). A população cresceu muito nos últimos cinquenta anos, acompanhando o processo de urbanização que aconteceu nas cidades e capitais do Brasil “Como as demais grandes e médias cidades brasileiras, Aracaju se moderniza, implantando galerias, shoppings e, sobretudo, especializando suas funções” (VERA FRANÇA, 1999. p. 171).

---

<sup>55</sup> Dados pesquisados no censo demográfico (2000) do IBGE e na Secretaria de Planejamento do município de Aracaju.

O crescimento da população da capital sergipana entre os anos de 1870 e 2010, pode ser visto na Figura 6, que evidencia um ajuste exponencial escolhido para os dados da população em função do tempo, que pode ser comprovado pelo elevado valor do coeficiente estatístico de determinação muito próximo do valor unitário.

Figura 6. Crescimento exponencial da população de Aracaju-SE, entre 1870 e 2010



Fonte: IBGE, 2012.

A economia da cidade de Aracaju era formada pelos setores: primário, secundário e terciário. Apesar de não ser considerada uma cidade industrial, as indústrias encontravam-se espalhadas pela cidade. Nos dias atuais, há também uma maior pulverização de atividades industriais, no interior do Estado. Além disso, muitas famílias aracajuanas têm membros que trabalham em importantes indústrias que estão concentradas em outras regiões como a Votorantim e a Nitrofertil em Laranjeiras; Petrobras e a Vale do Rio Doce em Carmópolis, Rosário do Catete, Siriri e Japarutuba (FRANÇA, 1999).

O município de Aracaju atualmente possui dois importantes shoppings centers, inaugurados nos anos 90. Os empreendimentos receberam os nomes de Riomar e Jardins. O primeiro foi inaugurado em 08 de maio de 1989, tornando-se o precursor do conceito de Shopping Center (Figura 7) na capital Aracajuana, e contribuindo para a circulação de pessoas e a venda de marcas nacionais e internacionais. Localizado próximo à Avenida Beira Mar, via de grande fluxo e valorizada pelos seus luxuosos apartamentos, o Shopping Riomar dispõe

de uma bela vista para o rio Sergipe, local conhecido como um dos cartões postais da cidade.

Já o Shopping Jardins (Figura 8), foi inaugurado em 20 de novembro de 1997, e está localizado no recente bairro Jardins, sendo um complexo de lojas que recebe um público médio de 35 mil pessoas por dia. O centro comercial oferece lojas de grande porte, franquias, duas praças de alimentação com diversificadas opções gastronômicas, restaurantes sofisticados e uma série de serviços reunidos em um só lugar.

Figura 7. Entrada principal do Shopping Center Riomar, em Aracaju/SE.



Fonte: Imagem capturada pela autora, jun. 2012.

Figura 8. Entrada principal do Shopping Center Jardins, em Aracaju-SE.



Fonte: Imagem capturada pela autora, jun. 2012.

Muitas novidades ocorreram no âmbito cultural, vários restaurantes especializados em culinária de diversas nacionalidades começaram a se instalar em pontos diferentes da cidade, fomentando maior oportunidade de lazer e de ingresso aos habitantes em um mundo mais globalizado. Diversas lojas de marcas nacionais e internacionais foram inauguradas nesse período, oferecendo maior possibilidade de serviços, dando um ar de modernidade à cidade e contribuindo para maior circulação de pessoas na capital.

A verticalização da cidade por meio da construção de prédios públicos e privados (Figura 9) também é um indicador da urbanização e da modernização. O surgimento de tais construções começou na década de 1960, intensificando-se, sobretudo, a partir dos anos 80, com forte presença do setor imobiliário local. Isso significa um duplo movimento: de aumento do capital local e da inserção de novos valores de moradia.

Figura 9. Avenida Beira Mar (na verdade ao longo do rio Sergipe), com detalhes de resquícios de manguezal, em Aracaju-SE.



Fonte: Imagem capturada pela autora, jun. 2012.

Outro fator importante no processo de modernização da capital sergipana foi o incremento no turismo. De acordo com França (1999), essa ação governamental teve início na década de 1970 com a criação da Empresa Sergipana de Turismo (EMSETUR), no entanto não logrou o êxito imediato esperado pelo governo. O turismo passou a se fortalecer a partir da década de 1990, depois da construção da Orla de Atalaia, da estruturação de festas e eventos que entraram no calendário sergipano, e do aumento de novos voos de vários lugares do país com destino a Aracaju. É nesse contexto de urbanização que a tranquila cidade moderniza-se em serviço e estrutura, e atrai visitantes de todas as regiões do País.

O Poder Judiciário acompanhou o processo de mudanças impulsionado pelas exigências do contexto político, principalmente, conforme destaca Barreto (2004), após a Constituição Federal de 1988 e a Constituição Estadual de 1989, que consagraram os direitos sociais e valorizaram a cidadania. O aparelho judiciário no Estado se modernizou e ampliou a rede de contato com a população,

Sergipe que tem na sua história forte vocação de luta jurídica, fez todos os esforços para tender aos

ditames do tempo. Empreendeu uma verdadeira reforma no Poder Judiciário, modernizando-o para bem cumprir a expectativa da sociedade sergipana (...) A estrutura física cresceu consideravelmente em todo o Estado, com a construção de Fóruns na capital e no interior, a começar pelo Fórum Gumercindo Bessa (...) permitindo a instalação das varas da comarca de Aracaju com a geração de serviços ágeis que colocou a justiça nas ruas. (...) Voltando-se para o seu funcionamento interno o Poder Judiciário criou o seu Arquivo Judiciário, sua Escola Superior de Magistratura, como instrumentos avançados de participação junto à sociedade (BARRETO, 2004, p. 160).

Este cenário moderno que começou a se constituir, abriu espaço para discussões sobre mudanças culturais e marcou um momento da história de Aracaju, sobretudo no que diz respeito aos debates sobre sexualidades. Além disso, foi possível perceber formas de manifestação social presentes nos jornais estudados, especialmente, a pressão da militância homossexual para as formulações de políticas públicas. Essas manifestações guardam efetivas relações com as mudanças globais que afetam a vida pessoal dos indivíduos, ratificando as novas busca por demandas e a garantia de direitos (GIDDENS, 1993).

### **3.1 O Cenário Político Nacional e Local**

A década de 1990 foi um período significativo em termos de debates e tomada de decisões nos campos políticos e econômicos, tanto nacional como localmente. O Brasil passou por momentos de mudanças que criaram um novo cenário político, sobretudo, a partir do restabelecimento da democracia e dos novos parâmetros de mudanças gerais causados pelo fenômeno da globalização. Foi um momento de fortalecimento de causas caras à sociedade civil, especialmente na luta por garantias de direitos sociais. Entre alguns movimentos organizados, é interessante resgatar a importância dos movimentos feminista, negro e homossexual, que continuaram atuando em busca de reconhecimento e garantias de direitos. Além disso, foi no início daquela década que o Estatuto da Criança e do Adolescente foi criado, conferindo a esse público maior proteção.

Depois de acirrada disputa eleitoral no final de 1989 com Lula, Fernando Collor de Mello inicia a presidência em 1990. Sua



permanência na presidência será breve, pois ele renunciou após uma série de denúncias de corrupção no ano de 1992. Naquele momento formou-se o movimento “Caras Pintadas”, no qual jovens foram às ruas pedir o *impeachment* do presidente. Tal movimentação foi acompanhada por um intenso processo de campanha midiática que incitou a denúncia de esquemas escusos que moviam o poder executivo liderados por parte da equipe governista. Em Aracaju a Ordem dos Advogados, o Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Sergipe e a Associação Sergipana de Imprensa empenharam-se na promoção de passeatas que endossavam o movimento “Fora Collor” local.

Após a renúncia de Fernando Collor, Itamar Franco assumiu o cargo de presidente, tornando-se responsável pelo estabelecimento do plano real e início do fortalecimento da moeda econômica do país, o que proporcionou à população a abertura de uma política econômica que deu maior segurança e estabilidade financeira. A implantação do Plano Real foi realizada pelo então Ministro da Fazenda, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, que, posteriormente, foi eleito presidente da República ocupando o cargo de 1995 a 2002. Cabe ressaltar que, em Aracaju, Fernando Henrique foi derrotado nas urnas.

Esse período se configurou como de abertura econômica e estabelecimento da política de estado mínimo, especialmente, apresentada através das privatizações de algumas empresas estatais, umas das quais as telecomunicações, o que possibilitou a introdução em massa de telefonia celular junto à população brasileira, conferindo maior participação e acesso à informação através dos meios de comunicação. O desenvolvimento tecnológico, a proliferação e democratização no acesso às novas tecnologias também fazem parte do cenário que marca a década de 1990. O uso das tecnologias foi acentuado com a globalização dos mercados, proporcionando mudanças efetivas no cenário sociocultural, através da intensificação das relações sociais, trocas culturais e também da proliferação da cultura do risco (GIDDENS, 1991).

Esse momento também acelerou o processo de mudanças nas relações pessoais dos indivíduos, que passaram a conviver com um tempo e espaço mais dinâmico e dispor de maior liberdade de locomoção e expressão. Além disso, é interessante frisar que as novas

tecnologias e a propagação dos ciberespaços<sup>56</sup> exerceram papel importante, conferindo ritmos acelerados às mudanças e envolvendo indivíduos e culturas distintas. De acordo com Giddens (1991), nessas condições os locais são penetrados e moldados em termos de influências sociais bem distantes e o espaço é separado do tempo, fomentando relações efetivas entre “ausentes”.

O cenário político de Aracaju foi sendo construído num diálogo constante com as mudanças que se efetivavam no panorama brasileiro. Segundo Ibarê Dantas (2004), o processo de transição do regime autoritário para o democrático proporcionou a efetiva participação popular na campanha das “diretas já”, reunindo na Praça Fausto Cardoso, em 26 de fevereiro de 1984, cerca de 30 mil pessoas num comício de grande proporção em terras locais.

A partir desse período, a cidade foi administrada por prefeitos cujas bases políticas assentavam-se no posicionamento de esquerda. Assim aconteceu com José Carlos Teixeira, líder do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que combinou uma aliança com o então governador do Estado, João Alves Filho do Partido Democrático Social (PDS), este de direita e sucessor da Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Em virtude desse acordo, Teixeira assumiu a administração da capital por sete meses, até que fosse concretizado o pleito e posse do novo prefeito. De acordo com Dantas (2004) “Esquerdistas, comunistas, proscritos da política que estiveram militando na oposição” foram nomeados para integrar o secretariado do prefeito.

O pleito para a eleição da prefeitura foi definida no mesmo ano de 1985, com vitória expressiva “maior votação proporcional do país” de Jackson Barreto, candidato que representava o PMDB. No plano nacional também houve vitória do PMDB, que conseguiu eleger quase

---

<sup>56</sup> Ciberespaço é o termo utilizado para designar o *locus* virtual criado pela conjunção das diferentes tecnologias de telecomunicação e telemática, em especial, mas não exclusivamente, as mediadas por computador, não se restringindo a redes de computadores, mas abrangendo tele-conferências analógicas, *paggers* e comunicação entre rádio-amadores Mário Guimarães Júnior (2000). O conceito de Cibercultura, por sua vez, passa a ser utilizado então para abranger o conjunto de fenômenos sócio-culturais que ocorrem no interior deste espaço ou que estão a ele relacionados (*idem*). A Antropologia tem então privilegiado a dimensão vivencial do ciberespaço segundo Rifotis et al. (2010), não apenas o considerado como um meio de comunicação.

todos os governadores dos Estados brasileiros, a maioria dos senadores e dos deputados federais. No entanto, por motivos políticos e várias denúncias Jackson Barreto renunciou ao mandato, transferiu-se de partido e elegeu o próximo prefeito pela sigla do Partido Socialista Brasileiro (PSB), Wellington Paixão.

Nesse período, já haviam sido promulgadas a Constituição Federal e Estadual, começava também a mobilização em torno da campanha para presidente da República, numa disputa que envolveu os candidatos Luiz Inácio Lula da Silva e Fernando Collor de Mello, tendo este último vencido a eleição em Sergipe, porém na capital Lula foi o vitorioso, “A vitória de Lula em Aracaju no segundo turno reiterava a tendência oposicionista do eleitorado da capital, reforçando candidatos de esquerda” (DANTAS, 2004, p. 237), fato que se diferenciava do eleitorado do restante do Estado, que elegeu por muito tempo para o executivo estadual grupos de ideologia política mais conservadora, sobretudo, revezando-se entre os Partido da Frente Liberal (PFL) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), até a vitória do atual governador Marcelo Déda do Partido dos Trabalhadores (PT), em novembro de 2006.

Assim acontece com a eleição em que o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o PT, em 1992, formam uma chapa cujo nome para prefeito foi o de Jackson Barreto, que ganhou a eleição contra o candidato apoiado pelo governo do Estado e todos os partidos situacionistas. Mais uma vez se confirma uma candidatura na cidade de cunho ideológico progressista de esquerda. Nessa época, o então governador do Estado tem um papel fundamental no processo de modernização da capital:

Empenhou-se notadamente na modernização do Aeroporto, inclusive ampliando a pista de pouso e decolagem e reconstruiu a Orla da praia de Atalaia, tornando-a bela e grandiosa. Encaminhou as obras do grandioso Centro de Convenções, adquiriu “Catamarãs”, lançou o trem turístico, “um moderno comboio com ar condicionado”, e implantou a Rua 24 horas, inspirado no exemplo de Curitiba. Entre as pequenas obras, foi atento a ampliação do fornecimento de energia, reformou vários centros de cultura (Arquivo Público, Academia Sergipana de Letras, Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Conservatório de

Música) e estimulou manifestações culturais (DANTAS, 2004, p. 246).

Em 2000, o PT elege o prefeito Marcelo Déda na capital. O novo grupo político representou o desejo de mudanças para os habitantes de Aracaju, e confirmou mais uma vez o posicionamento do eleitorado da capital. Atualmente, Marcelo Deda é Governador de Sergipe, já pelo segundo mandato, tendo como vice Jackson Barreto de volta para o PMDB, e a prefeitura de Aracaju é administrada por Edvaldo Nogueira, pertencente ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

### 3.1.1 A Homossexualidade nas Telenovelas Brasileiras

No que diz respeito aos aspectos culturais, aquele período foi representativo no Brasil, em termos de exibição televisiva de temáticas que abordaram a homossexualidade. Um exemplo das transformações de gênero ocorridas na sociedade brasileira na década de 1990 foi a forma como essa temática foi tratada nas telenovelas do período, uma vez que se trata de um importante espaço público de incorporação de debates políticos e sociais no Brasil.

As telenovelas brasileiras, por exemplo, constituem-se como programas com enorme audiência e trouxeram a pauta tais questões, nem sempre fomentando um debate positivo, mas sem dúvida, conferindo espaços de deslocamento de poder, ao contribuir para a discussão pública da homossexualidade<sup>57</sup>. Segundo Ondina Leal (1986) as novelas se constituem como importante foco de estudos, revelando nuances construtoras e transformadoras dos modos de agir e pensar da população brasileira. O aparelho de televisão e o hábito de assistir as teledramaturgias constituem-se como um vivência grupal, um ritual para as pessoas, e permitem o acesso a saberes diferenciados e ambivalentes.

---

<sup>57</sup> O Brasil tem em sua cultura o hábito de assistir telenovelas, talvez explicado pelo gosto dos folhetins semanais ou diários escritos em jornais, desde o final do século XIX. A análise da audiência é sempre controversa, mas a mais utilizada é realizada pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE), cuja metodologia, que quantifica o número de aparelhos de televisão ligados em tempo real, começou a ser utilizada entre 1991 e 1992. “Nos anos 1990 era comum as telenovelas das oito da rede Globo marcarem 60 pontos” (AUDIÊNCIA ..., 2008).

É possível, através do aparelho de televisão ter acesso a ideias progressistas e conservadoras que dialogam com a vida real dos indivíduos. A hora da novela funciona, muitas vezes, como reguladora das atividades das pessoas, e no caso das camadas populares, percebe-se um menor distanciamento do universo ficcional, na medida em que através dos episódios são captadas (des) conexões entre o cotidiano, o imaginário e o universo simbólico de realidades variadas. Sendo assim, as novelas, principalmente as transmitidas às oito horas (considerado o horário nobre da televisão brasileira) são fontes importantes para se compreender as ideias que circulam no meio social.

Em pesquisa realizada sobre os personagens homossexuais nas telenovelas da rede globo no período de 1974 a 2007, o autor Leandro Colling (2007) observou que em um primeiro momento, as representações dos homossexuais estiveram associadas à criminalidade, em seguida, foi a vez de apresentação de papéis em que se destacaram a “bicha louca” e/ou afetada e afeminada. Já nos últimos anos, houve também a presença de interpretações focadas no modelo heteronormativo.

O autor chamou especial atenção para o fato de que na década de 1990, a chamada ‘narrativa da revelação’ passou a fazer parte das pautas das novelas que mantinham em seus quadros personagens homossexuais<sup>58</sup>, mas sem excluir efetivamente o núcleo de representação dos personagens afetados que também estiveram presentes em algumas tramas. Segundo Colling (2007) e André Fischer (2008), durante os anos 90, onze telenovelas da rede globo exibiram personagem gays ou lésbicas<sup>59</sup>.

<sup>58</sup> Segundo Colling (2007), O conceito ‘narrativa da revelação’ foi desenvolvido por Dennis Allen, em sua análise sobre como as relações homoeróticas foram representadas no seriado norteamericano *Melrose Place* (...). A presença dos homossexuais nas histórias apenas envolvia a suspeita de suas orientações, que é revelada somente próximo ou no final das tramas (COLLING, 2007, p. 213).

<sup>59</sup> As telenovelas veiculadas na década de 1990, na rede globo foram: *Mico Preto* de Marçílio Moraes (novela das 19:00h); *Barriga de Aluguel* de Glória Perez (novela das 18:00h); *Pedra sobre Pedra* de Aguinaldo Silva (novela das 20:00h); *Renascer* de Bendito Ruy Barbosa (novela das 20h); *A próxima vítima* de Sílvio de Abreu (novela das 20:00h); *Explode Coração* de Glória Perez (novela das 20:00h); *A Indomada* de Aguinaldo Silva (novela das 20:00h); *Zazá* de Lauro César Muniz (novela das 19:00h); *Por Amor* de Manoel Carlos (novela das 20:00h); *Torre de Babel* de Sílvio de Abreu (novela das 20:00h);

Chamo atenção para três momentos importantes do texto de Colling, quando trata das novelas *A Próxima Vítima*, exibida entre 13 de março e 4 de novembro de 1995, em que Sílvio de Abreu destacou o drama vivido pelos personagens Sandrinho (André Gonçalves) e Jefferson (Lui Mendes) que viveram um relacionamento homossexual sem caricaturas. “A cena em que Sandrinho revela a sua orientação para a mãe, Ana Carvalho, vivida por Susana Vieira, foi uma das mais esperadas e assistidas” (COLLING, 2007, p. 216).

Outro ponto interessante que marca esse momento histórico está relacionado à exibição da novela *Explode Coração* da autora Glória Perez. Nesse folheto, o ator “Floriano Peixoto interpretou uma pessoa ambígua, possivelmente uma travesti ou transgênero” (COLLING, 2007, p. 216). A novela *Por Amor* exibida entre 13 de outubro de 1998 e 23 de maio de 1999, de Manoel Carlos, também explora a “narrativa da revelação”. “Desta vez, o bissexual Rafael (Odilon Wagner) abandona o filho e a mulher para viver um romance com outro homem. Aqui a única diferença é a revelação de sua bissexualidade, que já era conhecida do público a partir da metade da novela, mas não assumida perante a sua família” (COLLING, 2007, p. 216).

As novelas exibidas na década de 1990 pontuaram a temática da homossexualidade abordando questões de maneira diferente. Atuaram personagens em que o papel foi pautado na exarcebção de características mais efeminadas e/ou afetadas. Por outro lado, também esteve presente no debate a problemática da revelação, do “sair do armário”. É importante destacar que as novelas no Brasil são instrumentos significantes na disseminação de valores, problemáticas e ideologias, além disso, muitas vezes seus/as autores/as colocam em pauta temas considerados caros aos aspectos socioculturais formadores da sociedade, gerando muitos debates<sup>60</sup>.

A exibição da novela *Torre de Babel*, por exemplo, foi bastante significativa em termos de polêmica. O autor Sílvio de Abreu expôs no

---

*Suave Veneno* de Aguinaldo Silva (novela das 20:00h). Além das telenovelas também foram exibidos outros programas que exploraram em seus quadros personagens homossexuais como as minisséries *Boca do Lixo*, *Engraçadinha* e *Hilda Furção* (COLLING, 2007; FISCHER, 2008).

<sup>60</sup> Muitas vezes, a forma como os temas são abordados geram polêmicas e fomentam o debate envolvendo diversas instituições, movimentos sociais e intelectuais (COLLING, 2007).

início do folhetim um possível relacionamento entre duas mulheres lésbicas, vividas pelas atrizes Christiane Torloni e Silvia Pfeiffer. A novela passou entre 25 de maio de 1998 e 16 de janeiro de 1999, e por causa das pressões sociais geradas a partir da revelação do relacionamento amoroso entre as personagens, o autor retirou as mesmas do ar através de uma cena na qual as duas lésbicas acabaram sofrendo um acidente nos capítulos iniciais,

Na época, houve uma grande discussão sobre quem teria matado as lésbicas. De um lado, Abreu defendia que a própria imprensa teria colaborado em dar uma exposição exagerada às personagens. De outro, líderes gays acusavam a Igreja Católica e outros setores conservadores de terem pressionado a emissora a retirar as duas do ar (COLLING, 2007, p. 217).

A referida novela abordou uma temática cara ao movimento homossexual, especialmente ao movimento lésbico, que foi a invisibilidade da mulher lésbica no cenário nacional. A comprovação dessa tese pode ser aferida através da pesquisa que fiz nos jornais. Houve pouca menção aos assuntos relacionados às lésbicas, mas é importante também lembrar que só em meados da década de 1990, a divisão no movimento começou a se estruturar expondo as especificidades de cada segmento (FACCHINI, 2005).

A exposição da temática nas novelas ajuda a disseminar o debate público sobre a homossexualidade, tais ações podem consubstanciar estratégias culturais propiciando o jogo entre as diferenças e os deslocamentos de poder. Segundo Colling (2007, p. 217), a constante presença de personagens homossexuais nas novelas, principalmente quando não são representados de maneira estereotipada ou ligados à criminalidade, tem permitido “uma maior visibilidade e aceitação da orientação sexual homossexual. Ao mesmo tempo, isso ainda não tem se traduzido em grandes ganhos e avanços que efetivamente farão diferença”.

A década de 1990 apresenta-se como um momento em que debates sobre as políticas e sexualidade se fortalecem, sobretudo, a partir do advento da AIDS, considerada como a “doença do século”, que vitimaria, a princípio, os então chamados “grupos de risco” (homossexuais, profissionais do sexo, usuários de drogas). Nesse momento, a sexualidade dos idosos, das crianças, dos homossexuais, dos

adolescentes ganha novamente muito espaço nos debates públicos. A mídia é um instrumento importante que proporciona uma dimensão das mudanças e dos debates que ocorrem na sociedade, os jornais em Aracaju não se furtaram desse compromisso e publicaram vários assuntos que marcaram o período como um momento de luta, sobretudo em relação à homossexualidade.

Nesse sentido, estiveram presentes nos jornais matérias relacionadas ao movimento homossexual, especialmente suas reivindicações políticas, diversas manifestações públicas e debates contra a violência e o preconceito que atingem a população homossexual. Exposição sobre o tema da AIDS com esclarecimento sobre preconceitos, diagnósticos, tratamento com os retrovirais que foram disponibilizados gratuitamente pelo governo federal, necessidade de humanização da epidemia, fortalecimento de políticas de segurança pública com a exigência, por parte do movimento homossexual, de maior celeridade com os processos criminais envolvendo assassinatos de homossexuais, criação do centro de referência e combate à homofobia situado na capital de Aracaju, foram também matérias jornalísticas.

Além dessas, também foram publicadas notícias que apontavam para mudanças no mercado da prostituição, recebendo destaques o aumento de garotas de programa que migravam de outros Estados para Aracaju, introdução do serviço “Disk Sexo” e “Mensagens Eróticas”, como instrumentos usados para agilizar e facilitar a negociação dos programas, e conseqüentemente, os encontros sexuais. Também houve a presença significativa de anúncios de jornais expondo a comercialização dos corpos de garotas e garotos de programa com a nova modalidade de atendimento a domicílio, assim como as preferências sexuais dos homens sergipanos relatados por profissionais do sexo. A produção de filmes pornôns na capital sergipana também fez parte desse cenário, as fofocas nas colunas sociais com muitas matérias que colocavam em dúvida a sexualidade de pessoas influentes na capital e as novas opções de comércio para o gay<sup>61</sup>.

Dentro desse contexto histórico que marca o surgimento de uma cidade mais modernizada, foi possível perceber através da pesquisa realizada nos jornais, que os anos 90 também foram representativos em termos do aparecimento de pautas importantes sobre temas que estavam

---

<sup>61</sup> Conforme pesquisa realizada nos periódicos e disponibilizada no Apêndice A.



sendo debatidos em âmbito nacional, sobretudo, no que se refere às ações do movimento homossexual (SIMÕES; FACCHINI, 2009; GROSSI, 2003; FERNANDES, 2011).

Tais autores/as destacam a importância do movimento na luta pela criação e efetivação de políticas públicas em torno da AIDS, denúncias sobre a morosidade do Poder Judiciário no julgamento de crimes que acometeram homossexuais, bem com das violências contra os mesmos. Esses temas estiveram por todo tempo presentes na pauta de discussão dos jornais pesquisados, apresentando as notícias ora com reflexão mais isenta, recheadas com detalhes técnicos e informativos sobre os acontecimentos, principalmente nos casos em que apontavam as estatísticas da AIDS, outras vezes usando palavras imbuídas de preconceitos, com tom conservador, por meio de matérias que puniam e condenavam comportamentos que desvirtuassem das normas esperadas pela sociedade. Nesses casos, principalmente quando havia o envolvimento de crimes violentos cometidos contra homossexuais, o que suscitou críticas de leitores/as sobre a maneira em que foram expostas algumas manchetes apelativas de jornais.

No entanto, é importante perceber que o debate estava posto, e que o movimento homossexual exerceu um papel fundamental nesse período e no processo de esclarecimento e ação política. Foi através das notícias veiculadas nos jornais que compreendi um pouco mais da cidade de Aracaju nos anos 1990. Perceber como as temáticas relativas à homossexualidade eram tratadas possibilita uma compreensão mais significativa da cultura local, das micro e macroestruturas de poder, além de permitir compreender como as circunstâncias locais elaboram a formação e o jogo de saber-poder e suas relações com as instituições, como o Poder Judiciário e os papéis que são aí prescritos, como destaca Foucault (1977).

### **3.2 Movimento Homossexual: lutas, embates e conquistas na Aracaju nos anos 90**

Consoante Melo (2008; 2011) o Movimento Homossexual de Aracaju é um dos mais antigos do Brasil. Institucionalizou-se no início da década de 1980, logo após o surgimento do Grupo Gay da Bahia, e teve desde o seu princípio apoio do professor Luiz Mott. A constituição do movimento homossexual de Aracaju iniciou efetivamente a partir do

ano de 1981, quando foi fundado por Wellington Andrade<sup>62</sup>, o Grupo Dialogay, que permaneceu ativo até 2001, sendo dissolvido devido às questões trabalhistas. Outros grupos só começaram a surgir no Estado a partir do ano de 1998, Conforme destaca o Jornal Cinform:

O grupo foi fundado em 1981 pelo auxiliar de escritório Wellington Andrade, 46, homossexual assumido desde os “20 e poucos anos”. Seu objetivo era transformar em orgulho o que o *status quo* – muitas vezes hipocritamente – encarava como vergonha. As palavras-chave eram engajamento e militância. Wellington já começara a caminhar nesta direção no ano anterior – 1980 – quando trouxe para lançar em Aracaju o jornal baiano “Lampião da Esquina”, direcionado ao público homossexual. O sociólogo Luiz Mott, presidente e fundador do então recém-nascido Grupo Gay da Bahia, obteve o endereço de Wellington na sede da publicação, veio a Aracaju e estimulou-o a agregar, também em Sergipe, os que praticavam amor entre iguais. Nascia o Dialogay, inicialmente com três mulheres e quatro homens (VITÓRIA..., 2001, p. 6).

Durante esse período, o Dialogay desenvolveu importantes mobilizações na cidade de Aracaju em torno das causas homossexuais. Os pontos fortes de luta incluíam a violência contra homossexuais, a exigência de políticas públicas de prevenção à AIDS, o debate sobre união civil e luta incessante em prol do respeito à diversidade, o que levou o grupo a diversos posicionamentos públicos que fortaleceram a luta na cidade.

Conforme Wellington Andrade destacou em entrevista concedida a mim em 2010, a criação do grupo faz parte de um projeto pessoal e subjetivo, pois a sua concepção esteve vinculada também aos preconceitos que sofreu por causa da sua sexualidade,

---

<sup>62</sup> Fundador do Grupo Dialogay, primeiro movimento homossexual institucionalizado no Estado de Sergipe. Atualmente, Wellington é servidor público federal e mora no Estado da Bahia onde continua exercendo atividades políticas em defesa das questões homossexuais.

Quando eu fundei o grupo Dialogay em Aracaju em 1981, por aí (...) essa palavra “homofobia” não existia. (...) Eu apenas fundei, porque sou filho de famílias evangélicas. Meus pais tiveram 15 filhos. Cada ano era um filho e naquela época não tinha televisão. Nasci gay. Houve preconceitos com religião, com colégio, com a faculdade, com a família, com a vizinhança e com a sociedade. (...) Aí, a gente estava tentando acabar com o preconceito, com a discriminação que havia, que está havendo e sempre haverá com homossexuais (...). Então, naquela época, não se usava a palavra gay, lésbica, apenas homossexuais. Do meu trabalho humano e voluntário fundei este grupo e após a fundação deste grupo, foi quando sugeriram a campanha de combate da AIDS. Onde nós lançamos o programa de combate a AIDS, pelo Dialogay, em 1983 (ANDRADE, 2010, Entrevista)<sup>63</sup>.

Na entrevista, Wellington destaca a inexistência da palavra homofobia na época de fundação do grupo, o que ratifica esta categoria teórica e política como recente, conforme já apontado por Fernandes (2011), ao mesmo tempo, enfatiza o uso da palavra homossexual para referenciar pessoas com preferências afetivo-sexuais homoeróticas, demonstrando que a fragmentação das identidades é algo recente no movimento político nacional. Ressalta também que a fundação do grupo esteve vinculada às experiências pessoais que viveu, sobretudo às relacionadas ao preconceito familiar, religioso e na escola.

Mesmo com dificuldades no início, o grupo conseguiu articular muitas ações como conferências, eventos culturais, ciclo de palestras com temáticas diversificadas que incluíam homossexualidade, AIDS/DST's, campanhas contra assassinatos de gays, violência de gênero. Segundo Melo (2011):

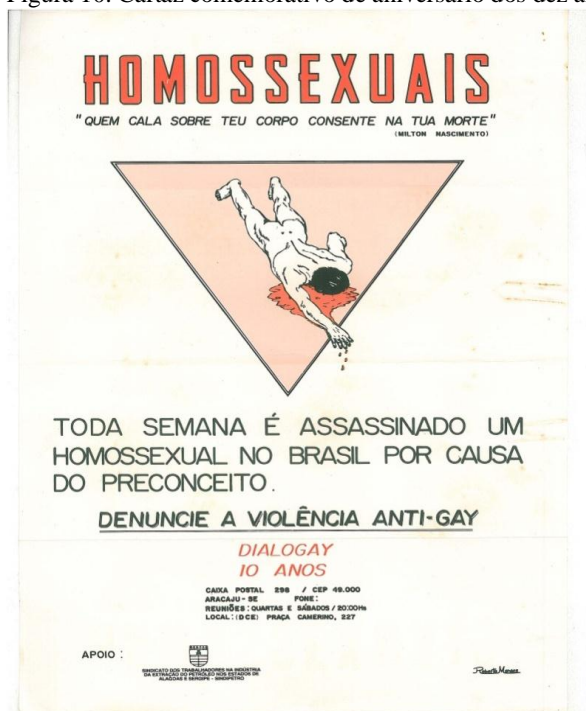
---

<sup>63</sup> Entrevista concedida por Wellington Andrade em outubro de 2010 (ANDRADE, 2010).

Um balanço sobre as atividades desenvolvidas pelo “Grupo Dialogay” em Aracaju, desde sua criação até o ano de 1983, contabilizou como realizações do grupo: um ciclo de conferências com o fundador do Grupo Gay da Bahia, um piquenique, cinco palestras e debates, cinco shows, o lançamento de um livro de poesias (de uma ativista baiana), seis peças de teatro e a participação no I Encontro Cultural de Aracaju (...) Ao entusiasmo das reuniões registradas nos anos de 1981 e 1982, seguiu-se uma lacuna que só passou a se modificar em 1986, quando no livro é anotado o acontecimento do “Ciclo de palestras sobre homossexualidade” e de uma conferência com o título “AIDS e seus aspectos sociais” (MELO, 2011, p. 5-6).

Os eixos de lutas travados pelo Dialogay estavam em consonância com o momento político vivenciado pelo movimento homossexual no Brasil. As denúncias de violências contra gays se fizeram muito presentes durante os anos 1980 e 1990, de acordo com Ramos e Carrara (2006), desde o início tal temática pautou as mobilizações dos movimentos homossexuais por todo país. Uma campanha sobre as violências contra gays, por exemplo, marcou as comemorações dos dez anos de atuação do grupo Dialogay em Aracaju. Nessa campanha, um cartaz (Figura 10) produzido pelo movimento no início da década de 1990, representou a preocupação do grupo com as mortes que acometiam homossexuais:

Figura 10. Cartaz comemorativo de aniversário dos dez anos Dialogay.



Fonte: GRUPO DIALOGAY DE SERGIPE, 1991.

A leitura desse cartaz põe em evidência uma frase dos compositores Milton Nascimento e Ronaldo Bastos “Quem cala sobre teu corpo consente na tua morte”, referente à música “Menino”, produzida no contexto da ditadura militar em alusão ao assassinato do estudante Edson Luiz durante um confronto com a Polícia Militar no Rio de Janeiro, em 28 de março de 1968<sup>64</sup>.

Essa frase é ilustrada com a imagem do corpo de um homem nu que se encontra sangrando dentro de um triângulo cor de rosa, símbolo do movimento homossexual. A informação de que “toda semana é assassinado um homossexual no Brasil por causa do preconceito” chama

---

<sup>64</sup> Dados sobre a música pesquisados no site <http://eupassarin.wordpress.com/2010/02/01/quem-cala-morre-contigo-quem-grita-vive-contigo/>, Acessado em: 3 jun. 2012.

atenção para os crimes cometidos contra homossexuais, tão presentes na época, informação provavelmente baseada nas campanhas do GGB de Luiz Mott. Por fim, o cartaz expõe uma frase no modo imperativo “Denuncie a Violência Anti-Gay”, chamando atenção para um novo momento político e histórico, onde o termo gay apareceu no contexto para designar os homossexuais, e destacando também que o movimento político começava a priorizar ações que visavam diminuir as violências praticadas contra homossexuais.

O movimento não se limitou ao combate das violências e a década de 1990 foi representativa na luta por garantias contra todas as formas de preconceito, mas principalmente no tratamento da AIDS, além disso, um ponto forte também foi à busca por reconhecimento social dos direitos civis. Esse período foi fundamental para a visibilidade do movimento homossexual e propiciou o apoio dos órgãos públicos aos problemas enfrentados pelos grupos, especialmente, no que tange à AIDS.

Os anos 90 foram de luta contra a epidemia da AIDS, (BASTOS 2002; OLTRAMARI, 2007) e se constituíram como um importante momento de fortalecimento do movimento homossexual, pois os ativistas se mobilizaram em busca de auxílios sociais contra a doença. Em função das pressões dos movimentos internacionais, houve investimentos do Banco Mundial, criação e mobilização de ONG's, formulação de políticas públicas, e Aracaju não ficou fora desse momento. O Dialogay conseguiu uma visibilidade nacional, e se fez presente em eventos festivos nacionais. A Matéria “Gays e Lésbicas se Reúnem em Curitiba” publicada no Jornal da Cidade dá destaque à capa do *Caderno B* do diário. A notícia mostra que o presidente do Dialogay, Wellington Andrade viajou para Curitiba para participar do VIII Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas. O objetivo da viagem foi mostrar os trabalhos que vinham sendo desenvolvidos pelo grupo no Estado. Nesse mesmo período, também ocorreu o I Encontro de Gays e Lésbicas Brasileiros que trabalham com AIDS e contou com a participação do Dialogay (GAYS..., 1995, p. 1).

A referida matéria ainda oferece importante destaque ao trabalho que o Dialogay estava desenvolvendo no Estado, com objetivo de esclarecer a comunidade gay e lésbica sergipana sobre os seus direitos, bem como a prevenção contra a AIDS. Nota-se que há uma constante presença da fala do presidente Wellington Andrade, como representante de destaque do movimento homossexual local. O ativista aparece sempre evidenciando as estratégias e ações desenvolvidas pelo Dialogay para a sociedade sergipana, como retrata a entrevista que consta na

matéria: “Várias campanhas têm sido realizadas para a comunidade, não só para os grupos de riscos, mas, sobretudo, para toda a sociedade.” Também destacou que têm lutado para coibir os atos discriminatórios de que os homossexuais são vítimas:

Segundo ele, nos últimos anos vários crimes foram praticados contra homossexuais em Sergipe, sem que os autores fossem punidos. “O Dialogay vai a Curitiba não somente representar o Estado, mas levar um panorama da situação sergipana, principalmente no que se refere a Aids (...) Entre o que será apresentado no evento, as campanhas de prevenção e a incidência de novos casos de AIDS. Além disso, os crimes praticados contra homossexuais, e o que foi feito pelas autoridades competentes (GAYS..., 1995, p. 1).

Além desse evento, foi noticiada a participação do Dialogay na conferência internacional de gays e lésbicas e da I Olimpíada da categoria, com 32 representantes de Aracaju que foram classificados em 1º lugar em futebol e em 3º na modalidade do voleibol (DELEGAÇÃO..., 1995, p. 9). Conforme Wagner Xavier de Camargo e Carmen Rial (2011), as competições LGBT estão inseridas em um sistema esportivo global, sendo um produto da modernidade:

Sob a designação de “competições esportivas LGBT”, pode-se encontrar eventos de diversas amplitudes. Há os de caráter local (como torneios municipais ou apresentações recreativas e ocasionais por fatores de comemoração de eventos), nacional (...) e mesmo internacional (cujos exemplos mais visíveis são os gay games e os world OutGames) (CAMARGO; RIAL, 2011, p. 980).

A I Olimpíada mencionada nos jornais parece fazer referência a uma competição nacional que envolveu atletas de vários Estados da federação brasileira. Os periódicos também colocaram em pauta discussões importantes sobre os direitos civis dos homossexuais, destacando a mobilização da militância, como retratou a matéria publicada no ano de 1995, em que o movimento homossexual local se mobilizou em prol da legalização da união civil.

Esse assunto ganhou as páginas do Jornal da Cidade, em matéria publicada no caderno principal. O texto chamou atenção para o foco da notícia: “O Grupo Dialogay mobiliza-se para reivindicar a legalização da união civil”, mas além da união civil, a matéria evidencia debates importantes das pautas atuais do movimento, como a adoção de crianças e a discriminação no ambiente familiar:

O Dialogay vai às ruas reivindicar a legalização da união civil. Ou seja, o casamento propriamente dito, como acontece entre homens e mulheres. Esta categoria reivindica também o direito de adotar crianças famintas que vivem perambulando nas ruas, ou em ambientes sem afetos dos orfanatos (...). O presidente do Dialogay admite que a discriminação contra homossexual nunca vai deixar de existir. Garantiu, no entanto, que a animosidade contra esse público com o passar dos anos tem diminuído consideravelmente pelo menos no Estado de Sergipe. Credita ele que a nível nacional e internacional, o movimento tem conseguido credibilidade no campo profissional, e até mesmo como seres humanos. Para Andrade o preconceito mais acentuado continua no meio familiar onde o homossexualismo é visto como doença. “A nossa luta para a legalização da união civil perante a lei, é exatamente por conta da discriminação dos familiares que exclui o homossexual, mas quando chega a falecer deixando bens, a família é a primeira a reivindicar os direitos, deixando a outra pessoa que trabalhou junto sem nada” (GRUPO..., 1995, p. 5).

Uma das ações do Dialogay informadas nesse contexto, é a exposição do debate sobre a legalização da união civil. A matéria destacou, porém, que o grupo reivindicava “o casamento propriamente dito, como acontece entre homens e mulheres”. No entanto, a fala de Wellington publicada na matéria demonstra a sua afinidade com o debate travado pelo movimento homossexual nacional, e também no legislativo, no qual as reclamações eram pautadas em torno da união civil, com base no projeto de lei apresentado pela então deputada Marta Suplicy. O autor Luiz Mello (2005a; 2005b), ao fazer uma reflexão sobre a construção social da conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo, destacou que as relações amorosas estáveis envolvendo



homossexuais “podem ser socialmente definidas como uma das modalidades de núcleo familiar conjugal que passa a ter visibilidade social no Brasil dos anos 90, seguindo uma tendência do mundo ocidental” (MELLO, 2005b, p. 199).

Aponta o referido autor que essa visibilidade se deu quando lésbicas e gays passaram a assumir os relacionamentos em nível pessoal e público, expondo maior preocupação sentimental com a parceria vivenciada. Nesse sentido, o debate realizado por MELLO (2005b) é primordial, porque chama atenção para o fato de que a luta de gays e lésbicas em torno da conquista por legitimidade para as relações afetivas, têm contribuído efetivamente para as mudanças acerca das representações sociais relativas ao ideário de família:

Assim, o processo de construção da conjugalidade homossexual situa-se no contexto mais amplo de todas as transformações que vêm atingindo as representações e práticas sociais relativas à família, especialmente nas últimas três décadas, período em que a expansão de fenômenos como o divórcio, a monoparentalidade, as uniões estáveis, as famílias recompostas, os casais sem filhos e a gravidez na adolescência e na maturidade tornou-se a expressão concreta de que a família no Brasil de hoje não é a mesma de algumas poucas décadas atrás, quando se entendia que a única família legítima era a formada a partir dos pressupostos de uma moral católica, consagrada nas representações e práticas sociais e no ordenamento jurídico então vigente (MELLO, 2005b, p. 222).

O projeto de lei da deputada federal Marta Suplicy (PT/SP), que previa o reconhecimento da união civil ganhou bastante notoriedade no ano de 1996, nos jornais de circulação nacional e local. O projeto não pleiteava um casamento convencional, mas a garantia dos direitos civis dos parceiros homossexuais, segundo Mello (2005b):

No Brasil em particular, deve-se registrar que o ano de 1995 é um marco para a luta homossexual, tendo em vista três fatos principais: a realização, no mês de junho, no Rio de Janeiro, da 1ª

Conferência da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT) e da 17ª Conferência da International Lesbian and Gay Association (ILGA) e a apresentação, pela Deputada Marta Suplicy, do Projeto de Lei nº 1151/95, que institui a união civil entre pessoas do mesmo sexo, atendendo demanda de grupos homossexuais organizados do País. Especialmente a partir da publicização deste projeto de lei, os meios de comunicação de massa, liderados pela televisão, passaram a dar cobertura ostensiva – e muitas vezes sensacionalista – à discussão sobre a união civil entre pessoas do mesmo sexo, denominando-a, a contragosto da autora da proposição, de “casamento gay”. No embalo de todos esses debates, começam a eclodir pelo país inúmeras demonstrações de apoio e repulsa à idéia de uma conjugalidade homossexual, as quais encontram nos grupos de lésbicas e gays e nas igrejas católica e evangélicas seus antagonistas principais (MELLO, 2005b, p. 204-205).

Algumas matérias com dimensão nacional e local foram publicadas nesse ano nos jornais pesquisados, fomentando o debate sobre a questão, com argumentos técnicos e opiniões de famosos/as e intelectuais. Uma dessas matérias ganhou a capa do Jornal da Família, suplemento do Jornal O Globo, que fazia parte dos cadernos do domingo que compunham o Jornal da Cidade. O título da matéria é “O Direito de Casar- debate sobre união civil de homossexuais envolve 16 milhões de brasileiros” assinada pela jornalista Fátima Freitas. A matéria ocupa toda a página, incluindo uma foto enorme no centro com a imagem de um casal gay (Figura 11).

Figura 11. Foto de capa de matéria do Jornal da Cidade, sobre o direito de casar dos Homossexuais, em 1996.



Fonte: (O DIREITO..., 1996, p. 1).

O início da matéria chama atenção para o debate travado pelo movimento homossexual em nível nacional, e traz informações sobre o posicionamento de parlamentares conservadores e os números previstos de gays no Brasil:

Foi previsível. Quando a dupla Toni Reis e David Harrard chegou ao congresso para defender o projeto de lei de Marta Suplicy (PT/SP), parlamentares conservadores reagiram com piadas. Por trás do deboche, porém, está a discussão acerca dos direitos de 16 milhões de brasileiros: este é o número de homossexuais no país, estimado pelo movimento gay brasileiro, segundo parâmetros do Relatório Kinsey, que calcula em 10% da população os que preferem

parceiros do mesmo sexo (O DIREITO..., 1996, p. 1).

Aracaju encampou a discussão através dos periódicos e a partir da polêmica sobre a união civil, publicou matérias que retratavam posicionamento de militantes e intelectuais, a exemplo do artigo publicado por Luiz Mott, “Porque sou a favor da união homossexual” (MOTT, 1997, p. 12). Outra matéria que ganhou destaque nas páginas do Jornal foi “Aracajuanos aprovam a união homossexual”, cujo texto informava sobre a realização de um plebiscito sobre o tema pelo Grupo Dialogay, chegando à constatação através de tal iniciativa de que 92% dos entrevistados aprovavam a união civil, mas mencionou que no resultado obtido ficava clara uma diferença substancial nas respostas de acordo com o gênero, informando, principalmente, que os homens não apoiavam a união entre pessoas do mesmo sexo:

Ele foi feito com seriedade e mostramos à população que a nossa reivindicação é justa, pois vivemos num país democrático, com uma Constituição Federal que assegura direitos iguais independente de raça, cor, idade, sexo e quaisquer outras formas de discriminação, inclusive a orientação sexual’. No plebiscito feito em julho em Aracaju, ficou provado que a maioria das mulheres entrevistadas aprova a união civil de pessoas do mesmo sexo (...). O projeto polêmico da deputada Marta Suplicy divide os aracajuanos. Os homens não aprovam a união entre pessoas do mesmo sexo (ARACAJUANOS..., 1996, p. 15).

O debate que Mello (2006) estabelece é mais uma vez elucidativo, na medida em que põe em evidência que as resistências sociais à aceitação/aprovação de famílias formadas por casais homossexuais estão relacionadas ao fato de que “(...) o movimento – e mais, a simples existência – de gays e lésbicas desafia estruturas milenares a partir das quais as sociedades humanas foram construídas, como a repressão sexual e a heterossexualidade compulsória” (MELLO, 2006, p. 499). Portanto, a presença constante do Dialogay nos jornais, fomentando o debate sobre temas caros ao movimento, demonstra a reclamação dos direitos constitucionais e civis, bem como o desafio colocado ao debate público, exigindo uma reflexão sobre o projeto da união civil em 1995.

Notícias sobre conjugalidades envolvendo homossexuais estiveram presentes nos jornais, ao longo da década. Em 1996, foi publicada a união de Ademir Gomes e Rayane Martins como um acontecimento que gerou mobilizações dos setores conservadores de Aracaju. Uma nota na coluna social escrita por João de Barros, colunista e homossexual assumido, ganhou destaque no meio da página e definiu a cerimônia como: “casamento que gerou revolução”. Tal notícia explorou a ficha técnica do episódio destacando a iniciativa do Grupo Dialogay; “a realização da cerimônia com bênção Umbandista; destaque para o padrinho da noiva, o vereador Gilvan Melo (PT), que conduziu a noiva ao palco da cerimônia; cerimônia de libertação de um pombo branco realizada por um tenente da polícia militar; beijo final do casal; bolo cor de rosa, champanhe e cumprimentos finais: “Até que a morte os separe” (CASAMENTO..., 1996, p. 13):

Auditório repleto, emoções, inveja “das” que não conseguiram tal vitória do modernismo atual, enfim, um verdadeiro “rebu”, iniciado em forma de alegria e felicidade, para transbordar num mar de comentários, polêmicas, discussões, informações e posicionamentos (prós e contras). Nas ruas da cidade não se fala em outra coisa, nos programas radiofônicos, nas televisões e nos jornais, filmes e fotos mostram em claro e bom tom a realização dos “pombinhos” que acreditam firmemente nas palavras do poeta “Toda forma de amor vale a pena” (CASAMENTO..., 1996, p. 13).

No mesmo dia, foi publicada no JC uma notícia internacional na qual informava que casamentos gays estavam provocando irritação junto ao Vaticano. A matéria referia-se às núpcias celebradas na cidade de São Francisco, na Califórnia, por vários casais de homossexuais e pontuou a desaprovação da igreja a tais manifestações. O representante do papa solicitou que os eleitores não votassem em candidatos que apoiassem esses atos:

Cidade do Vaticano – (AP). As núpcias simbólicas celebradas na cidade de San Francisco, na Califórnia (EUA), por vários casais de homossexuais, irritou o Vaticano e suscitou um chamado aos eleitores para que retirem o apoio a

candidatos que respaldam tais uniões. A mais recente condenação do Vaticano aos matrimônios entre pessoas do mesmo sexo foi divulgada hoje em um comentário em seu jornal oficial, o *L'Osservatore Romano*. O autor do artigo, o expert em Teologia Morat Gino Concetti, recordou que em 1992 o Papa João Paulo II denunciou uma resolução do Parlamento Europeu que afirmava que se deveria permitir o casamento entre homossexuais e a adoção de crianças por estes casais, naquela oportunidade, o papa disse que tal acontecimento tornaria legítima “a desordem moral”. Concetti aponta que certos partidos apoiam a ideia do casamento homossexual em troca de um punhado de votos. O teólogo condenou não apenas os grupos políticos como eleitores que votam em tais partidos. A questão da legalização dos matrimônios homossexuais surgiu de forma sutil na campanha para as eleições italianas de 21 de abril (“CASAMENTOS’..., 1996, p. 2).

Segundo José Marcelo Domingos Oliveira (2002)<sup>65</sup>, em estudo publicado sobre perfil econômico dos homossexuais na cidade de Aracaju, essa união homossexual acontecida na cidade suscitou muitos debates públicos e ancorou-se nas muitas cerimônias que tomaram conta do movimento homossexual brasileiro a partir de 1994. Dentre eles, “o primeiro foi o “casamento” de Cláudio Nascimento e Aduato Belarmino, no Rio de Janeiro, que chamou a atenção do Brasil, logo em seguida, foi a vez de Luiz Mott e Marcelo Cerqueira, em Salvador, e Tony Reis e David, em Curitiba” (OLIVEIRA, 2002, p. 48).

Nos anos 2000, houve eleição para a nova diretoria do Dialogay. Período em que foi eleito para presidente do grupo, José Marcelo Oliveira, então estudante do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Sergipe. Em nota, o *Jornal Cinform* noticiou a saída de Wellington Andrade,

---

<sup>65</sup> O autor é um dos estudiosos das questões LGBT em Sergipe, e foi também eleito presidente do Dialogay, conforme matéria publicada no *Jornal Cinform* (MUDANÇA..., 2000, p.3), e destacada nas próximas páginas desta tese.

Foram 19 anos à frente da entidade que defende o direito dos homossexuais em Sergipe, o Dialogay. No próximo sábado Wellington Andrade estará deixando o cargo de presidente da entidade, que será ocupado agora pelo universitário Marcelo de Oliveira. Nesse mesmo dia, além da eleição – Marcelo é representante de chapa única – os cerca de 100 militantes do Dialogay estarão discutindo e aprovando o novo estatuto da entidade. A eleição acontecerá na sede do DCE da UFS, na Praça Camerino, durante todo o dia (MUDANÇA..., 2000, p. 3).

Com a eleição de José Marcelo, o debate sobre a união civil ganhou novamente espaço nas pautas dos jornais no ano de 2001. Dessa vez, o ponto de destaque foi a exposição de discordâncias sobre o assunto entre os grupos que compunham o Dialogay. Aproveitando o momento conflituoso, o Jornal Cinform fez uma pesquisa on-line e constatou que a população era a favor da união civil:

A enquete do CINFORM on-line da semana passada revela resultados surpreendentes para a sociedade sergipana, considerada conservadora. No período de 24 horas, 45,24% dos internautas se posicionaram a favor do projeto de lei 1.151 de 1995, que trata da união civil entre pessoas do mesmo sexo, 40,48% contra e 14,29% foram indiferentes (PRESIDENTE..., 2001, p. 8).

Os debates através da imprensa continuaram e os jornais deram mais publicidade ao projeto sobre a união civil. Foi exposta a opinião de representantes religiosos e deputados federais. Os posicionamentos de religiosos ganharam evidência e apareceram no contexto como um forte argumento contra o projeto de união civil, mas o destaque foi principalmente para o embate político proporcionado pelas ideias dos novos representantes do Dialogay sobre a união civil. Tais posicionamentos receberam duras críticas do ex-presidente do grupo, Wellington Andrade. Como destaca matéria do jornal, ocupando uma página inteira, Marcelo defendia que, “(...) Nós não queremos uma relação do tipo modelo de família, desenhado por Freud: pai, mãe, prole”, esclarece o presidente. Marcelo Domingos diz que o Código Civil Brasileiro já abrange a relações estáveis entre pessoas do mesmo sexo (PRESIDENTE..., 2001, p. 8).

O discurso de José Marcelo Domingos não agradou a Wellington Andrade, e nova matéria foi publicada na semana seguinte, na qual destacava a crise vivenciada pelo grupo, dessa vez, o espaço destinado à informação foi curto, restrito a uma pequena nota no canto superior da página:

O Dialogay vive divisão política. O grupo de Marcelo Domingos está batendo de frente com o do ex-presidente Wellington Andrade em algumas posturas públicas. Uma delas é a posição contrária de Marcelo ao projeto de união civil de pessoas do mesmo sexo, manifestada no CIFORM na edição passada (...) Wellington chega a conclusão de que Marcelo ficou louco. “Nossa última pesquisa aprovou com 93,2 % este projeto. Como é que Marcelo vem dizer agora que é contra? Como militante homossexual, ele não deveria ser contra. O que será de nós se os militantes forem contra? Com a lei tudo é mais fácil”, condena Wellington (UNIÃO..., 2001, p. 5).

O Ciform publica dados finais da enquete que fez e ratifica mais uma vez, o posicionamento da sociedade sergipana a respeito da união civil, “Pesquisa on-line de uma semana no Ciform mostrou o seguinte resultado sobre o projeto: 50,58% dos votantes são a favor; 36,13% contra e 13,29% indiferentes. Votaram 429 pessoas até as 18 horas de sexta.” (UNIÃO..., 2001, p. 5).

É interessante pontuar que no dia 17 de dezembro de 2000, um ano antes do posicionamento de Marcelo sobre união civil ter sido posto nos jornais, também foi noticiada a cerimônia de união de José Marcelo Domingos de Oliveira e seu companheiro Renison Souza. A matéria ocupou lugar expressivo no lado esquerdo da página e foi acompanhada de uma fotografia destacando um abraço do casal. De acordo com a notícia, nesse dia houve a assinatura do contrato de união estável no cartório (Figura 12).

Seguida dessa informação, a matéria chama atenção para as garantias civis que o casal passou a ter, como o direito a pensão, previdência social, herança e declaração juntos de imposto de renda. Além de tais informações, destacou a opinião de Marcelo, então presidente do Dialogay, ratificando o seu posicionamento contra o casamento gay, sobre o acontecimento:



A única coisa que queremos é uma relação estável. Em hipótese alguma os homossexuais estão querendo se adequar aos moldes do comportamento heterossexual, quando um homem e uma mulher se unem para formar uma família. Portanto, não lutamos para ter direito ao casamento civil. A nossa única batalha todos esses anos era fazer com que o Estado reconhecesse a união estável entre duas pessoas que passam a usufruir todos os deveres e direitos que a sociedade constituída (JUSTIÇA..., 2000, p. 3).

Figura 12. Fotografia de matéria do Jornal da Cidade, exibindo casal de homossexuais após a união estável, em Aracaju-SE.



Fonte: JUSTIÇA..., 2000, p. 3.

Uma das lutas empreendidas por Wellington Andrade retrata um momento de importante conquista para os grupos homossexuais, o

atendimento das “vítimas” de violências na delegacia de mulheres<sup>66</sup>. Essa conquista ganhou espaço nos jornais e pontuou mais uma vez o trabalho desenvolvido pelo Dialogay,

A Delegacia Especial de Proteção a Mulher, por força de uma portaria da Superintendência da Polícia Civil, vai atender os casos de violência e crimes contra os gays, travestis e lésbicas, antes investigados nas delegacias convencionais. A reivindicação partiu do Grupo de Dialogay, que contou com apoio da Ordem dos Advogados do Brasil, que através de ofício solicitou ao Ministério Público e Secretaria de Segurança Pública a apuração dos assassinatos cometidos contra homossexuais no Estado (DELEGACIA..., 1996, p. 15).

Em meados do ano de 1997, foram noticiados alguns atendimentos empreendidos pela Delegacia de Proteção à Mulher em relação à população homossexual. A matéria publicada no dia 28 de junho de 1997 contabilizou o atendimento a cerca de vinte casos de violências praticados contra homossexuais, e destacou a importância da delegacia especial no tratamento desses episódios (DELEGACIA..., 1997, p. 15).

Uma das últimas notícias sobre o Dialogay publicada no *Jornal da Cidade* em dezembro de 1997, apontou como importante ação do grupo a inclusão na delegacia da mulher ao atendimento a casos de agressões a homossexuais,

Foi a primeira delegacia no Brasil a realizar isso, depois vieram as de Maceió, Brasília e Goiás. Procuramos ela por ter um tratamento mais humano e por não ser discriminatória (...) Foi mais uma vitória para nós. É bom lembrar que a cada ano o movimento GLS vem conseguindo mais conquistas (DIALOGAY..., 1997, p. 11).

---

<sup>66</sup> A delegacia de mulheres foi instituída em Aracaju no ano de 1989. No ano de 2003, o Centro de Atendimento a Grupos Vulneráveis passou a congregar as delegacias responsáveis pelo atendimento a mulheres, crianças, negros, indígenas, grupos considerados de risco no tocante às violências.

Notícias sobre o movimento feminista não apareceu nos jornais pesquisados. Essa articulação com a Delegacia Especial de Proteção à Mulher diz respeito à mobilização do movimento homossexual, que pressionou junto às instituições de Segurança Pública apuração dos assassinatos contra homossexuais e melhor tratamento às vítimas nas delegacias. Por outro lado, revela que Sergipe, em sua política estatal, tem adotado iniciativas importantes no combate à homofobia conforme aponta Melo (2011, p. 171).

As discussões que permeiam os jornais sobre as pautas do movimento homossexual são amplas e diversas, como, por exemplo, a publicidade que foi dada ao grupo Dialogay quando enviou à Câmara de Vereadores de Aracaju uma representação da entidade para servir de subsídio para um Projeto de Lei que determina a construção de um monumento “Triângulo Rosa”, na Praça Fausto Cardoso<sup>67</sup>. O símbolo, segundo o presidente do Grupo, estava presente nos principais países civilizados, conhecido internacionalmente, como a marca do Movimento Homossexual, “tanto que em Amsterdã, em 1985, e na Áustria, em 1990, foram construídos monumentos em praças públicas, representando o Triângulo Rosa” e Aracaju tinha que acompanhar a civilização, principalmente, no tocante à sexualidade (GRUPO..., 1995, p. 7).

É importante pontuar que, embora o posicionamento de Wellington Andrade demonstre a dificuldade de obter espaço nos jornais sergipanos para as questões do movimento gay, muitas notícias envolvendo o movimento estiveram presentes nas páginas dos dois jornais pesquisados, o que evidencia a curiosidade ou vontade de colocar em pauta, por parte da imprensa, as discussões sobre homossexualidade no cenário sergipano. Possivelmente essas reivindicações e pautas destacadas contribuíram para o aparecimento de instituições que respondessem minimamente aos anseios dos grupos homossexuais, como é o caso do Departamento de Atendimento a Grupos Vulneráveis (CAGV) da Polícia Civil, que atende a um público específico, que frequentemente se torna vítima de diversos tipos de violência, idosos, homossexuais, mulheres, crianças e adolescentes. A unidade surgiu como delegacia especializada em setembro de 2004 e hoje está instalada em um moderno edifício em Aracaju (Figura 13),

---

<sup>67</sup> Importante praça histórica da capital de Aracaju, considerada também no período noturno como ponto de encontro dos homossexuais e foco de prostituição.

compreendendo a Delegacia Especial de Proteção à Criança e ao Adolescente, a Delegacia Especial de Atendimento à Mulher e a Delegacia Especial de Atendimento a Grupos Vulneráveis.

Figura 13. Departamento de Atendimento a Grupos Vulneráveis da Polícia Civil em Aracaju-SE.



Fonte: Imagem capturada pela autora, jun. 2012.

Como destaca Melo (2011),

Em Sergipe, alguns eventos apontam a aceitação e o apoio político local às reivindicações em torno do “combate à homofobia”: 1) a criação de “Centro de Atendimento a Grupos Vulneráveis”, em 2003, com atendimento exclusivo a mulheres, crianças, adolescentes, e grupos vulneráveis (homossexuais, idosos, negros e indígenas) (...); 2) a aprovação, em 2007, na Câmara Municipal de Aracaju, de um projeto de lei que institui o dia “17 de maio” como “Dia municipal de combate à homofobia” (PORTAL INFONET, 2007); 3) a criação em 2008, numa articulação entre a Secretaria de Segurança Pública do Estado e a militância local, de um “Centro de Combate à Homofobia” (MELO, 2011, p. 8).

A criação do Centro de Referência em Direitos Humanos de Prevenção e Combate a Homofobia (Figura 14), no ano de 2008, foi um marco para as políticas públicas e os homossexuais. O centro é responsável pelo atendimento jurídico, acolhimento pessoal e promoção dos Direitos da Cidadania da comunidade LGBTTT. A iniciativa é resultante de um convênio entre o governo do estado de Sergipe e o governo federal, por meio da Secretaria Nacional de Direitos Humanos. A unidade que disponibiliza uma equipe multidisciplinar composta por psicólogos, pedagogos e advogados orientados para dar apoio e assistência aos usuários, também conta com a parceria do Ministério Público, Defensoria Pública, Tribunal de Justiça, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), das universidades e outras secretarias envolvidas com o projeto.

Figura 14. Centro de Homofobia, em Aracaju-SE.



Fonte: Imagem capturada pela autora, jun. 2012.

É evidente que tais investimentos públicos foram possíveis por causa das pressões dos movimentos sociais e também do posicionamento de alguns atores políticos importantes que defendem a causa homossexual e investiram na criação de instituições que atenuassem as violências sofridas pelos homossexuais,

Em 1991, ao comemorar 10 anos de existência, o grupo realizou uma campanha acerca da existência de uma “Violência Anti-Gay” que permeava a sociedade sergipana. Assassinatos, espancamentos, agressões morais e até estupro, foram denunciados como recorrentes na capital do estado, principalmente durante a “vida noturna” dos “homossexuais”, ou ainda, por seus “parceiros” (...) Um evento semelhante, denominado de “Dia de protesto contra a violência aos homossexuais”, promovido pelo “Dialogay” e pelo “Grupo Gay da Bahia”, parceria existente desde a criação da associação, viria a se repetir em 1992, com a inauguração da “Rua 28 de junho” (“Dia Internacional do Orgulho Gay”) num bairro da zona sul da cidade. O fato, por si só, denota uma inserção política significativa da entidade (MELO, 2011, p. 6).

No ano de 1996, o Dialogay comemorou 15 anos de existência, fato que possibilitou algumas notícias sobre as festividades programadas pelo grupo, como passeatas contra a violência, reivindicações a favor da união civil, prevenção contra DST's/AIDS, debates sobre sexualidade, corridas da marcha-ré, participação de artistas e intelectuais de reconhecimento nacional, como Elke Maravilha e o jornalista Leão Lobo, segundo consta em matéria publicada, o grupo exerceu um papel muito importante na diminuição de preconceitos no Estado,

O grupo Dialogay intensifica uma vasta programação alusiva às comemorações dos seus quinze anos de aniversário, enfrentando preconceitos e tabus que estavam arraigados na consciência da sociedade sergipana. A criação da entidade, hoje reconhecida de utilidade pública, sem fins lucrativos, representou um marco na história da luta pelos direitos humanos (DIALOGAY..., 1996, p. 11).

Nesse momento de comemorações, é publicada uma matéria destacando agradecimento do Grupo Dialogay, a toda imprensa sergipana, sobretudo, pela ampla cobertura dada às questões homossexuais no Estado. Em função disso, o Grupo presenteou o Jornal

da Cidade com um troféu reconhecendo os serviços prestados à sociedade sergipana, contribuindo para a diminuição de preconceitos em relação às questões de sexualidade (JC RECEBE..., 1996, p. 15).

Em entrevista concedida em 2010, Wellington ratificou a importância do trabalho do Dialogay contra o preconceito e a conquista de políticas públicas em prol de pessoas homossexuais. Ele mencionou a diminuição do preconceito durante os últimos anos, e enfatizou o papel da imprensa na divulgação das pautas homossexuais:

A questão do preconceito, da homofobia, ela foi maior nas décadas de 1980 e 1990. Ela foi bem maior. Hoje, está bem melhor. Naquela época, eu homossexual, não podia dar entrevista na imprensa. Televisão nem jornal. Eu adulava pra o jornal botar uma matéria. Eu clamava, chorava, me ajoelhava pra o repórter. E hoje, está aí secretarias de estado, secretarias de governos, tanto municipal, como estadual, como nacional. Graças a Deus, nós tivemos um governo nacional, estadual, entendeu? E municipal, que veio abraçar a causa das pessoas sofridas, das pessoas que são detonadas, que são mortas por serem LGBTs. Está aí o centro de combate a homofobia, a delegacia de grupos vulneráveis. Fomos nós do Dialogay, especialmente eu quem consegui primeiro, que a delegacia da mulher atendesse a crimes homossexuais. Porque qualquer caso contra homossexuais ia pra qualquer delegacia comum e lá ele era pisoteado, massacrado pelo delegado, e o delegado botava os marginais poder fazer sexo a força com aquela pessoa, com aquele travesti, com aquele gay que estava sendo preso. “Ah, viado tem que morrer”, não! Viado tem que morrer não. Que tem que morrer é você que é preconceituoso, é você que se diz uma autoridade e não faz papel de autoridade (ANDRADE, Entrevista, 2010).

A pesquisa realizada nos Jornais sobre a exposição do movimento homossexual revelou que Aracaju na década de 1990 foi rica em lutas, posicionamentos e publicidade das pautas homossexuais. O conteúdo das matérias aqui expostas revela o teor das informações levadas à sociedade, colocando em evidência temas importantes para o

esclarecimento de questões que envolvem a luta do movimento homossexual por garantias de direitos, diminuição do preconceito e das violências, e, sobretudo, esclarecimentos sobre DSTs/AIDS.

O Grupo Dialogay foi retratado como uma entidade importante e necessária, em função do trabalho desenvolvido, ganhou espaço na mídia com assuntos variados, opiniões esclarecedoras e progressistas, e certamente contribuiu para o surgimento de outros grupos e fortalecimento do movimento homossexual em todo o Estado Sergipano.

Conforme Melo (2008, p. 77), em levantamento realizado junto ao Centro de Referência de Prevenção e Combate à Homofobia, à Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transgêneros (ABGLT) e ao Grupo Gay da Bahia (GGB), foram identificadas oito associações GLBT na capital Aracaju, dedicando-se quatro delas ao trabalho exclusivo com o público homossexual masculino (Grupo Adhons, Grupo Diversidade de Sergipe, Grupo Homossexual do Bugio e Grupo Axé Kizomba), uma com travestis (Associação de Travestis Unidas), duas com lésbicas (Grupo Athena de Sergipe e Movimento de Lésbicas de Sergipe (MOLS) e apenas uma instituição que trabalha com todos os segmentos (Grupo ASTRA).

O movimento também ganhou espaço no interior sergipano onde foram registrados mais doze grupos: Gathó (Lagarto), Associação de Transgêneros de Lagarto (ASTRAL), Associação Sergipana de Transgêneros Estanciana (ASTRAES), Associação Gay Simão-diense (Simão Dias), Grupo Arco Íris (Salgado), Grupo Flor De Lís (Lagarto), Grupo Juventude Sempre Alerta (Boquim), Velha Casa GLBT (São Cristóvão), Associação Comunitária Igualdade (Tobias Barreto), Grupo Homo-Cidadã (Itaporanga), Grupo Lésbico de Lagarto (Lagarto) e a Associação GLBT Flor do Sertão (Poço Verde) (MELO, 2008, p. 77).

É importante também mencionar a instituição do Centro de Atendimento a Grupos Vulneráveis e do Centro de Referência de Prevenção e Combate à Homofobia, ambos criados em 2004 e 2008, respectivamente, como políticas públicas importantes ao tratamento de homossexuais vítimas de todo tipo de violência. Além disso, o aumento da quantidade de grupos nos últimos vinte anos é bem representativo e o processo de interiorização desses grupos também chama a atenção. Talvez isso esteja vinculado ao que Facchini (2005) pontuou em seu livro, sobre a produção das identidades coletivas no movimento homossexual, pois se percebe a variação dos objetivos propostos pelas associações de acordo com o segmento que representa (homossexuais masculinos, travestis, transgêneros e lésbicas) e a disseminação do debate pelo interior do Estado.



Nesse tópico, analisei a importância do movimento homossexual em Aracaju e o debate sobre assuntos variados que foram colocados em pauta em função das ações políticas realizadas pelo Grupo Dialogay. As lutas travadas pelo grupo contribuíram para formulação de políticas públicas de saúde e de segurança durante os últimos anos, voltadas de maneira especial para os homossexuais. Além disso, ficou clara que a mídia impressa em Aracaju concedeu um espaço privilegiado às questões envolvendo homossexuais conferindo maior representatividade e contribuindo para a divulgação das lutas e do debate político e cultural em âmbito nacional e local.

Talvez ações como essas tenham ajudado, conforme mencionou Wellington Andrade, a ampliar o debate sobre a diversidade sexual em Aracaju nos últimos anos. No entanto, mesmo com toda a movimentação em torno das notícias e das lutas sobre movimento homossexual foram muitos os crimes violentos perpetrados contra homossexuais na cidade no período estudado. Mais um eixo de luta e debate encampado pelo Dialogay que será abordado no próximo tópico.

### **3.3 “É a Cifra Oculta, a Criminalidade dentro do Armário...”: violências contra homossexuais no cenário aracajuano**

Durante a década de 1990, muitos homossexuais foram vítimas de crimes violentos. Alguns dos assassinatos acometeram pessoas que galgavam certo prestígio junto à sociedade por ocuparem cargos importantes ou serem de famílias da elite. Fato que chamou atenção da população para esse problema, que também repercutia com bastante intensidade na mídia. Considerando os fatos apresentados, esse tópico tem como objetivo pôr em evidência alguns crimes violentos ocorridos no período estudado, tentando compreender como o debate foi exposto para os/as habitantes, e como esses acontecimentos se intercalam ao processo de modernização que invadia a cidade. Abordaremos aspectos relacionados aos assassinatos, as relações entre homens casados e michês, traição no casamento e a clandestinidade das relações homossexuais.

Os acontecimentos que retratam as violências contra homossexuais ganharam notoriedade nos jornais pesquisados. Algumas vezes aparecem nas primeiras páginas, outras, nas páginas policiais, dependendo do grau de intensidade do evento, dos personagens envolvidos na história narrada e da ênfase dados aos acontecimentos. Não é meu objetivo contabilizar os casos de violência ocorridos em

Aracaju, mas mostrar como esses episódios foram apresentados pela mídia no período que estudo.

O estudo realizado por Oliveira (2000) mostra que, entre os anos de 1983 e abril de 1999, 42 homossexuais foram assassinados no Estado de Sergipe. Dessas mortes, (40,47%) foram realizadas com o uso de armas brancas, seguidas de armas de fogo cujo índice foi de (26,19%). A grande maioria dos assassinatos de homossexuais ocorreu na cidade de Aracaju apresentando requintes de crueldade. A década de 1990 destacou a maior quantidade de mortes, 21 assassinatos, a maioria, concentrados nos últimos anos. Dos quarenta e dois assassinatos de pessoas identificadas como homossexuais, todos geraram processos criminais junto ao poder judiciário, mas até a data de 01 de dezembro de 1999, apenas três tiveram como sentença a condenação. Os demais foram absolvidos, arquivados, tiveram a extinção da punibilidade ou permaneciam inconclusos (OLIVEIRA, 2000).

Os crimes aqui retratados tiveram forte exposição junto à mídia local, apresentando, muitas vezes, uma conotação negativa no que diz respeito às atitudes das pessoas assassinadas, sob a justificativa de que não se precaveram na hora de escolher seus parceiros sexuais. Muitos dos assassinados eram pessoas importantes da elite aracajuana, o que contribuiu para uma exposição exacerbada pela mídia, gerando forte interesse dos aracajuanos/as pelo assunto.

As notícias de violência contra gays e lésbicas estiveram presentes no período estudado, com bastante frequência. Tais informações, em sua maioria, retratam assassinatos que acometeram homens de classe média alta que se envolveram com michês<sup>68</sup>. Os acontecimentos que aparecem com maior incidência nos jornais retratam os fatos violentos que constituíram os assassinatos, a forma como o evento aconteceu, com depoimentos dos autores do crime, das autoridades policiais e de familiares das vítimas e estão, na maioria das vezes, destacados nas capas dos jornais com manchetes de significativo apelo visual (principalmente se a vítima ocupa espaço de destaque nos

---

<sup>68</sup> O conceito de michê que utilizo está apoiado em Néstor Perlongher (2008). Para este autor, “o termo tem dois sentidos, um faz referência ao ato de se prostituir, independente dos sujeitos do contrato. Na segunda acepção, o termo “é usado para denominar uma espécie *sui generis* de cultores da prostituição: varões geralmente jovens que se prostituem sem abdicar dos protótipos gestuais e discursivos da masculinidade em sua apresentação perante o cliente” (PERLONGHER, 2008, p. 43).

círculos sociais de elite) e nos cadernos policiais. A representação da imagem do michê nas matérias publicadas esteve calcada no que aponta Perlongher, “Os michês não somente costumam encarar sua prática enquanto provisória, mas descarregam sobre seus parceiros homossexuais o peso social do estigma” (PERLONGHER, 2008, p. 46).

Os periódicos pesquisados publicaram na década de 1990, muitas notícias relacionadas a assassinatos de homens que se envolveram com michês. As histórias pareciam semelhantes, ou seja, homens bem sucedidos, geralmente casados, que mantinham relações extraconjugais com rapazes mais jovens e de condição econômica inferior. As manchetes expunham as práticas sexuais das “vítimas” e “autores”, chamando atenção também para a vida íntima de suas famílias. Também destacavam imagens fotográficas dos corpos assassinados, com bastante apelação para o sensacionalismo, mas, sobretudo, para a ratificação do perigo de manter práticas sexuais que fogem às normas estabelecidas (PERLONGHER, 2008; SÉRGIO CARRARA; ADRIANA VIANNA, 2006).

É nesse cenário que as notícias de crimes que acometeram homossexuais se desenharam durante os anos 1990. Essa situação foi acompanhada por manifestações do Grupo Dialogay. Foram muitos os posicionamentos da instituição nos jornais, cobrando da população e das autoridades garantia dos direitos humanos para os homossexuais, efetivação de políticas de segurança pública e maior celeridade do Poder Judiciário nas investigações desses crimes, como destaca a matéria publicada no ano 2000, no jornal Cinform, com a manchete “Holocausto de Homossexuais”,

Um dado alarmante: nos últimos 16 anos, oficialmente 49 homossexuais foram assassinados em Sergipe, sendo que 22 deles em apenas dois anos, entre 97 e 99. Extra oficialmente, o holocausto gay sergipano levou 70. Segundo, presidente do Dialogay, grupo de defesa dos homossexuais em Sergipe, o número correto seria estes 70 – um acréscimo de 21 mortes não registrado oficialmente. Apesar dos números, apenas dois casos foram julgados e condenados em todo o Estado (...) O crime mais comum entre homossexuais é o latrocínio (roubo seguido de morte) por garotos de programa. “São de periferia, com idade entre 14 e 21 anos e fora dos padrões de beleza impostos pela sociedade”, disse

Domingos, acrescentando que os garotos têm baixa instrução escolar, vivem de subempregos e normalmente consomem drogas. A vítima homossexual é na faixa de 41 anos, com casa própria e vida estável. Apesar dos números mostrarem que os assassinatos vêm crescendo desenfreadamente, quase nada tem sido feito para punir assassinos (HOLOCAUSTO..., 2000, p. 9).

Um fato que chama atenção nos jornais são as denúncias feitas pelo Grupo Dialogay de que as autoridades da segurança pública no Estado fazem pouco quando os crimes têm características homofóbicas, mas, por outro lado, pode-se destacar também a invisibilidade desses crimes que estão envoltos muitas vezes por um manto de vergonha, medo e preconceitos. Em entrevista realizada com o atual delegado de polícia de Aracaju, Mário Leony, que se dedica aos estudos de sexualidade e segurança pública, e tem contribuído para os debates e a fomentação de políticas voltadas ao público homossexual, ficou evidente como os crimes que envolvem questões de gênero e sexualidade se mantêm num patamar de menor importância em termos de investigação quando comparados a outros delitos,

Eu fiz uma pesquisa acadêmica de vitimização no curso superior de polícia, que foi o curso de especialização, pós-graduação em gestão estratégica de segurança pública pela UFS. E, nessa pesquisa, o resultado foi pior do que eu imaginava. 74% das ocorrências de violência que me foram noticiadas pelos entrevistados, sequer foram materializadas no Boletim de Ocorrência. É a cifra oculta, é a criminalidade dentro do armário, aquelas que não se revelam na estatística policial, e aí, infelizmente o nosso país é o campeão da sub-notificação, então, salvo os casos de bens segurados, a gente nunca vai ter uma estatística próxima da realidade. Você pode ter uma estatística próxima da realidade numa delegacia de roubos e furtos de veículo, delitos de trânsito que envolve bens segurados, mas quando a gente fala em violência doméstica, violência infanto-juvenil, violência homofóbica, aí a realidade é a sub-notificação, por conta de todo o preconceito que ainda existe, às vezes, as pessoas se constroem, e olhe que essa pesquisa realizei nas

associações de defesa dos direitos civis dos homossexuais, onde a gente pressupõe que as pessoas que se socializam ali, que freqüentam aquela entidade são pessoas mais politizadas, são pessoas mais conscientes que assumem a sua homossexualidade, têm uma vivência mais autônoma, mais engajada. E aquele percentual de pessoas muito maior que vive na clandestinidade a sua homossexualidade, e que são as potenciais vítimas? O que caracteriza o crime como homofóbico, uma das características seria a clandestinidade, a vítima ser impelida a encontros casuais, fortuitos, altas horas da noite, e sendo impelida a esses encontros se torna mais suscetível de todo tipo de chantagem, de extorsão, de violência. E o que torna também esses crimes de difícil elucidação, de difícil instrução (LEONY, 2010, Entrevista).<sup>69</sup>

A clandestinidade das relações homossexuais parece se destacar entre as motivações mais presentes nos assassinatos. Mário Leony chama atenção para as diversas formas de manifestação de violências que não chegam ao conhecimento público. O percentual de violências praticadas e que permanecem ocultas por causa do constrangimento e do preconceito é muito alta em todas as instâncias de convívio, inclusive no ambiente familiar, conforme destacou Carrara (2006), em pesquisa realizada na 9ª Parada de Orgulho GLBT de São Paulo realizada no ano de 2005.

A linguagem usada por Mário Leony retrata a experiência de um profissional que lida com a temática da homofobia em seu universo de trabalho. Durante a entrevista concedida no dia 22 de setembro de 2010, lembrou casos de homofobia com os quais teve contato durante a fase em que foi delegado metropolitano. No momento da nossa conversa, ele atuava como corregedor da Polícia Civil de Sergipe. Relatou diversas formas de violências cometidas contra homossexuais e travestis, falou de um amigo que cometeu suicídio por não se aceitar como gay e as violências praticadas no âmbito familiar. Um dado que chamou atenção

---

<sup>69</sup> Entrevista concedida por Mário Leony, delegado de polícia do Estado de Sergipe em outubro de 2010.

diz respeito à maneira como o tema homofobia surgiu na sua prática profissional,

Então, na verdade as pessoas até confundem e pensam que eu atuo como delegado diretamente na linha de frente contra a homofobia, e eu nunca tive oportunidade. A minha contribuição se dá através das demandas que chegam até a mim depois que eu assumi publicamente a minha homossexualidade lá no Rio de Janeiro, no primeiro seminário de direitos humanos e prevenção e combate a homofobia. Esse encontro reuniu operadores de segurança do Brasil inteiro. Aquilo tudo mexeu muito comigo, porque também toda a sociedade civil, o movimento homossexual do Brasil inteiro tava lá, pessoas que estavam ali em prol de um ideal, de uma sociedade mais justa, mais inclusiva para LGBT's. Eu fui como operador de segurança pública. Sou operador de segurança, sou gay também, e aí? Qual é o meu papel aqui nesse negócio? Pronto aí, a gota d'água foi na manhã em que falou Dr. Luiz Mott, que foi um grande encorajador meu, sem eu nunca ter tido com ele, sem eu conhecer ele pessoalmente, mas através da bibliografia dele, eu me senti encorajado a enfrentar essa questão na academia de policia, então, ele aí falou sobre os assassinatos e depois a professora Silvia Ramos sobre pesquisa de vitimização. Foi aí que tinha a ver com a minha pesquisa, aí eu decidi que tinha que falar sobre a minha pesquisa e as conclusões a que cheguei, e fui falar num auditório repleto de gente, eu sou tímido. No seminário eu tava tremendo, eu tava super nervoso, e aí, eu fui caminhando, caminhando, aí bem na minha hora de falar, alguém da mesa pediu: Quem se escreveu peça que se identifique e informe qual o seu órgão de origem, e foi bem na minha hora. Aí tudo foi muito pela emoção mesmo, falei: Mário Leony, delegado de policia da quinta divisão de homicídio e gay! Aí, metade do auditório foi a baixo com isso. Voltei com esse compromisso para Aracaju e participei da construção do Centro de Referência de Combate à Homofobia (LEONY, 2010, Entrevista).

Através da entrevista, talvez fique claro que a revelação do delegado sobre sua sexualidade no Primeiro Seminário de Direitos Humanos e Combate à Homofobia para profissionais da segurança pública, tenha sido uma excelente oportunidade para aquisição de capital político e a idealização e construção do Centro de Referência de Combate à Homofobia no ano de 2008. A entrevista, além de tratar questões inerentes à subjetividade de Mário Leony, demonstra as relações diretas do mesmo com a militância, o ambiente político e a academia, contribuindo para a formulação de políticas importantes para a segurança pública da cidade.

Outro dado que chama atenção nas notícias de jornais quando o assunto é assassinato de homossexuais são os calotes dados nos *michês*. O acerto de programas e a falta de pagamento, ou a vontade de pagar um valor menor do que o acordado entre clientes e profissionais aparece nos periódicos como motivações, argumentos muitas vezes usados pelos *michês* na tentativa de justificar a ação. Guimarães (2004) em etnografia realizada na cidade do Rio de Janeiro sobre a construção biográfica da homossexualidade entre homens moradores da cidade do Rio de Janeiro da década de 1970, destaca que muitas vezes o *michê* aceita a proposta de relação sexual sem a promessa imediata do pagamento em dinheiro, e uma vez no apartamento ou no motel exige o pagamento pelo serviço. Existem também situações em que a “vítima” não paga ao *michê* a quantia combinada, alegando como justificativa o mal desempenho sexual do profissional.

Em outros casos, o cliente alega que ambos são homossexuais na medida em que participam da relação homoerótica em qualquer situação, e não se dispõe a efetuar o pagamento, o que pode gerar tensão, pois a confirmação da identidade heterossexual do *michê* nem sempre está relacionada à gratificação, fundamenta-se, sobretudo, na diferenciação entre o heterossexual (macho)/ homossexual (fêmea). Nessa relação envolvendo *michê*/cliente, a identidade sexual do *michê* se define como o parceiro “masculino” cujo papel é ser ativo na atividade sexual, em contraposição ao papel sexual passivo diretamente ligado a “vítima”. Em qualquer dos casos de não-cumprimento do trato, a atitude suscitada é de enfrentamento, “mesmo porque não adianta apelar para a polícia” (GUIMARÃES, 2004, p. 88-89).

Uma matéria publicada sobre o homicídio de um servidor público do Poder Judiciário que ocupava um cargo de destaque na instituição associou, dentre outros assuntos, que a “vítima” procurou no dia do crime garotos de programa na Praça Fausto Cardoso, local muito

conhecido na cidade como espaço em que, no período noturno, há encontros entre clientes e michês.

Além das insinuações sobre as preferências sexuais, a matéria também colocou em evidência a situação do casamento da “vítima” com informações de que “a mesma tinha problemas com seu relacionamento conjugal”. Tais “problemas conjugais” foram justificados após a mulher da “vítima” ter descoberto as práticas sexuais do marido. A partir de então, a matéria focou em aspectos familiares e do crime, mas chamou atenção também para o alto índice de assassinatos e da importância dos homossexuais seguirem a cartilha produzida pelo Dialogay com dez dicas de segurança e prevenção destinadas aos homossexuais e que certamente ajudariam em horas difíceis. Seguem abaixo as dicas de segurança que foram publicadas no Jornal Cinform, todas retiradas da cartilha distribuída pelo Dialogay (em anexo):

Nunca se sinta inferior; nunca esconda que é homossexual; evite levar desconhecido para sua casa; se levar alguém para casa tranque a porta e esconda a chave; nunca humilhe o parceiro; seja cuidadoso na escolha de suas transas; cuidado com as bebidas oferecidas pelos paqueras desconhecidos; acerte os detalhes antes da transa, esclarecendo preferências eróticas, preço e duração; mantenha boas relações com a vizinhança; se for humilhado, agredido ou roubado, procure imediatamente a polícia (ASSESSOR..., 2000, p. 4).

Nesse período, o jornal teve um papel importante na divulgação de informações para os homens que procuram relacionamento afetivo-sexual com outros homens. Com a ausência de políticas públicas de segurança que garantissem a integridade física dos homossexuais, a referida cartilha parece ter se tornado um material necessário, tanto foi que a imprensa destacou por algumas vezes, a importância na prevenção de crimes. Segundo o Dialogay:

De abril de 1999 até agosto de 2000 ficamos sem um homicídio de homossexual, graças à cartilha. Depois o Governo não mais autorizou sua impressão (...) “A discussão tem que ser aberta com a sociedade e o homossexual tem que se conscientizar de que é responsável por sua própria



segurança, para que possamos encontrar uma solução” (ASSESSOR..., 2000, p. 4).

Os apelos do Dialogay se fizeram mais presentes após a constatação de mais assassinatos no mesmo ano. Uma semana após o assassinato do assessor do Tribunal de Justiça foi publicada a seguinte matéria:

Três assassinatos. Um médico conceituado, um marceneiro, um assessor do Tribunal de Justiça. Em apenas dois meses (agosto e setembro), a sociedade sergipana acompanhou as notícias sobre esses crimes bárbaros. Dizimados pela fúria de marginais que fazem programa em pontos de prostituição homossexual, o Dialogay de Sergipe os incorpora em sua terrível e preocupante estatística de vítimas. De maio de 1983 a setembro de 2000, o Dialogay já contabilizou 70 assassinatos de homossexuais só em Aracaju. Isso porque não atuamos no interior do Estado, não temos condições. Se forem contabilizados os crimes no interior, esse número com certeza irá aumentar (DIALOGAY..., 2000, p. 8).

Segundo consta nos jornais, a cartilha teve uma primeira edição, de cinco mil exemplares, no ano de 1998. Com o material em mãos o Dialogay, juntamente com voluntários, distribuiu o documento junto à comunidade gay, através de um trabalho de conscientização nos pontos de prostituição e pegação masculina de Aracaju. A reprodução foi feita com a ajuda financeira de órgãos como sindicatos. Quando acabou a primeira edição, o Dialogay não teve mais como imprimi-la, conforme o jornal:

Procurei o Governador do Estado e disse a ele que precisávamos de uma nova edição de mais cinco mil exemplares, ele respondeu que não iria atender o nosso pedido. Nos mandou procurar outros canais”, relembra o presidente do Dialogay (DIALOGAY..., 2000, p. 8).

Mesmo com a negativa da reprodução das cartilhas, essa matéria revela o capital político adquirido pelo Dialogay. A conversa direta com o Governador do Estado, como destacada no texto pode ser indicadora de abertura de canais de diálogo entre a militância e o governo. Nesse mesmo período, os jornais evidenciaram um embate que destaca as relações de poder entre pessoas da elite envolvidas direta e indiretamente nos assassinatos e instituições governamentais, para o investimento em políticas de sexualidade. Segundo informações presentes nos jornais, a tal cartilha só foi reeditada,

Após a morte do assessor do Tribunal de Justiça, Carlos Geraldo Silva Fontes, as coisas tomaram outro rumo. “O último assassinato, envolvendo o cidadão que trabalhava com o desembargador, deve ter feito o governador sentir-se ofendido, afinal foi alguém próximo. Agora, através de outro expediente ele (o governador) autorizou a reedição da cartilha, que será feita através da Segrase<sup>70</sup> (DIALOGAY..., 2000, p. 8).

Outro assassinato que chocou a cidade de Aracaju aconteceu no mês de dezembro de 2000, foi o caso do professor de Redação Benemi Passos. Esse crime especialmente chamou minha atenção porque na época eu era aluna desse professor e fiquei bastante impressionada com o episódio. O caso foi amplamente veiculado em toda a imprensa e chocou os/as jovens estudantes de cursos pré-vestibulares e terceiros anos da capital, pois o professor Benemi era um dos mais requisitados profissionais de Redação e fazia bastante sucesso entre os/as alunos/as.

O professor vestia-se impecavelmente com roupas caras e de marcas e estava sempre perfumado, tinha trinta e três anos quando foi assassinado. Possuía carros novos e era detentor de uma personalidade forte e um humor sarcástico. Não escondia a homossexualidade e os/as estudantes adoravam suas aulas e sempre o tratavam com bastante respeito. A morte de Benemi foi noticiada em capas e contra-capas dos jornais estudados e a repercussão do caso prolongou-se durante semanas.

Segundo consta nos jornais, Benemi foi esfaqueado e teve seu corpo queimado. A “vítima” foi encontrada por policiais dentro de um

---

<sup>70</sup> Segrase é a gráfica do Estado responsável pelas publicações oficiais.

saco plástico. A exposição de fotos do corpo de Benemi fez parte das matérias seguintes e expôs o sensacionalismo jornalístico presente em casos que chamam atenção da sociedade. Uma matéria informou que:

As hipóteses de desova, segundo os policiais, surgiram porque a vítima estava dentro de um enorme saco plástico. A vítima estava trajando roupas femininas e um sapato cor de rosa, o que leva a polícia a acreditar que o crime tenha sido motivado por discriminação ao homossexualismo (PROFESSOR..., 2000, p. 5).

A notícia de que o professor foi encontrado vestido com roupas femininas foi desmentida em publicação posterior que dava informações sobre a investigação do caso. Mais uma vez foi exposta nessa matéria a fotografia do corpo da “vítima” carbonizado com destaque também para a fala do delegado responsável pela elucidação do caso:

O fato de Benemi ser homossexual está sendo levado em consideração, pelo delegado Osório Miguel, mas disse que não procede a informação da vítima estar postando roupas femininas. ‘Ele estava com roupa normal como qualquer homem’, afirmou rebatendo o que foi dito por policiais da nona Delegacia Metropolitana que fez o levantamento cadavérico (CRIME..., 2000, p. 5).

Acompanhando a onda de assassinatos violentos que acometeram homossexuais, os jornais sergipanos não se furtaram em publicar matérias sobre as práticas sexuais dos homens casados que procuram garotos de programa. Essas publicações estavam sempre acompanhadas das discussões que envolvem os perigos e violências de tais envolvimento, como destaca a manchete do jornal “Homens casados e michês, uma parceria sexual perigosa” (HOMENS..., 2000, p. 6). Essa manchete traz a fotografia de um garoto jovem localizada ao lado esquerdo do jornal. A imagem mostra o sujeito vestido com uma tanga em proporções pequenas e identificado como michê.

Fry (1982) ao escrever sobre as representações que dizem respeito à sexualidade masculina, deixa claro que há várias maneiras de compreendê-la no Brasil, e que estas variam de região para região, de classe para classe social, e, sobretudo, de um momento histórico para outro. Ao identificar em seus estudos na cidade de Belém, o personagem

social chamado “bicha”, percebeu que este se diferenciava em relação a outro personagem social chamado “homossexual”, ou “entendido” ou gay, principalmente em áreas de classes médias das grandes metrópoles brasileiras, sobretudo a partir da década de 1960.

A busca de garotos de programa por homens casados expressa a tensão existente entre o modelo tradicional e moderno de homossexualidade, pois o mundo masculino deixa de se dividir entre homens másculos e homens efeminados e passa a se dividir entre “heterossexuais” e “homossexuais”, entre “homens” e “entendidos” (FRY, 1982, p. 94). Tais representações não se excluem no contexto da cultura brasileira, mas expõem o conflito principalmente em relação ao movimento do “assumir-se”. Da mesma forma, o michê a quem é associado o papel de “homem” seguindo o modelo hierárquico é desprezado muitas vezes por ser um indivíduo de classe baixa e um “homossexual não assumido” (GUIMARÃES, 2004, p. 75). O jornal publicou matéria dando destaque aos riscos no envolvimento dessas relações, enfatizando as práticas de orgias, perversões sexuais, falta de pudor e a presença de bastante dinheiro:

Garotos a partir de 15 anos e senhores sisudos e bem-sucedidos, fazem da noite aracajuana uma Sodoma e Gamorra. A atitude representa riscos de violência e doenças sexuais para ambos os lados, mas mesmo assim, centenas de garotos de programas e homens maduros, casados e bem-sucedidos na vida profissional se arriscam e fazem da noite de Aracaju uma verdadeira Sodoma e Gomorra, com muita orgia e perversão sexual. Tudo regado a muito dinheiro e pouco pudor (HOMENS..., 2000, p. 6).

A mesma matéria enfatiza a fala dos michês com detalhes do perfil do cliente e de suas preferências sexuais:

“Já saí com advogados, médicos, homens casados e solteiros. Saí também com um vereador, delegados de polícia, coronéis, major e funcionários que ocupam grandes cargos no Governo. De dia eles têm certa postura e de noite eles vêm em busca de prazer e sempre querem ser passivos”, diz Marcos, 17, um destes michês. “Tem homens casados que têm fantasia de serem

penetrados, aí eles me procuram”, diz Bianco, 28, que recebe os contatos pelo celular (HOMENS..., 2000, p. 6).

Essa matéria é muito significativa em termos de percepção cultural envolvendo a sexualidade em Aracaju, na medida em que põe em evidência, a busca de homens casados e bem-sucedidos profissionalmente por práticas sexuais que destoam do tipo ideal da identidade regional do homem nordestino, e, conseqüentemente, da constituição da família patriarcal, como pontua Albuquerque Júnior (2003). O referido autor faz uma análise sobre a constituição da identidade regional do homem nordestino, focando a pesquisa entre os anos de 1920 e 1940. Destaca que o nordestino é inventado como um tipo regional:

De costumes conservadores, rústicos, ásperos, masculinos; um macho capaz de resgatar aquele patriarcalismo em crise; um ser viril capaz de retirar sua região da situação de passividade e subserviência em que se encontrava (ALBUQUERQUE JÚNIOR 2003, p. 162).

A referida matéria também chama atenção para o debate sobre papéis sexuais, sobretudo a performance que define a passividade e atividade nas relações sexuais, evidenciando o desejo de clientes frente às práticas sexuais homoeróticas, nem sempre atuando na representação do papel ativo:

Há clientes que embora comportem-se como bem-sucedidos homens publicamente, sentem-se como verdadeiras mulheres na cama. “Tem uns caras que se vestem de mulheres, colocam sutiã, vestem calcinha e me pedem para bater neles. Eles dizem: ‘bate muito na minha cara’ e assim eles sentem orgasmo”, conta Júnior, outro rapaz de 17 (HOMENS..., 2000, p. 6).

O debate sobre maridos que traem as suas esposas com outros homens não se esgota, e uma importante matéria ganha espaço na capa do Jornal Cinform, além de ocupar uma página inteira do caderno “comportamento”. Essa matéria é muito curiosa, pois retrata a procura de homens casados por relações homoeróticas, além disso, traz a opinião

de várias pessoas importantes da sociedade sergipana sobre estes tipos de casos, incluindo o médico Almir Santana, o presidente do Dialogay, um detetive e uma psicóloga.

A manchete da capa recebeu o título “Maridos estão traindo as esposas com outros homens – adultério e bissexualidade”, o subtítulo informa “De cada dez homens que traem, quatro transam com outros. Isso pode justificar aumento de casadas com HIV”. Os títulos fazem relação direta com as traições dos maridos e o aumento da AIDS entre a parcela de mulheres casadas, o que chama atenção é a forma em que os argumentos são postos. A interlocução entre traição e as possíveis explicações para a mudança de rota no caso de adultérios masculinos é evidenciada com estatísticas:

Que a fidelidade no casamento anda em baixa, isso já é fato comum. O que não é novo é o fato de os maridos estarem traindo as mulheres com outros homens. Segundo um dos mais requisitados detetives de Sergipe, de cada 10 homens casados, flagrados em adultério, quatro são pegos com outros homens (...) Mesmo flagrado em traição homossexual, boa parte dos casamentos permanece. Almir Santana informa que cresce o número de mulheres com Aids, sendo que 70% delas são casadas e metade confessa que seus maridos são bi. O presidente do Dialogay, Wellington Andrade diz que o número de homossexuais tem crescido. “O calor dos homens é mais gostoso” (MARIDOS..., 1999, p. 1).

Seffner (2004) em sua tese de doutorado sobre masculinidade bissexual, chama atenção para o fato de que os homens bissexuais enfrentam muitas vezes a discriminação das mulheres, dos homens homossexuais e heterossexuais, bem como das autoridades de saúde que lidam com a epidemia da AIDS, pois o discurso médico associa como uma questão epidemiológica clara o fato de os homens bissexuais serem considerados importantes vetores da transmissão do AIDS. “A persistência da infecção entre esses homens pode ser explicada a partir de fatores ligados a problemas de baixa auto estima e tensão para manutenção do anonimato” (SEFFNER, 2004, p. 19). Por outro lado, “o termo bissexualidade em muitas notícias de jornais e revista aparece subsumida a outras identidades, é mais um componente da vivência da

homossexualidade, mas não necessariamente uma identidade, ao menos no patamar da homossexualidade” (SEFFNER, 2004, p. 58).

Segundo Fry (1982), a categoria “bissexual” é compreendida como marginal porque não corresponde a nenhuma identidade claramente definida, além disso, o movimento tende a enxergar o “bissexual” como sendo um homossexual que não teve “coragem de assumir-se”. Essa noção é uma das mais significativas do movimento, pois atua como uma poderosa arma de luta para a desestigmatização da homossexualidade e, conseqüentemente, para a solidificação da identidade do homossexual.

Voltando à matéria sobre homens que traem, há também informação sobre a participação feminina na traição. Segundo consta, as mulheres em Aracaju traem muito, mas são “mais discretas e espertas”. Casos de traição envolvendo relações afetivo-sexual entre mulheres parece que não alimentaram as estatísticas. Por outro lado, há evidências de maior tolerância quando o assunto é o envolvimento entre duas mulheres, principalmente porque a presença de duas mulheres na cama, acariciando-se é algo que parece atizar o desejo dos homens, confirmando a masculinidade, conforme matéria:

O detetive acha que hoje em dia as mulheres traem mais que os homens. “Eles não tomam cuidado, todo mundo sabe. Para muitos, ter uma mulher é até sinal de masculinidade. As mulheres são mais inteligentes e discretas. Um homem não tem coragem de entrar num porta-malas de um carro para ir ao motel, já a mulher faz coisa que até ela duvida”, informa ele. (...) Mas na esfera feminina, o homossexualismo é ocorrência menor no adultério. Segundo o detetive, de dez casos de adultério cometidos por elas, apenas uma é flagrada com outra. “Trabalhei para um grande empresário que suspeitava da sua esposa. Acabei descobrindo que a mulher tinha era uma amante. Pensei que o empresário as mataria. Nada disso. Ele disse: ‘Estou aliviado. Agora tenho duas mulheres’. E tudo continua como se nada tivesse acontecido”, conta Álvaro (PEGUEI..., 1999, p. 16).

Por outro lado, as mulheres que são traídas por seus maridos optam, segundo matéria, por permanecer na relação mesmo tendo acesso

às fotos, filmagens, flagrantes, roteiros da traição, buscando manter as “aparências” junto à sociedade:

O curioso, segundo o detetive, é que a imensa maioria das vítimas, mesmo pegando o parceiro com outro, mantém o casamento (...) “É muito raro uma separação. Nesse tempo todo, só vi seis separações para valer. A ordem é somar sempre, dividir nunca. É manter a aparência para a família e a sociedade. É o casal perfeito”, analisa Álvaro (PEGUEI..., 1999, p. 16).

O presidente do Dialogay foi entrevistado e sua opinião sobre o tema de homens que traem mulheres com outros homens ganhou destaque e o espaço jornalístico que lhe foi conferido demonstra mais uma vez o capital social que detém. O seu discurso é claro, e explica o motivo pelo qual existem muitos homens comprometidos mantendo relações homoeróticas. Além disso, aproveita o espaço para aconselhar as mulheres casadas num tom até de jocosidade:

Ele acredita que a explicação para homens “bem casados” que procuram relações homossexuais é a química da atração. “O calor de um outro homem é mais gostoso, mais fraterno. O beijo e o abraço de um homem é mais gostoso, a gente fica todo arrepiado”, garante Andrade (PEGUEI..., 1999, p. 16).

Wellington continua suas afirmações afirmando que algumas mulheres sabem da bissexualidade dos maridos, mas preferem manter o casamento:

Wellington admite que muitas mulheres sabem que seus maridos são bissexuais e os aceitam mesmo assim. “Elas têm que abrir os olhos mesmo. Se seu marido é homo ou bissexual e se existe amor entre vocês dois, ela tem que aceitar da maneira como ele é”, aconselha ele. Para Andrade, a situação está tão complicada que têm amigas suas, da “alta sociedade”, que ligam para ele perguntando se o namorado ou marido é gay. Ele acha que o número de homo e bissexuais é



muito maior do que se pensa (PEGUEI..., 1999, p. 16).

A exibição dos assassinatos de homossexuais nos jornais sergipanos era uma prática frequente e ganhava ares de sensacionalismo durante semanas consecutivas, como no caso de um médico que foi executado. A capa do jornal Cinform exibiu a seguinte manchete “Um médico gay e a morte trágica” (MÉDICO..., 2000, p. 6) Foi a principal matéria da capa, trazendo uma grande foto com o corpo do médico morto, sendo transportado para o carro do IML, como se a imagem representasse o perigo de vivenciar práticas homossexuais e suas consequências.

A referida notícia ganhou destaque no caderno policial com o título “Médico devorado por garotos de programa” (MÉDICO..., 2000, p. 6), matéria que descreveu com detalhes o assassinato, a vida familiar e as preferências sexuais da “vítima”. A manchete dessa matéria exhibe a ideia de que o médico foi devorado. Segundo dicionário Houaiss (2004, p. 1026), a palavra “devorado” significa “comer com sofreguidão ou voracidade, engolir, tragar”, isto remete diretamente à ideia de que o médico foi “comido” pelos garotos de programa levando mais uma vez ao debate que se liga à atividade/passividade na relação sexual, por outro lado, pode chamar atenção para o fato de que a vida do profissional da saúde foi ceifada porque se envolveu com garotos de programa. Algo que chama atenção é a presença do Grupo Dialogay para explicar as violências contra homossexuais, exibindo sempre em seus argumentos a quantidade de assassinatos sem resolução.

Os garotos de programa na maioria das vezes, negaram os crimes, e nesse caso do médico não foi diferente, segundo o delegado Mário Leony, isso acontece porque:

Então, é o aspecto da homofobia internalizada, que são vítimas, jovens, principalmente, jovens praticam suicídio, e também, muitos dos algozes, é muito comum, por exemplo, você ver casos de garotos de programa que praticam esses crimes, e quando praticam são crimes muito violentos, acho que tudo tem uma simbologia, quando a vítima é desfigurada, tem o seu rosto desfigurado, isso representa muita coisa. Por que desfigurar o rosto dessa pessoa? Então, esses jovens transam com gays e travestis e justificam que só transam pelo dinheiro, Essa pode ser a realidade de alguns, mas

muitos têm o aspecto da homofobia internalizada, e aí, quando entram em contato com o prazer, com o desejo, não assumiram isso e tal, e daí vem todo o conflito (LEONY, 2010, Entrevista).

O processamento lento e algumas vezes ineficaz da justiça referente à resolução dos casos de homicídios envolvendo homossexuais parece estar na pauta do reconhecimento social. As críticas à maneira como são expostas as manchetes de jornais sobre as violências que atingem o público homossexual também se fizeram presentes nos jornais. Cidadãos mostraram-se indignados com a forma como as “vítimas” eram expostas pelas mídias impressas. Alguns textos foram enviados aos jornais, como artigo escrito pelo professor do Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe, Francisco José Alves (ALVES, 1998, p. 2) expondo a quantidade de assassinatos ocorridos na capital, o descaso do judiciário com crimes dessa natureza e o sensacionalismo na exposição dos crimes e das vítimas.

O artigo destaca que a forma como a imprensa tratou os casos contribuiu para o aumento e a manifestação de formas de preconceitos, principalmente porque as explicações para os crimes estão pautadas nas preferências sexuais das vítimas numa mística de prazer X perigo. Nesse caso, as mesmas são apresentadas como se fossem as únicas responsáveis pelos acontecimentos, que por viverem uma sexualidade “desregrada” acabam vitimadas pelo próprio desejo. Importante demarcar a presença de intelectuais na imprensa, fato que aponta para a importância do papel dos “especialistas” na construção de dispositivos da sexualidade (FOUCAULT, 1988; TITO SENA, 2007):

Assim, o crescimento desta violência dá oportunidade para vir à tona um componente perverso da nossa sociedade: os estereótipos. No teatro destes dramas sangrentos, vem à cena o lugar que se destina àqueles cujos hábitos sexuais estão na contramão dos bons costumes. Os adeptos do homoerotismo devem vegetar no folclore, na clandestinidade ou no inferno da culpa, à mercê de assassinos, tácita ou explicitamente apoiados pela opinião corrente. Outro indício está na ideia espalhada entre os segmentos jovens, sobretudo das camadas inferiores, que “perobo” deve ser “esfolado”.

Nada mais natural do que preparar um “cocó” (cilada), ou ser “bancado” por um boiola. A gíria juvenil é reveladora. Um adolescente, um rapaz sempre sabe: está na ordem das expectativas vantajosas “dar uma elza” (tirar algo, roubar) num viado descuidado. Sob esta ótica, a vida de um *gay* vale pouco ou... nada. Não nos iludamos: a maioria termina por tornar justos tais crimes. Isto fica evidente nas entrelinhas das notas policiais, nos comentários que se ouve quando mais um caso acontece e, lastimavelmente, no desinteresse dos familiares pela apuração do crime. Da conjunção destes fatores, resulta que os processos dos assassinatos de homossexuais não andem (ALVES, 1998, p. 2).

A invisibilidade das violências contra mulheres lésbicas ganha evidência nas pesquisas que realizei. Apenas uma matéria retratou casos envolvendo tal público, a notícia discorreu sobre duas mulheres privadas de liberdade que mantinham relações afetivas e foram separadas por determinação da diretoria do presídio. Como represália a essa determinação uma delas num ato de protesto, pôs fogo no colchão e deitou-se sobre ele.

O caso ganhou as páginas dos jornais durante duas semanas seguidas, dando evidência à tranquilidade que permeava o presídio feminino, que foi quebrada através de atos insubordinados de uma mulher privada de liberdade de nome Márcia, mais “conhecida por Marcito”, cujos traços de masculinidade, segundo o jornal, eram evidentes,

Nunca vi uma coisa dessas, só em filme”, conta Denise, sobre os golpes desferidos por Marcito contra os PM’s. Após um acordo com a direção, Márcia concordou com a transferência de cela, mas o isolamento não lhe agradou e outra vez arrancou a grade do cubículo. “Ela quebrou a parede e entortou as grades (CASO..., 2000, p. 7).

As matérias que trataram dos casos envolvendo tais mulheres limitou-se a destacar os atos de insubordinação praticados por Márcia, e não fez menção às violências sofridas no âmbito do sistema prisional. De acordo com o delegado entrevistado, as violências contra mulheres lésbicas são estatisticamente inferiores, no entanto, isto não significa a

ausência de tais crimes, sendo o estupro corretivo<sup>71</sup> uma prática presente na sociedade sergipana,

Na minha pesquisa de vitimização, eu pude mapear muita coisa que inclusive me chocou muito, estupro também pelo simples fato de ser lésbica. Mas ainda assim, muito menos, em menor proporção do que a violência sofrida por gays e por transgêneros (...) Existe uma invisibilidade lésbica muito maior (...) Então, essa invisibilidade, certamente repercute na questão da violência, ela não vir a ser denunciada, da mulher ela se constranger em denunciar esses abusos. Mulheres lésbicas e travestis e transexuais são mais vítimas da violência sexual (LEONY, 2010, Entrevista).

A década de 1990 foi muito representativa em Aracaju no que se refere à quantidade expressiva de assassinatos cometidos contra homossexuais. Os casos ganharam repercussão em todo o Estado, e puzeram em evidência as mudanças que afetam as famílias tradicionais, na medida em que expôs a situação de homossexuais “bem casados”, profissionalmente bem sucedidos e com famílias estruturadas, mas que escondiam as preferências sexuais, e mantinham relações homossexuais fora do casamento, na maioria das vezes, indo ao encontro de garotos de programa. Casos como esses ao tempo em que foram expostos pelos jornais fomentando o debate sobre a sexualidade, também revelaram os aspectos conservadores que permeavam as matérias, na medida em que os meios de comunicação impressos apelavam para o sensacionalismo, contribuíram para despertar culturalmente a ideia de perigo que ronda as práticas sexuais que fogem à regra heterossexual.

Por outro lado, as pesquisas sobre violências deixaram clara a invisibilidade quando o assunto eram os crimes que atingem mulheres lésbicas. Apenas um assunto dessa natureza foi abordado, e quando isto aconteceu o destaque foi para a masculinidade exarcebada de uma das mulheres, deixando claro que suas ações praticadas não condiziam com

---

<sup>71</sup> De acordo com pesquisa realizada por Bruna de Araújo (2011) o estupro corretivo é uma prática comum no ambiente familiar e atinge muitas mulheres lésbicas. Geralmente realizada por um membro da família tem como objetivo enquadrar a vítima na norma heterossexual.

o comportamento esperado do feminino. Por outro lado, é interessante perceber o uso da categoria “lésbica” pelos jornais estudados na década de 1990, os mesmos já diferenciavam homossexualidade masculina e feminina nesta década ao tempo em que faziam uso do termo, que se consubstanciou nos dias atuais como uma “categoria política”.

No próximo tópico, abordarei um tema caro para o movimento homossexual nos anos 1990, a questão da AIDS. As políticas de saúde sobre AIDS formuladas em Aracaju são muito referenciadas até os dias atuais, e têm desde o início da epidemia um personagem muito importante que tomou à frente da questão e fez/faz a diferença no tratamento e na consolidação de ações no Estado, o Doutor Almir Santana. Junto com Almir, o Dialogay também atuou tanto no debate, quanto no esclarecimento aos habitantes sobre as DST's/AIDS. Da mesma forma, pressionou os órgãos estatais para a garantia da prevenção e distribuição dos retrovirais.

### **3.4 “Essa AIDS Vai Ser um Problema...”**

O debate sobre o AIDS se fez presente na mídia sergipana durante o período pesquisado. Foram muitas notícias encontradas que dão uma dimensão de como localmente se compreendeu a doença, quais as estratégias acionadas para a formulação de políticas públicas por parte do Estado, a atuação e mobilização do movimento homossexual, mas, sobretudo, do trabalho do médico Almir Santana, mais conhecido com “*Doutor camisinha*”, que instituiu os primeiros cuidados a pacientes infectados pela doença, e encampou a luta da prevenção às DST's/AIDS, ainda na década de 1980, fazendo muita diferença com o desenvolvimento do seu trabalho na política de sexualidade no Estado.

Nesse tópico, abordarei inicialmente como a prática profissional de Almir Santana, aliada à vontade de atuar frente ao campo da saúde pública, foi fundamental para colocar Aracaju como uma das primeiras capitais de vanguarda nas questões relacionadas à AIDS. Além disso, também destaco as dificuldades encontradas por profissionais para lidar com pessoas infectadas no início da epidemia, a importância do Dialogay que junto a Almir Santana, colocou para o público o debate sobre sexualidade, tentando diminuir o estigma criado em torno da AIDS, como “peste gay”. Para finalizar, destaco que a AIDS levou à necessidade da discussão aberta e direta com relação aos temas ligados à sexualidade, como identidade e orientação sexual, práticas sexuais, prostituição e violência sexual.

O médico Almir Santana foi uma figura que se destacou na mídia sergipana no período estudado. O seu nome e suas ações ganham reconhecimento quando o assunto é AIDS. No final dos anos 1980, começaram a surgir os primeiros casos de AIDS no Estado. Eram pessoas que, após migrarem para a cidade de São Paulo em tempos anteriores, em busca de maior liberdade e independência financeira (FRY, 1982) começavam a retornar para a cidade natal contaminados pelo vírus HIV. Segundo Almir todos eram homossexuais.

O preconceito era grande e o Estado não ficou de fora da discussão. Pessoas contaminadas começavam a retornar para o então pacato Estado, e a população e seus representantes, que desconheciam os aspectos científicos da doença começaram a se mobilizar contra a permanência dos pacientes.

Nesse período, Almir Santana era um médico que acabara de se formar e se empenhava para realizar práticas de atendimento mais humanizadas. Visitava os pacientes em seus domicílios, e dedicava-se ao tratamento de pessoas idosas portadoras de enfermidades crônicas. Começou sua carreira em um bairro periférico de Aracaju, o Santos Dumont, e logo conquistou a confiança da comunidade. O percurso profissional de Almir começou efetivamente nesse período, mas, principalmente, a partir do trabalho que desenvolveu com as prostitutas do bairro. Esse trabalho fez a diferença nas políticas públicas de DST's/AIDS no Estado até os dias atuais.

Conforme entrevista concedida a mim no mês de setembro de 2010, Almir Santana relembra o início de sua carreira e como se envolveu com a AIDS:

O meu primeiro emprego foi um consultório particular em que eu atendia os meus pacientes. Quando eu entrei para trabalhar no Estado, eu pedi para ser lotado num bairro mais carente, porque eu queria começar um trabalho mais social. Porque uma coisa que eu gosto é de ver resultado, mudança. Comecei no Bairro Santos Dumont como clínico, um bairro localizado na zona norte de Aracaju. Geralmente meus pacientes eram pessoas idosas. Eram pessoas com doenças crônicas: diabetes, hipertensão, e eu me identificava muito com este tipo de paciente. Notei que o posto começou a ficar lotado. Naquela época, nem se falava em PSF (Programa de Saúde da Família), eu já fazia visita, ia fazer visitas em

casas. Nessas visitas, eu descobri umas casas de prostituição no Santos Dumont. É aí onde começa a história da DST. Nessas visitas domiciliares, eu vi que no bairro tinha muita casa de prostituição. Aí, comecei a mapear essas casas (SANTANA, 2010, Entrevista).<sup>72</sup>

A atenção do médico às notícias que eram publicadas sobre a AIDS foi fundamental para a percepção do mesmo de que a doença chegaria ao Estado, e que seria difícil de lidar com ela por estar vinculada diretamente às práticas sexuais:

Porque realmente é importante a gente fazer o que gosta. Surgiu em 1986, naquela época, eu ouvia falar na AIDS. E eu comecei a me preocupar com as notícias, comecei a guardar revistas, não existia nada. Revistas leigas, não tinha nada científico. E aí eu comecei a pensar na AIDS. Eu disse: olhe, isso vai ser uma doença difícil porque vai mexer com sexo. Aí, eu comecei a pensar: essa AIDS vai ser problema. E como eu dava aula, eu começava a fazer material pra os alunos naquela época. Orientando os alunos sobre a doença, mas sem saber de muita coisa. E aí surge um caso de AIDS aqui de uma pessoa que veio de São Paulo (SANTANA, 2010, Entrevista).

O trabalho e a curiosidade do médico colocaram-no em um posto de reconhecimento e destaque frente às doenças relacionadas às DST's. Por conta da atuação junto às prostitutas do Bairro Santos Dumont, houve a necessidade de se desenvolver um trabalho específico de prevenção à sífilis. Foi essa ação que levou Almir a ter contato com o primeiro paciente de AIDS no Estado em 1987,

Esse era um sergipano que morava fora e veio pra cá. Em Santa Luzia do Itanhy. Quando ele veio, o prefeito acionou o secretário dizendo que tinha uma pessoa com AIDS, e que tinha que sair da cidade. Essa pessoa onde foi atendida queimaram

---

<sup>72</sup> Entrevista de Almir Santana, concedida em setembro de 2010.

a cadeira. Essa é a primeira história cruel da AIDS. Foi nesse momento. Tocaram fogo. Ele foi atendido num posto de saúde da cidade, tocaram fogo na cadeira onde ele sentou (SANTANA, 2010, Entrevista).

Após o episódio vivenciado pela primeira pessoa infectada com o vírus que chegou ao Estado, Almir foi procurado pelo secretário de saúde para trabalhar com a nova doença que invadia as cidades do Brasil:

Aí, o secretário me localizou. Por quê? Como eu comecei a mapear as casas de prostituição, eu comecei a fazer um trabalho sobre Sífilis. Esse foi o meu primeiro trabalho. Aí, eu mandava as prostitutas irem ao posto pra fazer exame. Aí, começou a encher de prostituta no posto. Então, esse trabalho teve uma repercussão. Aí, o secretário me chamou: topa? E eu disse: topo. Aí, eu comecei a me envolver. Esse paciente eu não consegui internar. Ele morreu. Ninguém queria. Aí, eu angustiado continuava tentando ajudá-lo, quando veio a família: olha doutor, ele faleceu. Faleceu em casa (SANTANA, 2010, Entrevista).

A desculpa de que não tinha hospital com estrutura para receber os pacientes, da inexistência de profissionais preparados para lidar com a doença incomodava o médico que garantiu acompanhar de perto o próximo paciente que chegasse ao seu conhecimento. E não demorou muito, foram poucos meses para surgir o segundo paciente também vindo da cidade de São Paulo, no mesmo ano de 1987, “Sempre era São Paulo. São Paulo estava na história. Que era naquela época que o sergipano ia pra São Paulo pra trabalhar e voltava doente” (SANTANA, 2010, Entrevista).

Após a repercussão dos primeiros casos de AIDS, o governo do Estado criou o Programa de DST/AIDS. Foi um dos primeiros no Brasil, “Foi o segundo ou o terceiro. O primeiro foi São Paulo, por causa da epidemia. Então, somos mais ou menos o terceiro. Foi criada nesse momento uma comissão” (SANTANA, 2010, Entrevista). Segundo Almir Santana, as dificuldades eram imensas, os servidores/as dos hospitais começaram a reivindicar gratificações especiais para atender



pacientes infectados pelo vírus. O médico, no início da epidemia, contou efetivamente com a ajuda de poucas enfermeiras que se juntaram a ele para iniciar o tratamento dos pacientes e promover campanhas contra as DST'S. Antes de conseguir montar uma equipe que tivesse interesse em trabalhar com DST'S, Almir destacou que muitas pessoas eram indicadas para participar do grupo, sem nenhuma preparação ou sequer interesse, fato que causava transtornos éticos e emocionais “Só que a pessoa não tinha nada a ver. Aí não passava. Eu me lembro: ‘Coloca aí uma pedagoga pra mim pra trabalhar com AIDS’, aí tremia, chorava, o paciente sentava, ela não queria sentar” (SANTANA, 2010, Entrevista).

De acordo com Almir, todos os primeiros casos de atendimento estavam relacionados à homossexualidade masculina. Esse fato só começou a sofrer alterações no início da década de 1990, “Sem dúvida, no início, era 100% homossexual. Depois passou para bissexual, passou pra mulher casada. Quando passou pra mulher casada, passou para heterossexual” (SANTANA, 2010, Entrevista).

Mesmo com as mudanças nos perfis dos infectados pelo vírus, o médico chama atenção para a invisibilidade da mulher lésbica junto aos profissionais de saúde, principalmente por não considerarem as lésbicas como vulneráveis à AIDS, além disso, destaca os conflitos existentes no movimento homossexual que excluíram as questões da homossexualidade feminina,

Porque o movimento é muito brigão. Eles brigam muito. Então assim. Excluíam. Agora, elas conseguiram vencer. E elas agora tão mostrando (...) já tem trabalho de prevenção com elas, a gente já tem aqui. A questão lésbica com AIDS é muito recente, muito recente. Não havia programas de prevenção para as mulheres. Nessa época, nem se falava, muito menos nas mulheres lésbicas. Lésbica é hoje que está sendo considerada. Ninguém nem lembrava em lésbica. Hoje é que já tem programas (SANTANA, 2010, Entrevista).

A constatação de um maior número de homens gays contaminados com o HIV aproximou Almir Santana do Grupo Dialogay. O contato esteve ligado, a princípio, à fundação do GAPA-SE na década de 1990.

A AIDS trouxe coisa boa. Uma das coisas boas que a AIDS trouxe, foi discutir sexualidade, discutir homossexualidade, discutir prostituição. Discutir a sexualidade, que antes não se discutia, Direitos Humanos relacionado à sexualidade. Tiveram duas grandes coisas boas com a AIDS: controle do sangue, que não tinha e a questão da sexualidade. Aí, nessa época, eu fundei o GAPA (Grupo de Apoio e Prevenção a AIDS). Dava assistência às pessoas com HIV. O GAPA daqui era pra isso. Tinha uma rede de GAPAS, entendeu? Na verdade eu errei. Eu pensei assim... eu não sabia que tinha esse peso da rede de ser GAPA. Aí, eu peguei Candelária, era ex-prostituta, tava fazendo um trabalho com ela. Wellington começou a fazer o trabalho primeiro do que eu. Fazia um trabalho com os homossexuais. Aí, eu chamei Candelária... a minha intenção foi boa. Mas, o GAPA era rotulado de grupo de homossexual. Por quê? Porque os primeiros casos de AIDS eram com homossexuais. E quem criou os GAPAs foram os próprios gays com AIDS ou gays sem AIDS. Geralmente com AIDS, entendeu? (SANTANA, 2010, Entrevista).

Almir cita duas importantes pessoas no Estado, Candelária<sup>73</sup> e Wellington. Foram pioneiras nas discussões sobre sexualidade e atuaram em prol das prostitutas e dos homossexuais. A ligação com o Grupo Dialogay, representado por Wellington, foi primordial para a parceira em eventos sobre sexualidade e AIDS, conforme pontuou Wellington em entrevista:

O Dr. Almir Santana é uma pessoa espetacular, é uma pessoa super maravilhosa, é um grande

---

<sup>73</sup> Maria Niziana Castelino ou Candelária, como é conhecida, é uma figura muito importante em Aracaju. Foi uma prostituta famosa na década de 1960, atuou na militância formando e presidindo a ASP (Associação Sergipana de Prostitutas), e se aliando a Almir Santana na prevenção às DST's junto às prostitutas de Aracaju. Tentei por várias vezes entrevistá-la, mas por problemas de saúde da mesma não foi possível.

médico que perdeu seu escritório quando ele abraçou a causa da campanha da AIDS. Quando nós lançamos a campanha da AIDS não existia Almir, não existia governo do estado, nem governo federal. Quem abraçou essa causa primeiro foram os grupos LGBTs do Brasil. Depois foram surgindo os amigos, os médicos, camaradas, companheiros. Como aqui em Sergipe surgiu Almir. Quando comecei a campanha, convidei Almir, e Almir foi pra esse lançamento da campanha da AIDS, onde nós tínhamos convênio com a BENFAM ( Sociedade Civil do Bem estar Familiar do Brasil). Aí, depois surgiu o bem estar da saúde através de preservativos, através de conselhos, cartazes, panfletos (ANDRADE, 2010, Entrevista).

O reconhecimento do trabalho de Almir pelo ex-presidente do Grupo Dialogay, demonstra a importância das ações desenvolvidas por Almir e a articulação deste com o movimento homossexual na busca de consolidação de políticas públicas de saúde na área da DST's/AIDS:

Doutor Almir foi convidado pela coordenação nacional pra ser o coordenador nacional lá em Brasília. Ele não quer sair do seu Estado. E doutor Almir Santana, ele se preocupa muito pelo trabalho que ele desenvolve na coordenação estadual. Não importa o governador que esteja, não importa o secretário que esteja. Quem bulir com Dr. Almir Santana buliu comigo, mexeu comigo. Que Almir Santana não é político, que Almir Santana é um ser humano. Não importa de qual partido seja. Não importa se é você homem, se é você mulher. Porque você político não tem a preocupação, não foi você que perdeu o consultório médico de Almir Santana. Foi ele! Ele sentiu na pele, como eu sinto na pele a homofobia, o preconceito (ANDRADE, 2010, Entrevista).

Da mesma forma, Almir Santana destaca a importância do trabalho desenvolvido por Wellington para a diminuição do preconceito em relação aos homossexuais vivendo com AIDS:

Em Aracaju, a AIDS atingia mais homossexuais. Estava claro no mundo todo. Por causa disso

havia a necessidade de se criar uma ONG que trabalhasse com AIDS. Nessa época, até eu fui discriminado. Quando eu perdi meu consultório uma das coisas que aconteceram comigo foi muito preconceito porque me associavam a AIDS. Comecei a sair na imprensa, comecei a ser discriminado. As pessoas diziam: ah, não vou nele não. Porque vão dizer que eu tenho AIDS. E aí, a ligação AIDS-Gay era muito forte, na época. Era muito forte, muito pesado. “Fulano está com AIDS”, então é gay. E então, eu disse assim: bom, vamos atrás de pessoas. Como os homossexuais eram os mais atingidos, isso até em nível nacional e mundial, eles procuraram se organizar. Porque eles estavam sendo vítimas de preconceito. E tinha paciente que dizia assim: Dr. Almir, eu magrinho do jeito que eu estou, se eu ver o senhor na rua eu não vou falar não, se virem o senhor falando comigo, eu muito magrinho, vão dizer que eu tenho AIDS. Aí, surgiu a síndrome do homossexual gordo. O que era? Na época, todos queriam engordar pra não dizer que estavam com AIDS. Chamava “Síndrome do Homossexual Gordo”. Eles não podiam emagrecer. Tinham que comer muito. Pra não mostrar aparência de magro. Eu me aproximei muito deles, porque eram eles as pessoas que eu tinha na mão. Eu tive momentos de ser confundido com eles. Quando eu comecei a ter muito destaque, algumas pessoas diziam assim, as hipócritas: ou ele é candidato, ou ele quer aparecer, ou ele tem AIDS, ou ele perdeu alguém da família com AIDS, ou ele é homossexual. Eram essas as opções que eu tinha. Não tinha umazinha que dissesse assim: ele gosta de saúde pública. Quem me acusava: homens que não queriam acreditar na AIDS. Homens que não gostava de camisinha e não queriam mudar o comportamento. Aí diziam: está é doença de viado. Eu não sou viado. Almir fica inventando essas coisas (SANTANA, 2010, Entrevista).

Foi criado o GAPA, mas a instituição em Aracaju não correspondeu aos objetivos inicialmente propostos, os números

aumentavam e eram poucos os que compravam a luta junto a ONG. De acordo com esta matéria do jornal “As campanhas de prevenção da AIDS, não estão surtindo o efeito desejado, o médico Almir Santana, em sua obstinação, permanece com o GAPA realizando palestra para a comunidade” ( AIDS..., 1995, p. 14).

Se o início da epidemia de AIDS esteve vinculado aos homossexuais, essa estatística sofreu alterações no decorrer dos anos. Os jornais pesquisados destacaram matérias chamando atenção para o aumento dos casos da doença, entre heterossexuais, principalmente entre as mulheres casadas. Mesmo com esse aumento, as matérias jornalísticas também apontavam a importância das campanhas de prevenção, e chamavam atenção para o fato de que com essas atividades as mudanças de comportamentos em relação à sexualidade e ao uso da camisinha foram significativas,

Hoje nós estamos com uma proporção de quatro homens para uma mulher infectada pelo vírus HIV. Principalmente na mulher casada. Então é preciso uma intervenção de forma mais permanente, junto às mulheres e aos maridos delas. Se elas estão se infectando através dos maridos que estão tendo relações sexuais extraconjugais e não usam camisinha, pelo menos que eles usem o preservativo com a sua própria esposa. Mas isso não é fácil. Essa mudança é demorada. E eu considero o trabalho mais difícil esse de orientar as mulheres casadas para que elas exijam a camisinha. Muitas vezes quando ela toca no assunto gera até violência em alguns casos. Essas campanhas visam mudança de comportamento e isso demora. É preciso muita paciência porque os resultados vêm a longo prazo. Mas alguns resultados a gente já observa. Por exemplo: antes era bem mais difícil fazer campanha, distribuir camisinha. Muita gente não gostava, ignorava. Hoje não, a receptividade é excelente. Há um ou dois anos o consumo de camisinha em Sergipe era de vinte mil. Hoje está em 100 mil a procura. Então são fatores que falam positivamente do resultado desses trabalhos (...)  
(E MAIS..., 1998, p. 4).

A publicidade das campanhas contra AIDS está presentes nos jornais e sempre exalta o trabalho da equipe responsável no Estado,

*Travestis, cidadania e prevenção das DSTs/Aids é o título de uma cartilha produzida em Sergipe, assinada pelos assistentes sociais Eliana Chagas e Kátia Aragão e que será distribuída no decorrer do III Congresso Brasileiro de Prevenção em DST/Aids, que acontece de hoje à próxima quinta-feira no Centro de Convenções do Rio de Janeiro (SERGIPE..., 1999, p. 42).*

No ano de 1999 foi publicada uma matéria que enfatiza a mobilização das travestis no Estado. A publicação chama atenção para o novo grupo que surge, intitulado de Unidas, que enfatiza a necessidade da união das travestis para a conquista de direitos e maior visibilidade. 1999 foi um ano importante que conferiu a formalização e a união das travestis em um grupo. Uma das primeiras ações foi a produção de uma cartilha com “informações sobre doenças sexualmente transmissíveis, violência contra a classe e formas de combater a discriminação (TRAVESTIS..., 1999, p. 3).

A imprensa também foi responsável por veicular matérias que chamavam atenção para os elevados índices de mortes ocasionados pela AIDS. O termo “aidético” foi frequentemente encontrado nos periódicos estudados e estava diretamente vinculado à ideia de morte, como aconteceu também com o início das campanhas nacionais contra AIDS. Os jornais sergipanos publicaram várias matérias nos cadernos locais e nacionais em que o foco estava na morte ocasionada pela doença, como destacam as seguintes manchetes: “AIDS já matou 138 pessoas em Sergipe” (AIDS, 1995, p.1), ou “A Aids, terrível moléstia que não tem cura, mata, em São Paulo tem tido grande crescimento em mulheres entre 15 e 40 anos. A capital paulista, depois de Santos, apresenta o maior número de aidéticos no Brasil” (AIDS, 1995, p. 14).

Essas matérias fornecem uma ideia de como a AIDS fez parte da vida dos brasileiros e dos sergipanos durante a década de 1990. As representações sociais sobre a doença estiveram ligadas à morte, à promiscuidade e à presença e uso de drogas, como destaca Oltramari (2007).

As campanhas educativas e de saúde e educativas sobre AIDS eram, na maioria das vezes, vinculadas à morte e aos gays, Almir Santana pontua que:

A AIDS era associada ou a gay ou a morte. Sexo, gay e morte. Era o trio. Então, as primeiras campanhas eram de terror. A primeira marca da AIDS foi dois corações com uma caveirinha no meio. Foi a primeira campanha mundial. O símbolo chamava pra união, foi a primeira campanha associado a morte e passamos um bom tempo falando de morte. Todo mundo dizia: a AIDS mata, a AIDS mata, e os primeiros cartazes evidenciavam justamente isto. Eu digo: não funciona. Porque essa campanha vai tocar quem está doente, mas não vai tocar que está são. Porque os que estão são vão dizer: eu não fico assim, eu não sou assim. Foi uma estratégia errada. Quando o Brasil mudou a estratégia pra fazer campanha, começou a mexer com sentimento, aí foi mais fácil (SANTANA, 2010, Entrevista).

A campanha que o médico se referiu pode ser vista na Figura 15:

Figura 15. Campanha sobre prevenção da AIDS.



Fonte: Arquivo pessoal de Almir Santana, 2010.

Algumas matérias também foram publicadas nos jornais associando a AIDS à “peste gay” e à “doença do século”. Essas

especialmente estavam inseridas em cadernos especiais que ganhavam destaque em todo periódico, e traziam informações científicas sobre a AIDS. Conforme destacado por Wellington Andrade em jornal:

O surgimento do grupo Dialogay representava para muitos na época, um afronte à moral e aos bons costumes da sociedade. Nesta época, o Dialogay já começava a se preocupar com uma obscura doença que já fazia vítimas em pontos isolados do país, e de cuja cura não se tinha nenhuma perspectiva, até mesmo nos maiores e mais modernos centros de pesquisa da medicina mundial. Até então tão pouco badalada, a Síndrome da Imuno Deficiência Adquirida – AIDS. Após o pontapé inicial do Dialogay e de outras entidades semelhantes sediadas em outros estados brasileiros, as autoridades começaram, ainda timidamente, a se preocupar com o combate àquela que anos depois se confirmaria como a maior e mais perigosa epidemia de todos os tempos. O presidente do Dialogay destacou que um monstruoso obstáculo ainda teve que ser enfrentado, a duras penas. A tese ingênua e ao mesmo tempo maldosa de que se tratava de uma suposta “peste Gay”. Hoje, as estatísticas provam que a AIDS não tem vítimas preferenciais sobre nenhum aspecto e que, como já alertavam há muitos anos, os membros do Dialogay, utilizaram como único meio de prevenção de doença, a informação (DIALOGAY..., 1996, p. 11).

Reproduzo nas Figuras 16 e 17, imagens de duas matérias tratando da AIDS como “o mal do século” e a “peste moderna”, e chamo atenção para os títulos das mesmas, ambas publicadas em dezembro de 1999:



Figura 16. Matéria sobre AIDS na capa da Enciclopédia A História do Século.



Fonte: AIDS, 1999, p. 29.

Figura 17. Matéria sobre AIDS na Enciclopédia A História do Século



Fonte: AIDS, 1999, p. 672-673.

É possível que o trabalho desenvolvido pelo Estado em busca de maior prevenção, além das ações empreendidas pelo Grupo Dialogay, e a proximidade do Doutor Almir Santana com a população, tenham contribuído para desconstruir muitos estereótipos relacionados à

sexualidade e possibilitado maior controle das DST's e das estatísticas referentes à AIDS. Em matéria publicada no caderno de saúde, ocupando metade da página são noticiadas as estatísticas da AIDS no Estado, na década de 1990.

Em meados de 1998 havia uma previsão catastrófica de que no ano 2000 estariam sendo registrados em Sergipe algo em torno de 5000 casos de AIDS. À época apenas 480 pacientes estavam nos registros da Secretaria da Saúde, com 258 mortes. “Graças a Deus todas as expectativas falharam. E esse é o lado bom da história”, diz o médico sanitário responsável pelo Programa DST/AIDS em Sergipe, Almir Santana. “Essa falha na estimativa ocorreu a nível nacional”, garante (...) Mesmo com a garantia de que os casos de Aids não estão se alastrando, de acordo com as previsões, o médico Almir Santana adverte que as campanhas de prevenção jamais poderão deixar de acontecer. Para ele a doença deixou de ser simplesmente um problema de saúde para se transformar num grande caos social. “As pessoas pobres estão sendo as maiores vítimas da doença hoje. O número de carentes infectados continua crescendo em Sergipe”, afirma o médico sanitário (CASOS..., 2000, p. 42).

Nessa época, o foco da preocupação passou a ser a interiorização da doença, e as políticas de AIDS passaram a se fazer presentes também no interior do Estado, sobretudo nos municípios que investiam juntamente com o governo federal na prevenção e tratamento dos infectados.

Uma ação preventiva criada em Aracaju que rendeu muitos pontos positivos na busca da prevenção das DSTs/AIDS e da diminuição do preconceito foi a criação do Bloco da Prevenção. Este é um bloco carnavalesco que abre o desfile da prévia carnavalesca do Estado, o Precaju, que ocorre todos os anos na capital Aracaju. O Precaju reúne anualmente milhares de pessoas e faz parte do calendário turístico e festivo da capital sergipana reunindo muitos turistas. O bloco da prevenção é uma atração que sai todos os anos puxado por um trio

elétrico, patrocinado por empresas e pelo Estado. A grande atração do bloco é o Camisildo<sup>74</sup> (Figura 18), um carro transformado por Almir Santana em formato de camisinha que ganhou muita popularidade entre os sergipanos, e chegou em 2012 à sua 20ª edição e participação.

Os interessados/as em participar do desfile do bloco trocam os kits por alimentos que são distribuídos para as pessoas carentes que convivem com o vírus HIV. Geralmente os kits contêm camisas, informativos e também preservativos que dão acesso ao bloco e à festa. Os participantes são pessoas de várias idades, etnias e condições socioeconômicas que participam do bloco e juntas mostram a importância de prevenir e diminuir o preconceito. Essa iniciativa se constituiu como uma ação estabelecida através de uma festa carnavalesca do calendário sergipano, e que faz parte da cultura do Estado ajudando a consolidar políticas públicas de prevenção e educação sexual.

---

<sup>74</sup> O Camisildo é um veículo Kombi revestida de fibra de vidro, em forma de camisinha. O carro alegórico é usado em campanhas preventivas sobre DST/AIDS e eventos festivos que mobilizam um grande público em todo o Estado. É o único veículo no mundo com estas características. Com ele, nosso objetivo é passar informação de forma bem humorada, sempre incentivando o uso da camisinha como método mais seguro de se evitar as doenças sexualmente transmissíveis, comenta Santana (2010).

Figura 18. Imagem do Camisildo, em Aracaju-SE.



Fonte: Arquivo pessoal de Almir Santana, 2010.

O Camisildo faz muito sucesso, aglomera muitas pessoas e a equipe da Secretaria de Saúde, sempre acompanhada do médico, distribui camisinhas e informativos sobre a prevenção da doença, reunindo milhares de pessoas anualmente em seu desfile pelas ruas de Aracaju e ao mesmo tempo em que informa sobre a prevenção às DST's, enfatiza, sobretudo, o respeito à diversidade sexual:

Começou como uma brincadeira. Recebemos de uma emissora de TV 50 camisas que traziam estampadas a frase “Use camisinha por mim e por você”, para usarmos durante a distribuição de preservativos. Pouco antes do desfile, tivemos a ideia de comprar uma corda no mercado para sair atrás do bloco Nana Banana. Fomos barrados, mas depois liberados pela Associação Sergipana de Blocos e Trio (ASBT) (...) No ano seguinte, a ASBT emprestou ao grupo um pequeno trio

elétrico. Na segunda edição, o bloco já reunia cerca de 100 pessoas. Desde então, só cresceu e este ano entrará novamente na avenida” (SANTANA, 2011, p. 1).<sup>75</sup>

Os jornais pesquisados deixaram claro que o trabalho de prevenção à AIDS realizado na cidade teve seu foco no final dos anos 80 e durante toda a década de 1990, tendo como figura proeminente o médico Almir Santana, que enfatizou não só as políticas de prevenção à doença, mas, sobretudo, de solidariedade e respeito à diversidade sexual. Almir Santana, o Grupo Dialogay, especialmente representado por Wellington Andrade e a Associação de Prostitutas, representada por Candelária, foram pessoas e instituições importantes no estímulo e na luta em defesa da constituição de políticas de sexualidade e também da busca por garantias de direitos, principalmente no que tange as DST’s AIDS.

Esse fato aponta que uma das características dos trabalhos desenvolvidos no Estado, sobretudo, para a diminuição de preconceitos e visando a consolidação de políticas está vinculado, em seu início, a ações de indivíduos-militantes que, ligados a suas práticas profissionais, políticas ou humanitárias, contribuíram para o fortalecimento do Estado nas políticas de DST’s. O importante é destacar que o Estado se destaca no cenário nacional e internacional nas políticas de DST’s AIDS, e que esse trabalho é reconhecido por sua população, sobretudo, através do “*Doutor Camisinha*”. Foi um trabalho que começou na década de 1980, mas que trouxe para a população sergipana no decorrer dos anos, a possibilidade de discutir e compreender melhor os problemas clínicos e sociais que rondam as DST’s,

Em compensação, o Doutor Camisinha obteve uma vitória retumbante: Sergipe foi o primeiro estado brasileiro a disponibilizar gratuitamente os antirretrovirais. Não satisfeito, investiu pesado na prevenção. Arrumou um ônibus vermelho e fez dele auditório itinerante para palestras. Depois, inventou o Camisildo, um carro em forma de camisinha, cuja fama ultrapassou as fronteiras do estado e até do país. Conseguiu popularizar o

---

<sup>75</sup>Entrevista concedida pelo Médico Almir Santana (SANTANA, 2011).

preservativo, hoje facilmente encontrável pelo estado afora. Mas caso você não o encontre, resta a esperança de cruzar com o Doutor Camisinha, que anda pelas ruas sempre com estoque próprio, armazenado em bolsos e sacolas. Já foi abordado até por senhoras idosas pedindo camisinhas para os netos. Outras vezes, transeuntes o abordam sem pedir nada – apenas para dizer que rezam por ele (REZENDE JÚNIOR, 2012, p. 01).

A década de 1990 apresentou um cenário efervescente em relação a temáticas variadas, e nesse momento, Aracaju se apresentou como uma cidade que adquiria ares modernos numa interação constante entre os acontecimentos locais e globais. Sendo assim, não poderiam ficar de fora as notícias presentes nas colunas sociais. As notícias sobre a sexualidade da elite, as boates GLS e os desenlaces amorosos, foram recheadas e bastante “venenosas”. Seção rica em informações que retratou de forma clara o debate sobre o “cair na folia” e o “revelar-se”. Diante disso, o próximo tópico tem como objetivo apresentar como as notícias sobre homossexualidade foram tratadas nas colunas sociais, e não por acaso, os mais comentados eram os filhos das elites.

### **3.5 “Como eu Fiquei Sabendo? Pelo Celular...” – notinhas da Coluna Social**

Ao tempo em que o movimento homossexual ganhava espaço na mídia expondo suas ações e lutas em prol de uma sociedade menos preconceituosa, contribuindo para fomentar o debate sobre sexualidade; em que as telenovelas globais pontuavam o tema da “revelação” exibindo atores e atrizes famosos/as que interpretavam papéis homossexuais, e a mídia postava muitas matérias sobre assassinatos acontecidos exclusivamente por causa da orientação sexual da “vítima”, revelavam-se através de notas publicadas em seções da coluna social, episódios interessantes sobre a história secreta dos relacionamentos afetivo-sexuais envolvendo práticas homossexuais. De forma jocosa, direta, porém nada discreta, os colunistas narravam fatos interessantes sobre a orientação sexual dos filhos das elites, dos homens bem sucedidos, das festas regadas a sexo expondo o que parecia estar escondido, colocando em evidência “o amor que não ousava dizer o nome” e apontando características do processo de modernização que marcava a cidade.

Através de pequenas notas, os colunistas falavam sobre a história emocional secreta prestes a ser revelada que retratava as buscas sexuais dos habitantes de Aracaju, mas que ao mesmo tempo, mantinham-se separadas de suas identidades públicas (GIDDENS, 1993). Expunham que as mudanças que afetam a sexualidade em tempos modernos são revolucionárias, profundas e estão presentes em todas as camadas sociais. Ao mesmo tempo, chamavam atenção para o debate que se colocava, seja através dos programas televisivos, das conquistas dos movimentos sociais (o feminista e o homossexual), da produção de conhecimento nas academias, das notícias sobre AIDS, dos assassinatos, da introdução de instrumentos tecnológicos que encurtam o tempo-espaço transformando a vida social cotidiana, aproximando culturas e promovendo profundas alterações para as atividades pessoais, do comércio voltado para grupos homossexuais, como locadoras especializadas em vídeos GLS e boates GLS, ou simplesmente das conversas cotidianas entre os/as amigos/as, jovens, adultos, pais e mães que podiam retratar mudanças contundentes nos valores e na forma de ver a intimidade.

São essas mudanças que as notícias das colunas sociais retratam, e talvez tenham chamado a atenção dos/as leitores/as à época para a revelação do segredo dos desejos sexuais alheios. Muitas das notícias eram diretas, mas algumas eram narradas criativamente exibindo a presença de personagens, como uma doméstica que telefonava para o colunista social, a fim de relatar a histórias da vida privada de seus padrões, conforme Jornal da Cidade:

Cansadas com as fofocas e um disse-me-disse de um certo executivo de nossa terrinha, acostumado a descer a língua na vida dos outros, uma senhora conhecida da família, escondida no anonimato (pelo telefone), destilou seu veneno na maior: “Olha meu amigo, eu tenho duas notícias sobre seu filho (Fernandinho, 17 anos, aluno aplicadíssimo daquele Colégio onde só estuda rico). Uma é boa, a outra é ruim. Qual o senhor quer saber primeiro?” ao que responde “a ruim” Pois bem: Fique sabendo que o seu filhinho (enquanto o senhor fica falando mal da vida dos outros) anda por aí desmunhecando e está de caso com o filho do síndico que mora no décimo andar”... Explodindo de raiva e ódio o coroa foi logo perguntando: “E a boa, e a boa?... E ela não

deixando esconder o sorriso de vingança, foi logo informando: “A notícia boa? É que ele foi eleito sábado passado a Rainha do Milho de 1997... Meus parabéns, pode se orgulhar do seu filhote”... E ele, o pai nem conseguiu desligar o telefone. Desmaiou ali mesmo, roxo de raiva... (Como eu fiquei sabendo? Pelo celular. Ligação daquela doméstica, amiga minha que adoraria ser colunista social (VENENOSA, 1997, p. 13).

É interessante perceber que tudo é narrado por um telefone celular, ou seja, um símbolo das tecnologias que fomenta o processo de modernização no Brasil. O ano da publicação dessa matéria é 1997, especialmente no mês de junho, onde os festejos juninos estão acontecendo e constituem parte das tradições festivas desse período no nordeste. O colunista refere-se ao fato de “Fernandinho” ter sido eleita a “Rainha do Milho”, figura muito importante das festas juninas e que compõem o quadro de participantes que dançam as animadas quadrilhas. A tradição da coroação da Rainha do Milho acontece nos clubes, nas escolas, igrejas, nos bairros, enfim, nos lugares onde se comemoram as festas. Às vezes, a rainha pode ser eleita por votação, mas em outras as candidatas e suas famílias vendem rifas de brindes com objetivo de arrecadar verba para a instituição responsável pela festa. Nesses casos, a candidata que conseguir mais recursos é a coroada pelo grupo a que pertence como a “Rainha do Milho”, posto de prestígio durante os festejos.

Outro fato interessante nessa notícia é o título dado à notinha: “Venenosa”. Título que se repete com frequência em outras publicadas com a mesma denotação e objetivo: pôr em evidência detalhes das práticas homossexuais de pessoas conhecidas ou pertencentes à elite. Geralmente, a “fofoca” relatada pautava-se na vida dos filhos dos patrões, como a seguinte:

Ela reapareceu. Dispensada pela patroa que descobriu ser ela a ‘informante’ via celular de um ap. na Avenida Francisco Porto. Ela está trabalhando agora na Atalaia, e já me ligou contando que o filho de sua nova patroa Rober... está com o pé fora do armário, doido para cair na ‘folia’, ao lado daquele músico conhecidíssimo de uma banda que é só sucesso, em uma paixão que



não é só de brincadeira. Deus Ajude!  
(VENENOSA, 2000, p. 3).

A matéria faz referência a um bairro habitado pelas classes média e alta da cidade. Mais uma vez, o uso do aparelho celular reaparece como instrumento necessário aos personagens da história, e os fatos expostos fazem alusão ao “armário” representando a vontade que o filho de “Rober...” tem de colocar os dois pés fora do armário, “cair na folia” e viver a paixão de verdade. As notas “venenosas” também mencionavam a traição e o desenlace de noivados por causa da descoberta das práticas homossexuais do noivo, como segue:

Comentadíssimo esta semana no mundo jovem, em sociedade, o flagra dado por aquela loira, de prenome Sandra, que após denúncia anônima, encontrou o seu noivo na boate ‘Sui-Generis’, (da tribo GLS na Atalaia) no maior carinho com seu colega de faculdade, e tudo isso depois da meia noite (hora que o inimigo está solto). Ela viu, não deu escândalo (finíssima), mas promete não mais olhar para o garoto, que pelo visto, adorou o desenlace... Essa nossa Aracaju está pra lá de Bagdá! Uau! (VENENOSA, 2000, p. 3).

A menção final que a nota traz: “Essa nossa Aracaju está pra lá de Bagdá! Uau!” reflete as mudanças ocorridas na cidade, expondo, sobretudo, a temática da “revelação” que esteve tão presente nas telenovelas globais exibidas no período, bem como o debate feito pelo movimento homossexual em torno da importância do “assumir-se”. Mas as notas também tocavam em assuntos outros, como o caso da procura dos homens “bem sucedidos” por “garotos de programa”:

Surpreendeu-me: Em entrevista ao JM, domingo passado, o ‘garoto de programa’ chamado ‘Abel’ declarou ao repórter (e foi publicado) que entre os seus ‘clientes’ existem médicos, advogados, professores, engenheiros, juízes etc., que procuram a felicidade. E afirmou (pasmem): ‘Entre os ‘clientes’ há, inclusive, padres’. Prefiro não acreditar! (VENENOSA, 2000, p. 3).

Médicos, advogados, professores, engenheiros e juízes são alguns dos profissionais mencionados. Talvez esses personagens atuassem

como profissionais na cidade, quiçá fossem bem resolvidos ou vivessem os dramas e os preconceitos que usualmente são dirigidos às pessoas que procuram relacionamentos homoeróticos. São profissionais de diversas áreas, inclusive advogados e juízes que podiam julgar e atuar nas varas criminais e nos tribunais, talvez contribuindo para ações voltadas a uma justiça mais ampla, que considere o respeito às diferenças ou atuando de maneira a ratificar preconceitos, mas as notas da coluna social expuseram também relatos sobre o preconceito na prévia carnavalesca de Aracaju conhecida como Précaju. Festa que faz parte da agenda turística e atrai milhares de foliões todos os anos.

Um dos blocos que compõe o desfile é denominado de As Cajuranas. Seus foliões são homens que se associam ao bloco e recebem fantasias compostas por roupas femininas (todos os anos as fantasias são diferentes). Os participantes do bloco se travestem e saem nas ruas da cidade (o desfile acontece no bairro mais nobre de Aracaju, Treze de Julho, na Avenida Beira Mar). A nota publicada na coluna social revela um episódio vivenciado pelo presidente do Dialogay ,Wellington Andrade, ao se informar sobre a possibilidade de desfilar no bloco *As Cajuranas*, conforme matéria:

No mínimo foi hilariante. O presidente do Grupo Dialogay, Wellington Andrade, empolgado com a notícia de que este ano o bloco “As Cajuranas” (aquele que é formado só por homens vestidos de mulher), vai desfilar no Precaju com a fantasia de índia (em homenagem aos 500 anos do Brasil), arriscou um telefonema para a direção do bloco a fim de saber como fazia para se inscrever (preço de inscrição, local, até quando e etc...). Qual não é a sua surpresa ao ser informado que ele não podia se inscrever, nem mesmo os seus amigos porque eram todos “gays assumidos”. Desesperado com o preconceito carnavalesco, indagou o presidente: “Então você acha que num bloco só de homens, até agora mais de 300, que adoram sair todos os anos vestidos de mulher não existe nenhum homossexual?”... Resposta imediata, segundo Wellington. “Até pode, mais se tiver são encubados”. Ao que o Dialogay deduziu que pra ser “Cajuranas” tem que ser hiper machão (mesmo travestido de mulher), ou ser gay encubado (como manda o regimento interno), Agora o presidente Wellington está contando sua

revolta para todo mundo, e por certo procurando outro bloco para sua tribo. Dá pra ser feliz? Uau!!! (VENENOSA, 1999, p. 3).

A informação de que no bloco pode “ter gay desde que seja encubado” permite uma reflexão sobre os papéis sexuais e aquilo que é ou não permitido na esfera pública. “Gay encubado” pode, mas revelado jamais. A procura de “garotos de programa” parece ser compreendida pelo colunista, desde que a identidade pública do cliente fique no anonimato, pois a descoberta é capaz de proporcionar consequências sérias, conforme jornal:

Que um assessor de uma grande empresa privada, goste de “caçar” os oferecidos “garotos de programa” na Praça Fausto Cardoso tudo bem... É uma opção sexual do próprio que deve ser respeitada. Agora, partir para tal investida, dirigindo o carro da empresa, com a logomarca estampada na porta é falta de bom senso e de amor pelo cargo que ocupa... Vai pintar demissão... Há se vai! (VENENOSA, 2000, p. C3).

“O sinal dos tempos” chegou à então pacata Aracaju, afinal, o próprio colunista se deparou com a seguinte cena:

Em um carro com mais quatro testemunhas, “meninos, eu vi”. Noite de domingo de carnaval, adjacências do Clube do Povo, dois homens fardados, certamente biritados, no maior colóquio do amor (na teoria e na prática), sem ligar a mínima para quem passava. É ou não é o sinal dos tempos? Cruz credo! (VENENOSA, 2000, p. 3).

“Dois homens fardados”, talvez policiais “no maior colóquio do amor”. A homossexualidade na esfera policial, “Cruz credo”!!! Segundo o colunista, ela chegou a todos os lugares, e agora? Também foi alvo de comentário na coluna social, o caso do delegado que teve o seu talão de cheques roubado por um michê, a notinha de forma jocosa mostra que nem mesmo os profissionais da segurança estão livres das ações criminosas praticadas pelos michês:

A ação dos michê aracajuanos - que fizeram escola não sei onde – anda numa velocidade tão alta que até talão de cheque de delegado a garotada de aluguel já andou roubando. O resumo do arerê rendeu prisão do garotão e outros barracos. Eu, hein! (COUVERT, 1998, p. 24).

A liberação sexual foi apontada como algo importante que marca os anos 90, e com ela também foram acionadas as ideias de liberdade e perigo. Algumas preocupações começaram a fazer parte das notinhas que saíram na coluna e expuseram fatos importantes acontecidos nesse período, como os assassinatos, geralmente de homens gays mais velhos, que mantinham relações homoeróticas:

Comentário de um gay que já não desfruta da mocidade: “Até uma certa idade quando você é gay e recebe uma olhada masculina de um jovem - em público – você fica muito alegre. Depois de certa idade, você fica com muito medo” (COMENTÁRIO, 1998, p. 26).

O crescimento populacional e o aumento de estudantes universitários, tanto vindos do interior como de outras capitais, também sinalizou para um momento de mudança importante. Parece que ficou mais visível aos olhos dos habitantes outra modalidade de prática sexual “a moda do sexo livre e remunerado, com nível superior”, conforme notinha:

Comenta-se, à boca miúda que naquelas faculdades tidas e havidas com mais chics, estudantes interestaduais, para pagarem suas despesas normais de casa, comida, roupa lavada e etc., estão apelando para uns programinhas nada televisivos, defendendo alguns reais para as ditas despesas. É a moda do sexo livre e remunerado, com nível superior (VENENOSA, 2000, p. 3).

As notinhas publicadas na seção referente à coluna social apontavam as histórias sobre a sexualidade dos filhos das elites, chamando atenção para o fato de que o debate sobre homossexualidade estava posto e acompanhava os acontecimentos ocorridos em nível nacional. Certamente as contribuições do Dialogay, o debate exposto

pelas telenovelas, a chegada das boates GLS, a introdução e disseminação das novas tecnologias contribuíram para a exposição do debate com notinhas provocativas sobre a elite, informando que tudo poderia estar muito claro e muito próximo.

O presente capítulo expôs como alguns acontecimentos importantes envolvendo a cidades ganharam as páginas dos jornais, possibilitando reflexões mais amplas sobre as temáticas do movimento homossexual que direta ou indiretamente estiveram presentes no cotidiano dos aracajuanos, proporcionando mudanças, debates, formulação de políticas públicas, diminuição de preconceitos, fofocas nas colunas sociais e questionamentos sobre moralidades.

Nesse cenário informativo, foi possível observar como eram apresentadas instituições como o Poder Judiciário, principalmente, no que tange à solução dos crimes que vitimaram homossexuais. Outro dado importante que se apresentou como um divisor de águas foi a atuação do Grupo Dialogay. Através do movimento homossexual foi possível a introdução constante de temas não só ligados à homossexualidade, mas também às discussões sobre gênero, direitos civis, liberdade sexual, criminalidade, fato que contribuiu efetivamente para a formulação de políticas públicas, sobretudo, de combate a homofobia, e que além disso, colocou em pauta o debate sobre preconceito.

As políticas de AIDS foram fortes e promissoras em Aracaju dos anos 90, a partir da contribuição do médico Almir Santana, que através do trabalho desenvolvido junto ao governo do Estado, colocou Sergipe como destaque no cenário nacional e internacional, com vários prêmios recebidos, e contribuiu para aperfeiçoar o atendimento e tratamento das pessoas infectadas. A importância de Almir Santana se estabelece, sobretudo, com a introdução da temática sexualidade para a população, sem sombra de dúvidas, é através da introdução das políticas de AIDS e da articulação com o Dialogay que as relações de poder ficam evidentes.

A presença constante do Dialogay na mídia impressa com posicionamentos sobre direitos dos homossexuais, e as informações sobre AIDS, colocaram em evidência a fluidez das relações sexuais e da família, solicitando um posicionamento do Estado frente aos debates. Um fato que chama atenção em Aracaju é a importância da ação individual de algumas pessoas para a formação de uma mentalidade coletiva e de políticas públicas. Foi através de tais ações que Aracaju contou com um grupo homossexual forte nos anos 90, destacou-se nas políticas de AIDS e segurança pública e propiciou o debate intenso sobre sexualidade e preconceito.

As notinhas presentes na coluna social mostraram experiências relacionadas à homossexualidade vivenciadas pela elite, e proporcionaram um debate acerca dos “novos ares” que rondavam o ambiente da cidade no campo das práticas sexuais. Todo o contexto apresentado neste capítulo, que buscou proporcionar um pouco das configurações sociais que constituíram a cidade de Aracaju dos anos 90, pode apontar relação ou conexão com a forma como os profissionais do direito agiram no que diz respeito aos dois processos tipificados como crimes sexuais. Talvez a exposição que os variados assuntos relacionados à homossexualidade tiveram nas páginas dos jornais, sejam reveladores de que o debate se ampliava e adentrava também a esfera do Sistema de Justiça, exigindo dos advogados, delegados, defensores/as, promotores e juízes que atuaram na investigação dos dois processos reflexões para além do que rege a legislação penal.

Além do mais, os dados podem mostrar que é possível se pensar em relação entre os discursos presentes nos jornais, nos processos judiciais e nas entrevistas acerca de questões socioculturais sobre homossexualidade, homofobia familiar e justiça, na medida em que a década de 1990 se caracteriza como um período ambivalente, no qual as transformações modernizadoras estão dialogando diretamente com os valores de uma sociedade tradicional em que o preconceito se faz forte, sendo apresentado, sobretudo, através de manifestações homofóbicas que tiraram a vida de muitas pessoas que experienciavam relações homossexuais.

Considerando todo o contexto, os próximos capítulos apresentarão as circunstâncias em que foram registrados junto ao Sistema de Justiça Criminal dois processos penais tipificados como crimes sexuais, mas que em suas linhas, expõem a história de casais em que uma das partes era menor. Por não aceitarem essas relações, as famílias denunciaram, o sistema acatou e os casos foram investigados por anos pondo, em evidência o debate sobre homofobia familiar, crimes sexuais, homossexualidade e justiça.

## Apesar de você

Hoje você é quem manda  
Falou, tá falado  
Não tem discussão, não  
A minha gente hoje anda  
Falando de lado e olhando pro chão  
Viu?  
Você que inventou esse Estado  
Inventou de inventar  
Toda escuridão  
Você que inventou o pecado  
Esqueceu-se de inventar o perdão

Apesar de você  
Amanhã há de ser outro dia  
Eu pergunto a você onde vai se esconder  
Da enorme euforia?  
Como vai proibir  
Quando o galo insistir em cantar?  
Água nova brotando  
E a gente se amando sem parar

Quando chegar o momento  
Esse meu sofrimento  
Vou cobrar com juros. Juro!  
Todo esse amor reprimido  
Esse grito contido  
Esse samba no escuro

Você que inventou a tristeza  
Ora tenha a fineza  
De "desinventar"  
Você vai pagar, e é dobrado  
Cada lágrima rolada  
Nesse meu penar

Apesar de você  
Amanhã há de ser outro dia  
Ainda pago pra ver

O jardim florescer  
Qual você não queria

Você vai se amargar  
Vendo o dia raiar  
Sem lhe pedir licença

E eu vou morrer de rir  
E esse dia há de vir  
Antes do que você pensa  
Apesar de você

Apesar de você  
Amanhã há de ser outro dia  
Você vai ter que ver  
A manhã renascer  
E esbanjar poesia

Como vai se explicar  
Vendo o céu clarear, de repente  
Impunemente?  
Como vai abafar  
Nosso coro a cantar  
Na sua frente  
Apesar de você

Apesar de você  
Amanhã há de ser outro dia  
Você vai se dar mal, etc e tal  
La, laiá, la laiá, la laia

(CHICO BUARQUE, 1970)<sup>76</sup>

---

<sup>76</sup> BUARQUE, Chico. **Apesar de você**, 1970.



## CAPÍTULO 4

### “LEMBREMOS QUE ESTAMOS VIVENDO O ANO 2000 CUJA EVOLUÇÃO ULTRAPASSA ATÉ MOMENTOS HISTÓRICOS...”

No contexto social de modernização da cidade, em que os discursos davam conta das ações do movimento homossexual chamando atenção para o preconceito, a homofobia, a AIDS, a “revelação” da homossexualidade entre a elite e os diversos assassinatos que acometeram pessoas que mantinham relações homoeróticas, são registrados junto ao Sistema de Justiça Criminal dois processos tipificados como atentado violento ao pudor. Os discursos presentes nestes processos retratam questões sobre homossexualidade e homofobia familiar, possibilitando a percepção de como a homossexualidade é vista pela família que acionou o Sistema de Justiça Criminal, pelos profissionais do direito e também pelas testemunhas que foram ouvidas, revelando questões mais amplas que colocam em pauta ideias e discursos variados presentes em Aracaju dos anos 90.

Diante desse cenário, tenho como principal objetivo, neste e no próximo capítulo, analisar como os discursos produzidos através do Sistema de Justiça Criminal sobre crimes sexuais, homossexualidade e homofobia familiar, aparecem em tais documentos jurídicos. Segundo o ordenamento jurídico do País, a busca da “verdade” se estabelece através da investigação processual que envolve formas e exercícios de saber e poder (FOUCAULT, 1977). Tal ordenamento estabelece que a busca da “verdade” jurídica é condição essencial para a concretização da justiça.

O processo que analiso neste capítulo foi registrado no ano de 1998, junto à Comarca de Aracaju, e se desenrolou até o ano de 2001. Trata-se de um documento envolvendo um casal de lésbicas, em que a mãe de uma delas, por não aceitar o relacionamento homoerótico de sua filha, menor de 14 anos de idade, representou contra a companheira da mesma<sup>77</sup>. A denúncia foi feita pela mãe, representante legal, junto à delegacia metropolitana de Aracaju na segunda quinzena de agosto de 1998. Consta nos documentos que sua filha mantinha uma relação

---

<sup>77</sup> Seguindo os preceitos do Código de ética da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), para preservar a identidade das pessoas envolvidas nos documentos processuais não citaremos nomes que as identifiquem.

homossexual com outra mulher, havia quatro meses. A mãe solicitou a instauração de um Inquérito Policial para apuração dos fatos e possível promoção da ação penal pelo Ministério Público. Este denunciou o caso e o Poder Judiciário aceitou a denúncia. O processo se desenrolou e perdurou durante mais de três anos, quando teve a sentença pronunciada no dia 26 de junho de 2001, isso, após muita exposição da intimidade das envolvidas, sobretudo, evidenciando questões direta e indiretamente ligadas à relação afetiva delas.

Nesse sentido, o processo que trato aqui se configura como documento muito representativo na medida em que traz toda uma discussão sobre relacionamentos homoeróticos envolvendo mulheres. O processo foi enquadrado no artigo 214 do CPB, com o argumento de que se tratava de crime sexual, pois a “vítima” contava à época do acontecimento com menos de 14 anos de idade, o que, segundo o Código, configuraria um delito sexual, com presunção de violência. Apesar das partes diretamente envolvidas, “vítima” e “acusada”, relatarem desde o início do registro do Boletim de Ocorrência a consensualidade do relacionamento homoerótico, e não mudarem o discurso durante toda a instrução processual.

#### **4.1 Homofobia Familiar: o discurso em processo**

O Inquérito Policial teve início na segunda quinzena do mês de agosto de 1998, presidido por um delegado titular e por uma escrivã *ad-hoc*, designada para transpor para o papel os fatos que seriam relatados e assinar o documento. Segundo consta no termo de representação<sup>78</sup>, “compareceu nesse período à delegacia metropolitana a senhora *M.A.*, mãe da “vítima”, de nacionalidade brasileira, solteira, nascida em uma cidade do interior do Estado, de profissão cozinheira, domiciliada em um bairro periférico, localizado na região metropolitana de Aracaju”. O objetivo da senhora *M.A.* era, “na qualidade de genitora da menor *R.S.*, 13 anos de idade”, representar contra *P.A.*, residente na mesma localidade.

---

<sup>78</sup> Esse documento é um requerimento de abertura do Inquérito Policial por parte do representante legal do ofendido/a ou da própria vítima, segundo artigos 5º, 29 e 39 do CPP. Na linguagem jurídica, traduz a manifestação da vítima ou de seu representante, no sentido de autorizar a autoridade policial ou o promotor a instaurar suas respectivas peças no exercício de suas atribuições.

Os motivos da procura da delegacia metropolitana para efetivar a representação são expostos no termo da seguinte maneira:

Que sua filha acima citada, mantém uma relação homossexual com a senhora P.A, desde o dia 11 de agosto do ano em curso. Solicita, assim, que seja instaurado o inquérito policial para cabal apuração dos fatos, afim de que possa, oportunamente, o DD. Representante do Ministério Público promover a competente ação penal. Disse mais que não podendo prover as despesas do processo, requer a esta autoridade policial seja-lhe fornecido, para ser juntado aos autos ATESTADO DE POBREZA, para fins do artigo 225, parágrafo 1º, I, c/c o parágrafo 2º do mesmo artigo do CP (PROCESSO PENAL, 1998).

Esse documento finaliza com a assinatura da autoridade policial, o delegado, em seguida, da senhora *M. A.*, representante legal, e por último, da escrivã de polícia. Aparecem duas questões que chamam atenção. Primeiro, a presença da palavra “homossexual”, logo no primeiro documento que autoriza a abertura do Inquérito Policial. Segundo o requerimento de atestado de pobreza por parte da representante legal<sup>79</sup>.

No processo em questão, a mãe da garota procura a delegacia para registrar o envolvimento de sua filha em uma relação com outra mulher, a princípio, não é registrado nenhum tipo de informação que remeta à ideia de sedução ou uso de violências por parte da “agressora”. Apenas a afirmação de que a filha mantém um relacionamento com uma jovem, isso parece algo claro para a mãe da garota, no entanto, inaceitável, o que se verifica pela sua manifestação em procurar a polícia judiciária.

Uma das testemunhas intimadas para prestar depoimento sobre o caso mencionou o seguinte:

Há alguns dias, a genitora de R.S, achou uma carta escrita por sua filha retrocitada, endereçada a

---

<sup>79</sup> Tal documento pode apontar para o fato de que se tratam de pessoas pertencentes às classes populares, como informa Fonseca (2004).

indiciada P.A, época em que a mesma ficou sabendo sobre o relacionamento de ambas, quando então, a mãe de R.S deu uma surra na mesma e, logo em seguida, procurou P.A e ameaçou de morte a mesma, dizendo ainda que também mataria a filha, caso ambas continuassem juntas (PROCESSO PENAL, 1998).

Esse trecho do processo ilustra como o preconceito, a intolerância contra a homossexualidade se manifesta na família. Na esfera familiar, a homofobia contra jovens homossexuais pode se manifestar com frequência, pois o conflito geracional entre jovens e seus pais é intenso, os relacionamentos homoeróticos muitas vezes permanecem com pouca aceitação, e a surra aparece como um instrumento disciplinador da homossexualidade, conforme destaca Teixeira Filho (2007). A atitude da mãe de R.S. através da manifestação de violência física e ameaças de morte, demonstra o quanto o ambiente familiar é um espaço onde a repressão e o controle da sexualidade dos/as jovens se dá intensamente por parte da família. Schulman (2010), ao analisar o fenômeno da homofobia familiar, esclarece que:

As especificidades e dimensões da homofobia familiar são amplas. Elas podem variar desde pequenos desrespeitos a graus variados de exclusão, chegando a ataques brutais que deformam a vida da pessoa gay, ou até a crueldades diretas e indiretas que literalmente acabam com a existência daquela pessoa. É claro que o impacto disso irá variar de acordo com outros tipos de sistemas de apoio que a vítima consiga acessar, com o quão comprometida é a sua família no reforço da homofobia e com os tipos de intervenção realizados por terceiros. Caso os preconceitos da família sejam inflexíveis, caso a vítima tenha uma rede de apoio consistente e confiável e caso outros indivíduos na família ou na comunidade intervenham ativamente na denúncia, portanto, na mitigação do impacto da crueldade, a homofobia familiar pode ser um obstáculo desnecessário, mas superável (SCHULMAN, 2010, p. 70).

Para a referida autora, as pessoas com preferências homossexuais sofrem no ambiente familiar, sobretudo porque nesse lugar encontram-se sozinhas e a possibilidade de intervenção de alguém de fora é pequena, uma vez que predomina a ideia de que os assuntos que dizem respeito às famílias são da esfera do privado. A falta de apoio familiar torna o ambiente dificultoso, violento e muitas vezes, sem intervenção de ninguém “a sociedade não irá intervir na família e a família não irá intervir na sociedade. É uma relação dialógica de opressão” (SCHULMAN, 2010, p. 76).

Mott (2000) chama atenção em artigo que analisa formas de manifestação de ódio contra homossexuais no Brasil para o fato de que é no ambiente familiar que a opressão e a intolerância se fazem sentir mais fortes. Segundo o autor, vários são os registros de jovens homossexuais, de todos os lugares e de todas as camadas sociais no Brasil, noticiando que sofreram,

Graves constrangimentos e violência psíquica e física dentro do próprio lar quando foram descobertos: insultos, agressões, tratamentos compulsórios destinados à "cura" da sua orientação sexual, expulsão de casa e até casos extremos de execução (MOTT, 2000, p. 06).

O Termo de Declarações registrado no mês de agosto de 1998, ainda na fase de investigação da delegacia, pode demonstrar como essa intolerância sexual se efetiva no âmbito da família e se manifesta no Sistema de Justiça Criminal. Consta no processo a seguinte declaração:

Que tem uma filha de nome R. S de treze (13) anos de idade, a qual, em um dia do mês de agosto do ano em curso, por volta das 8:30 horas saiu de sua residência em companhia de uma moça de nome P.A , e não mais retornou (...) Que, posteriormente, a declarante tomou conhecimento, através de “J” que a menor R.S encontrava-se na residência de P.A e que esta é homossexual e vem mantendo um relacionamento amoroso com a citada menor; Que nesta data policiais desta DEPOL foram até a residência de P.A (...) E encontraram a menor R.S, tendo os policiais trazido ambas para esta DEPOL, para que fossem tomadas as providências cabíveis (sic) (PROCESSO PENAL, 1998).

O que foi apresentado no Termo de Declarações é que a menor estava

“mantendo um relacionamento afetivo” com “a homossexual” P.A.

Segundo o que consta no fragmento apresentado, a filha de M.A. havia saído em um dia do mês de agosto em companhia de uma moça, não mais retornando para casa. Essa, no entanto, só procurou a polícia, três dias após a saída da filha de casa, quando foi comunicada por uma senhora de nome *J*, de que sua filha R.S. estava na casa de uma mulher de nome P.A. e que esta era “homossexual”. Além de estar na residência de uma pessoa caracterizada como “homossexual”, a filha R.S. ainda “estava mantendo um relacionamento amoroso” com a citada P.A. fato suficiente para que a mãe procurasse a polícia a fim de que “providências fossem tomadas”.

Conforme as declarações da mãe da menor no processo, é possível deduzir que um dos motivos que a levou a denunciar o caso à polícia foi a orientação sexual de P.A., seguida de uma tentativa de salvaguardar a honra e controlar a sexualidade da filha R.S. O Sistema de Justiça foi acionado então para pôr fim a uma relação homoerótica e nesse sentido, o referido documento judicial abarca uma discussão específica sobre aceitação/reprovação do relacionamento homoerótico.

As categorias orientação sexual, sexualidade, papéis de gênero, identidade de gênero e sexo são pensadas nesse texto seguindo as orientações teóricas de Grossi (1998) e Viñuales (2002). As autoras refletem criticamente sobre a cadeia simbólica que vincula e equivale estritamente tais categorias numa tentativa de excluir e patologizar a quem se afaste dos padrões heterossexuais de sexualidade. Nessa perspectiva, a orientação sexual diz respeito à preferência por um objeto de desejo de uma pessoa, ao passo que a sexualidade refere-se ao campo das práticas e sentimento ligados à atividade sexual dos indivíduos; papéis de gênero refere-se a tudo que é associado ao sexo biológico em determinada cultura (esses papéis mudam de uma cultura para outra); identidade de gênero é uma categoria para pensar o lugar do indivíduo no interior de uma cultura; e sexo é uma categoria que se refere às diferenças biológicas entre homens e mulheres.

Segundo consta no Termo de Declaração prestado pela menor R.S., esta apresentou-se como “estudante, solteira, domiciliada no mesmo endereço que sua mãe, sabendo ler e escrever”. Embora seja registrada civilmente com o nome da mãe e do pai, este, em nenhum momento, teve seu depoimento tomado junto ao processo, nem foi intimado a comparecer ao Sistema de Justiça. Como consta no registro do relato de R.S.:

Há aproximadamente quatro meses, mantém um relacionamento amoroso com a indiciada P.A. a

qual a conheceu em um dos bares (...) Que primeiro ficaram amigas e depois, naturalmente, começaram um namoro, sem que fosse necessário que a indiciada assediá-la (sic) (PROCESSO PENAL, 1998).

Esse trecho evidencia que houve concordância entre R.S. e P.A. na efetivação do relacionamento. Inclusive, o termo utilizado é a manutenção do “relacionamento amoroso” em um período de quatro meses. “Começaram um namoro”, portanto, sem ter havido qualquer manifestação de violência. Essa declaração foi prestada na delegacia, e foi assinada por todas as pessoas envolvidas no caso. Isso evidencia que desde o primeiro momento, a menor declarou sua condição de livre escolha para iniciar o “relacionamento”, registrado como “amoroso”.

Giddens (2002) argumenta que o termo “relacionamento”, significando um envolvimento emocional mais duradouro e intenso só começou a ser usado de maneira recorrente em um período relativamente recente. Para explicar esse fenômeno, o autor recorre à categoria “relacionamento puro” através da qual esclarece que, com as transformações sociais, o processo de entrada em uma relação se estabelece, a princípio, apenas pela própria relação, e pelo que pode ser vivenciado por cada pessoa que partilha de tal envolvimento. O relacionamento só continua quando ambas as partes consideram que extraem do mesmo satisfações suficientes. Assim, o “relacionamento puro” é parte de uma construção genérica da intimidade e emerge em outros contextos da sexualidade, além do casamento heterossexual.

#### **4.2 Modelos de Homossexualidade Feminina que Emergem no Processo**

A “vítima” também foi inquirida sobre o grau de envolvimento sexual existente entre ela e a acusada. “*Como eram as carícias entre vocês?*” Respondeu que:

Durante muito tempo permaneceu somente trocando beijos e abraços, no entanto, em um dia saíram juntas de sua casa, com destino à praia de Atalaia, e por volta das 18:00 horas foram da praia até a residência de um amigo de P.A (...), O qual alugou uma casa para ambas pudessem morar juntas (...), dormiram na referida casa e no sábado a declarante retornou a residência de sua genitora,

retornando ao convívio com P.A, três dias após, onde permaneceu até o dia de hoje, quando policiais desta DEPOL foram buscá-las e trouxeram até a delegacia; Que apesar de terem dormido juntas algumas noites, e terem convivido como amantes, ainda é virgem pois em momento algum houve qualquer tipo de penetração durante as relações sexuais que mantiveram. Sic (PROCESSO PENAL, 1998).

R.S. além de responder tais perguntas e para comprovar a sua virgindade, também realizou o exame de corpo de delito junto ao Instituto Médico Legal, cujo resultado apontou que “através do encontrado podemos provar que a examinada é virgem” (PROCESSO PENAL, 1998).

P.A. também foi questionada pelos/as profissionais do direito sobre as formas de relacionamento sexual que mantinham, a qual respondeu que “*Sempre foi de beijo, abraço, atos libidinosos como chupadas, penetração de dedo na vagina*” (PROCESSO PENAL, 1998).

Foi inquirida sobre outros relacionamentos, ou seja, se já tinha namorado outras mulheres, o que afirmou positivamente.

A presença dos termos “penetração” e “virgindade” nos remete às categorias presentes nos artigos do Código Penal que tratam de crimes sexuais, nos quais a sexualidade feminina está vinculada tradicionalmente à questão da virgindade e penetração, tópicos vinculados as concepções tradicionais de honra feminina, muito presentes nos processos de crimes de estupro, conforme Patrícia Costa (2008). Nesse sentido, o que subliminarmente está prescrito no discurso acima é a importância da comprovação da honra da menor, que seria mantida pela preservação de sua virgindade.

A inquirição sobre as formas de atividade sexual exercida pela menor e sua namorada, no momento em que presta declarações, tem a intenção de revelar se houve perda da virgindade nesse relacionamento. Por outro lado, outra questão que se coloca diz respeito ao que “fazem duas mulheres na cama?”. Segundo Olga Vuñuales (2002), existe uma suposição popular, presente principalmente na representação social dos/as latinos/as, de que as lésbicas são seres primariamente emocionais, que praticam pouco sexo e quando praticam não vão além de carícias, beijos e estimulação mútua do clitóris.

A referida autora declara que durante a investigação que fez para sua tese de doutoramento na Espanha, muitas mulheres heterossexuais



questionavam sobre “O que faz uma mulher com outra na cama?” De todas as respostas que dava o que mais surpreendia essas mulheres era a penetração vaginal ou anal com *dildos*<sup>80</sup>. As interlocutoras associavam diretamente a orientação sexual e prática sexual e então perguntavam como era possível uma mulher que usa objetos e dedos para penetrar se definir como lésbica. Essa associação entre orientação e prática sexual nega a diversidade de práticas existentes tanto entre homossexuais quanto entre heterossexuais, ao mesmo tempo em que demoniza outras práticas. Voltando ao questionamento do que fazem duas mulheres na cama, Viñuales (2002) destaca que:

De todo. De todo quiere decir: besarse, acariciarse, estimularse el clítoris mutuamente, practicar el cunnilingus, penetrar la vagina com los dedos, com dildos o com cualquier otro objeto, penetración anal, tribadismo clitoridal, etc. Negar la existência de relaciones sexuales entre mujeres es um absurdo (VIÑUALES, 2002, p. 85).

Sendo assim, no decorrer de sua declaração à polícia, a “vítima” teve toda a sua vida afetiva anterior vasculhada<sup>81</sup>. Foi questionada pelos profissionais do direito sobre a existência de outros relacionamentos homossexuais, constando como resposta a afirmação de,

Que esta não era a primeira vez que mantém relacionamento amoroso com uma mulher, que há aproximadamente seis meses manteve um relacionamento com outra moça (...) e que a indiciada tinha conhecimento que não era o primeiro relacionamento que não era a primeira mulher com quem se envolvera sexualmente (PROCESSO PENAL, 1998).

---

<sup>80</sup> Es una estructura de goma dura y em forma de pene. Tambien puede ir acompañada de tiras de cuero para ir sujeta a lãs caderas de quien penetra (VIÑUALES, 2002, p. 85).

<sup>81</sup> Informo, conforme constatei em pesquisa, que vasculhar as experiências sexuais das vítimas é uma característica que geralmente marca as investigações de crimes sexuais pelos profissionais do direito que compõem o Sistema de Justiça Criminal (COSTA, 2004).

Por outro lado, P.A. também foi questionada quanto à sua sexualidade: “A senhora é homossexual?” Respondeu que “É homossexual há, oito anos”. É de se notar que nos termos de declaração que a “vítima” prestou, que não houve perguntas referente à sua orientação sexual. Esse questionamento foi feito somente à acusada, propondo a ideia de atividade no ato de conquista. Por outro lado, é interessante perceber que o uso do termo “homossexual” no processo marca um momento histórico em Aracaju dos anos 90, onde todas as pessoas que mantinham relacionamentos homoeróticos eram identificadas como “homossexuais”, ou seja, as designações presentes nos jornais emergem também no processo.

A denúncia do Ministério Público frisa que, “Segundo se logrou apurar, os agentes ativo e passivo mantinham contato corpóreo desde meados do primeiro semestre do ano em curso através de beijos, abraços, sexo oral e introdução de dedo na vagina” (PROCESSO PENAL, 1998). Pode-se inferir que, no imaginário social, o relacionamento amoroso/sexual entre duas mulheres, muitas vezes, é conclamado a se moldar de acordo com o modelo heterossexual, o padrão homem/mulher e suas vertentes ativo e passivo.

A delimitação de agentes ativo e passivo demonstra que a homossexualidade feminina esbarra ainda no estigma do passivo sexual e no estigma que pesa sobre a própria feminilidade, tal como analisado por Portinari (1989), que localiza nas representações sobre homossexualidade feminina no Brasil, na década de 1980, dois tipos de modelos de parceiras envolvidas em um relacionamento homoerótico feminino: a de uma complementariedade ativa/passiva representadas socialmente por uma mulher mais “masculinizada,” considerada “ativa”, que toma a iniciativa na relação. Outro, para uma mulher cuja feminilidade é exacerbada representada pela condição de passividade. Portinari informa que, “A dicotomia ativo/passivo, representada por essas figuras tão controversas e tão marcantes do discurso da homossexualidade feminina, insiste e persiste, apesar de todos os esforços libertários no sentido de erradicá-las” (PORTINARI, 1989, p. 52). A referida autora destaca o quanto esses modelos parecem recorrentes no imaginário social, mas nem sempre condizem com a realidade dos relacionamentos entre mulheres.

Viñuales (2002) aponta que o prejuízo que associa à heterossexualidade com o ato sexual de penetração pênis-vagina e a lesbianidade com ausência de penetração vaginal, só é acompanhada da ideia de que na cama, uma mulher tem que fazer o papel de homem,

portanto tem que ser ativa, tomar a iniciativa e a outra tem que desenvolver o papel de mulher, ser passiva.

La idea de que en la cama siempre hay una que es más “activa”, o más “masculina” que la otra, evidencia hasta qué punto se há interiorizado la tradicional política de roles: masculino (activo) y femenino (pasivo), y expresa la arcaica suposición de que las lesbianas, porque no son auténticas mujeres, se mostraran activas. Esta perspectiva da por supuesto que las auténticas lesbianas son masculinas y que las otras, las que tienen una estética más femenina o actitud más pasiva según los cánones tradicionales, son lesbianas de imitación. Es evidente que algunas parejas lésbicas reproducen la estética tradicional, pero ello no indica cuáles son sus prácticas sexuales preferentes o cuál es el rol que desempeñará cada una de ellas en la cama o incluso se éstos son intercambiables (VIÑUALES, 2002, p. 87).

Portanto, é importante mencionar que, assim como Viñuales (2002), Maria Luiza Heilborn (2004) pontua que as uniões conjugais são múltiplas, existindo modelos variados de relacionamento afetivo-sexual entre mulheres lésbicas de camadas médias, onde prevalecem modelos mais “feminilizados” e “igualitários”.

Nos autos processuais P.A., a “acusada”, foi identificada como sendo “natural de Aracaju, com vinte anos de idade, separada, comerciante, sabendo ler e escrever”. Consta em sua certidão de nascimento, o nome de sua mãe, mas o pai não é declarado. Informou que “residia com a genitora, e que trabalhava desde o 13 anos de idade”, no bar que pertencia à sua mãe. Por conta de sua atividade laboral, recebia uma ajuda de custo mensalmente e possuía um filho cujo pai também não era declarado. Da mesma forma que a “vítima”, a “acusada” foi qualificada, interrogada e teve a sua vida pregressa exposta nas linhas do papel. Em seu interrogatório, informou que vinha sendo “ameaçada de morte” pela mãe da “vítima”. “Que por duas vezes a genitora da vítima, foi à procura da indiciada e mandou que a mesma se afastasse da vítima, inclusive, chegando a lhe fazer ameaça de morte” (PROCESSO PENAL, 1998).

Também afirmou que realmente mantinha um “relacionamento amoroso” com a menor:

Há quatro meses, conheceu a menor R.S., com a qual, passou a ter um relacionamento “amoroso”<sup>82</sup> (...); Que na ultima semana R.S. passou a conviver com ela; Que no dia de hoje por volta das 12:00 horas a indiciada foi acordada por policiais, os quais, lhe encontraram dormindo na mesma cama com a vítima; Que não tinha conhecimento dos riscos que teria, diante da vítima ser menor de idade (sic) (PROCESSO PENAL, 1998).

O policial que abordou as garotas também prestou depoimento como testemunha do caso. Consta nos documentos que o mesmo,

Deslocou-se até o endereço mencionado pela senhora M.A e lá chagando, encontrou a vítima e a indiciada dormindo juntas numa cama de casal, ambas estavam vestidas; que de imediato trouxe ambas para esta delegacia, para providências (PROCESSO PENAL, 1998).

A leitura do documento demonstra a violência do procedimento policial no caso: as jovens indiciadas foram presas “em flagrante” dormindo na mesma cama, como se estivessem a cometer um grave crime. Adorno (2006) e Luiz Souza (2003) destacam que as abordagens policiais muitas vezes são acompanhadas de agressões e desrespeito aos direitos humanos no Brasil. No que tange às violências simbólicas (BOURDIEU, 2009) do processo, observa-se que, em nenhum momento, a mãe da “vítima” foi inquirida sobre as supostas ameaças que teria feito a P.A., o que pareceu ser visto como algo menor pelos agentes policiais.

P.A. também foi perguntada sobre envolvimento em outros “crimes”, o que negou, e através da pesquisa da polícia, foi constatado que nada constava como antecedentes criminais. Esses fatos podem consubstanciar o direcionamento da polícia e sua atuação no sentido de incriminar a acusada. Em meio aos questionamentos, a “acusada”

---

<sup>82</sup> Nesse trecho, o termo amoroso aparece entre aspas, diferentemente do que consta no documento referente à declaração da “vítima”.

também destaca o seu arrependimento por ter se envolvido com uma menor, prometendo que seria a última vez que tal fato aconteceria. A menoridade é destacada nos processos que envolvem crimes sexuais como agravante da possível penalidade que o/a autor/a do crime possa vir a obter, a delimitação da idade de 14 anos nos crimes sexuais equivale, para o Código Penal, como violência presumida, conforme destaca o jurista Julio Fabrini Mirabete, especialista no direito penal brasileiro:

Embora seja certo que alguns menores, com essa idade, já têm maturidade sexual, na verdade não ocorre o mesmo com o desenvolvimento psicológico. Assim, o fundamento do dispositivo é a circunstância de que o menor de catorze anos não pode validamente consentir pelo desconhecimento dos atos sexuais e de suas conseqüências (*innocentia conselii*) (MIRABETE, 1991, p. 426).

Para finalizar a fase do Inquérito Policial, o delegado responsável pelo caso elaborou o relatório necessário para ser encaminhado ao Ministério Público. O relatório foi sucinto, e em apenas uma página, a investigação foi concluída. Limitou-se a repetir algumas informações já presentes nas declarações, interrogatórios e depoimentos e o encaminhou ao Ministério Público, como se estivesse a cumprir uma “obrigação”, protelando a decisão e os encaminhamentos para outras instâncias do Sistema de Justiça.

#### **4.3 O Discurso em Processo: o Ministério Público, a Defensoria Pública e o Poder Judiciário**

O Ministério Público recebeu o Inquérito Policial e protocolou a denúncia com base no artigo 214, combinado com o artigo 224, alínea “a”, requerendo a condenação da ré. O Poder Judiciário aceitou a Denúncia e no mês de dezembro de 1998, deu-se encaminhamento às investigações junto ao Poder Judiciário, com a audiência e a presença da então ré P.A., que respondeu, inicialmente, a perguntas típicas do Auto de Qualificação e Interrogatório.

Informou que se encontrava em sua casa no momento do “crime”, conhecia as provas e as testemunhas, negou que fosse verdadeira a imputação a ela atribuída. Informou que sempre foi procurada pela “vítima” e que não tinha interesse em efetivar um relacionamento com a

mesma. No entanto, quando questionada “se conhecia a homossexualidade da “vítima”?” respondeu da seguinte forma:

A própria vítima lhe disse que era homossexual e que outras pessoas disseram a acusada sobre o comportamento da vítima; Que seu relacionamento era de beijo e abraço, nunca obrigou a vítima a praticar beijos e abraços; que os beijos e abraços não tinham finalidade sexual eram normais; que os beijos eram na boca; Que a vítima já teve outros namorados, e que a mãe não cuida dela e bota para fora de casa (PROCESSO PENAL, 1998).

As formas de relacionamentos entre “vítima” e “acusada” voltam a ser acionadas nessa esfera. Temos aqui um segundo momento do processo, onde há a presença de outros/as personagens como promotores/as, defensores/as públicos/as, e juízes/as. Nessa fase, é provável que haja mudanças nas declarações, fatos que se configuram, segundo Kant de Lima (1999, 2000 e 2008), como estratégias usadas pelos profissionais do direito em busca da “verdade” jurídica. A descoberta da “verdade” está ligada diretamente ao processo de investigação, que se constitui por meio das normas e das práticas jurídicas.

Esse é um momento central na construção do processo em que se estabelece um jogo de estratégias recheado por embates jurídicos, no qual atuam diretamente o/a promotor/a de justiça e o/a juiz/a e o/a defensor/a. É uma fase regulada pelo princípio do contraditório. O procedimento judicial inicia-se com a denúncia, dando oportunidade à defesa, nessa fase em que se estabelece o princípio do contraditório, até o momento em que o/a juiz/a manifesta a sentença de acordo com o seu “livre convencimento”.

Nessa fase do ritual, P.A. limitou-se a falar que manteve um relacionamento com a menor, no qual só aconteciam beijos e abraços, numa tentativa de excluir as práticas sexuais dos encontros. O promotor de justiça questionou “Qual a finalidade dos beijos e abraços na relação de vocês?” Ao que respondeu “Os beijos e abraços não tinham finalidade sexual e eram normais” (PROCESSO PENAL, 1998). Durante essa etapa, P.A. estava acompanhada da defensora pública e certamente foi orientada por estratégias que visavam minimizar as consequências do caso trazido à justiça pela mãe da “vítima”.

O discurso de P.A. surge com novas informações não mencionadas na fase policial, como o fato da M.A. ser homossexual e ter participado no processo de “iniciação” de sua filha “*Que a própria mãe da vítima iniciou a vítima nesse comportamento, pois a mãe da vítima também é homossexual*” (PROCESSO PENAL, 1998). Essa informação sobre a sexualidade da mãe da “vítima” pode se configurar como um fato real, mas também pode demonstrar que foi uma estratégia usada por P.A. para mostrar que o tema da homossexualidade fazia parte do convívio familiar de R.S., afastando assim a ideia que foi a responsável pela iniciação da garota.

Além disso, enfatizou a ré que não manteve um relacionamento sexual com a menor, o mesmo se manifestou através de “preliminares” ao ato sexual, ou seja, “beijos e abraços”. Informou que a “vítima” já tinha tido outros “namorados”, termo registrado judicialmente no masculino. Talvez esse registro tenha o objetivo de enfatizar que nem tudo estava “perdido”, que embora “as garotas” tivessem se relacionado afetivamente, a menor também já namorou pessoas do sexo masculino, talvez se caracterizasse como mais uma estratégia usada pela defesa em relação a uma possível incerteza da menor quanto aos seus desejos.

Com o prosseguimento do caso no judiciário, as testemunhas que depuseram na fase policial também foram intimadas para comparecer em juízo. O primeiro a depor foi o policial que prendeu P.A., encaminhando-a junto com a R.S. à delegacia de polícia. Nessa fase, ratificou seu depoimento anterior e acrescentou que,

A ré e a vítima eram sapatão. A acusada fazia o papel de homem e que a vítima fazia o papel de mulher (...) Que depois do ocorrido a acusada e a vítima ainda continuaram a “namorar” e que o depoente certa vez encontrou ambas e advertiu que já tinha ocorrido um problema, objeto desse processo, mas elas alegaram que se amavam” (PROCESSO PENAL, 1998).

Para completar seu depoimento, informou que a “acusada” era ex-presidiária e que a mãe da menor, a senhora M.A. teve receio da ré, ao chegar em sua casa, no momento em que as duas estavam dormindo. A palavra receio usada pelo policial parece querer demonstrar algo relacionado ao que a mãe encontraria ao abordar as garotas.

Nesse depoimento do policial, merece destaque o uso da palavra “sapatão”. Primeira vez em que essa expressão aparece no processo.

Luiz Aquino (1995) aborda a imensa gama de classificações, definições e nomações que produzem uma hierarquização do universo lésbico. São definições que constroem e manipulam, segundo o autor, relações de gênero, “no sentido do estabelecimento de um universo lésbico classificado de acordo com determinados padrões heterossexuais” (AQUINO, 1995, p. 2).

De acordo com o autor, entre as classificações destaca-se o recorte referente às práticas sexuais. Nestas, sobressaem categorias como: homossexuais, bissexuais e lésbicas. As suas informantes destacam que a palavra homossexual é menos carregada de preconceitos, acusações e ofensas, nesse sentido, preferem ser identificadas dessa forma. A homossexualidade, no contexto de sua pesquisa, seria a oposição da heterossexualidade e uma decorrência de atividades sexuais com pessoas do mesmo sexo. A bissexualidade estaria entre o ser hetero e homossexual, é uma categoria marcada pela liminaridade, não estando nem de um lado, nem de outro da oposição homo-hetero, mas situando-se nos dois lados ao mesmo tempo.

Já a categoria lésbica, soou como algo recusável entre a maioria das entrevistadas por Aquino, esse termo é entendido por elas como algo dotado de uma conotação acusatória e pejorativa. Ademais, o autor segue explicando que o termo lésbica ligou-se, no princípio, às mulheres feministas e homossexuais muito mais como uma categoria política de reconhecimento. Em estudos mais recentes, Andréa Lacombe destaca que no “discurso ativista local o mais politicamente correto parece ser o uso das palavras *lésbica* ou *homossexual feminina*” (LACOMBE, 2007, p. 213).

Diferentemente dessa posição pontuada pelo referido autor, Lacombe (2007) em pesquisa de campo realizada em um bar na cidade do Rio de Janeiro frequentado por mulheres que gostam de outras mulheres, destaca que suas informantes se referiam ao uso do termo *lésbica* como algo mais suave. No entanto, no espaço pesquisado por Lacombe, a expressão *lésbica* não fazia parte do contexto discursivo de (auto) denominação, era um vocábulo sem força nos modos da contextualização. As frequentadoras do bar preferiam usar palavras como *entendidas* ou *mulher*. Entretanto, palavras como *é do babado*, *sapatão* e *sapatona* também se faziam presentes no espaço de bar, mas com uma frequência menor. No contexto de pesquisa de Lacombe, surgem esses termos e a autora os explica da seguinte maneira,

*Entender* se transforma em um modo de cumplicidade, de compartilhar um segredo que,



apesar de público, não implica a ausência de intimidade. *Ser do babado*, por sua vez, estabelece um sentido de pertença a um universo particular, neste caso, um universo de homoerotismo. Por outro lado, o termo *sapatona* ou *sapatão*, denotando características de masculinidade extrema, é usado geralmente pelas freguesas mais velhas e masculinas como auto-referência ou pelas mais jovens quando tentam menosprezar umas às outras em uma conversa (não necessariamente por motivo de briga) (LACOMBE, 2007, p. 212).

Seguindo esse raciocínio, Aquino (1995), também pontua que expressões como machorra, sapatão, sapatilha, *lady*, sargentão, são alguns termos que surgem no discurso de suas informantes. Análise o termo sapatão, para fins de contextualizar a categoria surgida no processo criminal. Nessa perspectiva, Aquino coloca que se refere a uma expressão que designa mulheres homossexuais e que está associada diretamente ao tamanho dos pés masculino e ao tipo de sapato que os homens usam, geralmente mais fechado e sisudo. Portanto, tal termo simboliza uma conexão entre a homossexualidade feminina e a masculinidade.

No dicionário da língua portuguesa de Antônio Houaiss, o termo refere-se a “sapato grande”, e faz uma associação da palavra ao termo lésbica, explicando que nessa acepção “O termo se refere ao estilo de sapatos prediletos, na década de 1970, pelas mulheres com essa opção sexual, cujo comportamento guardava relação com o movimento hippie” (HOUAISS, 2004, p. 2.516). Definição parecida encontra-se no dicionário Aurélio (2001), onde o vocábulo “sapatão” também está ligado a ideia da palavra lésbica.

Sapatão é um termo popular em várias regiões do Brasil, e muitas vezes utilizado pelas mulheres que são homossexuais. Tal expressão corresponderia à ideia de uma mulher mais “ativa” sexualmente, apresentada por um porte mais masculinizado e com sentimentos mais “duros”. Seria a representação de uma mulher mais “desatenta” com a imagem pessoal, muitas vezes associada a um “sargentão”. Assim, de acordo com as informantes de Aquino (1995), a sapatão seria uma mulher feia, mandona, com aparência e gesto masculinizados, mas com preferência por companheiras mais femininas, as denominadas *lady*s ou sapatilhas, que seriam, evidentemente o oposto da representação da sapatão. Da mesma maneira, autora Portinari (1989), em pesquisa realizada nos anos 80, também enfatizou essa associação entre a mulher

masculinizada ao uso do termo sapatão, chamando atenção para as preferências na escolha das parceiras identificadas como “sapatão” por mulheres com aspectos mais femininos.

Richard Parker (1991) explica que a “sapatão” é uma mulher que procura se distanciar dos modelos de feminilidade e normas atribuídas às mulheres em geral. O autor argumenta que a definição da “sapatão” está associada à opção por um estilo social com características muito mais masculinas, do que propriamente à performance sexual. Em contrapartida, a “sapatilha” seria uma mulher que no envolvimento sexual com outra mulher mantém sua identidade feminina, através do desempenho passivo na relação. Ou seja, a sapatão estaria mais centrada no desenvolvimento de um papel masculinizado, enquanto a sapatilha participaria de um desempenho mais feminino. A ideia dos papéis de gênero presentes no relacionamento heterossexual – homem- mulher – permanece no imaginário social quando envolve um relacionamento homoerótico entre duas mulheres:

A sapatilha mantém sua identidade feminina pelo desempenho do papel propriamente passivo, o sapatão sacrifica sua feminilidade pela dominância ativa. [...] Assim, as oposições que estruturam o relacionamento entre homens e mulheres funcionam também dentro das distinções mais elaboradas dos domínios masculino e feminino (PARKER, 1991, p. 88).

O processo segue com várias intimações não atendidas por testemunhas por causa de mudança de endereço, apresentação de documentos de operadores do direito informando que não poderiam comparecer às audiências marcadas, fato que pode ter contribuído para a demora na conclusão do processo. Vargas (2004) argumenta que tais procedimentos, aliados aos inúmeros recursos dos operadores do direito, são em grande parte responsáveis pelo congestionamento da justiça, acumulando um grande de número de processos e atrapalhando o fluxo de julgamento.

#### **4.4 O Caso Continua: (...) Continuou a namorar com a ré encontrando-se no bairro em que mora...**

Na continuidade do processo ficou evidenciado que o relacionamento continuou existindo dois anos após a denúncia. No

momento da última declaração da “vítima” junto ao Poder Judiciário, a mesma já se encontrava com 15 anos de idade. R.S. reafirmou que manteve um relacionamento com P.A., acrescentou ainda que ambas alugaram um quarto, e que frequentaram o mesmo local durante três semanas, sendo que nas últimas duas semanas estavam “morando juntas” e mantiveram relações sexuais através de “beijos, abraços e sexo”, e que por causa disso, apareceram nesse quarto, sua mãe, a mãe da mãe da “acusada” e um policial que as levaram à delegacia. Segundo declarações da “vítima” em juízo,

Manteve um relacionamento com a acusada mais ou menos 08 meses, e que moraram juntas durante três semanas (...) Que após a denúncia do casos pela mãe à delegacia, continuou a namorar com a ré encontrando-se no bairro em que mora (...) o relacionamento foi de livre e espontânea vontade e vice e versa (...) respondeu que quando começou a namorar com a acusada tinha 13 anos e que era virgem antes de namorar com a acusada (PROCESSO PENAL, 1998).

A senhora M.A. também prestou declaração junto ao Poder Judiciário e repetiu algumas informações já apresentadas na fase policial. Apresentou um discurso de acusação, dizendo que sua filha era constantemente procurada pela ré durante o período escolar. Quando soube desses episódios procurou orientar a R.S para que se afastasse de P.A, o que não adiantou pois,

Em um determinado dia R.S. chegou em casa e disse que “iria assumir o seu lado homossexual porque gostava de mulher, e então do colégio foi morar com a acusada, e ficou lá por doze dias e que finalmente a declarante esteve com a polícia no local e de lá retirou sua filha e a acusada e levaram para a delegacia; Que na delegacia inicialmente o delegado mandou bater a preventiva da ré, mas depois desistiu e cada qual foi para a sua casa. Que o relacionamento entre a filha e a ré durou mais de um ano (...) Que depois que terminou o relacionamento com a acusada sua

filha arranhou outra mulher de 30 anos e que foi esta que tirou sua filha da acusada (...) Que certa feita, sua filha estava conversando com um homem e aí a acusada chegou e assim disse para o homem “se retire que aí é caso meu” (PROCESSO PENAL, 1998).

Essa declaração na fase judicial mostra um fato importante. R.S., segundo sua mãe, informou que ia “assumir o seu lado homossexual”. O que nos faz refletir sobre o significado do uso dessa categoria no bojo desse processo criminal, iniciado na década de 1990, antes que a temática tivesse a visibilidade que tem atualmente no Brasil. É importante lembrar, porém, conforme destaquei na análise dos jornais, que esse momento histórico se configura como muito representativo em termos de cultura e mobilização do movimento homossexual. As constantes notícias sobre o Grupo Dialogay veiculadas na mídia de Aracaju, e a temática da “revelação” presente nas novelas dos anos 90 podem ter contribuído para a publicização e circulação dos termos “assumir-se”, “revelação” que também surgiu no processo.

O “armário” representou por muito tempo, o silêncio e a revelação. “Sair do armário” ou “assumir a homossexualidade” é algo importante não só para as pessoas individualmente, mas também para o movimento homossexual, principalmente a partir das últimas décadas. No entanto, o “armário” para Eve Kosofsky Sedgwick (2007), pode representar também uma forma de regulação dos gays, lésbicas, travestis, transexuais e transgêneros, permitindo às pessoas heterossexuais a manutenção dos seus privilégios e ratificação da hegemonia desse modelo de sexualidade.

Assumir-se seria a forma de sair do armário, contar o segredo, romper o silêncio. Esse armário marca, delimita e às vezes, submete as ações dos homossexuais. Desse modo, o limiar entre sair e voltar ao armário se constitui de maneira muito tênue ainda demarcando e fortalecendo a fronteira entre a heterossexualidade e a homossexualidade. As questões relativas à homossexualidade ganham bastante atenção e são submetidas muito fortemente a dispositivos de controle, quando implicam na revelação do que foi segredo. Esses mecanismos estruturam-se na díade público *versus* privado, e se estabelecem de forma muito importante:

O armário gay não é uma característica apenas das vidas de pessoas gays. Mas, para muitas delas, ainda é a característica fundamental da vida social, e há poucas pessoas gays, por mais

corajosas e sinceras que sejam de hábito, por mais afortunadas pelo apoio de suas comunidades imediatas, em cujas vidas o armário não seja ainda uma presença formadora (SEGDWICK, 2007, p. 22).

Foi isso o que aconteceu com o caso R.S., assumir a sua homossexualidade fez com que novos dispositivos de controle se manifestassem e rendeu-lhe a abertura de um processo criminal. Por outro lado, revelar o segredo foi uma maneira de enfrentar e questionar as regras de uma dita sexualidade considerada “normal”, a heterossexualidade. Enfrentar essas normas requer atenção às consequências, às novas marcas e estigmas que surgem para (re) definir o sujeito que resistiu a tais regras, pois questões de autoridade e evidência são conclamadas nesses momentos de revelação, sejam relacionadas ao saber médico, terapêutico, religioso ou jurídico. Colocando em xeque ou sugerindo uma retraída na decisão de assumir-se, uma reflexão maior, que pode representar um ato de resistência à construção de uma identidade gay, lésbica ou trans. “Viver no armário, e então sair dele, nunca são questões puramente herméticas. As geografias pessoais e políticas são, antes, as mais imponderáveis e convulsivas do segredo aberto” (SEGDWICK, 2007, p. 39).

É interessante notar também no depoimento da mãe o reconhecimento de que, mesmo após acionar o Sistema de Justiça Criminal, o relacionamento entre as duas garotas ainda continuou por mais de um ano. E ainda afirmou a mãe que, após o fim de tal envolvimento, sua filha começou outro relacionamento, com uma mulher de 30 anos de idade, e que essa atual mulher foi a responsável por tirar a sua filha da “acusada”. Ou seja, nem a família, nem o Sistema de Justiça foram instituições capazes de abalar a contextual “certeza” da orientação sexual que R.S. mostrava ter.

A “vítima” declarou desde o início que gostava de se relacionar com mulheres, não modificou o seu discurso nas fases de investigação. A permanência do relacionamento foi evidenciada tanto por testemunhas quanto através da mãe da “vítima” em sua última declaração à justiça. A informação revelada à justiça do início de um novo relacionamento, dessa vez com uma mulher bem mais velha, pode ter demonstrado para o Poder Judiciário que R.S estaria mais madura quanto à sua orientação sexual, e que a menoridade, normatizada pela Lei Brasileira poderia estar em descompasso, com as mudanças

socioculturais, uma vez que o Código Penal em vigor foi promulgado em 1940 e regia, até esse período, os crimes sexuais.

Além do mais, é importante lembrar que esse processo foi aberto em um período no qual os discursos sobre homossexualidade estavam muito presentes na cidade de Aracaju, onde foram acionados argumentos variados em torno de acontecimentos que marcaram o debate sobre sexualidade, relações homoeróticas e moralidade, fato que pode ter contribuído para o posicionamento tomado pelo judiciário na solução do caso, conforme apontarei a seguir.

O depoimento da mãe da menor é expressivo para análise do lugar que a homossexualidade ocupa no grupo estudado e o modelo de homossexualidade “popular”, no qual a menor ocupa um lugar “feminino”, sendo disputada por mulheres mais velhas, como ilustra a frase “Que sua filha arranhou outra mulher de 30 anos e que foi esta que tirou sua filha da acusada” (PROCESSO PENAL, 1998). Também é significativo o trecho em que o processo diz que “Que certa feita, sua filha estava conversando com um homem e aí a acusada chegou e assim disse para o homem “se retire que aí é caso meu.” (PROCESSO PENAL, 1998), apontando para uma disputa entre mulheres ativas e homens pela conquista da jovem, colocada no lugar de feminilidade, dado também pela referência por parte da acusada de que a menina teria tido namorados antes do relacionamento consigo.

#### **4.5 O Debate entre Pares e a Decisão da Justiça**

A declaração prestada em juízo pela mãe de R.S. finaliza a parte de interrogatórios e depoimentos e os/as profissionais do direito começam a se manifestar para decisão do caso. De acordo com as regras do Código de Processo Penal, o primeiro a se manifestar é o Ministério Público, através das Alegações Finais. É de praxe a repetição de trechos das peças processuais, desde o primeiro momento em que foram considerados importantes pelo promotor. Sendo assim, o promotor reproduziu alguns fragmentos, principalmente os que poderiam contribuir para uma possível condenação da ré. Relatou a confissão da “acusada” durante a fase da polícia, bem como o flagrante realizado pelo policial.

Sustentou o promotor de justiça que as provas produzidas durante a fase de investigação foram suficientes para comprovar a materialidade do crime, nesse sentido, seu convencimento estava ancorado na conduta da “acusada” e se ajustava ao fato típico, ou seja, o modelo legal descrito pela norma penal. Para consubstanciar a sua tese, baseou-se

ainda em jurisprudência, e defendeu que, embora o exame de corpo de delito tivesse sido realizado, e através do mesmo constatado que a menor era virgem, ainda assim, o Código Penal postula que não é o desvirginamento que caracteriza tal crime, mas o ato libidinoso. E esse ato se verifica até mesmo por simples toque, sendo o desvirginamento um resultado a mais. Ainda assim, segundo o promotor, não ficou caracterizado nos autos que a menor de 14 anos fosse pessoa de costumes dissolutos, experiente em matéria sexual, o que faria prevalecer a presunção da violência, prevista no artigo 224 “a” do CP”. Nesse sentido, o promotor solicitou em suas alegações finais,

Ante o estudo pormenorizado da prova, a análise cuidadosa de documentos, depoimento da ré, da vítima, de sua genitora, das testemunhas, o órgão promotorial, requer a condenação de P.A. nas penas do artigo 214 c/c artigo 224 do Código Penal (PROCESSO PENAL, 1998).

A Defensoria Pública também se manifestou apresentando suas alegações finais. Enquanto o promotor acusou a ré, postulando o acontecimento de um crime e requerendo a condenação de P.A., a defensora, a única mulher entre os profissionais do direito que atuaram no caso, tratou a questão como um relacionamento amoroso entre a “acusada” e a “vítima”. Iniciou o documento defendendo essa ideia e prosseguiu em seu texto, argumentando que o caso relatado durante todo o processo “é um fato que poderia até se dizer estranho, mas, infelizmente é na época atual, corriqueiro” (PROCESSO PENAL, 1998).

É importante mencionar que esses documentos escritos tanto pelo promotor público, quanto pela defensora foram assinados e anexados ao processo no ano de 2000. É um momento que é precedido e antecede ao mesmo tempo, diversos acontecimentos no Brasil e em Aracaju, que colocaram em bastante evidência questões relativas à homossexualidade: a liberação dos retrovirais para o tratamento de doenças sexualmente transmissíveis, principalmente a Síndrome de Imunodeficiência Adquirida; em Aracaju, sobretudo, as várias mortes violentas que acometeram homossexuais nesse período e que ganharam muito destaque na mídia; posicionamentos e cobranças dos dirigentes do Dialogay, o primeiro e mais atuante movimento Gay de Aracaju; além de nacionalmente ocorrerem muitos debates públicos que foram importantes para algumas conquistas, como os Programas Brasil sem

Homofobia, Saúde e Diversidade na Escola; e o aumento no investimento em pesquisas acadêmicas em torno da temática sexualidade.

As discussões a partir da década de 1980 no Brasil, mas principalmente no decorrer das duas décadas seguintes, abarcaram também as violências contra lésbicas, gays, travestis e transexuais. Muitos estudos foram e são produzidos e, por causa disso, o campo está se consolidando como foco de políticas públicas, tanto no cenário nacional, como no âmbito internacional (RAMOS; CARRARA, 2006).

Embora a defensora tenha postulado a defesa da ré e tratado o caso como um relacionamento amoroso, não deixou de mencionar a estranheza que lhe causava o envolvimento entre duas mulheres. Mesmo assim, fez uma relação com a “época atual”, início do século XXI, e designou o caso como corriqueiro. De acordo com José Reinaldo de Lima Lopes (2007), o movimento gay levou a público – em novos termos e novas circunstâncias – a velha questão da justiça. Junto com muitos outros grupos sociais, também os gays passaram a reivindicar, sob o nome de direito, o respeito à sua identidade, sua liberdade e tratamento não-discriminatório.

Essa luta teve uma história peculiar, como qualquer movimento, mas se insere em um grande processo que pode ser identificado como de expansão da democracia e afirmação de direitos universais. É necessário lembrar que o fortalecimento do movimento homossexual durante a década de 1990 foi muito importante para o esclarecimento de questões relativas a direitos, homofobia, sexualidades e identidade. Uma das reivindicações atuais dos movimentos é a aprovação do projeto de lei que criminaliza a homofobia, e, conseqüentemente, a garantia de direitos que permitam às pessoas se movimentarem socialmente expressando seus sentimentos afetivos-sexuais sem sofrer discriminações e agressões no cenário da sexualidade (BORRILLO, 2001; MOTT, 1997, 2006; OLIVEIRA, 2000; RAMOS; CARRARA, 2006).

A defensora escreve um documento bem metuculoso e destaca todas as fases da investigação. Informa que o caso foi relatado “com certo exagero” por parte da mãe da “vítima”, simplesmente porque a tal senhora não “aceita a ‘opção’ da filha que desde tenra idade mostrava a tendência diferenciada (sexual)” (PROCESSO PENAL, 1998). “Opção sexual” e a “tendência diferenciada” são duas categorias usadas pela defensoria no processo. A profissional do direito continuou o texto destacando o descompasso entre a legislação penal e as transformações culturais,



A suposta “vítima”, já uma mulher, sabendo o que faz e o que quer, com alta estatura, não parece, nem tem semelhança com uma menor, é realmente uma pessoa com desenvoltura de adulto. Estamos beirando o século XXI, e as coisas, os modos de se olhar os acontecimentos da vida, não são mais os de 30 ou 50 anos atrás. Só quem não evoluiu foram certas leis, como principalmente, aceitar-se uma moça de 13 anos e 11 meses, acostumadas as vaidades que o tempo oferece um artigo de lei que ainda considera “violência ficta”. É realmente, absurdo. Por que cada caso é um caso diferenciado. Sic (PROCESSO PENAL, 1998).

A representante da Defensoria Pública, após a análise dos fatos presentes no processo, discordou do Ministério Público e solicitou a absolvição da ré. Os argumentos utilizados pela defensora continuaram baseados nas transformações culturais que acometeram os últimos anos. Dessa maneira, encerra as suas alegações finais enfatizando que:

Lembremos que estamos vivendo o ano 2000 cuja evolução ultrapassa até momentos históricos. A sociedade cresceu, evoluiu e precisamos evoluir, principalmente no que tange os julgamentos, que não podem continuar arraigados em sentimentos e idéias que não mais têm sentido (PROCESSO PENAL, 1998).

Após o posicionamento da Defensoria e do Ministério Público, foi a vez do Poder Judiciário se pronunciar através da sentença do caso. A sentença judicial começou com exposição dos autos qualificadores da ré, em seguida com informações sobre o caso, baseadas nos documentos elaborados pela polícia e, principalmente, atestadas através da denúncia feita pelo Ministério Público. Também foram postos em evidência outros documentos que compuseram o processo como a portaria expedida pela autoridade policial, dando conta do conhecimento da representação criminal em face da ré, o atestado de pobreza, a cópia da certidão de nascimento, o laudo de exame de conjunção carnal e o relatório final do caderno policial. Expôs o juiz de direito responsável por aplicar a sentença que no trâmite da instrução criminal foram

ouvidas a “vítima”, a genitora da “vítima”, uma testemunha de acusação e a ré.

Descreve ainda que o Ministério Público, nas alegações finais, pugnou pela condenação da ré nas sanções do artigo 214 c/c 224 alínea (a), ao passo que a Defensoria Pública solicitou a improcedência da denúncia e a absolvição de P.A. O juiz seguiu a sentença argumentando que o pedido de absolvição da defensoria estava ancorado em uma possível leitura interpretativa do CP, onde houvesse a possibilidade de flexibilizar a aplicação da norma ao caso em questão. Assim, na formulação da sentença, o juiz deu destaque ao pedido da Defensoria,

Com respaldo em uma flexibilização da interpretação da redação do Código Penal, uma vez que o mesmo fora confeccionado a mais de 60 anos, refletindo as aspirações da sociedade da época, pelo que a violência presumida a que se refere o artigo 224, deveria ser entendida com as devidas ressalvas (PROCESSO PENAL, 1998).

Expôs também a certidão emitida pela secretaria da vara, atestando a inexistência de quaisquer antecedentes criminais em relação à ré. Quando passou aos argumentos decisórios do caso, destacou que foi “convencido da materialidade e autoria do delito e que toda prova testemunhal convergiu a imputar a autoria da suposta infração penal à incriminada.” (PROCESSO PENAL, 1998). Sendo assim, o juiz pontuou em seus argumentos:

Outrossim, cumpre-me atentar para o fato de que a própria acusada verberou em juízo que chegou a manter contatos libidinosos e íntimos com a vítima, mesmo admitindo tão somente que tais contatos tenham se limitado a beijos ou abraços. Fato é que, iniludivelmente, a acusada manteve relação de concupiscência, lascívia com a vítima, razão pela qual a própria defesa da acusada, sequer se propõe em relutar a autoria da aludida e hipotética infração penal. Posto isso, “ad vanum” em alongar-me nesse sentido, concluindo, portanto, restar devidamente configurado a autoria do tipo penal, certa e segura na pessoa da acusada P.A. (Sic) (PROCESSO PENAL, 1998).

Nesse sentido, o referido juiz baseou seus argumentos nas normas penais. Sua tese estava consubstanciada no tipo penal definido pela Lei, ou seja, o crime de atentado violento ao pudor. Reafirmou a presença da relação sexual entre “vítima” e acusada e informou seu convencimento sobre a autoria do tipo penal, sempre utilizando a letra da Lei para fundamentar seus argumentos. No entanto, parecia que, apesar do caso se enquadrar nas normas do artigo 214 com a alínea (a) do artigo 224, o juiz buscava outras explicações que pudessem encaminhar sua sentença para uma direção diferente da condenação da ré, como podemos ver a seguir,

Outrossim, muito embora o tipo penal disposto no artigo 214 do CP caracteriza pela violência ou grave ameaça, e que, via de regra, costuma deixar vestígios materiais ou lesões físicas na vítima, verifico por intermédio do laudo de exame de conjunção carnal- que a vítima não sofreu graves lesões, ao contrário, o referido laudo atesta, inclusive a integridade físico-sexual da vítima R.S, chegando a concluir pela virgindade da mesma. Entrementes, há a que se fazer a devida ressalva ao artigo 224, alínea (a) do CP, que estatui a desnecessidade de vestígios e lesões corporais em se tratando de vítima menor de 14 anos, casos em que se operaria a chamada “violência presumida”. A luz do aludido dispositivo legal, e por força da certidão de nascimento, verifico que a vítima contava, à época do fato ora apurado, com 13 anos, 11 meses e 05 dias, razão pela qual este julgador reconhece a procedência da classificação feita pelo douto agente ministerial (PROCESSO PENAL, 1998).

Ressalta nesse ponto, a ausência de violências físicas e também da grave ameaça, características importantes na configuração da violência sexual. Aponta, nessa perspectiva, para confirmar sua tese, a integridade física e sexual da vítima através da virgindade. Os documentos provavam que a honra não tinha sido ferida, mesmo tendo existido contatos sexuais entre as garotas. Diante desses argumentos, como ficaria o problema entre a aplicação das normas e a decisão judicial, uma vez que a menor idade da “vítima” estava comprovada através da sua certidão de nascimento, o que garantia segundo a lei, a assertiva da presunção da violência, além disso, havia também a presença de testemunhas que afirmaram a existência de um relacionamento afetivo-sexual entre as garotas.

O juiz seguiu suas argumentações em torno da presunção da violência, sempre ancorado na legislação e também em jurisprudências. Dessa feita, argumentou que a jurisprudência tem entendido a necessidade de relativizar a violência presumida em casos concretos. Assim, se a “ofendida” já tivesse mantido relações sexuais com outras pessoas, ou se aparentasse idade superior através de seu desenvolvimento físico eram possíveis exemplos que sustentariam a relativização da presunção da violência. Concluiu pela absolvição da ré argumentando que a própria “vítima” confirmou ter tido outros relacionamentos homossexuais antes de se envolver com P.A., outrossim, “a própria genitora de R.S. também informou em juízo que sua filha, após o termino com a ré estava envolvida com outra mulher e dessa vez mais velha, com 30 anos de idade”. Ainda ratificou o fato de não ter havido violência física e julgou improcedente a denúncia,

Devo observar que todo o suporte probatório produzido na instrução criminal atestou a tendência homossexual da vítima R.S., que embora menor de 14 anos à época do fato, tinha plena consciência do que fazia (...) Ora de mais a mais, nenhuma violência ficou comprovada a luz do substrato factó-causal, sendo a acusada ainda virgem (...) Posto isto, julgo IMPROCEDENTE A DENÚNCIA, e de conseguinte, absolvo a acriminada P.A. (...) (PROCESSO PENAL, 1998).

O processo foi finalizado no mês de junho de 2001, portanto, desde o primeiro registro do caso na delegacia até a conclusão com a publicação da sentença, passaram-se 34 meses, em que R.S. e P.A. tiveram suas vidas postas nos papéis judiciais, motivada por uma insatisfação familiar representada pela mãe da “vítima”, que não aceitava a relação homoerótica vivenciada por sua filha.

O juiz do caso em questão esteve atento às regras penais para expor o seu entendimento, em um documento meticuloso e com exposições de fatos que contribuíram para a construção processual, chegando à conclusão que deveria absolver a ré, afinal as mesmas (‘vítima e acusada’) alegaram o tempo todo que mantiveram por livre vontade o relacionamento afetivo-sexual. Assim, o mesmo desconsiderou a presunção da violência, atributo que garantiria nos termos das normas a condenação da ré. Na sentença não deixou de considerar que a “vítima” tinha “tendência para a homossexualidade”, o

que para o juiz poderia ter caracterizado como mais uma constatação de que não havia vítima na relação, ao contrário, ele demonstrou convicção de que se tratava de um relacionamento efetivo-sexual envolvendo duas mulheres.

A adolescente afirmou desde o primeiro momento em que foi interpelada pelo policial em sua casa, quando dormia com sua companheira, que mantinha o relacionamento de livre e espontânea vontade, mesmo assim, o caso foi à Justiça e P.A. respondeu criminalmente. Em momento algum no processo foi considerado que a “vítima” poderia estar sofrendo algum tipo de violência por ter revelado a sua orientação sexual. Violência essa baseada na intolerância familiar tão presente em nossa cultura, principalmente quando jovens homossexuais revelam seus desejos e sofrem com pressão, ameaças, chantagens, humilhações e agressões físicas perpetradas pela família. Mesmo considerando o que rege a Lei, é possível refletir que no caso em questão pode ter havido por parte dos operadores do direito uma falta de proteção judicial em relação à “vítima”, pois não houve em momento algum, investigação sobre a conduta da mãe no que diz respeito a atitudes tomadas em relação à orientação sexual da filha, afinal como argumenta Lopes (2007, p.75) “Falta de ação jurídica é um consentimento, uma cumplicidade com essa violência diuturna – uma evidência da “denegação de igualdade plena”.

Por outro lado, o caso em questão aponta para o fato de que alguns profissionais do direito que atuaram nesse evento estiveram atentos às nuances que perpassaram o caso, sobretudo, no que diz respeito ao depoimento da “vítima”, quando a mesma destacou o livre consentimento do relacionamento afetivo-sexual. A sentença absolutória foi construída com base nessa informação e mostrou que a aplicação da lei foi feita considerando, sobretudo, as mudanças sociais e a efetividade do relacionamento. No entanto, é necessário destacar que o tempo em que as envolvidas diretamente no caso tiveram suas vidas expostas e sua sexualidade questionada, houve também por parte do sistema certa desatenção no que diz respeito às violências praticadas, e que se repetem constantemente contra os/as jovens homossexuais, sendo assim, pode-se afirmar que embora se defenda com veemência os direitos das crianças e adolescentes, talvez as meninas e meninos homossexuais sejam os que têm seus direitos mais desrespeitados através, de diferentes manifestações de homofobia.

Seguindo a discussão sobre os documentos penais registrado em Aracaju nos anos 90, contexto onde as configurações sociais estão marcadas por um processo intenso de modernização, e onde o

movimento homossexual local ganhou destaque na mídia impressa, o próximo capítulo versa sobre outro processo também tipificado como crime sexual junto ao Sistema de Justiça Criminal, mas revela em suas linhas mais uma história envolvendo um menor e um “rapaz” identificado nos autos como “travesti”. O documento é rico, na medida em que põe em destaque o amplo debate sobre homossexualidade que ocorria no período histórico estudado e sua relação com a homofobia familiar. Também através dos processos penais, é possível captar informações e discursos sobre vários segmentos sociais. Possibilitam através de convocações de testemunhas diversas e também das partes principais envolvidas, o resgate sobre as relações familiares e de vizinhança, além das redes de sociabilidade e de solidariedade existentes em diferentes contextos (BACELLAR, 2010).

**Relicário**

É uma índia com colar  
A tarde linda que não quer se pôr  
Dançam as ilhas sobre o mar  
Sua cartilha tem o A de que cor?

O que está acontecendo?  
O mundo está ao contrário e ninguém reparou  
O que está acontecendo?  
Eu estava em paz quando você chegou

E são dois cílios em pleno ar  
Atrás do filho vem o pai e o avô  
Como um gatilho sem disparar  
Você invade mais um lugar  
Onde eu não vou

O que você está fazendo?  
Milhões de vasos sem nenhuma flor  
O que você está fazendo?  
Um relicário imenso deste amor

Corre a lua porque longe vai?  
Sobe o dia tão vertical  
O horizonte anuncia com o seu vitral  
Que eu trocaria a eternidade por esta noite

Por que está amanhecendo?  
Peço o contrario, ver o sol se por  
Por que está amanhecendo?  
Se não vou beijar seus lábios quando você se for

Quem nesse mundo faz o que há durar  
Pura semente dura: o futuro amor  
Eu sou a chuva pra você secar  
Pelo zunido das suas asas você me falou

O que você está dizendo?  
 Milhões de frases sem nenhuma cor, ôôôô...  
 O que você está dizendo?  
 Um relicário imenso deste amor

O que você está dizendo?  
 O que você está fazendo?  
 Por que que está fazendo assim?  
 ...está fazendo assim?

Desde que você chegou  
 O meu coração se abriu,  
 Hoje eu sinto mais calor  
 E não sinto nem mais frio,

E o que os olhos não vêem  
 O coração presente,  
 Mesmo na saudade  
 Você não está ausente

E em cada beijo seu  
 E em cada estrela do céu  
 E em cada flor no campo  
 E em cada letra no papel

Que cor terão seus olhos  
 E a luz dos seu cabelo  
 Só sei que vou chamá-lo  
 De Esmael, Esmael...

(NANDO REIS, 2002)<sup>83</sup>

---

<sup>83</sup> REIS, Nando **Relicário**. Intérprete: Casia Eller, 2002.



## **CAPÍTULO 5**

### **“QUE ESTE RELACIONAMENTO DEU-SE DE MANEIRA ESPONTÂNEA, INCLUSIVE POR PARTE DA VÍTIMA, QUE DECLARA NÃO TER SIDO INDUZIDO PELO INDICIADO ...”**

O presente capítulo tem como objetivo compreender como se apresentam os discursos sobre homossexualidade, travestilidade e homofobia familiar presentes em um processo que foi registrado no Sistema de Justiça Criminal no ano de 1996, sob a tipificação de crime de atentado violento ao pudor. Os autos registram o envolvimento entre um garoto de 13 anos e 11 meses, com um “rapaz” de aproximadamente 30 anos de idade, identificado nos autos como “pai de santo” e “travesti”<sup>84</sup>. O caso “amoroso” foi denunciado pelo pai da “vítima”, e o Estado procedeu à investigação do fato, instaurando a abertura do inquérito criminal, e posteriormente, um processo judicial.

#### **5.1 Uma Descrição do Processo Penal**

A análise desse processo aponta para assuntos importantes em torno da homossexualidade. E, no contexto de produção do documento, os discursos dos/as diversos/as atores envolvidos no caso foram sendo construídos a partir do levantamento de questões caras ao debate atual sobre sexualidades, direitos e práticas homofóbicas.

Segundo consta nos autos, o registro da ação foi motivado porque a mãe e o pai do garoto perceberam que havia “algo a mais” na relação entre seu filho e o “rapaz” que foi denominado no documento penal, como “pai de santo”, e identificado nesta tese com as iniciais A.S. Este era responsável pelas orientações espirituais à mãe da “vítima” e, devido a tal condição, mantinha uma relação de “confiança e amizade” com a família.

Ao saber da relação afetivo-sexual estabelecida entre “vítima” e acusado, o pai do garoto, numa primeira atitude, acionou a delegacia plantonista próxima à sua residência e denunciou o caso, em seguida foi procurar o filho na casa de A.S.

---

<sup>84</sup> O termo “travesti” surge no processo acompanhado do artigo (o) no masculino, designação que marca uma época, a década de 1990. Seguindo as orientações de Cardozo (2009), nesta tese, o termo será usado no feminino, portanto, a travesti.

Ao chegar à residência de A.S., percebeu que o seu filho não se encontrava, e resolveu tomar as providências cabíveis para a resolução do caso. No processo consta que, “Numa manobra, conseguiu enganar A.S. e o deixou na delegacia, contando com o apoio do delegado de polícia. Novamente, retornou à casa de A.S., onde, dessa vez, encontrou o filho, levando-o também a delegacia plantonista” (PROCESSO PENAL, 1996).

O documento produzido ainda na esfera policial revela que após o pai do garoto deixar todos nesse estabelecimento, os mesmos foram liberados, com a orientação do delegado de que o pai procurasse o Juizado de Menores, “Que o declarante levou o seu filho para casa e o travesti foi liberado; que antes o delegado orientou o declarante a procurar o Juizado de Menores” (PROCESSO PENAL, 1996).

O pai do menor procurou o juizado, que determinou, através de ofício, à delegacia plantonista a abertura do Inquérito Policial. A produção do discurso policial deve estar diretamente ligada às normas do CPP, caso contrário, a possibilidade de ameaça, por parte da justiça, de anulação do trabalho produzido é constante<sup>85</sup>. O documento que trago à pauta revela já em suas primeiras páginas, as relações pré-estabelecidas entre o Poder Judiciário e a polícia. O Inquérito Policial foi aberto a pedido do juiz de direito da Vara Privativa da Infância e da Juventude, que emitiu um ofício para a delegacia onde o caso foi registrado inicialmente, determinando que a mesma tomasse à frente da investigação da queixa.

No referido documento, o juiz pediu a abertura do IP usando o termo “aliciamento ao adolescente” para justificar a ação judicial. Uma portaria assinada pelo delegado de polícia foi o primeiro documento que abriu o processo criminal. O documento contém o timbre da Secretaria de Segurança Pública de Estado, e sua abertura foi justificada pelo pedido do juiz para investigação do ato delituoso. De acordo com o

---

<sup>85</sup> Segundo destaca Figueira, (2005), existe uma complexa relação interativa entre as instituições policial e judiciária que são permeadas por relações de poder. O discurso policial é produzido considerando, sobretudo, os seus destinatários, o Ministério Público e o Poder Judiciário, “A possibilidade de invalidação do inquérito policial pelo Judiciário caracteriza a existência de mecanismos de poder” (FIGUEIRA, 2005, p. 56). Sendo assim, a fase de produção do discurso policial é caracterizada por tensões e relações de poder que vão delineando as possíveis interpretações sobre o caso.

artigo 2º do Estatuto da Criança e Adolescente, o termo “adolescente” refere-se à pessoa entre doze e dezoito anos de idade, (BRASIL, 1990).

Através da manifestação inicial do Poder Judiciário, permitida nesses casos, por se tratar de um crime envolvendo menores, o delegado iniciou as investigações através da abertura do inquérito policial. A primeira determinação do delegado foi solicitar ao escrivão intimar as partes envolvidas para declarações e interrogatórios.

O processo em questão está tipificado como um delito sexual, segundo as orientações do Código Penal de 1940. Conforme é de praxe na investigação desse tipo de crime, os holofotes voltam-se, sobretudo, para a vida sexual da “vítima”. As perguntas das autoridades que compõem o sistema pautam-se, na maioria das vezes, nas preferências e práticas sexuais dos envolvidos, na integridade moral e conduta social da “vítima”, independente da idade, conforme destacaram Sílvia Pimentel, Ana Schritzmeyer e Valéria Pandjjarjian (1998), e Lia Machado (2010).

O primeiro depoimento que consta no processo é do menor, considerado “vítima” no caso. O depoimento foi registrado dezoito dias após a abertura do Inquérito Policial. O menor foi identificado como estudante e respondeu as perguntas do delegado confirmando que “Manteve relações sexuais com o denunciado” (PROCESSO PENAL, 1996), mas sem expressar em momento algum, que tenha havido qualquer manifestação de violência ou sedução.

Durante a investigação do caso ficou evidente, nas perguntas feitas pela polícia à “vítima”, a curiosidade em relação aos tipos de práticas sexuais existente entres os envolvidos. Buscando desvendar o crime denunciado, a polícia aborda aspectos da sexualidade dos dois, considerando as formas de penetração e os diversos atos sexuais existentes na relação. Para chegar a tais respostas, a autoridade policial também solicitou esclarecimentos sobre as características biológicas da genitália do acusado, conforme destacado no trecho do processo:

Que o declarante confirma que mantém relações de cunho sexual com o bissexual A.S.; Que a palavra “bissexual” foi utilizada pelo próprio declarante; Que o declarante afirma que A.S. é um hermafrodita, pois possui pênis, vagina e anus; Que o declarante afirma ter treze anos de idade; Que o declarante afirma ser o único a praticar o ato de penetração nesta relação, ou seja, o indiciado A.S. não lhe penetra o ânus; Que o declarante apenas penetra a vagina do

hermafrodita A.S., alegando não existir sexo anal entre ambos; Que o ato de feação apenas é praticado por A.S. na pessoa do declarante, ou seja, apenas A.S. “chupa o pênis” do declarante. (PROCESSO PENAL, 1996).

O referido processo foi registrado no ano de 1996, ou seja, meados da década de 1990. É um momento rico para os homossexuais em termos de lutas por direitos, e consolidação de políticas públicas. Como já visto anteriormente, a cidade de Aracaju está contemplada nesse cenário, representada pelo movimento homossexual local, o Grupo Dialogay que reivindicou ativamente direitos sociais, além disso, houve, nesse período, o estabelecimento de políticas de saúde, sobretudo, por meio da iniciativa de profissionais que abraçaram a causa.

O termo “bissexual” foi citado logo no início dos primeiros documentos que abrem o processo. O uso de tal palavra é justificada pelo profissional do direito, como citada literalmente pelo próprio garoto no momento em que prestava declaração. Talvez fosse uma tentativa de evidenciar que a “vítima” mostrava conhecimento do que falava, por outro lado, é uma maneira de reforçar a necessidade de que o uso de tal categoria era importante na condução do inquérito policial, pois podia ser usada para esclarecer efetivamente os meandros da relação entre os envolvidos, por outro lado, tal categoria pode ter suscitado entre os profissionais do direito o questionamento sobre o que significa ser bissexual, numa sociedade onde a norma posta é a heterossexualidade. É importante destacar que nem mesmo o movimento político homossexual lida bem com essa categoria nos dias atuais, suscitando vários debates e críticas àqueles/as que “não saíram do armário” (FACCHINI, 2005; MOTT, 2010 ).

O discurso policial presente no processo é formado a partir de um grau de complexidade envolvendo o debate sobre sexualidade. Tal evidência se consubstancia com as perguntas que se seguiram após a revelação de que o denunciado era “bissexual”. O termo “hermafrodita” surge no cenário do processo para delimitar/esclarecer as características biológicas do acusado, e talvez para justificar socialmente a relação existente entre o garoto e o então denunciado, apresentado nos documentos oficiais como “hermafrodita” e detentor de duas genitálias, que caracterizam biologicamente o macho e a fêmea, provocando “incertezas” em relação ao verdadeiro sexo do mesmo, conforme escreveu (FOUCAULT, 1982).

No discurso a “vítima” afirma que o denunciado possuía “pênis, vagina e ânus”, e que nas relações sexuais, ele era o único que penetrava “sexualmente” o denunciado. Isto significa que havia a necessidade, no contexto de produção da “verdade” na esfera policial, de demarcar os papéis desenvolvidos por cada um na relação. O ato de penetrar e ser penetrado é um marcador social importante para a definição das masculinidades e feminilidades e, conseqüentemente, confere *status* aos indivíduos baseado, sobretudo, no binômio dominação/submissão. Penetrar no ato sexual significa dominar o outro, nesse sentido, as relações de poder ficam claras e conferem à cultura brasileira uma outra singularidade diferente no lidar com tal prática, na medida em que não importa qual corpo é penetrado, mas quem penetra é considerado culturalmente o macho (FRY, 1983).

A declaração de que o garoto é o único a praticar a penetração, e que esta é meramente vaginal, não havendo entre ambos prática de sexo anal revela, mais uma vez, que o discurso construído foi guiado através das marcas e concepções que definem o gênero, portanto, parece que foi imprescindível esclarecer que a penetração só acontecia por meio do sexo vaginal e que a feleção apenas era praticada pelo denunciado, ou seja “chupar o pênis” do outro parece ser compreendido/permitido, desde que seja o “hermafrodita” que seja o protagonista.

Segundo consta nos autos, o envolvimento entre as partes começou porque o denunciado era conhecido como “pai de santo” na região em que moravam, e por causa disso, tornou-se o conselheiro espiritual da mãe da “vítima”. A casa em que “o pai de santo” fazia o atendimento era então frequentada pela mãe que sempre estava acompanhada do filho. O lugar foi denominado no documento oficial como “terreiro de macumba”, local em que os “exus se incorporavam no indiciado” (PROCESSO PENAL, 1996).

A “vítima” informou que frequentou o terreiro por mais ou menos um mês, e só após esse período, houve o primeiro envolvimento com o indiciado. Após ser questionado sobre a existência de violências por parte do indiciado, o garoto informou “Que a relação foi de livre e espontânea vontade, não havendo qualquer manifestação de violência” (PROCESSO PENAL, 1996). Além disso, o documento processual aponta para o fato de que o garoto foi o primeiro a demonstrar interesse pela pessoa de A.S., conforme trecho, “Que demorou mais de um mês para o declarante ter relações com o indiciado; Que o declarante foi o primeiro a manifestar interesse por A.S., sendo que este após tempo aquiesceu” (PROCESSO PENAL, 1996).

Outro dado interessante que surge no discurso da “vítima” diz respeito ao nome social usado pelo indiciado, e a maneira que o mesmo se vestia. O uso de peruca, as roupas femininas faziam parte do cotidiano de A.S., e não parecia incomodar a “vítima”, ao contrário parecia lidar bem com tais características, “Que o declarante sempre soube que o nome do indiciado era A.S., porém o apelido do mesmo era Elaine. Que A.S. veste peruca, calcinha, roupa de mulher em geral” (PROCESSO PENAL, 1996).

O menor convivia com A.S., dividindo a intimidade e a casa. A mãe da “vítima” tinha conhecimento que seu filho frequentava constantemente a casa do indiciado, mas quando soube da relação afetiva que existia entre os dois não permitiu o convívio, e acionou o pai do garoto para tomar providências em relação ao fato. O relacionamento foi descoberto pela mãe da vítima, quando se dirigiu à casa do indiciado à procura de seu filho, e para saber o que acontecia por lá. Essa procura só foi possível porque a mesma descobriu que o filho havia mentido ao afirmar que passaria o final de semana na casa do pai. Ao chegar à residência de A.S., a mãe encontrou o garoto, que, por sua vez, resolveu revelar toda a história. Por não aceitar a relação afetiva entre os dois, a mãe resolveu contar tudo ao pai do menino, que retirou o garoto da casa de A.S.:

Que o declarante contou tudo a sua mãe, sendo que esta manifestou o interesse de levá-lo de volta para sua casa; Que o declarante se recusou a voltar com sua genitora, e a mesma revelou os fatos ao genitor do declarante aqui presente; Que, portanto, sua genitora se manifestou contrária ao envolvimento do declarante com A.S; Que o declarante conviveu com A.S por três meses, até que seu pai o retirou de lá (PROCESSO PENAL, 1996).

Após os registros dos relatos sobre a relação afetivo-sexual que as partes mantinham, e após a informação descrita de que o pai e a mãe do garoto o retiraram do recinto domiciliar de A.S., as perguntas feitas pela polícia foram dispostas para dar evidência sobre as condições econômicas que o indiciado dispunha:

Que A.S. não trabalha e ganha dinheiro apenas com os trabalhos de macumba; Que a casa é muito pequena, consistindo em apenas um cômodo, mobiliado com uma cama, um mini fogão, sendo

que lá mesmo os trabalhos de macumba são realizados; Que não existe banheiro, porém fizeram uma improvisação com sacos plásticos, lona de caminhão e a água para banho é conseguida em baldes com a vizinhança; portanto as acomodações são péssimas; Que o declarante afirma não ser homossexual, porém não foi induzido por A.S. a se envolver com o mesmo; Que a relação se deu espontaneamente. Nada mais disse (PROCESSO PENAL, 1996).

Os dados presentes no processo demonstram que as condições econômicas do “pai de santo” não eram boas. A descrição de sua residência revela características do espaço em que viviam, deixando claro tratar-se de pessoas das classes populares (FONSECA, 2000; 2002). Outro dado que chama atenção é o questionamento sobre o uso do banheiro, explorando a ênfase na improvisação desse espaço com exemplos de uso de sacos plásticos e lona de caminhão. Além disso, o destaque dado à dificuldade encontrada pelos moradores da casa para conseguir água para o banho pode revelar a preocupação do Estado com a higiene do ambiente, a regulação moral da mesma, e conseqüentemente, a constatação de que essas pessoas encontravam-se em má situação por não seguir os preceitos higienistas, dados que podem contribuir também para criminalização das camadas populares, conforme destaca Adorno (1996).

Por outro lado, esse fragmento traz dados que retratam a relação entre homossexualidade e as religiões afro brasileiras. As afirmações de que o “pai de santo” “não trabalha” vive dos “trabalhos de macumba” pode ser indicadoras das formas de tratamento dispensadas às religiões afro-brasileiras, como já definido por autores clássicos no Brasil, (RUTH LANDES, 1967; FRY, 1982).

Landes (1967), ao estudar a homossexualidade masculina na Bahia e os cultos afro-brasileiros na década de 1940, abordou a grande incidência de homossexuais masculinos nas casas de cultos, especialmente as não-nagôs<sup>86</sup>. Apesar de a autora informar sobre o

---

<sup>86</sup> Landes (1967) refere-se aos cultos nagôs e aos cultos caboclos que pertencem ao ritual do candomblé. Segundo a autora, a tradição dos rituais nagôs afirmavam que somente as mulheres eram consideradas aptas a tratar as

relaxamento dos tabus na constituição dos cultos não- nagôs, principalmente na redução das barreiras para a participação dos homens como filhos e pais de santos, continuou presente a ideia fundamental de que somente a feminilidade podia servir aos deuses. Sendo assim, a maioria dos homens que participava ativamente dos rituais como filhos pertencia ao grupo de homossexuais “passivos”, e que vivia em situação de exclusão social. Ao penetrar em influentes casas de candomblé de cultos caboclos, eles passavam a contar com prestígio social, poder e saber de sacerdote que lhe conferiam novo *status*. Assim, procuravam seguir os preceitos das mães sacerdotisas e estabelecer a unidade, mas buscavam também em tais espaços a consecução do desejo de se aproximar das características que definem o feminino. “O aspecto físico, as roupas, os modos femininos, o estilo de dançar são alguns dos atributos que conferem a insistência na busca da feminilidade” (LANDES, 1967, p. 292). Os terreiros servem aos cultos, mas também à consolidação de outras relações sociais, dentre elas, as amorosas, além disso, “há também a exploração dos cargos sacerdotais em benefício dos interesses pessoais, sendo que a homossexualidade tem diferente significação pessoal para cada um” (LANDES, 1967, p. 296).

Peter Fry (1982), ao estudar a relação entre homossexualidade masculina e os cultos afro-brasileiros na cidade de Belém, fez críticas aos estudos de Landes (1967) principalmente no que se refere à diferenciação entre as categorias analíticas e nativas, expondo a necessidade de uma investigação mais detalhada e metodologicamente criteriosa sobre homossexualidade e cultos. O autor argumentou que esses locais atraem homens com preferências homossexuais porque da mesma forma que a homossexualidade, os lugares de cultos e o desenvolvimento de seus rituais se constituem também como espaços desviantes, sobretudo no que diz respeito aos valores dominantes brasileiros. Associado a isto, o autor argumenta que “ser definido pela sociedade como sujo e perigoso é frequentemente uma vantagem positiva para aqueles que exercem uma profissão ligada aos poderes mágicos” (FRY, 1982, p. 56).

Nesse sentido, estar à margem significa contato permanente com o perigo, e consequentemente estabelecer relações com a esfera do

---

divindades e que os serviços dos homens eram blasfemos e desvirilizantes. Essa concepção muda com a introdução dos cultos caboclos que passaram a formar com maior incidência filhos e pais de santo.



poder. Dentro desse contexto, a figura do pai de santo reúne aspectos importantes, tanto dos papéis femininos quanto do masculino, que são “manipulados em seu próprio benefício.” (FRY, 1982, p. 76). Talvez isso estivesse presente nas relações constituídas por mãe-pai- filho.

Seguindo o delineamento do processo, antes do encerrar o documento que traz a versão oficial do menor sobre o relacionamento afetivo-conjugal com A.S., o delegado questionou o mesmo sobre a sua homossexualidade, “Você é homossexual?”. O garoto respondeu que “Não era homossexual” e destacou mais uma vez que “Não foi induzido por A.S. a conviver durante três meses com o mesmo” (PROCESSO PENAL, 1996). Esta informação evidencia o tempo de convivência existente entre os mesmos, bem como a espontaneidade do garoto em manter o relacionamento afetivo-sexual. Da mesma forma, também expôs que A.S. sabia que o caso entre os dois não tinha o conhecimento por parte da família do garoto. No registro policial, a informação é posta da seguinte forma: “Que o declarante enganava a genitora do mesmo, dizendo que ia passar o fim de semana com o pai, mas na verdade ia para o terreiro de A.S, sendo que A.S era conivente com a mentira” (PROCESSO PENAL, 1996). O termo de declaração prestado pelo menor é encerrado com a assinatura do escrivão, delegado, da “vítima” e do pai do mesmo. O documento que segue diz respeito às declarações prestadas pelo pai do menor na delegacia, sendo registrada na mesma data que a anterior, ou seja, os depoimentos foram colhidos no mesmo dia.

O pai da “vítima” foi identificado como V.P., “casado, 31 anos de idade, natural do Estado da Bahia, sendo policial militar” (PROCESSO PENAL, 1996). A declaração registrada começa revelando ausência paterna no ambiente familiar em que o seu filho vivia, da mesma forma que ratifica que o pai não tinha conhecimento de informações sobre a vida do menor, por exemplo, o fato de ter deixado de frequentar a escola. “Que o declarante foi informado pelo tio de sua ex-mulher que o seu filho de 13 anos de idade havia saído de casa e estava morando com um travesti, que inclusive o garoto havia deixado a escola” (PROCESSO PENAL, 1996). No entanto, em nenhum momento do processo essa informação foi novamente usada pelos profissionais do direito para questionar a ausência do menor na escola e para cobrar dos pais explicações sobre tal situação.

Apesar de ter surgido no discurso da “vítima” anteriormente à afirmação de que A.S. vestia peruca, calcinha e roupa de mulher em geral, a primeira vez que o termo “travesti” surgiu no documento oficial foi nas declarações do pai do menor. É importante destacar que o pai da

“vítima” foi identificado como policial militar, talvez o uso do termo mostre que essa é uma categoria mais próxima do discurso policial. Sendo assim, é possível que o uso da categoria hermafrodita citada anteriormente no discurso da “vítima”, possa não ser de uso da polícia, mas sim fazer parte do cotidiano do garoto.

Outro momento em que tal termo surgiu foi quando o pai do garoto deu informações sobre como chegou ao paradeiro do filho e do acusado, e qual estratégia usou para levar o mesmo à delegacia:

Convidou o travesti A. S a acompanhá-lo até a casa da genitora do garoto; Que no caminho o declarante resolveu deixar o travesti na delegacia plantonista, contando com o apoio do delegado; O declarante retornou a casa do travesti e encontrou o seu filho levando-o a delegacia plantonista (PROCESSO PENAL, 1996).

O uso da categoria travesti revela muito sobre o universo descrito nas declarações prestadas pela “vítima”, como, por exemplo, o pertencimento às classes populares e a maneira de se vestir protagonizada por A.S. Segundo informa Fernanda Cardozo (2009), as travestis retratadas através dos estudos etnográficos produzidos no Brasil revelam que a maioria pertence às classes populares, e atuam como profissionais do sexo. Além disso, o termo designa a forma como os sujeitos se transformam através das vestimentas, sempre considerando o sexo oposto (CARDOZO, 2009, p. 13). Um dado importante que também é abordado pela autora é o fato de que travestis se consideram atualmente heterossexuais. Segundo depoimento da “vítima”, este não se percebia como homossexual, o que talvez seja um indicativo de que nos anos 90 em Aracaju, esse caso já abordava os aspectos da vivência de um relacionamento heterossexual entre acusado – “travesti” e “vítima”.

O termo travesti é retratado na teoria de gênero e sexualidade, mas os pressupostos teóricos que marcam a categoria demonstram a forma diversa de como é compreendida. As discussões teóricas que orientam a referida categoria expressam-se tanto a partir dos pressupostos de sexo-gênero, definidos por Rubyn (1998) no qual estão presentes as problematizações dos aspectos políticos que envolvem a sexualidade, chegando ao debate proposto pela teoria *queer*, por Judith Butler (2003), Beatriz Preciado (2008) e outros/as autores/as, pondo em questionamento as estruturas tradicionais que explicam o sexo e o

gênero, e chamando atenção para o debate sobre a (des) construções identitárias.

As declarações do pai prosseguiram e surgiram mais informações:

Que o travesti disse ao declarante que a genitora da vítima levava este para ficar na casa do travesti o dia todo; Que os fatos se deram a mais de um mês; Que o travesti A.S afirmou que a genitora da vítima sempre soube do envolvimento do filho com ele A.S, adotando providências apenas no momento em que a vítima e indiciado passaram a conviver; Que o declarante percebeu que seu filho encontrava-se em estado mental completamente perturbado quando do resgate; Que inclusive seu filho dizia que A.S “estava grávida” e se referia ao mesmo usando o pronome “ela” (PROCESSO PENAL, 1996).

Esse fragmento revela algo importante, o garoto parece reconhecer a identidade feminina da travesti, tratando-a no feminino, numa atitude que se mostra inovadora para os anos 90, ou talvez o mesmo compreendesse que estava vivenciando uma relação heterossexual. As informações apontam para o conhecimento da mãe em relação ao envolvimento existente entre “vítima” e denunciado, sendo que as providências parecem ter sido adotadas quando os dois começaram a viver juntos sob o mesmo teto. Tal fato pode falar da convivência da mãe com o relacionamento, e da relação espiritual que mantinha com o “pai de santo”, pois um dado que chama atenção na declaração do pai do garoto diz respeito aos serviços espirituais prestados pelo “pai de santo” à mãe. Além disso, o pai do garoto revela ainda a quantia referente à pensão que pagava à ex-mulher: “Que o declarante descobriu que a genitora da vítima pagou noventa reais pelo serviço de macumba ao indiciado, sendo que a pensão que paga a ex-esposa é de cinquenta e sete reais”<sup>87</sup> (PROCESSO PENAL, 1996).

---

<sup>87</sup>O salário mínimo vigente em 1996 era de R\$112,00, conforme pesquisa realizada no site [http://www.guiatrabalhista.com.br/guia/salario\\_minimo\\_1940a1999.htm](http://www.guiatrabalhista.com.br/guia/salario_minimo_1940a1999.htm), acessado em 07 de maio de 2011.

Após o genitor informar o valor da pensão que pagava ao filho e destacar a diferença entre tal valor recebido pela mãe e o que foi pago ao “pai de santo”, o delegado encerrou as declarações do pai do menor. Como de praxe o documento contém as assinaturas do delegado, declarante e da escritã responsável pelo registro. Após esses termos de declaração, o delegado solicitou o laudo de exame de atentado ao pudor na “vítima”. Essa é uma regra pautada pelo CPP, e que tem como objetivo deixar evidente a materialidade, ou não, do crime, através do saber médico-legista. O resultado do exame de atentado ao pudor indicou que:

Não foi observado qualquer lesão de solução de continuidade em região anal. Em face da ausência de lesão não podemos afirmar ou negar a prática da conjunção carnal. O exame não indica vestígio de violência, não há indicação também de problemas mentais por parte da vítima (PROCESSO PENAL, 1996).

Um dos pontos importantes do laudo é a informação de que não houve sinal de violência, muito menos de anormalidade mental na “vítima”. Outro destaque está relacionado ao fato de não haver indício que revelasse vestígios de penetração anal. Após sair o resultado do exame de atentado violento ao pudor, o indiciado foi intimado a comparecer para prestar depoimento. A intimação foi assinada por A.S., no entanto, o mesmo não compareceu à delegacia para os esclarecimentos.

A partir de então, várias intimações foram enviadas, todas acompanhadas do mandado de condução coercitiva<sup>88</sup>, as respostas contidas nos documentos informavam a impossibilidade de localizar o indiciado, uma vez que segundo informação de sua própria irmã a Sra. M.S., o mesmo desapareceu com endereço ignorado. Após essa constatação, a pessoa intimada a comparecer à delegacia para prestar declarações na unidade policial foi a irmã do indiciado. A declaração da mesma foi adicionada aos autos do IP, bem como a qualificação indireta do acusado com informações sobre a sua vida pregressa e a folha de antecedentes criminais.

---

<sup>88</sup> Trata-se de uma modalidade de prisão cautelar de curta duração, com a finalidade de garantir a produção de provas.

O documento que sucede no IP é o termo de declaração prestado pela irmã do indiciado. Segundo consta, a irmã é identificada como “Solteira, 40 anos de idade, natural do interior do Estado” (PROCESSO PENAL, 1996).

Após ser inquirida pelo delegado respondeu o seguinte:

Que é irmã do indiciado, que A.S. está com aproximadamente 30 anos de idade e é natural da mesma cidade; Que A.S não trabalha, apenas realiza cultos ubandistas; Que não sabe dizer a data precisa em que seu irmão vendeu todas as coisas e partiu para local incerto; Que há mais de um mês a declarante não vê seu irmão; Que uma vizinha de A.S. informou que este havia partido para a cidade de Salvador; Que a declarante não sabe dizer por quanto tempo seu irmão manteve o relacionamento com o garoto, acrescentando a declarante que se posicionava contra esta relação; Que a declarante não sabe informar a idade do garoto, sabendo apenas que se tratava de um adolescente; Que seu irmão A.S é do sexo masculino apesar de se tratar de um travesti, não sabendo dizer a declarante se o mesmo fez alguma cirurgia no intuito de trocar o sexo; Que a declarante nunca viu o irmão A.S nu, não sabendo informar a possibilidade de ser o mesmo um hermafrodita, acrescentando que A.S viveu maritalmente com uma mulher com quem tem uma filha e já tem até uma neta. Nada mais disse (PROCESSO PENAL, 1996, grifos nossos).

O documento referente às declarações prestadas pela irmã de A.S é breve, mas toca em pontos importantes para esclarecer aspectos do corpo, sexualidade e identidade de A.S. A mesma confirma que seu irmão é uma travesti, “apesar de ser do sexo masculino” (PROCESSO PENAL, 1996), e quando interrogada se o mesmo havia realizado alguma cirurgia de troca de sexo, respondeu não saber. Questionada mais uma vez se já tinha visto o seu irmão “nu”, disse que não, e que não sabia dizer se o mesmo era um hermafrodita, mas informou que ele já havia sido casado com uma mulher, e que tinha filha e até neta.

Após as declarações da irmã de A.S., o documento que dá continuidade ao processo é o auto de qualificação indireta do indiciado. Através dele, o mesmo foi caracterizado como “sendo de cor negra,

possuindo um filho, analfabeto, pai de santo, não bebia e não consumia drogas” (PROCESSO PENAL, 1996). A folha de antecedente criminal não indicou nenhum tipo de registro criminal. Os dados trazidos na declaração da irmã são muito interessantes, pois mostram a trajetória afetiva do sujeito, que foi casado, teve filha e tornou-se avô, também fala de raça/cor e de seu grau de instrução. Talvez a informação sobre o fato de que “tenha vendido tudo” e fugido para Salvador possa evidenciar as formas de fuga encontradas por A.S, e aponta para uma questão que remete ao tratamento dado a negros analfabetos e homossexuais no sistema judicial e carcerário brasileiro (ADORNO, 1996). Volto a Cardozo (2009) que aborda em seus estudos as histórias de vida de travestis sem escolaridade, de classes populares e de cor, apontando para as dificuldades encontradas por estas sujeitas<sup>89</sup> quando da relação com o sistema de justiça. No caso estudado, nos anos 90, trata-se de um “pai de santo”, o que remete aos estudos clássicos sobre o tema da relação entre religiões afro-brasileiras, classes populares, homossexualidade e negritude no Brasil, mencionado anteriormente. A revelação da irmã de A.S. de que não via o mesmo há um mês remete à explicação dada por Fry (1982) sobre a situação de “marginalidade” que, muitas vezes, enfrentam diante da sociedade e da família:

Como já observamos os pais de santo que também se definem como “bichas” são duplamente “marginais” em relação à sociedade mais ampla. Definidos como desviantes em termos sexuais, eles mesmos se excluem das suas redes de parentesco tornando-se *outsiders* em termos de estrutura social. Eles não só tendem a viver restritos em uma rede social considerada “marginal” à sociedade “normal”, como também idealmente caem fora dos processos de produção convencional. Sua renda derivada dos serviços mágicos torna-os capazes de viver exclusivamente do “trabalho santo” (FRY, 1982, p. 77).

As declarações da irmã de A.S. encerram a seção de oitivas da “vítima” e testemunhas do caso. Interessante perceber a ausência das

---

<sup>89</sup> A autora Fernanda Cardozo (2009) usa a categoria “sujeitas” para se referir às travestis.

declarações da mãe do menor para a composição do processo penal. O registro de nascimento da “vítima” foi anexado ao IP, a fim de comprovar a menoridade e o delegado passou à confecção do relatório que encerrou o inquérito policial.

A confecção do relatório policial é um momento importante, e que finaliza o inquérito que será encaminhado ao Poder Judiciário. Chamo atenção para o que Figueira (2005) aborda:

Para entrar na fase judicial, o discurso policial precisa ser construído numa linguagem que possa ser instrumentalizada pelos profissionais do direito que operam nesta fase, e esta linguagem é a das provas e dos indícios. Nessa perspectiva podemos observar nos autos do inquérito o efeito de uma dupla conversão. Primeiramente, a conversão – efeito de interpretação – do discurso realizado pelos acusados, em linguagem policial. Numa fase seguinte temos a conversão da linguagem policial em linguagem jurídica (FIGUEIRA, 2005, p. 56).

O inquérito produzido foi encaminhado ao juiz da Vara da Infância da capital sergipana, e em seu início, destacou o seguinte:

O presente inquérito policial visou aclarar as circunstâncias do fato típico em que o “travesti” A.S praticou continuamente o crime de atentado violento ao pudor contra o infante L.P, durante três meses continuamente, período compreendido entre a passagem do ano próximo passado ao ano presente, nesta urbe. Assim a vítima de 13 anos de idade foi levada pela própria genitora a fim de praticar cultos de Umbanda, uma espécie de religião que invoca efeitos sobre naturais, à residência do indiciado, homossexual desocupado, com aproximadamente 30 anos de idade (PROCESSO PENAL, 1996).

O início do relatório deixou clara a intenção do delegado em relatar a existência do delito, que foi denunciado pela família da “vítima”. O trecho em que afirma que “praticou continuamente o atentado violento ao pudor” evidenciou a vontade de caracterizar a relação entre o menor e A.S. como crime sexual. Por outro lado, o

delegado ativou a categoria homossexual para identificar o acusado em seus argumentos. É importante lembrar que Fry e MacRae (1983) mostram como essa é uma categoria da modernidade. No caso em questão, ela está sendo usada em um momento histórico de Aracaju no qual o movimento homossexual estava bastante presente na imprensa, reivindicando espaços, direitos e evidenciando os problemas que atingiam o público homossexual, como, por exemplo, a AIDS e os crimes homofóbicos, fatos que estavam acontecendo na época em que esse processo foi registrado.

O relatório policial mostra contradições, o mesmo inicia-se afirmando que houve um crime de atentado violento ao pudor, mas, logo em seguida, ratifica a existência de um relacionamento afetivo entre “vítima” e “denunciado”, conforme trecho “A vítima se encontrou com o homossexual e ambos começaram a manter um relacionamento amoroso com práticas de atos libidinosos” (PROCESSO PENAL, 1996). Nessa perspectiva, o delegado contradiz o princípio das provas e dos indícios e constrói o IP com características dúbias.

Ao prosseguir na construção do inquérito, o delegado aumenta ainda mais as contradições do seu discurso ao afirmar que o crime de fato existiu, mas que o corpo do adolescente não ficou marcado porque houve a participação ativa do mesmo:

A versão sobredita dos fatos encontra guarida nos termos de declarações aos autos adunados comprovando de maneira suficiente a materialidade do crime “suboculo”, muito embora criminalístico não aponte a existência de lesões na região genital da vítima, resultado compreensivo tendo em vista a participação ativa nos atos libidinosos assumidos e confessados pelo menor (PROCESSO PENAL, 1996).

Sendo assim, o delegado concluiu o relatório policial indiciando A.S por prática de atentado violento ao pudor com presunção de violência. Destacou ainda que o indiciado tomou rumo incerto furtando-se à aplicação da lei penal, pelo que “Fica representada a prisão preventiva atinente” (PROCESSO PENAL, 1996). Ainda explicou que a genitora da vítima se recusou a comparecer, e por ter considerado a peculiaridade vexatória do delito apurado deixou de proceder à condução coercitiva pertinente da mesma. E conclui o documento afirmando:



Neste diapasão indiciiei indiretamente A.S com fulcro no 214 cc 224 do código penal. Entendo não caber neste fato inquisitorial as considerações sobre a relatividade da presunção de inocência, mas tão somente na fase acusatória (PROCESSO PENAL, 1996).

O documento que segue após o IP é do Ministério Público. Nessa fase é possível a promotoria denunciar ao caso, solicitar mais diligência à polícia ou pedir o arquivamento do IP. No caso em questão, o Ministério Público solicitou o arquivamento do inquérito policial, pois compreendeu através dos autos que o relacionamento se estabeleceu de forma espontânea, sem qualquer tipo de menção a atos violentos, crimes sexuais ou sedução:

Consta nos autos do inquérito, no entanto, que este relacionamento deu-se de maneira espontânea, inclusive por parte da vítima, que declara não ter sido induzido pelo indiciado. Ficando evidente também a participação de R.S, mãe da vítima, que o teria levado inicialmente ao encontro do indiciado. Também da perícia constante dos autos não emerge circunstância que possam dar margem a um possível atentado violento ao pudor (PROCESSO PENAL, 1996).

O promotor ainda chamou atenção para a forma como o IP foi construído pontuando problemas que impediram de efetivar a denúncia, como a pequena quantidade de testemunhas a ausência das declarações da mãe da “vítima”. Utilizou como argumento que os elementos colecionados na fase investigatória eram insuficientes para o ajuizamento da ação penal, e finalizou o documento da seguinte forma: “Isto posto, havendo a falta de justa causa para o oferecimento da denúncia, requeiro o arquivamento dos presentes autos, com base no artigo 28 do Código de Processo Penal” (PROCESSO PENAL, 1996).

A Decisão do juiz acompanhou a solicitação do Ministério Público, como numa orquestra em sintonia. Para o Poder Judiciário, o relacionamento se estabeleceu com o consentimento dos dois envolvidos, como afirma a sentença:

Consta dos referidos autos que A.S. teria aliciado o menor de 13 anos de idade, mantendo com o mesmo um relacionamento, chegando ainda a morarem juntos por um período de três meses. No entanto, segundo o que contém os autos, o relacionamento se deu de maneira espontânea por parte da suposta vítima, a qual declara não ter sido induzida pelo indiciado. Destaca o parecer do Ministério Público como detalhado em relação à exposição do pedido de arquivamento, encerrando o caso, Entende este juiz inteiramente procedente as razões expendidas pelo Dr. Promotor de Justiça, e arrimado no artigo 28 da Lei adjetiva Penal, determino o arquivamento do processo relativo ao indiciado A.S (PROCESSO PENAL, 1996).

A partir da sentença o caso em questão foi encerrado. O juiz ao observar as provas e os indícios presentes no IP, não se esquivou em seguir as orientações do Ministério Público, e, respondendo aos deveres sociais que lhe cabe como representante do Estado, proferiu a sentença arquivando o processo e encerrando o caso. É importante mencionar o papel representado pelo juiz na produção da verdade. Figueira (2005) destaca que na cultura jurídica “Os juízes são a personificação do saber jurídico (...). O olhar do juiz é revelador do exercício de uma autoridade, de um poder que ele representa (poder estatal) (...) O discurso da autoridade (do juiz) é um discurso autorizado” (FIGUEIRA, 2005, p. 73). Tal discurso está assegurado e fortalecido a partir da eficácia simbólica de sua autoridade que se sustenta, sobretudo, através das condições sociais em que é produzido (BOURDIEU, 2009).

A análise do processo em questão colocou em evidência discursos produzidos por meio do Sistema de Justiça Criminal, em torno das temáticas das relações afetivo-sexuais homoeróticas e da travestilidade, tal como era entendida na época. O registro de tal caso ocorreu em 1996 e o processo se estendeu até o ano de 1997, considerando todos os trâmites burocráticos envolvidos. É importante, mais uma vez, destacar que o encontro com um documento desta natureza (que retrata práticas de criminalização da homossexualidade) só foi possível porque eu estava pesquisando artigos sob a tipificação de crimes sexuais (estupro e atentado violento ao pudor), de outra maneira dificilmente eu teria conhecimento desse processo.

Através desses documentos produzidos pelo Estado, é possível observar como as questões relacionadas à família, homossexualidades e travestilidades, são perpassadas por teias de complexidade muito grande, e quando práticas homofóbicas fazem parte da instituição familiar vários caminhos são acionados em busca de soluções para o “problema”. No caso em questão, o Sistema de Justiça Criminal foi ativado para pôr fim a um relacionamento afetivo-sexual homoerótico, o qual as partes afirmavam ser espontâneo, em que, além disso, as provas mostraram a inexistência de qualquer prática que consubstanciasse atos violentos e de sedução. Ficou evidente que esse caso só foi registrado e investigado porque não houve aceitação da relação homoerótica por parte da família, principalmente do pai do garoto que compreendia o relacionamento como homossexual. Fato que expressa práticas de rejeição e tolhimento da liberdade de escolha sexual de jovens e ratifica formas diferenciadas de criminalização da homossexualidade, baseadas na busca de meios jurídicos para ratificar atitudes de hostilidades para com os jovens homossexuais.

O Estado quando acionado através do Poder Judiciário procedeu às investigações e, apesar de ao produzir o IP já ter ficado comprovada a inexistência de crime, o documento produzido foi encaminhado ao Ministério Público indicando a necessidade da prática do julgamento. Os indícios deixaram evidente que não havia crime, o que foi reconhecido pelo Ministério Público e o Poder Judiciário, além disso, foi apontada a “precariedade”<sup>90</sup> em que o IP foi produzido, inexistindo informações importantes para o prosseguimento das investigações. Talvez a falta de informações faça parte do reconhecimento da ausência do crime por parte da polícia, mas, ao mesmo tempo, pode revelar a falta de “coragem/vontade” para o arquivamento do IP na delegacia, que passou tal iniciativa ao Poder Judiciário, uma vez que as investigações foram iniciadas através de ofício judicial enviado à polícia. Esse fato revela as relações de poder/saber existentes entre as instituições que compõem o sistema, colocando em pauta a maneira como a homossexualidade foi tratada através da comunicação existente entre as instituições.

Através dos discursos da família, dos profissionais do direito e da “vítima” foi possível notar valores, saberes e debates que expressam as representações da época sobre a sexualidade, especialmente, no que diz

---

<sup>90</sup> Termo usado pelo Ministério Público.

respeito às relações afetivo-sexuais homoeróticas e da travestilidade, e deixou claro que para o filho tratava-se de relação heterossexual já que se baseava nos papéis de gênero desenvolvidos por ambos. Além disso, o processo penal colocou em destaque debate importante envolvendo o movimento homossexual e os estudos acadêmicos, principalmente no que tange a identidade, cultura, direitos e sexualidade.

Nesse contexto, surgiram no documento termos como bissexual, hermafrodita, travesti, que retratam o momento histórico e ajudam para a compreensão do contexto sociocultural brasileiro no que diz respeito às lutas homossexuais. É importante lembrar que Aracaju viveu um momento rico em relação à reivindicação de políticas públicas de sexualidade durante os anos 90, e questões como essas estiveram presentes no debate público, através das diversas manifestações do Grupo Dialogay sobre direitos homossexuais, violências, DST/AIDS, tendo a imprensa como importante aliada. Fato que pode apontar para a forma como a sociedade aracajuana já começava a compartilhar o debate público sobre sexualidade e amadurecia o debate público na busca de redução do preconceito.

Além do uso de tais termos no documento oficial ficou evidente como os papéis sexuais são importantes na definição do *status* de gênero e estão refletidos na cultura, sobretudo, a partir da performance do “ativo” e “passivo” sexual, das formas de penetração vaginal e anal, bem como da “felação”, ou seja, quais são os sujeitos a que são permitidas essas ações? O processo deixou claro através da fala do garoto, que ele era o sujeito que penetrava a vagina da travesti, e que não havia penetração anal, além disso, o sexo oral era praticado ativamente pela travesti. Ela era responsável pela produção de prazer no garoto.

Parece ficar evidente que, para os envolvidos, tratava-se de uma relação heterossexual – entre um indivíduo do sexo feminino e um indivíduo do sexo masculino - mas para a família e para o Sistema de Justiça era uma relação homossexual – entre dois homens biológicos. Esse ponto é importante porque evidencia como a travestilidade é ainda um fenômeno pouco entendido socialmente, e na década de 1990 as dúvidas pareciam evidentes. Sem dúvida, isso também se deve à falta de organização política das transexuais, na década de 1990, como mostrou a pesquisa realizada nos jornais de Aracaju, em que todo o movimento estava concentrado na defesa dos homossexuais de maneira geral, somente a partir dos anos 2000, as travestis começam a lutar por seu reconhecimento. Portanto, o documento revela que há duas representações sobre sexualidade em jogo: de um lado o pai e a justiça

que vêm no “pai de santo” um travesti com o qual o menino tem relações homossexuais, do outro, o jovem que vê a parceira como “hermafrodita”, com quem afirma manter relações heterossexuais.

O desenrolar do processo com a sentença ordenando o arquivando do mesmo mostrou o reconhecimento de uma relação afetivo-sexual entre as partes, e apontou para o fato de que os profissionais do direito (promotor e juiz) estiveram atentos a essa questão. O Estado procedeu à investigação por ter sido acionado pelo pai do garoto e o juiz, enquanto “autoridade legítima”, que detém o exercício do poder sobre as ações possíveis dos demais atores” (FIGUERIA, 2005, p. 73) reconheceu a ausência de crime.

É certo que esse caso durou um ano, e passou por várias instâncias dos subsistemas, e que o Estado pôs em questionamento também a legitimidade da relação afetivo-sexual, além da liberdade de livre orientação sexual do jovem e de A.S., mas, por outro lado, o reconhecimento da ausência de crime por parte do Poder Judiciário apontou para uma postura mais compreensiva dos profissionais do direito em relação às mudanças culturais, promovendo um diálogo entre o legal e o necessário para a busca da “verdade jurídica” e atentos às lutas, desejos e mudanças surgidas em Aracaju nos anos 90. Este resultado aponta para agência desses profissionais conforme destaca a autora Sherry Ortner (2007), compreendendo que os sujeitos exercem formas de resistências e que atuam na transformação da estrutura “ou mundo social tal como está constituído” através das suas práticas “interessadas”. Sendo assim, por intermédio da ação de pessoas comuns é possível que as modificações do mundo social possam ser desfeitas e refeitas.

Os dois processos estudados nesta tese indicam que em ambos os casos, está em jogo o desejo e o reconhecimento de afeto e sexualidade homoerótica de jovens, que não se intimidaram com a ação judicial reivindicada pela família para a criminalização de sua orientação sexual. Isso está relacionado às transformações sociais que levam à maior visibilidade da homossexualidade/travestilidade em Aracaju, no período estudado. Desse modo, certamente tais ações culturais que configuram um contexto social de modernização podem estar associadas às decisões da justiça em Aracaju, que absorveu a ré no processo envolvendo o casal de lésbicas - estudado no capítulo anterior - e arquivou o processo do adolescente e da travesti.

As decisões dos juízes em Aracaju pautaram-se no reconhecimento de que não houve violências e sim consentimento na relação homoerótica entre os/as jovens. Nesse ponto, vale fazer uma

reflexão sobre a constituição das leis e sua aplicação frente às mudanças culturais, e destacar a importância que obtêm alguns profissionais do direito que estão atentos à forma dinâmica através das quais as configurações sociais são formadas, e pautam suas decisões numa articulação entre o que rege a lei e o que apresenta a sociedade de seu tempo. Agindo de tal maneira, colaboram para a aplicação de uma justiça valorizando os aspectos mais diversos.

O Estatuto da Criança e Adolescente, embora em nenhum momento tenha sido citado nos referidos processos penais para justificar a ação judicial envolvendo os/as menores, foi criado no início dos anos 90, e reflete uma conjuntura interessante para se perceber vários aspectos gerais sobre infância e adolescência. Além disso, o ECA expôs também a tensão existente entre as diversas leis e suas aplicações, principalmente em casos envolvendo a sexualidade juvenil e as práticas sociais dessa sexualidade antes dos 14 anos. A lei é um instrumento para ser aplicado, mas a atenção do profissional do direito para as mudanças culturais possibilita práticas mais atentas e contribui para mudanças no Sistema de Justiça e na sociedade.

## FLORES

Olhei até ficar cansado  
De ver os meus olhos no espelho  
Chorei por ter despedaçado  
As flores que estão no canteiro  
Os punhos e os pulsos cortados  
E o resto do meu corpo inteiro  
Há flores cobrindo o telhado  
E embaixo do meu travesseiro  
Há flores por todos os lados  
Há flores em tudo que eu vejo

A dor vai curar essas lóstimas  
O soro tem gosto de lágrimas  
As flores têm cheiro de morte  
A dor vai fechar esses cortes  
Flores  
Flores  
As flores de plástico não morrem

(TITÃS, 1989)<sup>91</sup>

---

<sup>91</sup> GAVIN Charles; BELLOTTO Tony; MIKLOS Paulo; BRITTO Sérgio.  
**Flores.** Intérprete: Banda Titãs, 1989.





## 6. CONCLUSÕES

Realizar a tarefa de concluir significa refletir sobre o processo de construção do trabalho, tendo a clareza de que a finalização não leva necessariamente à verdade, mas abre os caminhos para descobertas que ajudam a clarificar as perguntas iniciais, necessárias ao embasamento e à constituição do trabalho científico, e, conseqüentemente, à compreensão do objeto proposto. Concluir é também abrir portas para novas questões e assim abrir pistas para novas pesquisas.

Reafirmo meu posicionamento teórico, fundamentado em Foucault (1981; 1995; 2009) de que cada sociedade tem sua maneira de produção de verdade, através dos modelos de discurso que ela faz funcionar como verdadeiros. Os dispositivos criados para discernir os enunciados verdadeiros dos falsos, os modos de interdição usados para sancionar os discursos; as técnicas e os procedimentos que são apreciados para obtenção da verdade; o estatuto e *status* daqueles/as que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro, tudo isso está diretamente relacionado às teias culturais que formam as sociedades específicas.

Vale lembrar que a pergunta inicial desta tese está direcionada à compreensão das formas através das quais se articulam os discursos que envolvem crimes sexuais, homossexualidade, homofobia e justiça na cidade de Aracaju dos anos 90. Para me aproximar dos objetivos propostos, escolhi percorrer um caminho metodológico em que privilegiei as fontes documentais (jornais e processo penais), articulando-as com algumas entrevistas com atores sociais citados nos artigos dos jornais e com um gestor da área de segurança pública em Sergipe. Através da incursão nessas fontes, pude desenhar alguns traços que foram me conduzindo a um momento histórico, com características peculiares específicas, mas que, ao mesmo tempo, dialogava com acontecimentos e transformações que estavam acontecendo em âmbito global, sobretudo no que diz respeito à temática estudada.

A pesquisa mostra que a década de 1990 em Aracaju se caracterizou como um período ambivalente, em que as transformações modernizadoras estão em tensão com os valores de uma sociedade tradicional. A capital sergipana apresenta um cenário produtor de um discurso moderno envolvendo os aspectos políticos, econômicos e culturais, e proporciona ao público, através dos jornais, debates importantes sobre sexualidade, homossexualidade, crimes violentos, AIDS e a emergência do movimento homossexual na cidade. Estes dois últimos (a chegada da AIDS e o movimento homossexual) foram

fundamentais para o fomento de mudanças culturais, sobretudo, através da desnaturalização de temas considerados até então tabus e que ganharam espaço na mídia, principalmente, com a publicidade dada a assuntos importantes para o público homossexual.

Vale lembrar que a década de 1990 se constitui nacionalmente como um período de fortalecimento do movimento homossexual, na busca das garantias de direitos, onde a parceria com o Estado contribuiu para a multiplicação de grupos ativistas, manifestação dos diversos sujeitos do movimento, através do fortalecimento dos encontros nacionais de gays e lésbicas, e a consolidação de festas e espaços destinados ao segmento homossexual, ações que tinham, inicialmente, o propósito de consolidar momentos de reivindicação e de lutas.

A efervescência das discussões envolvendo a homossexualidade fazia parte do contexto da época, e contribuía para o fortalecimento do movimento homossexual de Aracaju. Este teve um papel fundamental de atuação em várias frentes. Uma delas foi chamar a atenção da população aracajuana para os elevados índices de assassinatos de gays. Apesar do papel importante do movimento homossexual em Aracaju e da publicização de questões relacionada à homossexualidade, os anos 90 foram marcados por um número expressivo de mortes, evidenciando o lado perverso da homofobia que rondava as práticas dos cidadãos. Por muitas vezes, a indignação foi expressa através das “letras do papel”, sobretudo, quando percebidos a atuação lenta do Poder Judiciário frente ao desvendamento dos crimes.

As formulações de políticas públicas no campo das doenças sexualmente transmissíveis, principalmente no que diz respeito à AIDS, foi um divisor de águas para a compreensão da homossexualidade em Aracaju. A agência (ORTNER, 2007) de um profissional de saúde mostrou a eficácia das políticas para a prevenção de contaminação de AIDS no Estado, e projetou algumas iniciativas de Sergipe no cenário nacional. O debate sobre AIDS ultrapassou as fronteiras da saúde pública, e estabeleceu a necessidade da discussão sobre sexualidade, provocando o questionamento sobre as “certezas”, e colocando em evidência a fluidez das relações sexuais e familiares. Nesse sentido, uma característica desse período foi a ação individual de algumas pessoas e a possibilidade de agência dessas, que contribuiu para mudanças na forma de lidar com as ideias que caracterizavam as práticas sexuais, fomentando a constituição de políticas públicas. Foi através de tais ações que Aracaju contou com um grupo homossexual forte nos anos 90, destacou-se nas políticas de AIDS e segurança pública, e divulgou o debate intenso sobre sexualidade e preconceito.

As temáticas que estiveram presentes nos jornais de Aracaju na década de 1990 mostram como a cidade se apresentou fazendo parte de um cenário cuja tela era pintada por cores modernas, através de uma mistura de tonalidades que também definiam a interação entre os acontecimentos globais e locais.

Foi nesse cenário que dois processos penais foram registrados, com discursos peculiares que em suas linhas e entrelinhas, falavam de homossexualidades, homofobia familiar, crimes sexuais e justiça, constituídos, sobretudo, com o aval da lei penal brasileira que buscava defender os costumes. É certo que os casos apresentados nesta tese envolviam relações afetivo-sexuais entre menores de 14 anos idade e pessoas maiores de idade, mas desde o início das investigações também se comprovou a consensualidade dos relacionamentos.

Nesse sentido, os processos penais analisados traduzem-se em documentos ricos, pois em suas linhas foi possível captar como se articulam os discursos e saberes que conectam temas sobre homossexualidade, crimes sexuais, homofobia familiar e justiça, na cidade de Aracaju nos anos 90. Além disso, o documento evidenciou a questão para a qual Fry e MacRae (1983), Fry (1982), Green (2000; 2006), Simões e Facchini (2005), Fernandes (2011) já chamavam atenção em publicações anteriores, a respeito das diversas formas encontradas por instituições sociais para a criminalização da homossexualidade, embora a mesma não seja considerada crime no Brasil.

O Sistema de Justiça Criminal foi acionado por famílias para investigar relações homoeróticas envolvendo menores, uma maneira que perpetra formas punitivas visando à exclusão dos/as jovens sujeitos/as que vivenciavam relações homoeróticas, ratificando valores sociais de discriminação sexual e consolidando práticas homofóbicas, como denuncia Mott:

Já é tempo de se abandonar esta barbárie e estancarmos tamanha violência contra os/as jovens homossexuais. Neste sentido, o *Estatuto da Criança e do Adolescente* permite uma leitura mais humanitária e menos homofóbica, podendo tornar-se instrumento legal na defesa da livre orientação sexual dos/as jovens. Pretender “curar” um jovem gay ou adolescente lésbica fere um direito humano fundamental: a livre orientação sexual. Se a homossexualidade não é doença ou crime, por que impedir aos jovens homossexuais o

livre exercício de sua identidade existencial? (...) Humilhar, insultar ou castigar uma criança ou adolescente simplesmente porque demonstra tendência homossexual, é um acinte contra o artigo 17 do *Estatuto* quando garante: “O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral, abrangendo a preservação da imagem, da identidade e da autonomia”. Impedir que crianças e adolescentes desenvolvam livremente sua orientação homossexual viola o artigo 18 do mesma Lei quando determina: “é dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.” (MOTT, 2009, p. 5).

Mott (2009) aborda uma questão fundamental para a presente análise que esbarra na compreensão e aplicação da lei, sobremaneira, quando enfatiza as possíveis interpretações envolvendo os limites entre “proteção” do/a adolescente e/ou a “defesa” dos seus direitos, especialmente no que diz respeito à livre orientação sexual desses. Nos casos envolvendo a homossexualidade, como se apresenta o processo em questão, a procura por parte da família por instituições responsáveis pela aplicação da lei termina por colocar em tensão os limites entre desejo, poder, e violências vivenciadas por jovens, quando expõem a sua orientação sexual evidenciando o lado perverso da situação, que é justamente a falta de preservação da liberdade de escolha e da autonomia para o desenvolvimento de uma sexualidade satisfatória para os/as jovens.

Portanto, em meio às problematizações postas para o estudo das fontes documentais e das possibilidades de se compreender os meandros que perpassam as linhas do processo penal que analiso, parto do pressuposto foucaultiano que cada sociedade tem sua forma de produção de verdade, isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, as maneiras como se sancionam uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro, e essa forma de produção de verdade está diretamente relacionada às teias culturais que formam a sociedade.

As famílias, que denunciaram os filhos/as na delegacia na década de 1990 em Aracaju não aceitavam o relacionamento e, com todo o poder que lhes é atribuído pelo Estado para cuidar dos menores, procederam à denúncia, numa tentativa de criminalizar a homossexualidade. Vale lembrar que, embora as práticas homossexuais não sejam consideradas crimes na legislação brasileira, o controle dessas sempre se valeu das leis contra as relações sexuais envolvendo menores de idade (independente do sexo), o atentado ao pudor e a vadiagem, conforme Simões e Facchini (2009) destacam. Os processos são documentos importantes que expressam lutas e atos cotidianos envolvendo vários segmentos sociais. Possibilitam o resgate sobre as relações familiares e de vizinhança, expondo valores que compõem os grupos sociais, além das redes de sociabilidade e de solidariedade existentes em diferentes contextos culturais. Também mostra o posicionamento sobre assuntos variados, de um grupo seletivo, os profissionais do direito, que representando o Estado quando acionado, atuam na busca da “verdade jurídica”.

É através da constituição do processo penal, no qual os discursos dos envolvidos são postos em destaque, que o Estado se pronuncia. O processo revela aspectos interessantes para a compreensão das teias socioculturais presentes na localidade em que foi produzido, ao mesmo tempo em que apresenta em diálogo constante com tais mudanças e acontecimentos. Aracaju dos anos 90 pronunciava as transformações no âmbito dos valores morais, trazia nas colunas sociais dos jornais pesquisados notinhas sobre o processo de “revelação” dos jovens da elite, debatia sobre violências, política e AIDS, colocando em evidência questões relativas à homossexualidade, por exemplo, a liberação dos retrovirais para o tratamento de doenças sexualmente transmissíveis. Apontava para as várias mortes violentas que acometeram homossexuais e travestis nesse período e que ganharam muito destaque na mídia, realçando o espaço midiático conferido aos dirigentes do Dialogay, o primeiro e mais atuante movimento Gay local.

A cidade apontava para um novo cenário de modernização que se instaurava. A exibição em âmbito nacional na televisão, de novelas que expuseram a temática da “revelação” da homossexualidade também é um dado interessante, pois elas são muito importantes na constituição tanto da identidade nacional, quanto do senso comum no Brasil, e contribuem para a disseminação de valores, modas e costumes da modernidade. Fatos que podem se relacionar com as decisões dos juízes que atuaram nos casos, mostrando que para além do sistema e do que

rege a Lei, a compreensão das mudanças culturais são importantes e foram levadas em consideração por esses profissionais.

O processo penal, as matérias publicadas nos jornais e as entrevistas realizadas revelam uma oportunidade de perceber também como os saberes são postos em destaque, evidenciando pontos importantes que falam da cultura, das relações de poder e conflitos que cercam os grupos inseridos no debate. É, sobretudo, através do processo penal e da busca da “verdade” e dos jornais que questões caras ao debate social são apresentadas, por isso que esses documentos são ricos para a compreensão em escalas micro e macro da cultura e das suas relações com as mudanças estruturais amplas. Isto porque possibilitam uma visão sobre como se cruzam acontecimentos presentes na vida cotidiana e as decisões que são pautadas a partir da concentração de poderes que forma o Sistema de Justiça Criminal, fato que expõe a relação entre saber e poder e o papel do Estado no controle das populações.

Diferentes discursos sobre homossexualidade, homofobia familiar, crimes sexuais e justiça estiveram presentes no cenário da cidade de Aracaju nos anos 90 marcando as configurações sociais e pontuando saberes variados. Destacando as relações de poder e explorando as curiosidades sobre os aspectos distintos das práticas sexuais dos habitantes da cidade, e, principalmente, dos “casais” denunciados junto ao sistema.

Sob o argumento da “proteção” da minoridade, os discursos que identificam o posicionamento destas famílias de camadas populares nos processos são recheados de formas de intolerância em relação à orientação sexual dos/as jovens homossexuais. Este fato aponta para o que Schulman (2010) destaca quando reflete sobre o espaço familiar como um lugar de repressão sendo que o controle da sexualidade dos jovens se estabelece de maneira intensa. As relações de poder e dependência presentes no ambiente familiar, muitas vezes calcadas na necessidade de cuidados são reveladoras de uma cultura da intolerância, que fomenta ações violentas e evidencia a discriminação contra jovens homossexuais.

Os juízes, promotores e especialmente a defensora que atuou no caso das lésbicas, fazem parte desse contexto histórico da cidade de Aracaju, o qual constatei através da pesquisa, que se caracterizou por uma “explosão discursiva” sobre a homossexualidade, com atuação expressiva do movimento homossexual garantindo conquistas nas políticas de saúde e segurança pública. Os processos analisados mostram que estes profissionais do direito não ficaram alheios a esses discursos, e embora com posicionamentos também agressivos e

preconceituosos registrados nas linhas dos processos, não condenaram a ré classificada como “lésbica” e arquivaram o processo da pessoa denominada de “travesti”, pois reconheceram haver consentimento mútuo e afeto nas relações afetivo-sexuais que foram a julgamento

No caso do processo envolvendo as duas mulheres, o juiz considerou a plena consciência da “vítima” frente às suas escolhas e a ausência de qualquer tipo de violência para concluir a sentença. No processo em que a “vítima” foi o garoto, e a acusada a “travesti”, o juiz em questão também considerou a espontaneidade do relacionamento e arquivou o processo. A atitude dos juízes pareceu-me mais “progressista” do que o posicionamento das famílias refletido nos discursos da acusação.

Após análise das matérias jornalísticas, das entrevistas e dos processos judiciais, chamo atenção para o fato de que os discursos sobre homossexualidade que identifiquei na justiça em Aracaju dos anos 90, encontram-se entre a tradição da moral e dos costumes presentes nas instituições sociais modernas que formam a cultura brasileira deste período. Observei que esta modernidade adentrou a cidade de Aracaju marcada por matérias que estiveram presentes nas pautas diárias dos jornais, assim como pela presença atuante do movimento homossexual e da luta contra a AIDS no período. Da mesma forma constatei que a interpretação e reconhecimento por parte do Sistema de Justiça Criminal, especialmente, do Poder Judiciário, de que os processos registrados não se enquadravam como o tipo penal de “atentado violento ao pudor”, mas sim como as novas formas com que jovens vivenciam a sexualidade e as relações afetivo-sexuais, é a prova de que este processo de modernização global pelo qual passou o Brasil neste período, teve forte impacto também em Aracaju.





## REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio. Racismo, criminalidade violenta e justiça penal: réus brancos e negros em perspectiva comparativa. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n. 18, 1996. Disponível em: <http://www.nevusp.org/downloads/down179.pdf>, Acessado em: 13 nov. 2010.

ADORNO, Sérgio. Violência urbana, justiça criminal e organização social do crime. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n.33, p.145-156. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, 1991.

ADORNO, Sérgio; IZUMINO, W. **Fontes de Dados Judiciais**. In: FÓRUM DE DEBATES CRIMINALIDADE, VIOLÊNCIA E SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL: uma discussão sobre bases de dados e questões metodológicas. Temas Especiais. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada & IPEA e Centro de Estudos de Segurança e Cidadania & CESEC, novembro 2002, p. 3-25 Disponível em: [http://www.nevusp.org/portugues/index2.php?option=com\\_content&do\\_pdf=1&id=860](http://www.nevusp.org/portugues/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=860), Acessado em: 20 fev. 2012.

AGUIAR NETTO, Antenor de Oliveira. **Mapa: Localização de Aracaju no Brasil e no Estado de Sergipe**, 2012.

ALBERTI, Verena. Fontes orais: história dentro da história. In: PINSKY, C. B. (Org.). **Fontes históricas**. 2. ed. 2. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2010.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval. M; CEBALLOS, Rodrigo. As várias dimensões do masculino: traçando itinerários possíveis. **Revista de Estudos Feministas**. v. 13, n. 1. Florianópolis, jan.-abr. 2005.

ALBUQUERQUE JÚNIOR. Durval M. História: a arte de inventar o passado. **Ensaios de teoria da história**. Bauru, SP: EDUSC, 2007.

ALMEIDA, Miguel V. **A chave do armário: homossexualidade, casamento, família**. Florianópolis: UFSC, 2010.

ALVARENGA, Augusta, et al. T. Histórico, Fundamentos Filosóficos e Teórico-Metodológico da Interdisciplinaridade. In: PHILIPPI JR,

Arlindo; SILVA NETO, Antônio J. S. **Interdisciplinaridade em Ciência Tecnologia e Inovação**. Barueri: Manole, 2011.

AMARAL, Adriana. Etnografia e pesquisa em cibercultura: limites e insuficiências. *Revista USP – Cibercultura*. São Paulo. jun./jul./ago. 2010, p. 122-135.

ANGHER, Anne. J. **VadeMecum Acadêmico de Direito: Código de Processo Penal**. 2. ed. São Paulo: Rideel, 2005.

AQUINO, Luis O. R. Discurso Lésbico e Construções de Gênero. In: **Horizontes Antropológicos**, v. 1, n. 1. 1995. Disponível em: [:http://seer.ufrgs.br/index.php/HorizontesAntropologicos/article/view/Article/2584](http://seer.ufrgs.br/index.php/HorizontesAntropologicos/article/view/Article/2584). Acessado em: 21 nov. 2010.

ARACAJU. Secretaria Municipal de Planejamento. **Relatório ambiental da reurbanização do Bairro Santa Maria**. PMA/SEPLAN. Aracaju, 2002, 162 p.

ARAÚJO, Bruna. P. Lei Maria da Penha para todas: visibilidade e punição da lesbofobia no contexto doméstico e intrafamiliar. In: **Anais do II ENADIR**, São Paulo, USP. 2011.

ARDAILLON, Danielle; DEBERT, Guita Grin. **Quando a vítima é mulher**. Brasília: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, 1987.

AUDIÊNCIA DAS NOVELAS DA GLOBO. **Revista Veja**, 2008. Disponível em: [http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/perguntas\\_respostas/audiencia-novelas-globo/tv-televisao-ibope-indices-queda-emissora.shtml#10](http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/perguntas_respostas/audiencia-novelas-globo/tv-televisao-ibope-indices-queda-emissora.shtml#10). Acesso em: 2 abr. 2012.

AZNAVURIAN, Avedis. La Interdisciplina y la Necesidad de Integrar el Conocimiento 174. **Ludus Vitalis**. v. XIX, n. 35, 2011.

BACELLAR, Carlos. Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos. In: PINSK, Carla. B. (Org). **Fontes Históricas**. 2.ed. 2. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2010.

BAJER, Paula. **Processo Penal e Cidadania**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

BARRETO, Luiz A. **História do Poder Judiciário**. 2.ed. revista e ampliada do livro comemorativo O Poder Judiciário de Sergipe – 100 anos de História. Aracaju: Typografia Editorial/Edição do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, 2004.

BASTOS, Cristina. **Ciência, poder, ação**: as respostas à SIDA. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002.

BICALHO, Maria Fernanda B. **Crime e castigo em Portugal e seu Império**. Disponível em: [http://www.revistatopoi.org/numeros\\_anteriores/Topoi01/01\\_resenha02.pdf](http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/Topoi01/01_resenha02.pdf), Acessado em: 25 ago. 2011

BORGES, Lenise Santana; SPINK, Mary Jane Paris. Repertórios sobre lesbianidade na mídia televisiva: desestabilização de modelos hegemônicos?. **Psicologia & Sociedade**, v. 21 n. 3, p. 442-452, dez., 2009.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia**. Espanha: Bellaterra, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **O poder Simbólico**. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BOZON, Michel. **Sociologia da sexualidade**. Tradução Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BURKE, Peter (Org.). **A Escrita da História**. São Paulo: Editora UNESP, 1992, 360p.

BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da historiografia**: a Escola dos Annales1929-1989 / Peter Burke. Tradução Nilo Odália. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAMARGO, Wagner X; RIAL, Carmen S. M. Competições esportivas mundiais LGBT: guetos sexualizados em escala global. **Estudos Feministas**. v. 19, n 3, Florianópolis, 2011. p. 977-1003.

CANCISSU, Cynthia Regina Pemberton. **Lésbicas, família de origem e família de escolha**: Um estudo de caso. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, 2007.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O Trabalho do Antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In: **O Trabalho do Antropólogo**. 2.ed. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora UNESP, 2006.

CARDOZO, Fernanda. **Das dimensões da coragem**: socialidades, conflitos e moralidades entre travestis em uma cidade do Sul do Brasil. Dissertação de (Mestrado em Antropologia)- Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

CARRARA, Sérgio. O Centro Latino Americano em Sexualidade e Direitos Humanos e o “Lugar” da Homossexualidade. In: GROSSI, Miriam Pillar et al. (Org.). **Movimento Sociais, Educação e Sexualidades**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

CARRARA, Sérgio. **Política, Direitos, Violência e Homossexualidade**. 9ª Parada do Orgulho GLBT. Rio de Janeiro: CEPESC, 2006.

CARRARA, Sérgio; LACERDA, Paula. Viver sob ameaça: preconceito, discriminação e violência homofóbica no Brasil. In: VENTURI, Gustavo; BOKANY, Vilma (Orgs.). **Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

CARRARA, Sérgio; VIANNA, Adriana. “Tá lá o corpo estendido no chão...”: a Violência Letal contra Travestis no Município do Rio de Janeiro. **Physis Rev. Saúde Coletiva**, n. 16, Rio de Janeiro, 2006, p. 233-249.

CARVALHO, Tamara Teixeira de. **Caminhos do desejo**: uma abordagem antropológica das relações homoeróticas femininas em Belo Horizonte. Dissertação de Mestrado em antropologia UNICAMP, 1995.

CAVALCANTE, Maria Juraci Maia. O Jornal como fonte privilegiada de pesquisa histórica no campo educacional. In: II CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. Natal. **Anais...** Natal: UFRN, 2002.

COLLING, Leandro. A heteronormatividade e a abjeção - os corpos de personagens não-heterossexuais nas telenovelas da Rede Globo (1998 a 2008). In: VI ENECULT. 25 a 27 de maio de 2010. **Anais...** Salvador : FACOM-UFBA, 2010.

COLLING, Leandro. Personagens homossexuais nas telenovelas da Rede globo: criminosos, afetados e heterossexualizados. **Revista Gênero**, v. 8, n. 1, segundo semestre de 2007. p. 207-222. Disponível em : <http://www.cult.ufba.br/arquivos/textoGenero.pdf>, Acessado em: 29 mar. 2012.

CORRÊA, Mariza. Apresentação. In: ARANTES, Antônio Augusto et al. **Colcha de Retalhos**: estudos sobre a família no Brasil. 3. ed. Campinas: UNICAMP, 1994, p. 12.

CORRÊA, Mariza. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. **Cadernos Pagu**, v. 16, n.16, Campinas, 2001. p. 13-30.

CORRÊA, Mariza. **Morte em Família**: representações jurídicas de papéis sociais. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira. In: ARANTES, Antônio Augusto (Org.). **Colcha de Retalhos**: estudos sobre a família no Brasil. 3. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 1994.

COSTA, Juradir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

COSTA, Jurandir. S. F. **A Inocência e o vício** - Estudos sobre Homoerotismo. 3. ed. v. 1. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 1992.

COSTA, Marta Olívia Santana; BARRETO, Carlos Eduardo Santos; COLUCCI, Maria Beatriz. A fotografia na divulgação da ciência e tecnologia: análise dos jornais impressos Cinform e Jornal da Cidade. In: INTERCOM SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS

INTERDISCIPLINARES DA COMUNICAÇÃO XXXIV CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, **Anais...** Recife, PE, 2 a 6 de setembro de 2011.

COSTA, Patricia R. S. M. Crime sexual? Abordagem de um processo criminal envolvendo mulheres lésbicas. In: MARTINS, Mário; SILVEIRA, Viviane; NICHNIG, Cláudia; COSTA, Patrícia (Orgs.). **Por Linhas Tortas: Gênero e Interdisciplinaridade-II**. v. 6. Fortaleza: Instituto Frei Tito de Alencar, 2011.

COSTA, Patrícia. R. S. M. **Entre o Fato e a Lei**: representação, justiça e gênero no crime de estupro. Guarapari: ExLibris, 2008.

COSTA, Patrícia. R. S. M. **Estupro**: uma palavra, um silêncio, muitas cicatrizes. (Monografia de conclusão do curso de bacharelado em Ciências Sociais) Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2003.

COSTA, Patricia; GROSSI; Miriam. Nos Tribunais de Sergipe: Narrativas do Crime de Atentado Violento ao Pudor em Processo Judicial (2011). In: VIANA JÚNIOR ,Mario Martins; SILVEIRA, Viviane Teixeira; NICHNIG, Claudia Regina, COSTA, Patricia Rosalba Salvador Moura (Org.). **Por linhas tortas: gênero e interdisciplinaridade-I**. Fortaleza: Instituto Frei Tito de Alencar, 2011.

COSTA, Vera Teresa. **As representações da homossexualidade feminina na esfera pública virtual**. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

DA MATTA, Roberto. **Relativizando**: uma Introdução à Antropologia Social. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

DA MATTA, Roberto. Tem pente aí? Reflexões sobre a identidade masculina. In: CALDAS, Dario (Org.). **Homens**. São Paulo: SENAC, 1997.

DANTAS, Ibarê. **História de Sergipe**: República (1889-2000). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: 2004.

DEBERT, Guita Grin; Tribunal do Júri e as Relações de Afeto e Solidariedade, Gênero, família e gerações: Juizado Especial Criminal e

Tribunal do Júri, 09/2008, ed. 1, **Pagu Núcleo de Estudos de Gênero**. UNICAMP, p. 31, p.111-141, 2008

DEE PRYDE. Lésbicas Portuguesas no século vinte: apontamentos para história. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 89, jun. 2010. p. 127-139.

FACCHINI, Regina. **Entre umas e outras**: mulheres, (homo)sexualidades e diferenças na cidade de São Paulo. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)- Universidade de Campinas. Campinas-SP, 2008.

FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas?** Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro: Garamond, 304 p. (Sexualidade, gênero e sociedade, v. 6), 2005.

FAUSTO, B. **Crime e cotidiano**: a Criminalidade em São Paulo (1880-1924). 2. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001.

FAUSTO, Boris. **O crime do restaurante chinês**: carnaval, futebol e justiça na São Paulo dos anos 30. São Paulo: Companhia da Letras, 2009.

FELIPE, Jane; BELLO, Alexandre T. Construção do comportamento homofóbico no cotidiano do da educação infantil. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade Sexual na Educação**: problematizações sobre homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

FERNANDES, Felipe B. M. A Agenda Anti-Homofobia na Educação Brasileira (2003-2010). Florianópolis. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - UFSC, 2011.

FERNANDES, Felipe B. M; PEDRO, Joana M; GROSSI, Miriam P. Homofobia como uma categoria teórica no Brasil (2008): notas preliminares sobre a produção de trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses a partir da pesquisa na plataforma Lattes In: SEMINÁRIO CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE,3., 2008. Rio Grande, **Anais...**(S.1.): FURG/RS, 2009, f.1.12.

FIGUEIRA, Luiz Eduardo. **A produção da verdade nas práticas judiciárias criminais brasileiras**: uma perspectiva antropológica de um

processo criminal. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris e Eduff (coedição), 2005. v. 1. 108 p.

FIGUEIRA, Luiz Eduardo. **O Ritual Judiciário do Tribunal do Júri**. 1. ed. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2008. 264 p.

FIGUEIRA, Sérvulo. A Família da Classe Média Atual do Rio de Janeiro no Rio de Janeiro: Algumas Considerações. **Revista de Psicologia USP**, São Paulo, 3 (1/2), p. 83-92, 1992.

FIGUEIRA, Sérvulo. **O “Moderno” e o “Arcaico” na Nova Família Brasileira**. Notas Sobre a Dimensão Invisível da Mudança Social. In: Uma Nova Família? O Moderno e o Arcaico na Família de Classe Média Brasileira. Rio de Janeiro, Zahar, 1987. p. 11–30.

FISCHER, André. **Como o mundo virou gay?** Crônicas sobre a nova ordem sexual. São Paulo: Ediouro, 2008.

FONSECA, Claudia. A certeza que pariu a dúvida: paternidade e DNA. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 12(2) p. 264, maio-ago. 2004.

FONSECA, Claudia. A certeza que pariu a dúvida: paternidade e DNA. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 12(2), p. 264, maio-agosto/2004

FONSECA, Claudia. **Caminhos da Adoção**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

FONSECA, Claudia. **Família, Fofoca e honra: etnografias das relações de gênero e violência em grupos populares**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FONSECA, Claudia. **Família, Fofoca e honra: etnografias das relações de gênero e violência em grupos populares**. 2. ed. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2004.

FONSECA, Claudia. Ser mulher, mãe e pobre. In: DEL PRIORE, Mary, BESSANEZI, Carla (Orgs.). **História das Mulheres no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2007.



FONSECA, Claudia. Ser mulher, mãe e pobre. In: DEL PRIORE; Mary; BESSANEZI, Carla. (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 18 ed., São Paulo: Edições Loyola, 2009.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

FOUCAULT, Michel. **Eu Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão...**um caso de parricídio do século XIX. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. **Michel Foucault. Uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-249.

FRANÇA, Vera. L. A. **Aracaju: Estado e metropolização**. São Cristóvão: Editora UFS, 1999.

FRASER. Nancy. **¿De laredistribución al reconocimiento?**. Dilemas en torno a la justicia en una época "postsocialista". In: *Iustitia Interrupta*. Bogotá: Universidad de los Andes Siglo del Hombre, 1997. Disponível em: <http://www.cholonautas.edu.pe/modulo/upload/Fraser%20cap1.pdf>. Acessado em: 07 dez. 2010.

FROES DA SILVA, Anelise. Casas e ruas: representações das relações homoafetivas entre mulheres em diferentes espaços de sociabilidade em Porto Alegre". In: SEMINÁRIO HOMOFOBIA, IDENTIDADES E CIDADANIA LGBTTTT. NIGS/UFSC. **Anais...** Florianópolis, 2007. Disponível em: <http://www.nigs.ufsc.br/seminariolgbttt/> Acessado em: 13 maio 2012.

FROES DA SILVA, Anelise. **Mulheres em movimento(s):** Estudo etnográfico sobre a inserção de feministas e lésbicas em movimentos sociais institucionalizados e autônomos na cidade de Porto Alegre/RS".

Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)- Universidade Federal de Santa Catarina, 2010a. Disponível em: <http://www.tede.ufsc.br/teses/PASO0260-D.pdf>, Acessado em: 02 fev. 2011.

FROES DA SILVA, Anelise. Lésbicas negras feministas: diálogos entre gênero, raça e sexualidade nos movimentos lésbico e feminista no Sul do Brasil. In: ENLAÇANDO SEXUALIDADES. 1 ed., v.1, **Anais...**, Salvador, BA: ED. UNEB, 2010b. p. 97-110, Disponível em: <http://www.ses.uneb.br/anais.aspx>, Acessado em: 02 fev. 2011.

FROES DA SILVA, Anelise. Múltiplos ativismos, diversas identidades: lésbicas feministas em movimentos sociais. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 9 - Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. **Anais...** Florianópolis, 2010c. Disponível em: [http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278289721\\_ARQ\\_UIVO\\_FG9ArtigoCompleto04julho.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278289721_ARQ_UIVO_FG9ArtigoCompleto04julho.pdf), Acessado em: 02 de fevereiro de 2011.

FRY, Peter. **Para Inglês ver**: identidade e política na cultura brasileira. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1982.

FRY, Peter. Prefácio. In: MACRAE, Edward. **A construção da Igualdade**: Identidade Sexual e Política no Brasil da “Abertura”. p. 11-15. Campinas: Unicamp, 1990.

FRY, Peter; MACRAE, Edward. **O que é Homossexualidade**. 1. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

FUNK, Suzana. B. Discurso e violência de gênero, ou a “diferença” revisitada. In: TORNQUIST, Carmem Suzana *et al.* **Leituras de resistência**: corpo, violência e poder. v. I. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2009, p. 103-126.

GAVRON, Eva. L. **Dramas e danos**: estudos das vítimas de crimes sexuais na região de Florianópolis (1964-1985). Tese (Doutorado em História) Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina: UFSC, 2008.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GIDDENS, Anthony. **A Transformação da Intimidade**: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GOMIDE, Sílvia. **Representações das identidades lésbicas na telenovela Senhora do Destino**. Dissertação. (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade de Brasília, UnB, 2006.

GREEN, James N. **Frescos Trópicos**: fontes sobre a homossexualidade masculina no Brasil (1870-1980). Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

GREEN, James. Apresentação. **Cadernos AEL- Homossexualidade, Sociedade, Movimento e Luta**. Campinas: UNICAMP, n. 18 e 19, 2003.

GREEN, James. N. **A homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

GREEN, James. **Além do carnaval**. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

GROSSI, M. P. **Identidade de Gênero e Sexualidade**. Antropologia em Primeira Mão. Florianópolis, p. 1-18, 1998. (versão revisada - 2010) Disponível em: <http://www.miriamgrossi.cfh.prof.ufsc.br/publicacoes.html>. Acessado em: 25 nov. 2010.

GROSSI, Miriam et al. Banco de dados para estudar a violência na imprensa brasileira. **Cadernos NIGS**: metodologias. Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. v. 1, n.1, 2010. Disponível em: [http://www.nigs.ufsc.br/pdf/cadernos\\_nigs\\_metodologias.pdf](http://www.nigs.ufsc.br/pdf/cadernos_nigs_metodologias.pdf). Acesso em: 8 set. 2011.

GROSSI, Miriam Pillar. Gênero e parentesco: famílias gays e lésbicas no Brasil. **Cadernos PAGU**, (21), 2003, p. 261-280.

GROSSI, Miriam Pillar. Masculinidades: Uma Revisão Teórica. In: **Antropologia em primeira mão / Programa de Pós Graduação em Antropologia Social**, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC-Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, 1995.

GROSSI, Miriam Pillar. Rimando amor e dor: reflexões sobre a violência no vínculo afetivo-conjugal. In: PEDRO, Joana. M; GROSSI, Miriam. P. (Org.). **Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade**. Florianópolis: Editora Mulheres, 1998, p. 293-313.

GROSSI, Miriam Pillar; Uziel, Anna P; MELLO, Luiz. Introdução. In: **\_\_\_\_ Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

GROSSI, Miriam, P. Na busca do “outro” encontra-se a “si mesmo”. In: **Trabalho de Campo e Subjetividade**. Núcleo de Estudos de gênero e subjetividade. Laboratório de Antropologia. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, 1993. UFSC.

GROSSI, Miriam. Masculinidades: uma revisão teórica. In: **Antropologia em Primeira Mão/Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social**. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2004.

GUIMARÃES JR., Mário J.L. O Ciberespaço como cenário para as Ciências Sociais. **Ilha**, Florianópolis, n. 1, dezembro 2000. p. 139-154.

GUIMARÃES. Carmen Dora. **O homossexual visto por entendidos**. Rio de Janeiro: Editora Garamound, 2004.

GUSMÃO, Chrysolito. **Dos crimes sexuais**. 5 ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1981.

GUSMÃO. Chrysolito. **Dos crimes sexuais**. Rio de Janeiro: Ed. Freitas Bastos, 1982.

HEILBORN, Maria Luiza. **Dois é Par** Gênero e Identidade Sexual em Contexto Igualitário. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa**. 1. Impr. com alterações. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico 2001**. Rio de Janeiro, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Estatísticas do século XX. 2012. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/seculoxx/temas.shtm> Acessado em: 15 mai. 2012.

IZUMINO, Wania. P. **Justiça e Violência Contra a Mulher**: o papel do sistema judiciário na solução dos conflitos de gênero. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2004.

JAIME, Patrícia C.; FIGUEIREDO, Iramaia C. R.; CATARINA, Erly ; MOURA, E. C.; MALTA, Déborah. C. Fatores associados ao consumo de frutas, legumes e verduras, Brazil, 2006. **Revista de Saúde Pública (USP. Impresso)**, v. 43, p. 57-64, 2009.

JUNQUEIRA, Rogério D. Homofobia nas escolas: um problema de todos. In: \_\_\_\_ **Diversidade Sexual na Educação**: problematizações sobre homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

KANT DE LIMA, R. Sistema de Justiça Criminal no Brasil: dilemas e paradoxo". In: \_\_\_\_ **Ensaio de Antropologia e de Direito**. Rio de Janeiro: Ed. Lúmen Juris, 2008.

KANT DE LIMA, Roberto. Polícia, justiça e sociedade no Brasil: uma abordagem comparativa dos modelos de administração de conflitos no espaço público. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, n. 13, 1999, p. 23-38.

KRONKA. Graziela Z. Corpo, Desejo e Poder: Subjetividade no discurso (Homo) Erótico. **Cadernos AEL- Homossexualidade, Sociedade, Movimento e Luta**, n. 18-19, 2003.

KURASHIGE, Keith Diego; GOMES, Ana Maria; REIS, Aparecido Francisco dos. **Violência e Homofobia: Um estudo sobre preconceito e agressão contra a população LGBT em Campo Grande, MS.** Disponível em: <http://www.revistacomposicao.ufms.br/composicao7.pdf#page=33>, Acessado em: 27 nov. 2011.

LACOMBE, Andréa. De entendidas e sapatonas: socializações lésbicas e masculinidades em um bar do Rio de Janeiro. **Cadernos pagu** (28), jan.-jun. 2007, p. 207-225.

LANDES, Ruth. **A Cidade das mulheres.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

LANDINI, Tatiana. S. A Menina Perdida e a Criança Traumatizada- o papel dos saberes médico e jurídico na construção histórica da violência sexual. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 28, **Anais...**Caxambu: ANPOCS. CD-ROM. 2004.

LARA, Silvia H. Introdução. In: **Ordenações Filipinas.** Livro V. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

LE GOFF, Jacques. Monumento documento. **Historia e Memória.** 5 ed. Campinas: Unicamp, 2003.

LEAL, ONDINA F. **A Leitura Social da Novela das Oito.** Petrópolis: Ed. Vozes, 1986.

LEIS, Héctor. Especificidades e desafios da interdisciplinaridade nas ciências humanas. In: . PHILIPPI JR, Arlindo; SILVA NETO Antônio J. S. **Interdisciplinaridade em Ciência Tecnologia e Inovação** (Editores). Barueri, SP: Manole, 2011.

LEONY, Mário. C. **Homofobia, Controle Social e Política Pública de Atendimento.** Monografia (Especialização em Gestão Estratégica de Segurança Publica) - Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão. 2006. 131p.

LESSA, Patricia. **Lesbianas em Movimento:** a criação de subjetividades (Brasil 1979-2006). Tese. (Doutorado em História) - Universidade de Brasília, UNB, 2007.

LIMA, Tânia Gonçalves. **Tornar-se velho: O olhar da mulher homossexual.** Dissertação. (Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.

LOPES. José Reinaldo de Lima. O Direito ao Reconhecimento Para Gays e Lésbicas. **SUR - Revista Internacional de Direitos Humanos.** Ano 2. n. 2, 2005.

LOURO, Guacira. L. Os Estudos feministas, os estudos gays e lésbicos e a teoria Queer como políticas de conhecimento. In: LOPES D.; BENTO, B.; ABOUD, S; GARCIA, W. (Orgs.), **Imagem e diversidade sexual: Estudos da homocultura.** São Paulo: Novas Edições, 2001. p 23-28.

LUCA, Tânia de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKI, Carla. B. (Org). **Fontes históricas.** 2. ed. 2. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2010.

MACHADO, Lia. Zanota. Gênero, um novo paradigma? **Cadernos PAGU,** Campinas, n. 11. 1998. p. 107-125.

MACHADO, Lia Zanota. **Feminismo em Movimento.** São Paulo: Francis, 2010.

MAGGIE, Yvone. **Medo do Feitiço:** relações entre magia e poder no Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

MALTA, D. C. et al. A Política Nacional de Promoção da Saúde e a agenda da atividade física no contexto do SUS. **Epidemiologia e Serviços de Saúde,** v. 18, p. 79-94, Brasília: UNB, 2009a.

MALTA, Déborah. C. et. al. Padrão de Atividade Física em adultos brasileiros: resultados de um inquérito por entrevistas telefônicas, 2006. **Epidemiologia e Serviços de Saúde,** v. 18, 2009b, p. 7-15.

MARINHO, Danilo. N. C. et al. **Relatório Consolidado de Indicadores da Justiça.** Brasília: Universidade de Brasília, 2005.

MARTINHO, Miriam. **1979-2004: 25 Anos de Organização Lésbica no Brasil.** Coluna Símbolos e Dias, Rede de Informação Um Outro Olhar. Disponível em:

[http://www.umoutroolhar.com.br/simoblos&dias\\_25anos.htm](http://www.umoutroolhar.com.br/simoblos&dias_25anos.htm), Acessado em: 13 jun. 2012.

MELLO, Janaina Cardoso de. A alma em carne viva. Diversidade sexual em Sergipe (Brasil: Polêmicas e perspectivas. **RBSE** 10, (28), p. 161-172, abr. 2011. <http://www.cchla.ufpb.br/rbse/Index.html>. Acessado em: 19 maio 2012.

MELLO, Luiz. Familismo (anti)homossexual e regulação da cidadania no Brasil. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 14(2), p. 248, maio-ago. 2006. p. 497-508.

MELLO, Luiz. Outras famílias: A construção social da conjugalidade homossexual no Brasil. **Cadernos Pagu** (24), jan.-jun. 2005a, p.197-225.

MELLO, Luiz. **Novas famílias**: conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Garamond, 2005b.

MELLO, Luiz; GROSSI, Miriam; UZIEL, Anna P. A escola e @s filh@s de lésbicas e gays: reflexões sobre conjugalidade e parentalidade no Brasil. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade Sexual na Educação**: problematizações sobre homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

MELO, Marcos. O engajamento no combate à “homofobia” em Aracaju: trajetórias, redes sociais e expertização. In: IX REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL. **Anais...** Curitiba, 2011.

MELO, Marcos. R. Educação e Movimento sexual: reflexões queer. **Revista Fórum Identidades**. Ano 2. v. 4, p. 71-80, jul-dez. 2008.

MINELLA, Luzinete. S. Disciplinas ou Interdisciplinaridade? Meu lugar, um não lugar. In: RIAL, Carmem; TOMIELLO, Naira; RAFAELLI, Rafael (Orgs.). **A Aventura Interdisciplinar**: quinze anos de PPGICH/UFSC. Blumenau: Nova Letra, 2010.

MIRABETE, Júlio F. **Manual de Direito Penal**. São Paulo: Atlas, 1991.



MIRABETE, Júlio F. **Processo Penal**. 16 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2004.

MIRIANTE, Paulo Tavares. Direito, Lei e Justiça. In: Da Teoria à Ação Pedagógica em Diversidade Sexual. **Texto produzido para o Curso Diversidade Sexual na Escola** - Apoio PROSARE/CCR/CEBRAP – 2005. Disponível em: <http://www.prr3.mpf.gov.br/noticias/diversidade/textos/direitoleijustica.pdf>, acessado em: 10 set. 2011.

MISSE, Michel. **O estigma do passivo sexual**: um símbolo de estigma no discurso cotidiano. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora BookLink, 2005.

MISSE, Michel. **Sobre a Construção Social do Crime no Brasil**: esboço de uma interpretação. 1999. Disponível em <http://www.necvu.ifcs.ufrj.br/publicações/2005>. Acesso em: 05 jun. 2005.

MONTEIRO, Luciana Fogaça. **Rompendo o silêncio**: homofobia e heterossexismo nas trajetórias de vida de mulheres. Dissertação. (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

MOTT, Luis. R. B. Homo-afetividade e Direitos Humanos. **Estudos feministas**, Florianópolis, 14(2), p. 509-521, maio-ago. 2006.

MOTT, Luis. R. B. **Homofobia**: a violação dos direitos humanos de gays, lésbicas & travestis. Salvador: In: COMISSÃO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS DE GAYS E LÉSBICAS/Grupo Gay da Bahia, 1997.

MOTT, Luiz R. B. **Etno-história da homossexualidade na América Latina**. 1994. Disponível em: [http://www.ufpel.tche.br/ich/ndh/downloads/Luiz\\_Mott\\_Volume\\_04.pdf](http://www.ufpel.tche.br/ich/ndh/downloads/Luiz_Mott_Volume_04.pdf). Acessado em: 7 nov. 2010.

MOTT, Luiz R. B. História da Homossexualidade no Brasil: cronologia dos Principais Destaques. IN: X ENCONTRO BRASILEIRO DE GAYS, LÉSBICAS E TRANSGÊNEROS, Maceió, 25-10-2001. Disponível em:

[http://www.ggb.org.br/cronologia\\_movimento\\_homossexual.html](http://www.ggb.org.br/cronologia_movimento_homossexual.html),  
Acessado em: 29 ago. 2011.

MOTT, Luiz. Por que os homossexuais são os mais odiados dentre todas as minorias?. In: Seminário Gênero & Cidadania: Tolerância e Distribuição da Justiça. Núcleo de Estudos de Gênero, **Pagu**, Unicamp, 6-12-2000. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/pagu/sites/www.ifch.unicamp.br/pagu/files/colenc.01.a09.pdf>. Acessado em: 16 nov. 2010.

MOTT, Luiz. R. B. CERQUEIRA, M. **Causas Mortis**: homofobia. Salvador: Grupo Gay da Bahia, 2001.

MOTT, Luiz. R. B.. **O/A jovem homossexual na escola. Noções básicas de Direitos Humanos para Professores/as da Educação Básica**. No prelo. 2009.

MOTT, Luiz. **Violação dos Direitos Humanos e Assassinato de homossexuais no Brasil-1998**, Salvador: Grupo Gay da Bahia, 1999.

NICHNIG, Claudia Regina; GROSSI, Miriam Pillar; WOLFF, Cristina Scheibe Conjugalidades Homoeróticas No Judiciário Brasileiro e o Reconhecimento de Direitos. In: FAZENDO GÊNERO 9-DIÁSPORAS, DIVERSIDADES, DESLOCAMENTOS, 2010. **Anais eletrônicos...** Disponível em: [http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278266491\\_ARQ\\_UIVO\\_textofg9-final.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278266491_ARQ_UIVO_textofg9-final.pdf), Acesado em: 10 de março 2010.

NUNAN, Adriana. Influência do preconceito internalizado na conjugalidade homossexual masculina. In: GROSSI, Miriam Pillar; UZIEL, Ana Paula; MELLO, Luiz ( Orgs.). **Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

OLIVEIRA, Fabiana. L; SILVA, Virgínia. F. Processos judiciais como fonte de dados: poder e interpretação. **Sociologias**. Porto Alegre, n. 7, 2005, p. 244-259.

OLIVEIRA, Marcella Beraldo de. (Org.). **Gênero, família e gerações**: Juizado Especial Criminal e Tribunal do Júri. 1 ed. Campinas: Pagu/Núcleo de Estudos de Gênero - UNICAMP, 2008, p. 111-141.

OLIVEIRA, Rosa Maria Rodrigues de. Isto é contra a natureza...: Acórdãos Judiciais e Entrevistas com Magistrados sobre Conjugalidades Homoeróticas em Quatro Estados Brasileiros. In: GROSSI, Miriam Pillar; UZIEL, Anna Paula; MELLO, Luiz. (Orgs.). **Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

OLIVEIRA, José M. D. **Homossexualidade em Sergipe** perfil econômico dos homossexuais na cidade de Aracaju: uma questão de direitos humanos. Monografia (Especialização) – UFPB/CCHLA, João Pessoa, 2002.

OLIVEIRA, José. M. D. “**Dormindo com o inimigo**”- Assassinatos de homossexuais em Sergipe –Junho de 1983 a Abril de 1999. (Monografia de conclusão de curso) - Universidade Federal de Sergipe Departamento de Ciências Sociais: UFS, 2000.

OLTRAMARI, Leandro Castro. **Representações sociais da aids, relações conjugais e confiança**. Florianópolis. Tese. (Doutorado em Ciências Humanas) - UFSC, 2007.

ORDENAÇÕES FILIPINAS. **Livro V**. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/ordenacoes.htm>, acessado em : 10 dez. 2010.

ORTNER, Sherry. **Uma Atualização da Teoria da Prática**. In: Conferências e Diálogos: saberes e práticas antropológicas. Organizadores/as Miriam Pillar Grossi, Cornelia Eckert, Peter Henry Fry. Blumenau: Nova Letra, 2007.

PAIVA, A. C. S. Miséria de posição e o laço social nas homossexualidades. In: TORNQUIST, Carmem Suzana *et al.* (Orgs.). **Leituras de resistência: corpo, violência e poder**. v. I. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2009. p. 216-242.

PARKER, Richard G. **Corpos, Prazeres e Paixões: A cultura Sexual no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Ed. Best Seller, 1991.

PEDRO, Joana Maria (Org.). **Práticas proibidas: práticas costumeiras de aborto e infanticídio no século XX**. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.

PEDRO, Joana Maria. A publicidade da intimidade: punição e controle. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar. **Masculino, feminino, plural**: gênero na interdisciplinaridade. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998. p. 273-292.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, São Paulo, v. 24, n.1, p.77-98, 2005.

PEREIRA, Ana Maria. **Lesbianidade**: um assunto muito familiar! Dissertação. (Mestrado em Sociologia)- UFAL, 2008.

PERES, William S. Cenas de Exclusão Anunciadas: travestis, transexuais, transgêneros e a escola brasileira. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade Sexual na Educação**: problematizações sobre homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

PERES. M. F.T. **Violência por arma de fogo no Brasil**. São Paulo: NEVUSP, 2001.

PIASON, Aline da Silva. **Mulheres que Amam Mulheres**: Trajetórias de vida, Reconhecimento e Visibilidade Social às Lésbicas. 2009. Dissertação. (Mestrado em Psicologia Social)- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS, Brasil.

PIASON, Aline da Silva; STREY, Marlene; JULIO, Ana. **Mulheres que Amam Mulheres** Trajetórias e Vivências nas Militâncias Feministas. Fazendo Gênero 9 Diásporas, Diversidades, Deslocamentos 23 a 26 de agosto de 2010.

PIMENTEL, Silvia; SCHRITZMEYER, Ana. Lúcia Pastore; PANDJIARJIAN, Valéria. **Estupro**: Crime ou “cortesia”? abordagem sociojurídica de gênero. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1998.

PORTINARI, Denise. **O Discurso da Homossexualidade Feminina**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

PRADO, Marco. A. M; JUNQUEIRA, Rogério. D. Homofobia, Hierarquização e Humilhação Social. In: VENTURI, Gustavo;

BOKANY, Vilma (Orgs.). **Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

PRECIADO, Beatriz. **Testo Yonqui**. Madrid: Espasa-Calpe, 2008.

RAMOS, Silvia; CARRARA, Sérgio. A constituição da Problemática da Violência contra Homossexuais: a Articulação entre Ativismo e Academia na Elaboração de Políticas Públicas. **Phisis Revista Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, 16, (2), p. 185-205, 2006.

REZENDE JUNIOR, José. **A peleja do Doutor Camisinha contra a aids e o preconceito**. Disponível em: <http://sistemas.aids.gov.br/blogvidas/>. Acessado em: 12 jun. 2010.

RIFIOTIS, Theophilos. Judicialização das relações sociais e estratégia de reconhecimentos: repensando a ‘violência conjugal’ e a ‘violência intrafamiliar’. **Revista Katalisys**. Florianópolis, 2008, v. 11 n. 2.

RIFIOTIS, Theophilos; MÁXIMO, Maria Elisa; LACERDA, Julio de S.; SEGATA, Jean. **Antropologia no Ciberespaço**. Florianópolis: Editora UFSC, 2010.

RUBIN, Gayle. “Thinking sex: notes for a radical Theory of the Politics of sexuality”. In: NARDI, P. & SCHNEIDER, B. **Social Perspectives in Lesbian and Gay Studies** – a reader. London/New York: Routledge ed., 1998 (pp 100-133).

SADEK, Maria. T.. **Acesso à Justiça**. São Paulo: Konrad Adenauer, 2001.

SANTOS, Cecília Macdowel; SANTOS, Ana Cristina; DUARTE Madalena; LIMA Teresa. Homoparentalidade e desafios ao direito: o caso Silva Mouta na Justiça Portuguesa e no Tribunal Europeu dos Direitos Humanos. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 87, dez. 2009. p. 43-68.

SCHULMAN. Sarah. Homofobia familiar: uma experiência em busca de reconhecimento. **Revista Bagoas**. Natal. n. 5, 2010, p. 67-78.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Tradução Guacira Lopes Louro. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.16, n. 2, 1990, p. 9, jul/dez.

SEDGWICK, EveKosofsky. A epistemologia do armário. **Cadernos PAGU**, (28), jan.-jun. 2007, p. 19-54.

SEDGWICK, EveKosofsky. **Epistemology of the closet**. Berkeley: University of Califórnia Press, 1990.

SEFFNER, Fernando. **Derivas da masculinidade**: representação, identidade e diferença no âmbito da masculinidade bissexual. Porto Alegre, 2003. Tese (Doutorado em Educação)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

SEFFNER, Fernando. Equívocos e armadilhas na articulação entre diversidade sexual e políticas de inclusão escolar. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade Sexual na Educação**: problematizações sobre homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

SELEM, Maria Célia Orlato. **A Liga Brasileira de Lésbicas**: produção de sentidos na construção do sujeito político lésbica. 2007. Dissertação. (Mestrado em História) -Universidade de Brasília, UNB.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

SOUZA, Bárbara Cecília Machado Fontes de. **Desenvolvimento regional e gestão metropolitana**: reflexões a partir da política habitacional na região metropolitana de Aracaju / São Cristóvão, 2009. 140 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Gestão de Empreendimentos Locais)- Universidade Federal de Sergipe, 2009.

SOUZA. Luís Antônio F. de. Polícia, direito e poder de polícia. A polícia brasileira entre a ordem pública e a lei. **Revista brasileira de ciências criminais**, ano 11, n. 43, 2003.

SUÁREZ, M. et al. A noção de crime sexual. In: SUÁREZ, M., Bandeira, L. (Orgs.). **Violência, Gênero e Crime no Distrito Federal**. Brasília: Paralelo 15 / Universidade de Brasília, 1999.

SUÁREZ, Mireya et al. **Violência, gênero e crime no Distrito Federal**. Brasília: Paralelo 15, Editora Universidade de Brasília, 1999.

TEIXEIRA, Analba Brazão. **Nunca você sem mim**: homicidas – suicidas nas relações afetivo-conjugais. São Paulo: Annablume, 2009.

TEXEIRA FILHO, Fernando. S. *et al.* A homofobia na representação de mães heterossexuais sobre a homoparentalidade. In: GROSSI Miriam Pillar; UZIEL Ana Paula; MELLO Luiz (Orgs). **Conjugualidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

THOMPSON, Sharon Search for tomorrón: or feminism and the reconstrucion of teen romance. **Carole Vance**. Pleasure end danger: exploring female sexuality. London: Pandora, 1989.

TOLEDO, Livia Gonsalves ; TEIXEIRA FILHO, Fernando Silva . Lesbianidades e as referências legitimadoras da sexualidade. **Estudos e Pesquisas em Psicologia** (Online), v. 10, p. 729-749, 2010.

TOLEDO, Livia Gonsalves. Lesbianidades e biopoder: um olhar genealógico. **Revista de Psicologia da Unesp**, v. 7, p. 176-188, 2008.

TOLEDO, Livia Gonsalves. Mãe-sogra: sua representação do relacionamento lésbico. **Revista Ártemis**, v. 6, p. 85-96, 2007.

TRINDADE, Ronaldo. Significados sociais da homossexualidade. **Cadernos AEL: Homossexualidade, sociedade, movimentos e lutas**: Campinas, Unicamp/IFCH/AEL, v. 10, n.18/19, p. 219-258. 2003.

VAINFAS, Ronaldo. **Confissões da Bahia**: Santo Ofício da Inquisição de Lisboa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

VALE DE ALMEIDA, Miguel. O casamento entre pessoas do mesmo sexo. Sobre “gentes remotas e estranhas” numa “sociedade decente”. In: GROSSI Miriam Pillar; UZIEL Ana Paula; MELLO Luiz (Orgs.).

**Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis.** Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

VARGAS, Joana. D. **Estupro:** que justiça? Fluxo do funcionamento e análise do tempo de justiça criminal para o crime de estupro. Rio de Janeiro. Tese. (Doutorado em Sociologia). Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

VASCONCELOS, Maria da Conceição Almeida. **Além da geração de trabalho e renda:** economia solidária e participação de cooperados/associados em Sergipe. Tese (Doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo. 2007.

VIEIRA, Miriam. S. **Universo legal em ato:** a construção de categorias jurídicas em torno do crime sexual. Tese. (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 2007.

VIGARELLO, Georges. 1998. **História do Estupro:** violência sexual nos séculos XVI – XX. Tradução de Lucia Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

VIÑUALES, Olga. **Lesbofobia.** Barcelona: Edições Bellaterra, 2002.

WELZER-LANG, Daniel. **A construção do masculino:** dominação das mulheres e homofobia. Revista Estudos Feministas, v 9, n.2, Florianópolis, 2001.

WOLFF, C. S. **Mulheres da floresta:** uma história. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

## ENTREVISTAS REFERENCIADAS

ANDRADE, Wellington. **Entrevista.** Aracaju, out. 2010.

LEONY, Mário. **Entrevista** concedida. Aracaju, out. 2010.



OLIVA, Terezinha Alves de. **154 anos da cidade de Aracaju**. Entrevista da professora do departamento de História da Universidade Federal de Sergipe. Aracaju, 2009. Disponível em: <http://www.aracaju.se.gov.br/154anos/index.php?act=leitura&codigo=73>. Acessado em: 7 jun. 2012.

SANTANA, Almir. **Entrevista**. Aracaju, set. 2010.

SANTANA, Almir. **Entrevista**. Aracaju2011. Disponível em: [http://www.precaju.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1683:amanha-tem-o-lancamento-oficial-do-bloco-da-prevencao&catid=12:noticias&Itemid=12](http://www.precaju.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1683:amanha-tem-o-lancamento-oficial-do-bloco-da-prevencao&catid=12:noticias&Itemid=12). Acesso em: 28 fev. 2012.

## PROCESSOS REFERENCIADOS

ARACAJU. Comarca de Aracaju. Poder Judiciário. **Processo Penal 1996**. Aracaju, 1996.

ARACAJU. Comarca de Aracaju. Poder Judiciário. **Processo Penal 1998**. Aracaju, 1998.

## LEGISLAÇÃO REFERENCIADA

BRASIL. CÓDIGO PENAL MILITAR. **Decreto Lei 1001/1969. Lei Federal 9.299/1996**. Disponível em: [http://www.stm.gov.br/pesquisa/pesquisa\\_cpm.php](http://www.stm.gov.br/pesquisa/pesquisa_cpm.php), Acessado em: 1º set. 2011.

BRASIL. **Lei Federal 12.015/2009**. Dos crimes contra a dignidade sexual. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/12015.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/12015.htm), Acessado em: 25 ago. 2011.

BRASIL. Ministério do Bem Estar Social. **Estatuto da Criança e do Adolescente**, 1990

**JORNAIS REFERENCIADOS**

AIDS a peste moderna. Enciclopédia A História do Século. **Jornal da Cidade**, Aracaju- Sergipe, 23 de dezembro de 1999, Ano XXVIII, n. 8.233.

AIDS de doença de gay, o mal do século. Enciclopédia A História do Século, **Jornal da Cidade**, Aracaju-Sergipe, 23 de dezembro de 1999, Ano XXVIII, n. 8.233, p. 672-673.

AIDS. **Jornal da Cidade**, Notas e Comentários, Aracaju-Sergipe, 10 de março de 1995, Ano XXIII, n. 6.799. p. 14.

AIDS. **Jornal da Cidade**, Notas e Comentários, Aracaju-Sergipe, 15 de março de 1995, Ano XXIII, n. 6.803, p. 14.

AIDS: Notas e Comentários. **Jornal da Cidade**, Aracaju, ano XXIII, n. 6.799, 10 março 1995.

ALVES, Francisco. Assassinato de gays. **Cinform**, Aracaju–Sergipe, Opinião, 4 a 10 de maio de 1998, Ano XV, n. 786, p. 2.

ARACAJUANOS aprovam a união homossexual. **Jornal da Cidade**, Aracaju-Sergipe, 29 de setembro de 1996, Ano XXV, n. 7.266, p. 15.

ASSESSOR do Tribunal de Justiça pode ter sido executado por garotos de programa. **Cinform**, Policia, Aracaju-Sergipe, 2 a 8 de outubro de 2000, Ano XVIII, n. 912, p. 4.

CASAMENTO gera revolução. **Jornal da Cidade**, Sociedade Local, Aracaju-Sergipe, 29 de março de 1996, Ano XXV, n. 7.113, p. 13.

‘CASAMENTOS’ gays irritam o Vaticano. **Jornal da Cidade**, Resistência Internacional, Aracaju-Sergipe, 29 de março de 1996, Ano XXV, n. 7.113, p. 2.

CASO entre lésbicas termina em incêndio. **Cinform**, Cidade, Aracaju-Sergipe, 31 de julho a 6 de agosto de 2000, Ano XVIII, n. 903, p. 7.

Casos de AIDS crescem bem menos que o previsto no Estado de SE. **Cinform**, Aracaju, 24 a 30 de janeiro de 2000, Ano XVII, n. 876, Saúde, p. 42.

CINFORMANDO. **Cinform**, Aracaju, 24 a 30 de janeiro de 2000, Ano XVII, n. 876, Cinformando. p. 3.

COMENTÁRIO. **Cinform**, Aracaju-Sergipe, Social, 26 de outubro a 01 de novembro de 1998, Ano XV, n. 811. p. 26.

COUVERT. **Cinform**, Aracaju-Sergipe, Olho vivo, 4 a 10 de maio de 1998, Ano XV, n. 786, p. 24.

CRIME e investigado. **Jornal da Cidade**, Aracaju-Sergipe, 19 de dezembro de 2000, Ano XXIX, n. 8.534, p. 5.

DELEGAÇÃO do Dialogay vai à Olimpíada no Rio. **Jornal da Cidade**, Local, Aracaju- Sergipe, 10 de junho de 1995, Ano XXIII, n. 6.874, p. 9.

DELEGACIA atenderá os homossexuais. **Jornal da Cidade**, Cidades, Aracaju-Sergipe, 8 de dezembro de 1996, Ano XXV, n. 7.323, p. 15.

DELEGACIA da mulher atende homossexual. **Jornal da Cidade**, Cidades, Aracaju-Sergipe, 28 de junho de 1997, Ano XXVI, n. 7.487, p. 15.

DIALOGAY faz balanço positivo do ano de 97. **Jornal da Cidade**, Variedades, Aracaju-Sergipe, 27 de dezembro de 1997, Ano XXVI n. 7.639, p. 11.

DIALOGAY muda de idade derrubando preconceitos. **Jornal da Cidade**, Campanha, Aracaju- Sergipe, 20 de março de 1996, Ano XXV, n. 7.105, p.11.

DIALOGAY muda de idade derrubando preconceitos. **Jornal da Cidade**, Campanha, Aracaju-Sergipe, 20 de março de 1996, Ano XXV, n. 7.105, p.11.

DIALOGAY retoma campanha contra violência. **Cinform**, Cidade, Aracaju-Sergipe, 9 a 15 de outubro de 2000, Ano XVIII, n. 913, p. 8.

DIREITO de casar. **Jornal da Cidade**, Aracaju, ano XXV, n. 7.236, 25 ago. 1996.

E MAIS difícil conscientizar o povo do interior sobre AIDS. **Cinform**, Aracaju-Sergipe, Saúde, 7 a 13 de dezembro de 1998, Ano XV, n. 817, p. 4.

GAYS e lésbicas se reúnem em Curitiba. **Jornal da Cidade**, Aracaju-Sergipe, Caderno B, Capa, 27 de janeiro de 1995, Ano XXII, n. 6.765, 1995, p.1.

GRUPO DIALOGAY DE SERGIPE. **Cartaz comemorativo de aniversário dos dez anos Dialogay**, Aracaju, 1991.

GRUPO Dialogay reivindica a legalização. **Jornal da Cidade**, Local, Aracaju-Sergipe, 5 de julho de 1995, Ano XXIII, n. 6.893, p. 5.

GRUPO institui símbolo com triângulo rosa. **Jornal da Cidade**, Local, Aracaju-Sergipe, 22 de outubro de 1995, Ano XXIII, n. 6.985, p. 7.

HOLOCAUSTO de Homossexuais. **Cinform** Aracaju, 14 a 20 de fevereiro de 2000, Ano XVIII, n. 879, Comportamento, p. 9.

HOMENS casados e michês, uma parceria sexual perigosa. **Cinform**, Capa, Aracaju-Sergipe, 11 a 17 de dezembro de 2000, Ano XVIII, n. 922, Caderno 1, p. 6.

JC recebe troféu do Dialogay. **Jornal da Cidade**, Cidade, Aracaju-Sergipe, 30 de março de 1996, Ano XXV, n. 7.144, p.15.

JUSTIÇA faz a união de homossexuais. **Jornal da Cidade**. Cidade, Aracaju-Sergipe, 17 de novembro de 2000, Ano XXIX, n. 8.508, p. 3.

MARIDOS estão traindo as esposas com outros homens. **Cinform**, Aracaju-Sergipe, Capa, 28 de junho a 4 de julho de 1999, Ano XVII, n. 846, p.1.

MÉDICO devorado por garotos de programa. **Cinform**, Polícia, Aracaju-Sergipe, 21 a 27 de agosto de 2000, Ano XVIII, n. 906, p. 6.

MOTT, Luiz. Porque sou a favor da união homossexual. **Jornal da Cidade**, Opinião, Aracaju-Sergipe, 23 abr. 1997. Ano XXVI n. 7.433, p.12.

O DIREITO de casar. **Jornal da Cidade**, Capa – Jornal da Família, Aracaju- Sergipe, 25 de agosto de 1996, Ano XXV, n. 7.236, p. 1.

PEGUEI meu marido com outro homem. **Cinform**, Aracaju–Sergipe, Comportamento, 28 de junho a 4 de julho de 1999, Ano XVII, n. 846, p.16.

PRESIDENTE do Dialogay é contra projeto que regula união de gays. **Cinform**, Cidade, Aracaju- Sergipe, 14 a 20 de maio de 2001, Ano XIX, n. 944, p. 8.

PROFESSOR do Sala 1 foi assassinado e queimado. **Jornal da Cidade**, Cidade, Aracaju- Sergipe, 17 e 18 de dezembro de 2000, Ano XXIX, n. 8.533, p. 5.

SERGIPE se destaca em campanhas contra AIDS. **Cinform**, Aracaju-Sergipe, Mercado, 6 a 12 de dezembro de 1999, Ano XVII, n. 864, p.42.

TRAVESTIS lutam contra preconceitos. **Cidades**, Aracaju-Sergipe, 25 de novembro de 1999, Ano XXVIII, n. 8.210, p. 3.

UNIÃO homossexual revela a desavença no dialogay. **Cinform**, Cidade, Aracaju-Sergipe, 21 a 27 de maio de 2001, Ano XIX, n. 945, p. 5.

VENENOSA. **Jornal da Cidade**, Sociedade - Variedades, Aracaju-Sergipe, 20 de junho de 1997, Ano XXVI, n. 7.481, p. 13.

VENENOSA. **Jornal da Cidade**, Sociedade & Variedade – João de Barros, Aracaju- Sergipe, 16 de dezembro de 1999, Ano XXVIII, n. 8.227, p. 3.

VENENOSA. **Jornal da Cidade**, Sociedade & Variedade – João de Barros, Aracaju- Sergipe, 10 de março de 2000, Ano XXIX, n. 8.298, p. 3.

VENENOSA. **Jornal da Cidade**, Sociedade & Variedade, Aracaju-Sergipe, 22 de janeiro de 2000, Ano XXVIII, n. 8.259, p. 3.

VENENOSA. **Jornal da Cidade**, Sociedade & Variedades – João de Barros, Aracaju-Sergipe, 29 de setembro de 2000, Ano XXIX, n. 8.468, p. 3.

VENENOSA. **Jornal da Cidade**, Sociedade & Variedades – João de Barros, Aracaju- Sergipe, 26 de setembro de 2000, Ano XXIX, n. 8.465, p. 3.

VENENOSA. **Jornal da Cidade**, Sociedade & Variedades – João de Barros, Aracaju- Sergipe, 28 de setembro de 2000, Ano XXIX, n. 8.467, p. 3.

VENENOSA. **Jornal da Cidade**, Sociedade João de Barros, Aracaju-Sergipe, 14 de dezembro de 2000.

VITÓRIA contra o preconceito. **Cinform**, Aracaju-Sergipe, 12 a 18 de março de 2001, Ano XIX, n. 935, p. 6.

## APÊNDICE A – FONTES PESQUISADAS EM PERIÓDICOS DE ARACAJU

Para a confecção desta tese realizei pesquisa em periódicos com ampla circulação na cidade de Aracaju entre os anos de 1995 e 2001, e classifiquei as matérias jornalísticas encontradas, considerando, os assuntos abordados em cada texto. Nesse sentido, disponibilizo neste apêndice todas as referências dos jornais consultadas para o conhecimento de outros/as pesquisadores/as que queiram desenvolver trabalhos no campo de estudos de gênero e sexualidades.

<b>CINFORM</b>	
<b>TEMÁTICA</b>	<b>Nº MATÉRIAS</b>
AIDS	12
COLUNA SOCIAL	24
SEXUALIDADE	61
VIOLÊNCIA CONTRA GAYS	25
MOVIMENTO GAY	22
JUDICIÁRIO	09
VIOLÊNCIA	08
POLÍTICA	02
VIOLÊNCIA SEXUAL	08
<b>TOTAL</b>	<b>171</b>

<b>JORNAL DA CIDADE</b>	
<b>TEMÁTICA</b>	<b>Nº MATÉRIAS</b>
AIDS	124
COLUNA SOCIAL	52
SEXUALIDADE	154
VIOLÊNCIA CONTRA GAYS	48
MOVIMENTO GAY	54
JUDICIÁRIO	01
VIOLÊNCIA	14
POLÍTICA	02
VIOLÊNCIA SEXUAL	88
TOTAL	537
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>708</b>



## CINFORM

<b>AIDS</b>
<p>ATÉ o ano 2000 cerca de oito mil sergipanos estarão infectados. <b>Cinform</b>, Aracaju - Sergipe, Saúde/Publicidade, 20 a 26 de maio de 1996. Ano XIII n. 684. p. 16.</p>
<p>AIDS pode infectar oito mil sergipanos até o ano 2000. <b>Cinform</b>, Aracaju - Sergipe, Capa, 20 a 26 de maio de 1996. Ano XIII n. 684.</p>
<p>JUSTIÇA impõe castigo à charlatã que anunciou a cura para a AIDS. <b>Cinform</b>, Aracaju - Sergipe, Justiça, 02 a 08 de setembro de 1996. Ano XIV n. 699. p. 20.</p>
<p>A LUTA contra a AIDS. <b>Cinform</b>, Aracaju - Sergipe, Saúde/Publicidade, 08 a 14 de junho de 1998. Ano XV n. 791. p. 30.</p>
<p>E mais difícil conscientizar o povo do interior sobre AIDS. <b>Cinform</b>, Aracaju - Sergipe, Saúde, 07 a 13 de dezembro de 1998. Ano XV n. 817. p. 04.</p>
<p>KY. <b>Cinform</b>, Aracaju - Sergipe, Social, 04 a 10 de outubro de 1999. Ano XVII, n. 860. p. 36</p>
<p>SERGIPE se destaca em campanhas contra AIDS. <b>Cinform</b>, Aracaju - Sergipe, Mercado, 06 a 12 de dezembro de 1999. Ano XVII, n. 864, p.42.</p>
<p><b>Cinform</b>, Aracaju, 24 a 30 de janeiro de 2000. Ano XVII, n. 876, Saúde p. 42.</p>
<p>HETEROSSEXUAIS são maioria entre os doentes de AIDS em Sergipe. <b>Cinform</b>, Cidade, Aracaju- Sergipe, 22 a 28 de maio de 2000. Ano XVIII, n. 893, p. 05.</p>
<p>UM VERDADEIRO cobaia da AIDS. <b>Cinform</b>, Cidade, Aracaju- Sergipe, 16 a 22 de outubro de 2000. Ano XVIII, n. 914. p. 09.</p>
<p>SERGIPE tem quase 750 casos de AIDS. <b>Cinform</b>, Cidade, Aracaju- Sergipe, 27 de novembro a 03 de dezembro de 2000. Ano XVIII, n. 920. p. 05.</p>
<p>AIDS no hospital. <b>Cinform</b>, Economia &amp; Informática, Aracaju- Sergipe, 17 a 23 de setembro de 2001. Ano XIX, n. 962. p. 05.</p>
<b>COLUNA SOCIAL</b>
<p>SACRO e profano. <b>Cinform</b>, Aracaju - Sergipe, Social – Olho Vivo, 09 a 15 de setembro de 1996. Ano XIV, n. 700. p. 36.</p>
<p>MÁSCARA. <b>Cinform</b>, Aracaju - Sergipe, Social/Olho Vivo, 14 a 20 de outubro de 1996. Ano XIV n.. 705, p. 22</p>

COUVERT. <b>Cinform</b> , Aracaju - Sergipe, Olho Vivo, 4 a10 de maio de 1998. Ano XV, n. 786. p. 24
PALANQUE. <b>Cinform</b> , Aracaju - Sergipe, Social/Publicidade, 01 a 07 de junho de 1998. Ano XV n. 790. p. 28.
PALANQUE. <b>Cinform</b> , Aracaju – Sergipe, Social/Publicidade, 08 a 14 de junho de 1998. Ano XV n. 791.
PALANQUE. <b>Cinform</b> , Aracaju - Sergipe, Social, 06 a 11 de outubro de 1998. Ano XV n. 808. p.28.
COMENTÁRIO. <b>Cinform</b> , Aracaju - Sergipe, Social – Caixa Alta, 26 de outubro a 01 de novembro de 1998. Ano XV n. 811. p.26.
PALANQUE. <b>Cinform</b> , Aracaju - Sergipe, Social, 14 a 20 de dezembro de 1998. Ano XVI n. 818. p.28
OS GAYS. <b>Cinform</b> , Aracaju - Sergipe, Social – Caixa Alta, 01 a 07 de março de 1999. Ano XVII n. 829. p. 30.
TEM homens. <b>Cinform</b> , Aracaju - Sergipe, Social, 04 a 10 de outubro de 1999 Ano XVII n. 860. p. 36.
FAISCAS. <b>Cinform</b> , Cultura, Aracaju- Sergipe, 05 a 11 de junho de 2000. Ano XVIII n. 895. p. 08.
HOMOFÔBICOS, um lixo! <b>Cinform</b> , Cultura & Variedades, Porão. Aracaju- Sergipe, 07 a 13 de agosto de 2000. Ano XVIII n. 904. p. 06.
ARCO-ÍRIS. <b>Cinform</b> , Cultura & variedades, Olho Vivo, Aracaju- Sergipe, 04 a10 de setembro de 2000. Ano XVIII n. 908. p. 10.
PLUGANDO no arco-íris. <b>Cinform</b> , Cultura & variedades, Olho Vivo, Aracaju- Sergipe, 18 a 24 de setembro 2000. Ano XVIII n. 911. p. 10.
ARCO-ÍRIS. <b>Cinform</b> , Cultura & variedades, Olho Vivo, Aracaju- Sergipe, 02 a 08 de outubro de 2000. Ano XVIII n. 912. p. 10.
PT saindo do armário. <b>Cinform</b> , Cultura & variedades, Aracaju-Sergipe, 13 a 19 de novembro de 2000. Ano XVIII n. 918. p. 10.
BANDEIRA. <b>Cinform</b> , Cultura & variedade, Olho Vivo. Aracaju- Sergipe, 19 a 25 de fevereiro de 2001. Ano XIX n. 932. p. 11.
ARCO-ÍRIS. <b>Cinform</b> , Cultura & variedade, Aracaju- Sergipe, 05 a 11 de março de 2001. Ano XIX n. 934. p. 12.

OVO de codorna. <b>Cinform</b> , Cultura & Variedade, Olho Vivo, Aracaju- Sergipe, 07 a13 de maio de 2001. Ano XIX n. 943. p. 11.
SAINDO do armário. <b>Cinform</b> , Economia, Aracaju- Sergipe, 02 a 08 de abril de 2001. Ano XIX n. 938. p. 08.
ARCO-ÍRIS. <b>Cinform</b> , Cultura & Variedades, Aracaju- Sergipe, 30 de julho a 05 de agosto de 2001. Ano XIX n. 955. p. 11.
QUERER usar gay como alcoviteiro. <b>Cinform</b> , Cultura & Variedades, Porão, Aracaju- Sergipe, 06 a 12 de agosto de 2001. Ano XIX n. 956. p. 11.
VAI se chamar. <b>Cinform</b> , Cultura & Variedades, Caixa Alta, Aracaju- Sergipe, 20 a 26 de agosto de 2001. Ano XIX n. 958. p. 11.
A INDÚSTRIA do arco-íris. <b>Cinform</b> , Cultura & Variedades, Aracaju- Sergipe, 08 a 14 de outubro de 2001. Ano XIX n. 965. p. 01.
<b>SEXUALIDADE</b>
LOCADORA de vídeo GLS. <b>Cinform</b> , Aracaju-Sergipe, Social/Sótão, 04 a 10 de novembro de 1996. Ano XIV n. 708. p. 30.
QUANDO um homem tem atitude maricas. <b>Cinform</b> , Aracaju – Sergipe, Editorial, 21 a 27 de outubro de 1996. Ano XIV n. 706. p. 03.
REMÉDIO contra impotência sexual gera curiosidade e expectativa em Sergipe. <b>Cinform</b> , Aracaju - Sergipe, Saúde, 18 a 24 de maio de 1998. Ano XV n. 788. p. 40.
SERGIPANOS desconfiam da eficiência do Viagra e dizem não precisar dele. <b>Cinform</b> , Aracaju - Sergipe, Saúde, 18 a 24 de maio de 1998. Ano XV n. 788. p. 41.
SERGIPE abastece mercado europeu com seus travestis. <b>Cinform</b> , Aracaju - Sergipe, Capa, 01 a 07 de junho de 1998. Ano XV n. 790.
SERGIPE exporta travestis para Itália e muitos voltam ricos. <b>Cinform</b> , Aracaju- Sergipe, Publicidade, 01 a 07 de junho de 1998. Ano XV n. 790. p.38.
MUNDO dos travestis mistura plumas, paetês e preconceito. <b>Cinform</b> , Aracaju- Sergipe, Publicidade, 01 a 07 de junho de 1998. Ano XV n. 790. Publicidade p.39.

O VIAGRA chega oficialmente hoje às farmácias do Brasil. <b>Cinform</b> , Aracaju – Sergipe, Política Publicidade, 01 a 07 de junho de 1998. Ano XV n. 790. p.46.
ARACAJU é ponto cobiçado na rota da prostituição. <b>Cinform</b> , Aracaju - Sergipe, Capa, 02 a 08 de novembro de 1998. Ano XV n. 812.
ARACAJU outra vez na rota da prostituição no nordeste. <b>Cinform</b> , Aracaju - Sergipe, Comportamento, 02 a 08 de novembro de 1998. Ano XV n. 812. p.36.
MINHA MÃE sabe que eu faço programa, mas a miséria é maior que a moral. <b>Cinform</b> , Aracaju – Sergipe, Comportamento, 02 a 08 de novembro de 1998. Ano XV n. 812. p.37.
MÉDICOS lutam contra preconceito masculino na prevenção do câncer. <b>Cinform</b> , Aracaju – Sergipe, Saúde, 04 a 10 de janeiro de 1999. Ano XVII. p. 46.
Foto 4 – NENHUMA nudez será castigada. <b>Cinform</b> , Aracaju - Sergipe, Capa, 09 a 14 de fevereiro de 1999. Ano XVII n. 826.
SERGIPE começa a ser cenário ideal para companhia de filmes pornôs. <b>Cinform</b> , Aracaju - Sergipe, Comportamento, 08 a 14 de fevereiro de 1999. Ano XVII n. 826. p. 26.
DUREZA de viver da exposição do corpo e do comércio do sexo. <b>Cinform</b> , Aracaju – Sergipe, Capa, 19 a 25 de abril de 1999. Ano XV n. 836..
PROSTITUIÇÃO e strip-tease são sucesso na Coroa do Meio. <b>Cinform</b> , Aracaju, Comportamento, 19 a 25 de abril de 1999. Ano XV n. 836. p. 32.
VASECTOMIA é pouco aceita entre os homens sergipanos. <b>Cinform</b> , Aracaju - Sergipe, Saúde, 17 a 23 de maio de 1999. Ano XVII n. 840. p.38 e 39.
FAZER sexo com animais é prática comum em Sergipe. <b>Cinform</b> , Aracaju - Sergipe, Capa, 14 a 20 de junho de 1999. Ano XVII.
QUANDO os animais são objetos dos desejos sexuais dos homens. <b>Cinform</b> , Aracaju – Sergipe, Comportamento, 14 a 20 de junho de 1999. Ano XVI n. 844. p. 20.
PEGUEI meu marido com outro homem. <b>Cinform</b> , Aracaju – Sergipe, Comportamento, 28 de junho a 04 de julho de 1999. Ano XVII n. 846. p.16.
MARIDOS estão traindo as esposas com outros homens.

<b>Cinform</b> , Aracaju - Sergipe, Capa, 28 de junho a 04 de julho de 1999. Ano XVII n. 846.
CAMPANHA do ministério da saúde alerta sobre os riscos das DSTs. <b>Cinform</b> , Aracaju - Sergipe, Saúde, 05 a 11 de julho de 1999. Ano XVII n. 847. p.53.
HOMENS vencem preconceito e aderem a campanha contra o câncer de próstata. <b>Cinform</b> , Aracaju – Sergipe, Saúde, 04 a 10 de outubro de 1999. Ano XVII n. 860. p. 62.
ESTES HOMENS teriam sido capados. <b>Cinform</b> , Aracaju - Sergipe, Capa, 18 a 24 de outubro de 1999. Ano XVII n. 862.
HOMENS castrados. <b>Cinform</b> , Aracaju – Sergipe, Comportamento, 18 a 24 de outubro de 1999. Ano XVII n. 862. p. 14.
FRIGIDEZ é coisa da cabeça da mulher. <b>Cinform</b> , Aracaju - Sergipe, Comportamento, 25 a 31 de outubro de 1999. Ano XVII n. 863. p. 35.
A SEXUALIDADE feminina x Viagra. <b>Cinform</b> , Aracaju - Sergipe, Internacional, 25 a 31 de outubro de 1999. Ano XVII n. 863. p. 52.
DRIVE –IN muda rota do sexo na praia. <b>Cinform</b> , Aracaju – Sergipe, Comportamento, 15 a 21 de novembro de 1999. Ano XVII n. 856. p. 12.
CINEMA mais antigo resiste e sobrevive da pornografia. <b>Cinform</b> , Aracaju - Sergipe, Cultura, 15 a 21 de novembro de 1999. Ano XVII n. 856. p. 28
CINFORM, Aracaju, 03 a 09 de janeiro de 2000. Ano XVIII n. 873 Cidade p. 52
CINFORM, Aracaju, 17 a 23 de janeiro de 2000. Ano XVIII n. 875 Cidade p. 08
CINFORM, Aracaju, 24 a 30 de janeiro de 2000. Ano XVII n. 876 Capa
CINFORM, Aracaju, 24 a 30 de janeiro de 2000. Ano XVII n. 876 Policia p. 56.
CINFORM, Aracaju, 31 de janeiro de 2000. Ano XVIII n. 877 Capa.
CINFORM, Aracaju, 31 de janeiro de 2000. Ano XVIII n. 877 Policia p.52.
CINFORM,, Aracaju, 13 a 19 de março de 2000. Ano XVIII n. 883 Saúde p.10.

VIAGRA verde e amarelo. <b>Cinform</b> , Mercado, Aracaju-Sergipe, 03 a 09 de abril de 2000. Ano XVIII n. 886. p. 08.
SEXO é necessidade fisiológica, assim como a vontade de urinar. <b>Cinform</b> , Entrevista, Aracaju- Sergipe, 15 a 21 de maio de 2000. Ano XVIII n. 892. p. 02.
HOMEM aracajuano não tolera traição. <b>Cinform</b> , Capa, Aracaju- Sergipe, 24 a 30 de julho de 2000. Ano XVIII n. 902.
SERÁ que você não é (mesmo) ciumento? <b>Cinform</b> , Cidade, Aracaju- Sergipe, 24 a 30 de julho de 2000. Ano XVIII n. 902. p. 08 .
ARACAJU pode ter motel, sim. <b>Cinform</b> , Cidade, Aracaju-Sergipe, 25 de setembro a 01 de outubro de 2000. Ano XVIII n. 911. p. 06.
E AÍ, você se masturba? <b>Cinform</b> , Cultura & variedades, Aracaju- Sergipe, 02 a 08 de outubro de 2000. Ano XVIII n. 912. p. 01.
INDÚSTRIA do sexo garante prazer e orgia em domicílio. <b>Cinform</b> , Capa, Aracaju- Sergipe, 06 a 12 de novembro de 2000. Ano XVIII n. 917.
SEXO em domicílio. <b>Cinform</b> , Opinião - Cartas, Aracaju-Sergipe, 13 a 19 de novembro de 2000. Ano XVIII n. 918. p. 02.
HOMENS casados e michês, uma parceria sexual perigosa. <b>Cinform</b> , Capa, Aracaju- Sergipe, 11 a 17 de dezembro de 2000. Ano XVIII n. 922.
ESTES GAROTOS de programa e as fantasias dos homens casados. <b>Cinform</b> , Cidade, Aracaju- Sergipe, 11 a 17 de dezembro de 2000. Ano XVIII n. 922. p. 06.
DAS ESTRADAS para a cama. <b>Cinform</b> , Cultura & variedade. Aracaju- Sergipe, 12 a 18 de fevereiro de 2001. Ano XIX n. 931. p. 01.
ATO doido. <b>Cinform</b> , Capa. Aracaju- Sergipe, 22 a 28 de janeiro de 2001. Ano XIX n. 928.
USANDO uma faca “homem” arranca os próprios testículos e se diz “livre”. <b>Cinform</b> , Cidade. Aracaju- Sergipe, 22 a 28 de janeiro de 2001. Ano XIX n. 928. p. 09
Foto 8 – LIBERAR a sexualidade. <b>Cinform</b> , Cultura & Variedade. Aracaju- Sergipe, 22 a 28 de janeiro de 2001. Ano XIX n. 928. p. 11
MACHÃO: um espécie em extinção. <b>Cinform</b> , Cultura & Variedades, Aracaju- Sergipe, 23 a 29 de abril de 2001. Ano

XIX n. 941. p. 03.
HOMEM: inocente útil. <b>Cinform</b> , Cultura & Variedades, Aracaju- Sergipe, 30 de abril a 06 de maio de 2001. Ano XIX n. 942. p. 03.
O MACHISMO não morreu. <b>Cinform</b> , Cultura & Variedade, Aracaju- Sergipe, 04 a 10 de junho de 2001. Ano XIX n. 947. p. 03.
ESPETÁCULO de dança trata de erotismo e sexualidade. <b>Cinform</b> , Cultura & Variedades, Aracaju- Sergipe, 06 a 12 de agosto de 2001. Ano XIX n. 956. p. 05.
SEXO, sim irresponsabilidade, não. <b>Cinform</b> , Cultura & Variedades, Aracaju- Sergipe, 24 a 30 de setembro de 2001. Ano XIX n. 963. p. 07.
SEXO artificial? Sergipano tá fora! <b>Cinform</b> , Capa, Aracaju- Sergipe, 20 a 26 de agosto de 2001. Ano XIX n. 958.
SEX shop atrai poucos clientes interessados no sexo diferente. <b>Cinform</b> , Cidade, Aracaju- Sergipe, 20 a 26 de agosto de 2001. Ano XIX n. 958. p. 12.
QUANDO o perigo e o prazer andam juntos. <b>Cinform</b> , Comportamento, Aracaju- Sergipe, 27 de agosto a 02 de setembro de 2001. Ano XIX n. 959. p. 10.
CÂNCER provoca amputação de pênis em seis homens. <b>Cinform</b> , Capa, Aracaju- Sergipe, 10 a 16 de dezembro de 2001. Ano XIX n. 974.
CÂNCER de pênis entre Sergipe e Bahia já provocou amputação em seis homens. <b>Cinform</b> , Municípios, Aracaju- Sergipe, 10 a 16 de dezembro de 2001. Ano XIX n. 974. p.06.
MÉDICO diz que fimose e falta de higiene podem gerar câncer. <b>Cinform</b> , Entrevista, Aracaju- Sergipe, 10 a 16 de dezembro de 2001. Ano XIX n. 974. p.07.
<b>VIOLÊNCIA CONTRA GAYS</b>
ASSASSINATO de gays. <b>Cinform</b> , Aracaju – Sergipe, Opinião, 4 a10 de maio de 1998. Ano XV n. 786. p. 02.
JUSTIÇA pune rapaz por discriminação sexual. <b>Cinform</b> , Aracaju - Sergipe, Municípios, 18 a 24 de janeiro de 1999. Ano XVII n. 823. p. 04.
JUSTIÇA pune rapaz que acusou enfermeiro de meio aveadado. <b>Cinform</b> , Aracaju - Sergipe, Municípios, 18 a 24 de janeiro de 1999. Ano XV n. 823. p. 06.
TRAVESTI que homenageou Lisboa é encontrado morto.

<b>Cinform</b> , Aracaju – Sergipe, Polícia, 22 a 28 de fevereiro de 1999. Ano XVII n. 828. p. 24.
ADVOGADO é assassinado depois de um programa amoroso com rapazes. <b>Cinform</b> , Aracaju - Sergipe, Policia, 26 de abril a 02 de maio de 1999. Ano XVII n. 837. p.60.
ACUSADOS de participar de morte de advogado está em liberdade. <b>Cinform</b> , Aracaju - Sergipe, Cidade, 03 a 09 de maio de 1999. Ano XVII. p.10
CINFORM, 14 a 20 de fevereiro de 2000. Ano XVIII n. 879 Comportamento.
CINFORM, Aracaju, 21 a 27 de fevereiro de 2000. Ano XVIII n. 880 Política p.08.
LÉSBICA quase morre incendiada, por amor. <b>Cinform</b> , Capa, Aracaju- Sergipe, 31 de julho a 06 de agosto de 2000. Ano XVIII n. 903.
CASO entre lésbicas termina em incêndio. <b>Cinform</b> , Cidade, Aracaju- Sergipe, 31 de julho a 06 de agosto de 2000. Ano XVIII n. 903. p. 07.
MÉDICO devorado por garotos de programa. <b>Cinform</b> , Policia, Aracaju- Sergipe, 21 a 27 de agosto de 2000. Ano XVIII n. 906. p. 06.
MICHÊS assassinos. <b>Cinform</b> , Cultura & variedades, Porão, Aracaju- Sergipe, 21 a 27 de agosto de 2000. Ano XVIII n. 906. p. 10.
UM MÉDICO gay e a morte trágica. <b>Cinform</b> , Capa, Aracaju- Sergipe, 21 a 27 de agosto de 2000. Ano XVIII n. 906.
MARCOLINO levou muita porrada. <b>Cinform</b> , Capa, Aracaju- Sergipe, 28 de agosto a 03 de setembro de 2000. Ano XVIII n. 907.
MORTE do médico. <b>Cinform</b> , Cartas, Aracaju- Sergipe, 28 de agosto a 03 de setembro de 2000. Ano XVIII n. 907. p. 02.
MARCOLINO levou muita porrada. <b>Cinform</b> , Polícia, Aracaju- Sergipe, 28 de agosto a 03 de setembro de 2000. Ano XVIII n. 907. p. 12.
MANOBRA impede prisão. <b>Cinform</b> , Polícia, Aracaju- Sergipe, 04 a 10 de setembro de 2000. Ano XVIII n. 908.
ASSESSOR do tribunal de justiça pode ter sido executado por garotos de programa. <b>Cinform</b> , Policia, Aracaju- Sergipe, 02 a 08 de outubro de 2000. Ano XVIII n. 912. p. 04.



PRESO vendedor de matar homossexual na Barra dos Coqueiros. <b>Cinform</b> , Municípios, Aracaju- Sergipe, 23 a 29 de outubro de 2000. Ano XVIII n. 915. p. 04.
POLICIA acredita que sabe quem são os assassinos do professor de informática. <b>Cinform</b> , Cidade. Aracaju- Sergipe, 15 a 21 de janeiro de 2001. Ano XIX n. 927. p. 07.
O EXTERMINIO de homossexuais em Aracaju. <b>Cinform</b> , Cultura & Variedade, Porão. Aracaju- Sergipe, 15 a 21 de janeiro de 2001. Ano XIX n. 927. p. 10.
TRAVESTI é forçado a agir como homem. <b>Cinform</b> , Capa, Aracaju- Sergipe, 02 a 08 de abril de 2001. Ano XIX n. 938.
TRAVESTI acusado por crime de pedofilia é obrigado a se comportar como “homem”. <b>Cinform</b> , Cidade, Aracaju- Sergipe, 02 a 08 de abril de 2001. Ano XIX n. 938. p. 09.
MAIS um homossexual assassinado em Sergipe. <b>Cinform</b> , Capa, Aracaju- Sergipe, 07 a 13 de maio de 2001. Ano XIX n. 943.
PROFESSOR é assassinado dentro de casa na Barra dos Coqueiros. <b>Cinform</b> , Polícia, Aracaju- Sergipe, 07 a 13 de maio de 2001. Ano XIX n. 943. p. 10.
<b>MOVIMENTO GAY</b>
DIALOGAY protesta contra falta de apoio. <b>Cinform</b> , Aracaju - Sergipe, Cidade, 25 a 31 de maio de 1998. Ano XV n. 789. p. 10.
DIALOGAY vai realizar atos contra violência. <b>Cinform</b> , Aracaju - Sergipe, 14 a 20 de setembro de 1998. Ano XV n. 805. p.10.
HOMOSSEXUAIS querem isenção de impostos. <b>Cinform</b> , Aracaju - Sergipe, Capa, 09 a 15 de novembro de 1998. Ano XV n. 813.
GAYS, lésbicas e travestis querem isenção de impostos. <b>Cinform</b> , Aracaju - Sergipe, Comportamento, 09 a 15 de novembro de 1998. Ano XV n. 813. p. 42.
ASSASSINO de Lisboa morre no trânsito durante um assalto <b>Cinform</b> , Aracaju - Sergipe, 05 a 11 de outubro de 1998. Ano XV n. 808. p.22.
OLIMPIADA fiasco. <b>Cinform</b> , Aracaju - Sergipe, Capa, 05 a 11 de julho de 1999. Ano XVII n. 847.

O ANTROPÓLOGO . <b>Cinform</b> , Aracaju - Sergipe, Social – Caixa Alta, 05 a 11 de julho de 1999. Ano XVII n. 847.
DIALOGAY prepara candidato a vereador para defender homossexuais em Aracaju. <b>Cinform</b> , Aracaju - Sergipe, Política, 22 a 28 de novembro de 1999. Ano XVII n. 867. p. 16.
CONTRA gays. <b>Cinform</b> , Aracaju – Sergipe, Opinião, 01 a 07 de novembro de 1999. Ano XVII n. 864 p. 03.
CINFORM, Aracaju, 24 a 30 de janeiro de 2000. Ano XVII n. 876 Cinformando p. 03.
CINFORM, Aracaju, 21 a 27 de fevereiro de 2000. Ano XVIII n. 880 Cidade p.05.
GAYS têm direito a pensão. <b>Cinform</b> , Nacional, Aracaju-Sergipe, 12 a 18 de junho de 2000. Ano XVIII n. 886. p. 10 .
PM posa para revista gay. <b>Cinform</b> , Nacional, Aracaju- Sergipe, 12 a 18 de junho de 2000. Ano XVIII n. 886. p. 10.
ASSUMIDOS, simpatizantes e engajados. <b>Cinform</b> , Cultura, Aracaju- Sergipe, 19 a 26 de junho de 2000. Ano XVIII n. 897. p. 06.
PRIMEIRO alojamento gay do Brasil. <b>Cinform</b> , Política, Aracaju- Sergipe, 21 a 27 de agosto de 2000. Ano XVIII n. 906. p. 11.
DIALOGAY retomacampanha contra violência. <b>Cinform</b> , Cidade, Aracaju- Sergipe, 09 a 15 de outubro de 2000. Ano XVIII n. 913. p. 08.
VITÓRIA contra o preconceito. <b>Cinform</b> , Cidade, Aracaju-Sergipe, 12 a 18 de março de 2001. Ano XIX n. 935. p. 06.
PRESIDENTE do dialogay é contra lei do casamento homossexual. <b>Cinform</b> , Capa, Aracaju- Sergipe, 14 a 20 de maio de 2001. Ano XIX n. 944.
PRESIDENTE do dialogay é contra projeto que regula união de gays. <b>Cinform</b> , Cidade, Aracaju- Sergipe, 14 a 20 de maio de 2001. Ano XIX n. 944. p. 08.
UNIÃO homossexual revela a desavença no dialogay. <b>Cinform</b> , Cidade, Aracaju- Sergipe, 21 a27 de maio de 2001. Ano XIX n. 945. p. 05.

DIA do orgulho gay será marcado por manifestação contra violência. <b>Cinform</b> , Cidade/Política, Aracaju- Sergipe, 24 de junho a 01 de julho de 2001. Ano XIX n. 950. p. 11.
HOMOSSEXUAIS protegidos pelo INSS. <b>Cinform</b> , Economia & Informática, Aracaju- Sergipe, 06 a 12 de agosto de 2001. Ano XIX n. 956. p. 07.
<b>JUDICIÁRIO</b>
PODER Judiciário tem imagens de elitista, arcaico, moroso e corporativo. <b>Cinform</b> , Aracaju – Sergipe, Capa, 08 a 14 de julho de 1996. Ano XIII n. 691.
JUDICIÁRIO é arcaico, moroso e corporativo. <b>Cinform</b> , Aracaju – Sergipe, Justiça, 08 a 14 de julho de 1996. Ano XIII n. 691. p. 20
JUIZES em petição de miséria. <b>Cinform</b> , Aracaju - Sergipe, Justiça, 18 a 24 de maio de 1998. Ano XV n. 788. p. 30
CORREGEDOR promete renunciar se houver corte de salário. <b>Cinform</b> , Aracaju - Sergipe, Justiça, 18 a 24 de maio de 1998. Ano XV n. 788. p. 31.
A JUSTIÇA no Brasil. <b>Cinform</b> , Aracaju - Sergipe, Cartas, 24 a 30 de maio de 1999. Ano XVII n. 841. p. 02.
JUIZ Novaes é preso sob suspeita de participar do assassinato de Valdir. <b>Cinform</b> , Aracaju - Sergipe, Policia, 01 a 07 de junho de 1998. Ano XV n. 790. p. 20.
JUDICIÁRIO x morosidade. <b>Cinform</b> , Aracaju – Sergipe, Editorial, 29 de junho a 05 de julho de 1998. Ano XV n. 794. p. 03.
SETORES da justiça defendem trinta anos como idade mínima para os que querem ser juiz. <b>Cinform</b> , Aracaju – Sergipe, Justiça 21 a 27 de dezembro de 1998. Ano XVI n. 819. p.48.
NÃO é a idade que vai dizer se a pessoa é ou não um bom juiz. <b>Cinform</b> , Aracaju – Sergipe, Justiça 21 a 27 de dezembro de 1998. Ano XVI n. 819. p. 48.
<b>VIOLÊNCIA</b>
UNESCO coloca Aracaju como a quarta capital mais violenta do país. <b>Cinform</b> , Aracaju - Sergipe, Capa, 14 a 20 de dezembro de 1998. Ano XVI n. 818.
UNESCO destaca Aracaju como a quarta capital mais violenta. <b>Cinform</b> , Aracaju - Sergipe, 14 a 20 de dezembro de 1998. Ano

XVI n. 818. p.48.
SECRETÁRIO desconfia da pesquisa e coloca a UNESCO em dúvida. <b>Cinform</b> , Aracaju - Sergipe, Polícia, 14 a 20 de dezembro de 1998. Ano XVI n. 818. p.49.
NÃO é seguro deixar filhos saírem a passear sozinhos. <b>Cinform</b> , Aracaju – Sergipe, Cidade, 30 de novembro a 06 de dezembro de 1998. Ano XVI n. 816. p. 10.
MATA-SE muito na grande Aracaju e prende-se pouco. <b>Cinform</b> , Aracaju – Sergipe, Polícia, 30 de novembro a 06 de dezembro de 1998. Ano XVI n. 816. p.48.
SUPERPOPULAÇÃO leva aos bolsões de pobreza e aumento da marginalidade. <b>Cinform</b> , Aracaju – Sergipe, Entrevista, 18 a 24 de outubro de 1999. Ano XVII n. 862 p. 08.
VIOLÊNCIA aterroriza Aracaju. <b>Cinform</b> , Aracaju, Capa, Aracaju- Sergipe, 17 a 23 de abril de 2000. Ano XVIII n. 888.
CRIMES passionais crescem em Sergipe. <b>Cinform</b> , Municípios. Aracaju- Sergipe, 12 a 18 de fevereiro de 2001. Ano XIX n. 931. p. 06.
<b>POLÍTICA</b>
ELEIÇÃO difícil e muitos xingamentos. <b>Cinform</b> , Aracaju - Sergipe, Interior, 21 a 27 de outubro de 1996. Ano XIV n. 706. p. 22.
TALVANE é veado e matador. <b>Cinform</b> , Aracaju - Sergipe, Entrevista, 25 a 31 de janeiro de 1999. Ano XVII n. 824. p. 09.
<b>VIOLÊNCIA SEXUAL</b>
JOVEM diz que foi enganado e depois currado num motel. <b>Cinform</b> , Aracaju - Sergipe, Polícia, 19 a 25 de outubro de 1998. Ano XVI n. 810. p.26.
HOMEM é flagrado na rua vinte quatro horas obrigando menor fazer sexo com ele. <b>Cinform</b> , Aracaju- Sergipe, Cidade, 09 a 15 de novembro de 1998. Ano XV n. 813. p.10.
PROSITUIÇÃO e cativo. <b>Cinform</b> , Aracaju – Sergipe, Capa, 11 a 17 de outubro de 1999. Ano XVII n. 861.
GAROTA de programa tira roupa e mostra lado perverso de café. <b>Cinform</b> , Aracaju – Sergipe, Comportamento, 11 a 17 de outubro de 1999. Ano XVII n. 861. p. 50.

AVÔ é acusado de violentar sexualmente criança de oito anos. <b>Cinform</b> , Municípios, Aracaju- Sergipe, 21 a 27 de agosto de 2000. Ano XVIII n. 906. p. 07.
PROFESSORA seduz, usa e abusa sexualmente de aluna menor e caso vai parar na justiça. <b>Cinform</b> , Aracaju - Sergipe, Capa 22 a 28 de novembro de 1999. Ano XVII n. 867.
ALUNA acusa professora de assedio sexual e de agressão. <b>Cinform</b> , Aracaju – Sergipe, Comportamento, 22 a 28 de novembro de 1999. Ano XVII n. 867 p. 18.
MENINO de quatro anos é vítima de violência sexual. <b>Cinform</b> , Polícia, Aracaju- Sergipe, 16 a 22 de julho de 2001. Ano XIX n. 953. p. 05.

## JORNAL DA CIDADE

AIDS
TRABALHO de combate à AIDS é elogiado. <b>Jornal da Cidade</b> , Local, Aracaju- Sergipe, 19 de janeiro de 1995. Ano XXII n. 6.758. p. 05.
OBRIGATORIA assistência a aidéticos. <b>Jornal da Cidade</b> , Internacional, Aracaju- Sergipe, 12 de fevereiro de 1995. Ano XXIII n. 6.779. p. 14.
CARTILHA sobre AIDS considerada racista. <b>Jornal da Cidade</b> , Nacional, Aracaju- Sergipe, 16 de fevereiro de 1995. Ano XXIII n. 6.782. p. 12.
LABOATÓRIO estuda AZT em crianças. <b>Jornal da Cidade</b> , Nacional, Aracaju- Sergipe, 05 de março de 1995. Ano XXIII n. 6.795. p. 10.
AIDS. <b>Jornal da Cidade</b> , Notas e Comentários, Aracaju- Sergipe, 10 de março de 1995. Ano XXIII n. 6.799. p. 14.
AIDS. <b>Jornal da Cidade</b> , Notas e Comentários, Aracaju- Sergipe, 15 de março de 1995. Ano XXIII n. 6.803. p.14..
AIDS já matou 138 pessoas em Sergipe. <b>Jornal da Cidade</b> , Caderno B - Capa, Aracaju- Sergipe, 30 de março de 1995. Ano XXIII n. 6.815.
HOTEL faz campanha sobre AIDS. <b>Jornal da Cidade</b> , Saúde, Aracaju- Sergipe, 28 de maio de 1995. Ano XXIII n. 6.863. p.06.
EMPRESAS entram no combate à AIDS. <b>Jornal da Cidade</b> , Local, Aracaju- Sergipe, 06 de setembro de

1995. Ano XXIII n. 6.947. p. 05.
AIDS é coisa séria. <b>Jornal da Cidade</b> , Opinião, Aracaju-Sergipe, 21 de setembro de 1995. Ano XXIII n. 6.954. p. 04.
VOLUNTÁRIOS realizam exposição sobre AIDS. <b>Jornal da Cidade</b> , Capa, Aracaju- Sergipe, 12 de agosto de 1995. Ano XXIII n. 6.926.
ENTIDADE expõe trabalho de combate à AIDS. <b>Jornal da Cidade</b> , Local, Aracaju- Sergipe, 12 de agosto de 1995. Ano XXIII n. 6.926. p. 09.
ADOLESCENTES vão dar instrução sobre AIDS. <b>Jornal da Cidade</b> , Local, Aracaju- Sergipe, 29 de julho de 1995. Ano XXIII n. 6.914. p. 09.
CAMPANHA contra AIDS será lançada no dia 1.. <b>Jornal da Cidade</b> , Local, Aracaju- Sergipe, 24 de novembro de 1995. Ano XXIII n. 7.010. p. 06.
LUTA contra AIDS. <b>Jornal da Cidade</b> , Opinião, Aracaju- Sergipe, 01 de dezembro de 1995. Ano XXIII n. 7.016. p. 06.
HOJE é dia nacional de luta contra AIDS. <b>Jornal da Cidade</b> , Local, Aracaju- Sergipe, 01 de dezembro de 1995. Ano XXIII n. 7.016. p. 08.
AIDS. <b>Jornal da Cidade</b> , Capa, Aracaju- Sergipe, 21 de dezembro de 1995. Ano XXIII n. 7.032
Foto 12 – AIDS afeta mais os heterossexuais. <b>Jornal da Cidade</b> , Local, Aracaju- Sergipe, 21 de dezembro de 1995. Ano XXIII n. 7.032. p. 09.
SERGIPE possui 7 mil contaminados de AIDS. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidade, Aracaju- Sergipe, 25 de abril de 1996. Ano XXV n. 7.134. p.15.
GAPA tente reduzir os casos de AIDS. <b>Jornal da Cidade</b> , Sociedade, Aracaju- Sergipe, 07 de maio de 1996. Ano XXV n. 7.143. p.05.
DIALOGAY se prepara para 13ª vigília. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidade, Aracaju- Sergipe, 15 de maio de 1996. Ano XXV n. 7.150. p.10.
PREVENÇÃO da AIDS é debatida no Rio. <b>Jornal da Cidade</b> , Nacional, Aracaju- Sergipe, 21 de maio de 1996. Ano XXV n. 7.155. p.08.
DIRIGENTE da ONU vem debater à AIDS. <b>Jornal da</b>

<b>Cidade</b> , Encontro Nacional, Aracaju- Sergipe, 22 de maio de 1996. Ano XXV n. 7.156. p.05.
AIDÉTICOS sergipanos apostam em tratamento. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidade Local, Aracaju- Sergipe, 20 de julho de 1996. Ano XXV n. 7.205. p. 09.
AIDÉTICOS podem ter remédios grátis. <b>Jornal da Cidade</b> , Projeto, Aracaju- Sergipe, 16 de agosto de 1996. Ano XXV n. 7.228. p. 05.
PROJETO de combate à AIDS recruta voluntários. <b>Jornal da Cidade</b> , Jornal da Família, Aracaju- Sergipe, 25 de agosto de 1996. Ano XXV n. 7.236. p. 04.
CASAIS preocupam os pesquisadores do HIV. <b>Jornal da Cidade</b> , Brasil, Aracaju- Sergipe, 27 de agosto de 1996. Ano XXV n. 7.237. p. 08.
AIDS atinge 7 mil em Aracaju. <b>Jornal da Cidade</b> , Capa, Aracaju- Sergipe, 14 de setembro de 1996. Ano XXV n. 7.253.
MAIS de 7 mil pessoas com o vírus HIV. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidade, Aracaju- Sergipe, 14 de setembro de 1996. Ano XXV n. 7.253. p. 10.
DIALOGAY na luta contra AIDS. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidade, Aracaju- Sergipe, 14 de setembro de 1996. Ano XXV n. 7.253. p. 10
COQUETEL contra AIDS distribuída no GAPA. <b>Jornal da Cidade</b> , Política Local, Aracaju- Sergipe, 29 de setembro de 1996. Ano XXV n. 7.266. p. 09.
HOSPITAIS vão receber remédios contra AIDS. <b>Jornal da Cidade</b> , Nacional, Aracaju- Sergipe, 16 de outubro de 1996. Ano XXV n. 7.279. p. 08.
DIA mundial contra AIDS. <b>Jornal da Cidade</b> , Opinião, 01 de dezembro de 1996. Ano XXV n. 7.313. p.02.
MULHERES com AIDS sofrem mais preconceitos. <b>Jornal da Cidade</b> , Jornal da Família, Aracaju- Sergipe, 01 de dezembro de 1996. Ano XXV n. 7.313. p.02.
AIDÉTICOS recebem remédios. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidade, Aracaju- Sergipe, 14 de dezembro de 1996. Ano XXV n. 7.329. p.10.
BEBÊS de mães com o HIV são adotados. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidade, Aracaju- Sergipe, 14 de dezembro de 1996. Ano XXV n. 7.329. p.10

AIDS não é mais tabu. <b>Jornal da Cidade</b> , Jornal da Família, Aracaju- Sergipe, 15 de dezembro de 1996. Ano XXV n. 7.330. p.03.
PROGRAMA de AIDS investe em testagem. <b>Jornal da Cidade</b> , Nacional, Aracaju- Sergipe, 29 de dezembro de 1996. Ano XXV n. 7.341. p.08.
QUATRO novos casos de AIDS em janeiro. <b>Jornal da Cidade</b> , Saúde, Aracaju- Sergipe, 06 de fevereiro de 1997. Ano XXVI n. 7.373. p.09.
TRATAMENTO de AIDS sai do hospital e fica mais humanizado. <b>Jornal da Cidade</b> , Jornal da Família, Aracaju- Sergipe, 28 e 29 de setembro de 1997. Ano XXVI n. 7.565. p.03
SAÚDE vê redução da AIDS no país. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 01 de novembro de 1997. Ano XXVI n. 7.593. p.05.
CORTE de remédios anti-Aids preocupa. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 12 de novembro de 1997. Ano XXVI n. 7.602. p. 09.
PROJETOS para prevenção da AIDS. <b>Jornal da Cidade</b> , Sociedade Nacional, Aracaju- Sergipe, 25 de março de 1997. Ano XXVI n. 7.410. p.05.
ALMIR Santana teme o crescimento da AIDS. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidade, Aracaju- Sergipe, 04 de abril de 1997. Ano XXVI n. 7.418. p.10.
ONGS pedem renovação de convênios sobre AIDS. <b>Jornal da Cidade</b> , Sociedade Nacional, Aracaju- Sergipe, 24 de abril de 1997. Ano XXVI n. 7.434. p. 05.
AIDS continua aumentando em Sergipe. <b>Jornal da Cidade</b> , Capa, Aracaju- Sergipe, 05 de julho de 1997. Ano XXVI n. 7.493.
AIDS dobra em relação ao ano passado. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidade, Aracaju- Sergipe, 05 de julho de 1997. Ano XXVI n. 7.493. p.10.
ALMIR pede lei para proteger aidéticos. <b>Jornal da Cidade</b> , Política Local, Aracaju- Sergipe, 13 de julho de 1997. Ano XXVI n. 7.485. p. 03.
DECRETADA prisão de aidético suspeito de espalhar doença. <b>Jornal da Cidade</b> , Capa, Aracaju- Sergipe, 01 de agosto de 1997. Ano XXVI n. 7.515.



AIDÉTICO leva pânico aos maruinenses. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 01 de agosto de 1997. Ano XXVI n. 7.515. p. 09..
TESTE de HIV de maruinense não é positivo. <b>Jornal da Cidade</b> , Capa, Aracaju- Sergipe, 02 de agosto de 1997. Ano XXVI n. 7.516.
TESTE de HIV de maruinense é negativo. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 02 de agosto de 1997. Ano XXVI n. 7.516. p. 09.
MARUIM não fala sobre AIDS. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 06 de agosto de 1997. Ano XXVI n. 7.519. p.10.
GOVERNO debate AIDS nas escolas. <b>Jornal da Cidade</b> , Jornal da Família, Aracaju- Sergipe, 25 de agosto de 1997. Ano XXVI n. 7.535. p.03.
ANTIAIDS. <b>Jornal da Cidade</b> , Sociedade Zózimo, Aracaju- Sergipe, 28 de agosto de 1997. Ano XXVI n. 7.538. p.05.
AIDS mata homem que levou pânico a Maruim. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 05 de setembro de 1997. Ano XXVI n. 7.518. p.09.
AIDS e trabalhadores. <b>Jornal da Cidade</b> , Opinião, Aracaju- Sergipe, 14 de novembro de 1997. Ano XXVI n. 7.604. p. 12.
PREVENÇÃO ao HIV deve priorizar populações vulneráveis. <b>Jornal da Cidade</b> , Jornal da Família, Aracaju- Sergipe, 17 de novembro de 1997. Ano XXVI n. 7.606. p. 06.
AIDS infecta 16 mil por dia. <b>Jornal da Cidade</b> , Internacional, Aracaju- Sergipe, 27 de novembro de 1997. Ano XXVI n. 7.615. p.07.
ARRASTÃO alerta para AIDS. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 27 de novembro de 1997. Ano XXVI n. 7.615. p.11.
AIDS e a mulher. <b>Jornal da Cidade</b> , Opinião, Aracaju- Sergipe, 28 de novembro de 1997. Ano XXVI n. 7.616. p.12.
CASOS põem em questão a ética do sigilo médico. <b>Jornal da Cidade</b> , Jornal da Família, Aracaju- Sergipe,

08 de dezembro de 1997. Ano XXVI n. 7.624. p. 02.
PRESOS farão exames para detectar AIDS. <b>Jornal da Cidade</b> , Capa, Aracaju- Sergipe, 14 e 15 de dezembro de 1997. Ano XXVI n. 7.629.
NÃO há controle de AIDS nos presídios. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 14 e 15 de dezembro de 1997. Ano XXVI n. 7.629. p.16.
PROSTITUTAS em campanha anti-AIDS. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 20 de dezembro de 1997. Ano XXVI n. 7.634. p.10.
AIDS aumenta entre viciados em drogas. <b>Jornal da Cidade</b> , Brasil, Aracaju- Sergipe, 23 de dezembro de 1997. Ano XXVI n. 7.636. p.08.
AIDS cresce entre os heterossexuais. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 03 de fevereiro de 1998. Ano XXVII n. 7.670 p.09.
PROSTITUTAS ajudam portadores de HIV. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 19 de fevereiro de 1998. Ano XXVII n. 7.684 p.15.
ESCOLAS ensinarão prevenção a AIDS. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 27 de março de 1998. Ano XXVII n. 7.712 p.13.
PROSTITUTAS realizam seminário sobre AIDS. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 13 de abril de 1998. Ano XXVII n. 7.725 p.15.
PRECONCEITO isola portador de HIV. <b>Jornal da Cidade</b> , Capa, Aracaju- Sergipe, 23 de abril de 1998. Ano XXVII n. 7.733.
PRECONCEITO impede portador de vírus da AIDS de trabalhar. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 23 de abril de 1998. Ano XXVII n. 7.733 p. 09.
CRESCE a incidência de AIDS no interior. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 07 de julho de 1998. Ano XXVII n. 7.794 p.10.
CRESCE a AIDS entre as casadas. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 23 de dezembro de 1998. Ano XXVII n. 7.935. p.09.
AIDS contamina cinco jovens a cada minuto. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 29 e 30 de novembro de 1998. Ano XXVII n. 7.916. p. 11

CAI taxa de mortalidade entre os doentes de AIDS. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 20 de abril de 1999. Ano XXVIII n. 8.030. p. 13.
AIDS – Caminhoneiros têm atendimento há 4 anos. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 12 de maio de 1999. Ano XXVIII n. 8.048. p. 04.
COZINHEIRO diz que transmitiu AIDS a parceiros. <b>Jornal da Cidade</b> , Capa, Aracaju- Sergipe, 15 de julho de 1999. Ano XXVIII n. 8.100.
COZINHEIRO preso traficando drogas. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 15 de julho de 1999. Ano XXVIII n. 8.100. p. 05.
A ESTATISTICA sobre AIDS. <b>Jornal da Cidade</b> , Brasil, Aracaju- Sergipe, 23 de julho de 1999. Ano XXVIII n. 8.107. p.08.
VIRUS da AIDS deixa oito crianças órfãs em Sergipe. <b>Jornal da Cidade</b> , Capa, Aracaju- Sergipe, 24 de julho de 1999. Ano XXVIII n. 8.108.
AIDS deixa oito crianças órfãs. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 24 de julho de 1999. Ano XXVIII n. 8.108. p.03.
IGREJA na campanha contra AIDS. <b>Jornal da Cidade</b> , Sociedade Nacional, Aracaju- Sergipe, 04 de agosto de 1999. Ano XXVIII n. 8.117. p. 05.
AIDS é tema de palestra na tribo indígena Kariri-Xocó. <b>Jornal da Cidade</b> , cidades, Aracaju- Sergipe, 06 de agosto de 1999. Ano XXVIII n. 8.119. p. 02.
IGREJA vai participar da campanha contra AIDS. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 08 e 09 de agosto de 1999. Ano XXVIII n. 8.121. p. 03.
CAMINHONEIROS na mira da saúde. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades – Capa – Caderno B, Aracaju- Sergipe, 02 de setembro de 1999. Ano XXVIII n. 8.142.
BRASIL já tem 536 mil aidéticos. <b>Jornal da Cidade</b> , Brasil, Aracaju- Sergipe, 17 de setembro de 1999. Ano XXVIII n. 8.154.
SAÚDE recebe preservativo feminino. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades Aracaju- Sergipe, 22 de setembro de 1999. Ano XXVIII n. 8.158. p. 04.
AIDS não atinge a terceira idade. <b>Jornal da</b>

<b>Cidade</b> ,Cidades, Aracaju- Sergipe, 11 de novembro de 1999. Ano XXVIII n. 8.199 p.02.
70% DAS MULHERES com AIDS são casadas. <b>Jornal da Cidade</b> , Capa, Aracaju- Sergipe, 01 de dezembro de 1999. Ano XXVIII n. 8.215.
AIDS aumenta nos bairros periféricos. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 01 de dezembro de 1999. Ano XXVIII n. 8.215. p. 02.
O AUTO da camisinha chega à praça. <b>Jornal da Cidade</b> , Caderno de Variedades - Capa, Aracaju- Sergipe, 01 de dezembro de 1999. Ano XXVIII n. 8.215.
AIDS a peste moderna. Enciclopédia A História do Século - Capa, Aracaju- Sergipe, 23 de dezembro de 1999. Ano XXVIII n. 8.233.
AIDS de doença de gay a mal do século. Enciclopédia A História do Século, Aracaju- Sergipe, 23 de dezembro de 1999. Ano XXVIII n. 8.233 p.672 e 673.
A PROLIFERAÇÃO da AIDS. <b>Jornal da Cidade</b> , Opinião, Aracaju- Sergipe, 06 de janeiro de 2000. Ano XXVIII n. 8.245 p. 02.
PERFIL dos pacientes de AIDS se modifica. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 16 de fevereiro de 2000. Ano XXIX n. 8.303. p.02.
FOLIÕES vão receber camisinhas. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 01 de março de 2000. Ano XXIX n. 8.292. p.03.
GAPA começa a organizar bazar. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades - Campanha, Aracaju- Sergipe, 10 de março de 2000. Ano XXIX n. 8.298. p.02.
USO de camisinha é tema de novo trabalho educativo. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 17 de junho de 2000. Ano XXIX n. 8.381. p.03.
ONU divulga números da AIDS. <b>Jornal da Cidade</b> , Internacional, Aracaju- Sergipe, 28 de junho de 2000. Ano XXIX n. 8.389. p. 07.
MAIOR incidência da AIDS atinge as pessoas pobres. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 21 de julho de 2000. Ano XXIX n. 8.409. p. 03.
REVISTA esclarece sobre a AIDS. <b>Jornal da Cidade</b> , Nacional, Aracaju- Sergipe, 17 e 18 de setembro de 2000.

Ano XXIX n. 8.458. p.05
Foto 27 – ESTÁ faltando preservativo em Sergipe. <b>Jornal da Cidade</b> . Cidade Aracaju- Sergipe, 05 de outubro de 2000. Ano XXIX n. 8.474. p.02
ALAGOANO diz que achou cura da AIDS. <b>Jornal da Cidade</b> . Cidade Aracaju- Sergipe, 11 de outubro de 2000. Ano XXIX n. 8.479. p.02.
DETENTAS orientadas sobre doença sexual. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades Aracaju- Sergipe, 09 de novembro de 2000. Ano XXIX n. 8.502. p.05.
PREVENÇÃO chega aos caminhoneiros dia 15. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades Aracaju- Sergipe, 10 de novembro de 2000. Ano XXIX n. 8.503. p.03.
HIV: o vírus da discórdia. <b>Jornal da Cidade</b> . Opinião Aracaju- Sergipe, 25 de novembro de 2000. Ano XXIX n. 8.515. p.06.
70% DOS AIDÉTICOS contraíram vírus com os parceiros. <b>Jornal da Cidade</b> . Capa Aracaju- Sergipe, 26 e 27 de novembro de 2000. Ano XXIX n. 8.516.
PARCEIROS infectam 70% dos aidéticos. <b>Jornal da Cidade</b> . Cidade Aracaju- Sergipe, 26 e 27 de novembro de 2000. Ano XXIX n. 8.516. p.03
AIDS se espalhou por 50 municípios. <b>Jornal da Cidade</b> . Capa Aracaju- Sergipe, 29 de novembro de 2000. Ano XXIX n. 8.518.
AIDS vem avançando no interior do estado. <b>Jornal da Cidade</b> . Cidade Aracaju- Sergipe, 29 de novembro de 2000. Ano XXIX n. 8.518. p.04.
O MUNDO lembra do dia da AIDS. <b>Jornal da Cidade</b> , Internacional, Aracaju- Sergipe, 02 de dezembro de 2000. Ano XXIX n. 8.521. p.07.
HIV: o vírus da discórdia <b>Jornal da Cidade</b> , Opinião, Aracaju- Sergipe, 02 de dezembro de 2000. Ano XXIX n. 8.521. p.06.
AS MULHERES e o avanço da AIDS. <b>Jornal da Cidade</b> , Jornal da Família, Aracaju- Sergipe, 10 de dezembro de 2000. Ano XXIX n. 8.527. p.05.
ESTADO suspende exame de AIDS por falta de material. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 19 de

janeiro de 2001. Ano XXIX n. 8.559. p.03.
SAÚDE recebe kits para teste do HIV. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 24 de janeiro de 2001. Ano XXIX n. 8.563. p. 05.
COMBATE à AIDS vai à plataforma. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 21 de fevereiro de 2001. Ano XXIX n. 8.587. p. 04.
CASOS de AIDS caem 35% em Sergipe. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 28 de julho de 2001. Ano XXX n. 8.717. p.02.
AIDS reduz casos entre sergipanos. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 19 de setembro de 2001. Ano XXX n. 8.761. p.03.
OH! LINDA conta sua história em Sergipe. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 27 de novembro de 2001. Ano XXX n. 8.816. p.03.
AÇÕES marcam dia contra AIDS. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 05 de novembro de 2001. Ano XXX n. 8.823. p. 02.
AIDS mata 365 pessoas em Sergipe. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 30 de novembro de 2001. Ano XXX n. 8.819. p. 02.
AIDS mata 28 pessoas em Sergipe neste ano <b>Jornal da Cidade</b> , Capa, Aracaju- Sergipe, 30 de novembro de 2001. Ano XXX n. 8.819.
ENSINANDO a se prevenir contra a AIDS. <b>Jornal da Cidade</b> , Entrevista, Aracaju- Sergipe, 16 de dezembro de 2001. Ano XXX n. 8.833. p.03.
<b>COLUNA SOCIAL</b>
DÚVIDAS. <b>Jornal da Cidade</b> , Sociedade e Variedade, Aracaju- Sergipe, 06 de janeiro de 1995. Ano XXII n. 6.747. p. 10.
GALA gay e panteras. <b>Jornal da Cidade</b> , Sociedade e Variedade, Aracaju- Sergipe, 08 de fevereiro de 1995. Ano XXII n. 6.775. p. 10.
AGENDA rosa - choque. <b>Jornal da Cidade</b> , Sociedade Nacional, Aracaju- Sergipe, 02 de junho de 1995. Ano XXIII n. 6.867. p.11.
AGENDA rosa - choque. <b>Jornal da Cidade</b> , Sociedade Nacional, Aracaju- Sergipe, 03 de junho de 1995. Ano

XXIII n. 6.868. p.11.
AGENDA rosa - choque. <b>Jornal da Cidade</b> , Sociedade Nacional, Aracaju- Sergipe, 08 de junho de 1995. Ano XXIII n. 6.872. p.11.
FRESQUÍSSIMO. <b>Jornal da Cidade</b> , Sociedade & Variedade, Aracaju- Sergipe, 14 de junho de 1995. Ano XXIII n. 6.877. p. 10.
ROSA-CHOQUE. <b>Jornal da Cidade</b> , Sociedade, Aracaju- Sergipe, 15 de junho de 1995. Ano XXIII n. 6.878. p. 11.
AFINAÇÃO gay. <b>Jornal da Cidade</b> , Sociedade & TV, Aracaju- Sergipe, 25 abril de 1995. Ano XXIII n. 6.835. p. 11.
EVOLUÇÃO da city. <b>Jornal da Cidade</b> , Sociedade & Variedade, Aracaju- Sergipe, 19 de agosto de 1995. Ano XXIII n. 6.932. p. 10.
GAYNET. <b>Jornal da Cidade</b> , Sociedade Nacional, Aracaju- Sergipe, 02 de setembro de 1995. Ano XXIII n. 6.944. p. 11.
ROSA chic. <b>Jornal da Cidade</b> , Sociedade Nacional, Aracaju- Sergipe, 26 de outubro de 1995. Ano XXIII n. 6.987. p. 11.
VIDEO gay. <b>Jornal da Cidade</b> , Sociedade – João de Barros, Aracaju- Sergipe, 10 de setembro de 1996. Ano XXV n. 7.249. p.13.
GALA gay 97. <b>Jornal da Cidade</b> , João de Barros - Variedades, Aracaju- Sergipe, 11 de janeiro de 1997. Ano XXVI n. 7.351. p. 13.
VENENOSA. <b>Jornal da Cidade</b> , Sociedade - Variedades, Aracaju- Sergipe, 20 de junho de 1997. Ano XXVI n. 7.481. p. 13.
DRAG QUEEN. <b>Jornal da Cidade</b> , João de Barros, Aracaju- Sergipe, 18 de setembro de 1997. Ano XXVI n. 7.656. p.17.
PAGODEANDO. <b>Jornal da Cidade</b> , Sociedade – João de Barros, Aracaju- Sergipe, 07 de março de 1998. Ano XXVII n. 7.696 p.13.
ESSA doeu. <b>Jornal da Cidade</b> , Sociedade & Variedade – Osmário Santos, Aracaju- Sergipe, 06 de maio de 1999. Ano XXVIII n. 8.043. p. 04.

BOLETIM de ocorrência. <b>Jornal da Cidade</b> , Sociedade & Variedade – João de Barros, Aracaju- Sergipe, 27 de julho de 1999. Ano XXVIII n. 8.110. p.03.
AS CAJURANAS. Sociedade & Variedades – Osmário Santos, Aracaju- Sergipe, 12 de novembro de 1999. Ano XXVIII n. 8.200 p.04.
ELA disse. Sociedade & Variedades – João de Barros, Aracaju- Sergipe, 18 de novembro de 1999. Ano XXVIII n. 8.204 p. 03
MARATONA Gay. Sociedade & Variedade – Osmário Santos, Aracaju- Sergipe, 14 de dezembro de 1999. Ano XXVIII n. 8.225 p.04.
VENENOSA. Sociedade & Variedade – João de Barros, Aracaju- Sergipe, 16 de dezembro de 1999. Ano XXVIII n. 8.227. p. 03.
FIQUEI sabendo. <b>Jornal da Cidade</b> , Sociedade & Variedade – João de Barros, Aracaju- Sergipe, 15 de janeiro de 2000. Ano XXVIII n. 8.253 p. 03.
VENENOSA. <b>Jornal da Cidade</b> , Sociedade & Variedade, Aracaju- Sergipe, 22 de janeiro de 2000. Ano XXVIII n. 8.259 p. 03.
ANTIPITIBOYS. <b>Jornal da Cidade</b> , Sociedade Nacional – Ricardo Boechat, Aracaju- Sergipe, 01 de março de 2000. Ano XXIX n. 8.292. p.05.
VENENOSA. <b>Jornal da Cidade</b> , Sociedade & Variedade – João de Barros, Aracaju- Sergipe, 10 de março de 2000. Ano XXIX n. 8.298. p.03.
A SÉRIO. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 22 de março de 2000. Ano XXIX n. 8.307. p.02.
AGITOS sexuais. <b>Jornal da Cidade</b> , Sociedade & Variedade – João de Barros, Aracaju- Sergipe, 22 de março de 2000. Ano XXIX n. 8.307. p.03.
OSCAR gay. <b>Jornal da Cidade</b> , Sociedade – Osmário Santos, Aracaju- Sergipe, 01 de abril de 2000. Ano XXIX n. 8.316. p. 04.
TRIÂNGULO rosa. <b>Jornal da Cidade</b> , Sociedade – Osmário Santos, Aracaju- Sergipe, 01 de abril de 2000. Ano XXIX n. 8.316. p. 04.
GAY pride. <b>Jornal da Cidade</b> , Sociedade & Variedade – Danuza Leão, Aracaju- Sergipe, 29 de junho de 2000.



Ano XXIX n. 8.390. p. 02.
ENCUBADOS. <b>Jornal da Cidade</b> , Sociedade – Osmário Santos, Aracaju- Sergipe, 05 de julho de 2000. Ano XXIX n. 8.395. p. 04.
LISTA cor de rosa. <b>Jornal da Cidade</b> , Sociedade – Osmário Santos, Aracaju- Sergipe, 12 de julho de 2000. Ano XXIX n. 8.401. p. 04.
PROSTITUIÇÃO. <b>Jornal da Cidade</b> , Sociedade- Osmário Santos, Aracaju- Sergipe, 27 de julho de 2000. Ano XXIX n. 8.414. p. 04.
CENSO gay. <b>Jornal da Cidade</b> , Variedades – Danuza Leão, Aracaju- Sergipe, 06 e 07 de agosto de 2000. Ano XXIX n. 8.423. p. 02.
CAMISINHA feminina. <b>Jornal da Cidade</b> , Sociedade – Osmário Santos, Aracaju- Sergipe, 18 de agosto de 2000. Ano XXIX n. 8.433. p. 04.
VENENOSA. <b>Jornal da Cidade</b> , Sociedade & Variedades – João de Barros, Aracaju- Sergipe, 26 de setembro de 2000. Ano XXIX n. 8.465. p.03
VENENOSA. <b>Jornal da Cidade</b> , Sociedade & Variedades – João de Barros, Aracaju- Sergipe, 28 de setembro de 2000. Ano XXIX n. 8.467. p.03
VENENOSA. <b>Jornal da Cidade</b> , Sociedade & Variedades – João de Barros, Aracaju- Sergipe, 29 de setembro de 2000. Ano XXIX n. 8.468. p.03
DANÚBIO rosa e homofobia. <b>Jornal da Cidade</b> . Sociedade & Variedades Danuza Leão Aracaju- Sergipe, 17 de outubro de 2000. Ano XXIX n. 8.483. p.02
VENENOSA. <b>Jornal da Cidade</b> , Sociedade João de Barros, Aracaju- Sergipe, 14 de dezembro de 2000. Ano XXIX n. 8.530. p.03.
VIRGINDADE. <b>Jornal da Cidade</b> , Sociedade – Osmário Santos, Aracaju- Sergipe, 03 de janeiro de 2001. Ano XXIX n. 8.545. p.04.
TURISMO sexual. <b>Jornal da Cidade</b> , Sociedade – Osmário Santos, Aracaju- Sergipe, 02 de fevereiro de 2001. Ano XXIX n. 8.571. p. 04.
CARTÃO GLS, <b>Jornal da Cidade</b> , Sociedade & Variedade Danuza Leão, Aracaju- Sergipe, 01 e 02 de abril de 2001. Ano XXX n. 8.619. p.02.

GAY GAMES, <b>Jornal da Cidade</b> , Sociedade & Variedade Danuza Leão, Aracaju- Sergipe, 12 de abril de 2001. Ano XXX n. 8.628. p.02.
ARCO-IRIS, <b>Jornal da Cidade</b> , Sociedade & Variedade Ricardo Boechat, Aracaju- Sergipe, 03 de maio de 2001. Ano XXX n. 8.644. p.03.
FEIJÃO GAY, <b>Jornal da Cidade</b> , Sociedade & Variedade Danuza Leão, Aracaju- Sergipe, 12 de maio de 2001. Ano XXX n. 8.652. p. 02.
PASSEATA gay. <b>Jornal da Cidade</b> , Variedades – Danuza Leão, Aracaju- Sergipe, 24 e 25 de junho de 2001. Ano XXX n. 8.688. p. 02.
BOATE GLS. <b>Jornal da Cidade</b> , Sociedade & Variedade Osmário Santos, Aracaju- Sergipe, 10 de julho de 2001. Ano XXX n. 8.701. p.04.
FORUM de sexualidade. <b>Jornal da Cidade</b> , Sociedade & Variedade Osmário Santos, Aracaju- Sergipe, 13 de julho de 2001. Ano XXX n. 8.704. p.04.
ARCO-IRIS. <b>Jornal da Cidade</b> , Sociedade & Variedade Swann, Aracaju- Sergipe, 17 de julho de 2001. Ano XXX n. 8.707. p.03.
ARCO-IRIS <b>Jornal da Cidade</b> , Sociedade & Variedade Swann, Aracaju- Sergipe, 08 de agosto de 2001. Ano XXX n. 8.726. p.03.
<b>SEXUALIDADE</b>
SEXUALIDADE no século XXI em discussão. <b>Jornal da Cidade</b> , Local, Aracaju- Sergipe, 17 de junho de 1995. Ano XXIII n. 6.879. p. 09.
SEXUALIDADE. <b>Jornal da Cidade</b> , Sociedade & Variedades, Aracaju- Sergipe, 28 de junho de 1995. Ano XXIII n. 6.887. p. 10.
PROSTITUIÇÃO toma conta da Rua 24 horas. <b>Jornal da Cidade</b> , Local, Aracaju- Sergipe, 29 de junho de 1995. Ano XXIII n. 6.888. p. 07.
CASTRACÃO. <b>Jornal da Cidade</b> , Capa, Aracaju- Sergipe, 11 de agosto de 1995. Ano XXIII n. 6.925
POR QUE esta garota não arruma um namorado? <b>Jornal da Cidade</b> , Jornal da Família, Aracaju- Sergipe, 28 de abril de 1996. Ano XXV n. 7.137. p.02.
OS PRAZERES sutis do sexo depois dos 60. <b>Jornal da</b>

<b>Cidade</b> , Jornal da Família, Aracaju- Sergipe, 11 de agosto de 1996. Ano XXV n. 7.224. p. 04 e 05.
A SEXUALIDADE do homem brasileiro. <b>Jornal da Cidade</b> , Jornal da Família, Aracaju- Sergipe, 08 de setembro de 1996. Ano XXV n. 7.248. p.07.
CASAL gay. <b>Jornal da Cidade</b> , Cartas – Jornal da Família, Aracaju- Sergipe, 29 de setembro de 1996. Ano XXV n. 7.266. p. 07.
HOMOSSEXUALISMO. <b>Jornal da Cidade</b> , Opinião, Aracaju- Sergipe, 16 de outubro de 1996. Ano XXV n. 7.279. p. 12.
HOMOSSEXUALISMO. <b>Jornal da Cidade</b> , Opinião, Aracaju- Sergipe, 17 de outubro de 1996. Ano XXV n. 7.280. p. 12.
DEPENDENTES do sexo. <b>Jornal da Cidade</b> , Capa – Jornal da Família, Aracaju- Sergipe, 20 de outubro de 1996. Ano XXV n. 7.283.
A COMPULSÃO sexual é tratada com drogas. <b>Jornal da Cidade</b> , Jornal da Família, Aracaju- Sergipe, 20 de outubro de 1996. Ano XXV n. 7.283 p. 02.
MEU MARIDO é gay. <b>Jornal da Cidade</b> , Capa - Jornal da Família, 01 de dezembro de 1996. Ano XXV n. 7.313.
UFS mostra vida sexual da Grécia. <b>Jornal da Cidade</b> , Variedades, Aracaju- Sergipe, 10 de dezembro de 1996. Ano XXV n. 7.325. p.11.
SAÚDE vai promover censo sexual em 97. <b>Jornal da Cidade</b> , Sociedade Nacional, Aracaju- Sergipe, 19 de dezembro de 1996. Ano XXV n. 7.333. p.05.
O AMOR entre mulheres. <b>Jornal da Cidade</b> , Capa – Jornal da Família, Aracaju- Sergipe, 26 de janeiro de 1997. Ano XXVI n. 7.364.
IMPLANTE de pênis é feito em Aracaju. <b>Jornal da Cidade</b> , Variedades, Aracaju- Sergipe, 02 de março de 1997. Ano XXVI n. 7.392. p.11.
MULHER-MACHO esta em decadência. <b>Jornal da Cidade</b> , Variedades, Aracaju- Sergipe, 05 de março de 1997. Ano XXVI n. 7.394. p.11.
DECEPARAM o pênis do desempregado. <b>Jornal da Cidade</b> , Nacional, Aracaju- Sergipe, 13 de março de 1997. Ano XXVI n. 7.401. p.08.

HOMENS se castram pelo culto da morte. <b>Jornal da Cidade</b> , Internacional, Aracaju- Sergipe, 30 de março de 1997. Ano XXVI n. 7.414. p.07.
EXPOSIÇÃO da vida íntima rompe a ética da alcova. <b>Jornal da Cidade</b> , Jornal da Família, Aracaju- Sergipe, 16 de março de 1997. Ano XXVI n. 7.404. p.03.
DE MÃE para irmã. <b>Jornal da Cidade</b> , Jornal da Família, Aracaju- Sergipe, 13 de abril de 1997. Ano XXVI n. 7.426. p. 01.
O CALOR do corpo que salva. <b>Jornal da Cidade</b> , Jornal da Família, Aracaju- Sergipe, 06 de abril de 1997. Ano XXVI n. 7.422. p. 05.
HIERARQUIA deve existir, dizem os psicanalistas. <b>Jornal da Cidade</b> , Jornal da Família, Aracaju- Sergipe, 13 de abril de 1997. Ano XXVI n. 7.426. p. 13.
SEXUALIDADE oculta dos pais confunde os filhos. <b>Jornal da Cidade</b> , Jornal da família, Aracaju- Sergipe, 20 de abril de 1997. Ano XXVI n. 7.432. p.02.
PROSTITUIÇÃO ganha corpo. <b>Jornal da Cidade</b> , Opinião, Aracaju- Sergipe, 26 de abril de 1997. Ano XXVI n. 7.438. p. 02.
O INCESTO tecnológico <b>Jornal da Cidade</b> , Jornal da família capa, Aracaju- Sergipe, 18 de maio de 1997. Ano XXVI n. 7.454.
DUAS MIL meninas vivem dá prostituição no estado. <b>Jornal da Cidade</b> , Capa, Aracaju- Sergipe, 20 de maio de 1997. Ano XXVI n. 7.455.
PROSTITUIÇÃO atinge dois mil adolescentes. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 20 de maio de 1997. Ano XXVI n. 7.455. p. 13.
HOMOEROTISMO. <b>Jornal da Cidade</b> , Jornal da Família – Bem Estar, Aracaju- Sergipe, 02 de junho de 1997. Ano XXVI n. 7.465. p. 04.
O PIQUE sexual. <b>Jornal da Cidade</b> , Jornal da Família – capa, Aracaju- Sergipe, 06 de junho de 1997. Ano XXVI n. 7.471.
O PRAZER solitário. <b>Jornal da Cidade</b> , Jornal da Família – Capa, Aracaju- Sergipe, 30 de junho de 1997. Ano XXVI n. 7.488.
AUMENTA contaminação por DST. <b>Jornal da Cidade</b> ,

Capa, Aracaju- Sergipe, 12 de julho de 1997. Ano XXVI n. 7.498.
OS PAPEIS sexuais na infância. <b>Jornal da Cidade</b> , Jornal da Família - Capa, Aracaju- Sergipe, 14 de julho de 1997. Ano XXVI n. 7.499.
CASA especializada em erótico. <b>Jornal da Cidade</b> , Variedades, Aracaju- Sergipe, 23 de julho de 1997. Ano XXVI n. 7.507. p.11.
CENAS de recasamento. <b>Jornal da Cidade</b> , Jornal da Família, Aracaju- Sergipe, 03 e 04 de agosto de 1997. Ano XXVI n. 7.517. p. 01
RESPEITO a privacidade fortalece o casamento. <b>Jornal da Cidade</b> , Jornal da Família, Aracaju- Sergipe, 03 e 04 de agosto de 1997. Ano XXVI n. 7.517. p. 02.
PROSTITUITA não quer carteira assinada. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidade, Aracaju- Sergipe, 03 e 04 de agosto de 1997. Ano XXVI n. 7.517. p. 11.
FECHADA casa de strip-tease. <b>Jornal da Cidade</b> , Capa, Aracaju- Sergipe, 05 de agosto de 1997. Ano XXVI n. 7.518.
POLICIA fecha casa de Strip-tease. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidade, Aracaju- Sergipe, 05 de agosto de 1997. Ano XXVI n. 7.518. p.15.
SADOMASOQUISMO na fantasia e na realidade. <b>Jornal da Cidade</b> , Jornal da Família, Aracaju- Sergipe, 11 de agosto de 1997. Ano XXVI n. 7.523. p.02.
O PROCESSO de identificação sexual se conclui aos 5 anos. <b>Jornal da Cidade</b> , Jornal da Família, Aracaju- Sergipe, 31 de agosto de 1997. Ano XXVI n. 7.541. p.02.
O PODER da intuição feminina. <b>Jornal da Cidade</b> , Sociedade-Variedade, Aracaju- Sergipe, 27 de setembro de 1997. Ano XXVI n. 7.564. p.13.
AS FANTASIAS sexuais e as diferenças entre os sexos. <b>Jornal da Cidade</b> , Jornal da Família, Aracaju- Sergipe, 28 e 29 de setembro de 1997. Ano XXVI n. 7.565. p.02
HOMOSSEXUALISMO, aborto e rejeição. <b>Jornal da Cidade</b> , Nacional, Aracaju- Sergipe, 01 de outubro de 1997. Ano XXVI n. 7.567. p.07.
MUDANÇA de sexo agita transexuais. <b>Jornal da Cidade</b> , Variedades, Aracaju- Sergipe, 02 de outubro de

1997. Ano XXVI n. 7.568. p.15.
ORIENTAÇÃO sexual nas escolas. <b>Jornal da Cidade</b> , Especial, Aracaju- Sergipe, 20 de outubro de 1997. Ano XXVI n. 7.583. p.13.
POR novas relações entre mães e filhas. <b>Jornal da Cidade</b> , Jornal da Família, Aracaju- Sergipe, 03 de novembro de 1997. Ano XXVI n. 7.595. p. 02.
O SEXO no consultório. <b>Jornal da Cidade</b> , Jornal da Família - Capa, Aracaju- Sergipe, 24 de novembro de 1997. Ano XXVI n. 7.612.
PESQUISA diz que a mulher finge prazer. <b>Jornal da Cidade</b> , Jornal da Família, Aracaju- Sergipe, 24 de novembro de 1997. Ano XXVI n. 7.612. p.02
MULHER mais exigente com parceiro sexual. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 02 de dezembro de 1997. Ano XXVI n. 7.619. p. 09.
AS FANTASIAS sexuais e as diferenças entre os séculos. <b>Jornal da Cidade</b> , Jornal da Família, Aracaju- Sergipe, 22 de dezembro de 1997. Ano XXVI n. 7.635. p.02.
O SIMBOLISMO sexual nas roupas femininas. <b>Jornal da Cidade</b> , Jornal da família, Aracaju- Sergipe, 29 de dezembro de 1997. Ano XXVI n. 7.640. p.02.
OAB promove debate sobre exploração sexual. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 09 de março de 1998. Ano XXVII n. 7.697 p.14.
ASSÉDIO sexual passa a ser crime. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 22 e 23 de março de 1998. Ano XXVII n. 7.708 p.15.
SEXO e abuso de poder. <b>Jornal da Cidade</b> , Jornal da Família – Capa, Aracaju- Sergipe, 30 de março de 1998. Ano XXVII n. 7.714.
A NOVA lei pune os chefes sem distinção de sexo. <b>Jornal da Cidade</b> , Jornal da Família, Aracaju- Sergipe, 30 de março de 1998. Ano XXVII n. 7.714. p.03.
MENOR é preso por promover clube do sexo. <b>Jornal da Cidade</b> , Internacional, Aracaju- Sergipe, 02 de abril de 1998. Ano XXVII n. 7.717 p.09
UMA GAROTA que sente desejo sexual por uma amiga. <b>Jornal da Cidade</b> , Jornal da Família – vida íntima, Aracaju- Sergipe, 06 de abril de 1998. Ano XXVII n.

7.720 p.02.
MASTURBAÇÃO atrapalha o sexo no casamento? <b>Jornal da Cidade</b> , Jornal da Família – vida íntima, Aracaju- Sergipe, 13 de abril de 1998. Ano XXVII n. 7.725 p.02.
MARIDO que gosta de usar calcinhas de sua mulher. <b>Jornal da Cidade</b> , jornal da Família, Aracaju- Sergipe, 27 de abril de 1998. Ano XXVII n. 7.736 p. 02.
INFIDELIDADE virtual. <b>Jornal da Cidade</b> , Capa – Jornal da Família, Aracaju- Sergipe, 18 de maio de 1998. Ano XXVII n. 7.753.
UM INIMIGO sexualmente transmissível. <b>Jornal da Cidade</b> , Jornal da Família, Aracaju- Sergipe, 18 de maio de 1998. Ano XXVII n. 7.753p. 04 e 05.
ORGASMO perigoso. <b>Jornal da Cidade</b> , Jornal da Família - Capa, Aracaju- Sergipe, 01 de junho de 1998. Ano XXVII n. 7.765.
SERGIPANOS fazem fila atrás do remédio da impotência. <b>Jornal da Cidade</b> , Capa, Aracaju- Sergipe, 02 de junho de 1998. Ano XXVII n. 7.766
VIAGRA. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 02 de junho de 1998. Ano XXVII n. 7.766 p. 09.
O SEXO e as crianças. <b>Jornal da Cidade</b> , Jornal da Família – Capa, Aracaju- Sergipe, 06 de julho de 1998. Ano XXVII n. 7.793.
DE ONDE vem o desejo sexual masculino. <b>Jornal da Cidade</b> , Jornal da Família – Vida íntima, Aracaju- Sergipe, 06 de julho de 1998. Ano XXVII n. 7.793 p. 02.
AULAS dramatizam as dúvidas sexuais dos alunos. <b>Jornal da Cidade</b> , Jornal da Família, Aracaju- Sergipe, 06 de julho de 1998. Ano XXVII n. 7.793 p. 02.
QUANDO a paixão questiona a identidade sexual. <b>Jornal da Cidade</b> , Jornal da Família – vida íntima, Aracaju- Sergipe, 13 de julho de 1998. Ano XXVII n. 7.798 p. 02.
A ILUSÃO da prostituição infantil. <b>Jornal da Cidade</b> , Brasil, Aracaju- Sergipe, 27 de julho de 1998. Ano XXVII n. 7.810 p. 08.
O MOMENTO certo para definir a sexualidade. <b>Jornal da Cidade</b> , Jornal da Família – Vida íntima, Aracaju- Sergipe, 17 de agosto de 1998. Ano XXVII n. 7.828 p.

02.
MUITO saber, pouco desejo. <b>Jornal da Cidade</b> , Jornal da Família - Capa, Aracaju- Sergipe, 11 a 13 de outubro de 1998. Ano XXVII n. 7.876.
SEXO não é prioridade para a mulher intelectual. <b>Jornal da Cidade</b> , Jornal da Família, Aracaju- Sergipe, 11 a 13 de outubro de 1998. Ano XXVII n. 7.876. p.02.
EXIBICIONISMO. <b>Jornal da Cidade</b> , Jornal da Família - Capa, Aracaju- Sergipe, 29 e 30 de novembro de 1998. Ano XXVII n. 7.916.
HOMENS exibicionistas só procuram ajuda diante de situações perigosas. <b>Jornal da Cidade</b> , Jornal da Família, Aracaju- Sergipe, 29 e 30 de novembro de 1998. Ano XXVII n. 7.916. p.02.
QUEM manda na cama? <b>Jornal da Cidade</b> , Jornal da Família – Capa, Aracaju- Sergipe, 08 e 09 de novembro de 1998. Ano XXVII n. 7.898.
HOMENS ficam inseguros diante de mulheres ativas. <b>Jornal da Cidade</b> , Jornal da Família, Aracaju- Sergipe, 08 e 09 de novembro de 1998. Ano XXVII n. 7.898. p. 03.
O PRAZER em casa e a atração por prostitutas. <b>Jornal da Cidade</b> , Jornal da Família, Aracaju- Sergipe, 24 de janeiro de 1999. Ano XXVII n. 7.961 p.02.
O VERÃO das espadas. <b>Jornal da Cidade</b> , Jornal da Família – Capa, Aracaju- Sergipe, 31 de janeiro a 01 de fevereiro de 1999. Ano XXVII n. 7.967.
PRESO por obscenidade com novilha. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 10 de fevereiro de 1999. Ano XXVII n. 7.975 p.15.
PAI gay. <b>Jornal da Cidade</b> , Sociedade Nacional – Ricardo Boechat, Aracaju- Sergipe, 04 de março de 1999. Ano XXVIII n. 7.992 p.05.
SE entra na rota do turismo sexual. <b>Jornal da Cidade</b> , Capa, Aracaju- Sergipe, 21 e 22 de março de 1999. Ano XXVIII n. 8.006.
CRIANÇAS se prostituem na orla. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidade, Aracaju- Sergipe, 21 e 22 de março de 1999. Ano XXVIII n. 8.006 p.09.
SEXO e sexualidade. <b>Jornal da Cidade</b> , Opinião –



Jacome Góis, Aracaju- Sergipe, 29 de março de 1999. Ano XXVIII n. 8.012 p.12.
O COMPLICADO sexo. <b>Jornal da Cidade</b> , Sociedade & Variedade, Aracaju- Sergipe, 30 de março de 1999. Ano XXVIII n. 8.013 p.19.
OS GAYS além do clichê do carnaval. <b>Jornal da Cidade</b> , Entrevista, Aracaju- Sergipe, 06 e 07 de junho de 1999. Ano XXVIII n. 8.069. p. 08.
O TEMPO do amor. <b>Jornal da Cidade</b> , Jornal da Família – Capa, Aracaju- Sergipe, 04 e 05 de julho de 1999. Ano XXVIII n. 8.092.
PSICOTERAPIA diminui a ansiedade no ato sexual. <b>Jornal da Cidade</b> , Jornal da Família, Aracaju- Sergipe, 04 e 05 de julho de 1999. Ano XXVIII n. 8.092. p. 02.
JOVEM é feliz depois dos 40. <b>Jornal da Cidade</b> , Jornal da Família, Aracaju- Sergipe, 08 de agosto de 1999. Ano XXVIII n. 8.121. p. 03.
SERRA critica gravidez de Xuxa. <b>Jornal da Cidade</b> , Brasil, Aracaju- Sergipe, 11 de agosto de 1999. Ano XXVIII n. 8.123. p. 08.
O FEMININO nosso de cada dia. <b>Jornal da Cidade</b> , Opinião, Aracaju- Sergipe, 12 de agosto de 1999. Ano XXVIII n. 8.124. p. 06.
CAMPANHA para uso da camisinha feminina. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 20 de agosto de 1999. Ano XXVIII n. 8.131. p. 02.
A NOVA produção independente. <b>Jornal da Cidade</b> , Jornal da Família – Capa, Aracaju- Sergipe, 29 de agosto de 1999. Ano XXVIII n. 8.139.
OS DANOS provocados pela ausência do pai. <b>Jornal da Cidade</b> , Jornal da Família, Aracaju- Sergipe, 29 de agosto de 1999. Ano XXVIII n. 8.139. p. 02.
UM SURTO lésbico literário. <b>Jornal da Cidade</b> , Caderno mais, Aracaju- Sergipe, 05 de setembro de 1999. Ano XXVIII n. 8.145. p. 07.
A CAMISINHA feminina. <b>Jornal da Cidade</b> , Jornal da Família – Capa, Aracaju- Sergipe, 05 de setembro de 1999. Ano XXVIII n. 8.145.
A SEXUALIDADE I. <b>Jornal da Cidade</b> , Opinião, Aracaju- Sergipe, 14 de setembro de 1999. Ano XXVIII

n. 8.151. p. 06.
A SEXUALIDADE II. <b>Jornal da Cidade</b> , Opinião, Aracaju- Sergipe, 15 de setembro de 1999. Ano XXVIII n. 8.152. p. 06.
CAMINHONEIRO resiste à camisinha. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades – Caderno B – Capa, Aracaju- Sergipe, 30 de setembro de 1999. Ano XXVIII n. 8.116.
SEM dinheiro para camisinha. <b>Cidades</b> , Aracaju- Sergipe, 03 e 04 de outubro de 1999. Ano XXVIII n. 8.168. p. 03.
O NOVO pai descasado. <b>Jornal da Família</b> – Capa, Aracaju- Sergipe, 03 e 04 de outubro de 1999. Ano XXVIII n. 8.168.
COMANDO da PM garante não tem gay na policia. Capa, Aracaju- Sergipe, 10 e 11 de outubro de 1999. Ano XXVIII n. 8.174.
VELHAS ideias cercam homossexuais. <b>Cidades</b> , Aracaju- Sergipe, 10 e 11 de outubro de 1999. Ano XXVIII n. 8.174. p. 11
MINHA MÃE é sensual. <b>Jornal da Família</b> - Capa, Aracaju- Sergipe, 24 de outubro de 1999. Ano XXVIII n. 8.185.
AS DIFICULDADES dos filhos de quem posa nua. <b>Jornal da Família</b> , Aracaju- Sergipe, 24 de outubro de 1999. Ano XXVIII n. 8.185 p. 02.
CAFUNÉ e gineceu lésbico. <b>Cidades</b> , Aracaju- Sergipe, 31 de outubro de 1999. Ano XXVIII n. 8.191 p.02.
O NOVO Don Juan. <b>Jornal da Família</b> - Capa, Aracaju- Sergipe, 31 de outubro de 1999. Ano XXVIII n. 8.191.
HOMENS não querem ser só objeto. <b>Jornal da Família</b> , Aracaju- Sergipe, 31 de outubro de 1999. Ano XXVIII n. 8.191 p. 02.
HOMENS e mulheres em busca do amor. <b>Cidades</b> , Aracaju- Sergipe, 07 e 08 de novembro de 1999. Ano XXVIII n. 8.196 p.10.
AMOR às escondidas. <b>Jornal da Família</b> - Capa, Aracaju- Sergipe, 21 de novembro de 1999. Ano XXVIII n. 8.207.
DE FANTASIA sexual a uma intensa paixão. <b>Jornal da Família</b> , Aracaju- Sergipe, 28 e 29 de novembro de 1999.

Ano XXVIII n. 8.213 p.02
CONCURSO Pantera gay será hoje. Sociedade & Variedade, Aracaju- Sergipe, 04 de dezembro de 1999. Ano XXVIII n. 8.218. p. 04.
INICIAÇÃO sexual precoce. <b>Jornal da Família</b> - Capa, Aracaju- Sergipe, 05 e 06 de dezembro de 1999. Ano XXVIII n. 8.219.
ABERTURA sexual. A reportagem que não foi escrita, Aracaju- Sergipe, 11 de dezembro de 1999. Ano XXVIII n. 8.223 p. 03.
PARA desfilar no bloco das cajuranas tem que ser machão ou gay encubado. Capa, Aracaju- Sergipe, 16 de dezembro de 1999. Ano XXVIII n. 8.227.
PSICOLOGA vai falar sobre exercício da sexualidade. <b>Jornal da Cidade</b> , Sociedade & Variedade, Aracaju- Sergipe, 03 de março de 2000. Ano XXIX n. 8.294. p.04.
OS ADITIVOS do amor. <b>Jornal da Cidade</b> , Jornal da Família - Capa, Aracaju- Sergipe, 12 de março de 2000. Ano XXIX n. 8.299.
ESPECIALISTAS recomendam a psicoterapia <b>Jornal da Cidade</b> , Jornal da Família - Capa, Aracaju- Sergipe, 12 de março de 2000. Ano XXIX n. 8.299. p. 02.
A FALTA que o sexo faz. <b>Jornal da Cidade</b> , Jornal da Família - Capa, Aracaju- Sergipe, 30 de abril de 2000. Ano XXIX n. 8.341.
A VISÃO do prazer. <b>Jornal da Cidade</b> , Jornal da Família - Capa, Aracaju- Sergipe, 28 e 29 de maio de 2000. Ano XXIX n. 8.364.
VIVA a diferença. <b>Jornal da Cidade</b> , Jornal da Família - Capa, Aracaju- Sergipe, 04 de junho de 2000. Ano XXIX n. 8.370.
PESQUISA revela a distinção sexual no cérebro. <b>Jornal da Cidade</b> , Jornal da Família, Aracaju- Sergipe, 04 de junho de 2000. Ano XXIX n. 8.370. p.02.
CABO é expulso da PM por posar nu. <b>Jornal da Cidade</b> , Sociedade Nacional, Aracaju- Sergipe, 09 de junho de 2000. Ano XXIX n. 8.374. p. 05.
A VOLTA da mulherzinha. <b>Jornal da Cidade</b> , Jornal da Família - Capa, Aracaju- Sergipe, 25 de junho de 2000. Ano XXIX n. 8.387.

TRAVESTIS de Sergipe são explorados na Europa. <b>Jornal da Cidade</b> , Capa, Aracaju- Sergipe, 18 e 19 de junho de 2000. Ano XXIX n. 8.382.
SERGIPE é exportador de travestis. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 18 e 19 de junho de 2000. Ano XXIX n. 8.382. p. 07.
SERGIPANO usa e abusa do erotismo. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 09 e 10 de julho de 2000. Ano XXIX n. 8.399. p. 02.
HOMOSSEXUALISMO e noticia. <b>Jornal da Cidade</b> , Opinião, Aracaju- Sergipe, 29 de agosto de 2000. Ano XXIX n. 8.442. p. 02.
PROBLEMAS dos sexos (I). <b>Jornal da Cidade</b> , Opinião, Aracaju- Sergipe, 28 de setembro de 2000. Ano XXIX n. 8.467. p.04.
PROBLEMAS dos sexos (II). <b>Jornal da Cidade</b> , Opinião, Aracaju- Sergipe, 29 de setembro de 2000. Ano XXIX n. 8.468. p.06.
SOLDADO homossexual está de volta á PM. <b>Jornal da Cidade</b> . Sociedade- Nacional Aracaju- Sergipe, 11 de novembro de 2000. Ano XXIX n. 8.504. p.05.
PROSTITUTAS de Sergipe não querem o INSS. <b>Jornal da Cidade</b> . Cidade Aracaju- Sergipe, 24 de novembro de 2000. Ano XXIX n. 8.514. p.02.
ELES só amam as gordinhas. <b>Jornal da Cidade</b> . Jornal da Família Capa Aracaju- Sergipe, 26 e 27 de novembro de 2000. Ano XXIX n. 8.516.
HOMENS rejeitam mulher masculina. <b>Jornal da Cidade</b> . Jornal da Família Aracaju- Sergipe, 26 e 27 de novembro de 2000. Ano XXIX n. 8.516. p.02.
MIL beijos essa noite, Jornal da Família Capa Aracaju- Sergipe, 10 de dezembro de 2000. Ano XXIX n. 8.527.
NOVOS ritos de passagem para a maturidade. <b>Jornal da Cidade</b> Jornal da Família Aracaju- Sergipe, 10 de dezembro de 2000. Ano XXIX n. 8.527. p.04.
ASSÉDIO sexual dá cadeia. <b>Jornal da Cidade</b> , Caderno de variedades - Capa, Aracaju- Sergipe, 20 de janeiro de 2001. Ano XXIX n. 8.560.
PAPÉIS trocados. <b>Jornal da Cidade</b> , Jornal da Família - Capa, Aracaju- Sergipe, 11 de fevereiro de 2001. Ano

XXIX n. 8.578.
EM CADA RELAÇÃO um transtorno social e afetivo, <b>Jornal da Cidade</b> , Jornal da Família, Aracaju- Sergipe, 08 e 09 de abril de 2001. Ano XXX n. 8.625. p.02.
CAMISINHA falsa não preocupa sergipanos, <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 11 de abril de 2001. Ano XXX n. 8.627. p.03.
AMOR entre iguais. <b>Jornal da Cidade</b> , Sociedade & Variedade, Aracaju- Sergipe, 23 de maio de 2001. Ano XXX n. 8.661. p. 03.
A ANGÚSTIA e a dor diante de um amor reprimido. <b>Jornal da Cidade</b> , Jornal da Família - Vida íntima, Aracaju- Sergipe, 27 e 28 de maio de 2001. Ano XXX n. 8.665. p. 02.
QUANDO o sexo é uma ameaça á afetividade. <b>Jornal da Cidade</b> , Jornal da Família, Aracaju- Sergipe, 10 e 11 de junho de 2001. Ano XXX n. 8.677. p. 02.
INFIDELIDADE conjugal I. <b>Jornal da Cidade</b> , Sociedade - Variedades. Aracaju- Sergipe, 12 de junho de 2001. Ano XXX n. 8.678. p. 03.
INFIDELIDADE conjugal II, <b>Jornal da Cidade</b> , Sociedade – Variedades, Aracaju- Sergipe, 13 de junho de 2001. Ano XXX n. 8.679. p. 03.
PROSTITUTAS e gays prejudicados. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 28 de agosto de 2001. Ano XXX n. 8.762. p.03.
MENINOS vendem corpo por até R\$ 10. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 02 e 03 de setembro de 2001. Ano XXX n. 8.748. p.03.
QUANDO a melhor opção é a que traz felicidade. <b>Jornal da Cidade</b> , Jornal da Família Vida Íntima, Aracaju- Sergipe, 14 e 15 de outubro de 2001. Ano XXX n. 8.782 .p. 02 .
A CORRIDA do prazer <b>Jornal da Cidade</b> , Jornal da Família Capa, Aracaju- Sergipe, 04 e 05 de novembro de 2001. Ano XXX n. 8.798.
A MULHER avança no sexo e o homem recua <b>Jornal da Cidade</b> , Jornal da Família, Aracaju- Sergipe, 18 e 19 de novembro de 2001. Ano XXX n. 8.809. p. 02.
A HORA do sexo. <b>Jornal da Cidade</b> , Jornal da Família

Capa, Aracaju- Sergipe, 18 e 19 de novembro de 2001. Ano XXX n. 8.809.
PROSTITUIÇÃO infantil desafia a justiça. <b>Jornal da Cidade</b> , Caderno B Capa, Aracaju- Sergipe, 02 e 03 de dezembro de 2001. Ano XXX n. 8.821.
IGNORÂNCIA leva á perda do pênis <b>Jornal da Cidade</b> , Caderno B Capa, Aracaju- Sergipe, 13 de dezembro de 2001. Ano XXX n. 8.824.
<b>VIOLÊNCIA CONTRA GAYS</b>
LÍDER gay contrata segurança. <b>Jornal da Cidade</b> , Nacional, Aracaju- Sergipe, 20 de maio de 1995. Ano XXIII n. 6.856.
CRESCENTE índice de crimes contra gays. <b>Jornal da Cidade</b> , Local, Aracaju- Sergipe, 03 de outubro de 1995. Ano XXIII n. 6.964. p. 09.
CIUME leva homossexual matar parceiro. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidade – Violência, Aracaju- Sergipe, 30 de maio de 1996. Ano XXV n. 7.163. p.15.
CARTILHA vai orientar gays de Brasília. <b>Jornal da Cidade</b> , Sociedade Nacional, Aracaju- Sergipe, 17 de julho de 1996. Ano XXV n. 7.202 <b>Cidades</b> .p. 05.
GAY é assassinado com golpe de faca. <b>Jornal da Cidade</b> , Brasil, Aracaju- Sergipe, 25 de julho de 1996. Ano XXV n. 7.209. p. 08.
HOMOSSEXUAL sofrem ainda com preconceito. <b>Jornal da Cidade</b> , Local, Aracaju- Sergipe, 01 de janeiro de 1997. Ano XXV n. 7.343. p. 02.
FILME de Jabor faz um alerta homossexual. <b>Jornal da Cidade</b> , Sociedade & Variedade, Aracaju- Sergipe, 13 de junho de 1997. Ano XXVI n. 7.475. p. 13.
DELEGACIA da mulher atende homossexual. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 28 de junho de 1997. Ano XXVI n. 7.487. p. 15.
CABELEIREIRO esta há três dias desaparecido. <b>Jornal da Cidade</b> , Policia, Aracaju- Sergipe, 15 de agosto de 1997. Ano XXVI n. 7.527. p. 15.
CABELEIREIRO foi vítima de latrocínio. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidade - Policia, Aracaju- Sergipe, 19 de agosto de 1997. Ano XXVI n. 7.530. p.16.
GAY conta seu drama para conseguir motel. <b>Jornal da</b>

<b>Cidade</b> , Social – variedades, Aracaju- Sergipe, 09 de janeiro de 1998. Ano XXVII n. 7.649 p.03.
GAROTO de programa mata Lisboa. <b>Jornal da Cidade</b> , Capa, Aracaju- Sergipe, 28 de julho de 1998. Ano XXVII n. 7.811.
LISBOA é morto com 14 facadas. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 28 de julho de 1998. Ano XXVII n. 7.811 p. 14.
PM pode ter participado do assassinato de Lisboa. <b>Jornal da Cidade</b> , Capa Aracaju- Sergipe, 29 de julho de 1998. Ano XXVII n. 7.812.
PM é envolvido na morte de Lisboa. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidade, Aracaju- Sergipe, 29 de julho de 1998. Ano XXVII n. 7.812. p.15.
PRESOS os assassinos de Lisboa. <b>Jornal da Cidade</b> , Capa, Aracaju- Sergipe, 30 de julho de 1998. Ano XXVII n. 7.813.
SAI retrato falado do criminoso. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 30 de julho de 1998. Ano XXVII n. 7.813. p.13.
COADJUVANTE do assassinato é preso. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 31 de julho de 1998. Ano XXVII n. 7.814. p.14.
HOMOSSEXUAL é assassinado em Tobias Barreto. <b>Jornal da Cidade</b> , Capa, Aracaju- Sergipe, 15 de agosto de 1998. Ano XXVII n. 7.827.
ASSASSINATO enluta Tobias Barreto. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 15 de agosto de 1998. Ano XXVII n. 7.827 p. 15.
ASSASSINO de Lisboa é morto em acidente. <b>Jornal da Cidade</b> , Capa, Aracaju- Sergipe, 30 de setembro de 1998. Ano XXVII n. 7.865.
MANIACO que matou Lisboa morre em batida. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 30 de setembro de 1998. Ano XXVII n. 7.865 p. 14.
PRESO o assassino de cabeleireiro. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 02 de dezembro de 1998. Ano XXVII n. 7.918. p.15.
DEZ homossexuais mortos em 7 meses. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 11 de março de 1999.

Ano XXVIII n. 7.998 p.13.
CASAL gay punido por um beijo. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 21 de julho de 1999. Ano XXVIII n. 8.105. p.02.
HOMOSSEXUAL é assassinado a facadas. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 22 e 23 de agosto de 1999. Ano XXVIII n. 8.133. p. 05.
BRIGA de gays pára na policia. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 09 de setembro de 1999. Ano XXVIII n. 8.147. p. 05.
CONTRA gays. <b>Cinform</b> , Aracaju – Sergipe, Opinião, 01 a 07 de novembro de 1999. Ano XVII n. 864 p. 03.
HOMOSSEXUAL é morto a pauladas em São Cristóvão. <b>Cidades</b> , Aracaju- Sergipe, 19 e 20 de dezembro de 1999. Ano XXVIII n. 8.230. p. 07.
HOMOSSEXUAIS estão sofrendo com golpes. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 09 e 10 de janeiro de 2000. Ano XXVIII n. 8.258 p. 05.
67 gays foram assassinados em Sergipe. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 06 de julho de 2000. Ano XXIX n. 8.396. p. 05.
PRESIDIARIA tenta suicídio por causa da namorada. <b>Jornal da Cidade</b> , Capa, Aracaju- Sergipe, 26 de julho de 2000. Ano XXIX n. 8.413.
PRESIDIARIA atea fogo no corpo. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 26 de julho de 2000. Ano XXIX n. 8.413. p. 05.
MORRE detenta que ateu fogo no corpo. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 23 de agosto de 2000. Ano XXIX n. 8.437. p. 05.
PROFESSOR de redação é assassinado a facadas e tem corpo carbonizado. <b>Jornal da Cidade</b> , Capa, Aracaju- Sergipe, 17 e 18 de dezembro de 2000. Ano XXIX n. 8.533.
PROFESSOR do sala 1 foi assassinado e queimado. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidade, Aracaju- Sergipe, 17 e 18 de dezembro de 2000. Ano XXIX nº 8.533. p. 5.
CRIME e investigado. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidade, Aracaju- Sergipe, 19de dezembro de 2000. Ano XXIX n. 8.534. p. 5.



71 GAYS assassinados de 1983 até este ano. <b>Jornal da Cidade</b> , Capa Caderno B Aracaju- Sergipe, 20 de dezembro de 2000. Ano XXIX n. 8.535.
ASSASSINATO pode ter sido passional. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades Aracaju- Sergipe, 20 de dezembro de 2000. Ano XXIX n. 8.535. p.05.
GAYS dão basta á violência. <b>Jornal da Cidade</b> , Caderno B Capa Aracaju- Sergipe, 22 de dezembro de 2000. Ano XXIX n. 8.537.
POLICIA sabe quem matou o professor de redação. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades. Aracaju- Sergipe, 29 de dezembro de 2000. Ano XXIX n. 8.542. p.05.
PROFESSOR do SENAC é assassinado. <b>Jornal da Cidade</b> , Caderno B - Capa, Aracaju- Sergipe, 10 de janeiro de 2001. Ano XXIX n. 8.551.
PROFESSOR do SENAC é achado morto. <b>Jornal da Cidade</b> , Capa, Aracaju- Sergipe, 10 de janeiro de 2001. Ano XXIX n. 8.551.
GAROTOS de programa negam fama de violento. <b>Jornal da Cidade</b> , Capa, Aracaju- Sergipe, 21 e 22 de janeiro de 2001. Ano XXIX n. 8.561.
GAROTOS de programa negam violência. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 21 e 22 de janeiro de 2001. Ano XXIX n. 8.561. p. 03.
COMBATE à violência contra gays. <b>Jornal da Cidade</b> , Caderno B - Capa, Aracaju- Sergipe, 14 de março de 2001. Ano XXX n. 8.603.
GAROTO de programa é preso por assassinato, <b>Jornal da Cidade</b> , Capa, Aracaju- Sergipe, 08 de maio de 2001. Ano XXX n. 8.648.
PMS matam um travesti por engano <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 04 e 05 de novembro de 2001. Ano XXX n. 8.798. p. 05.
<b>MOVIMENTO GAY</b>
GAYS e lésbicas se reúnem em Curitiba. <b>Jornal da Cidade</b> , Caderno B - Capa, Aracaju- Sergipe, 27 de janeiro de 1995. Ano XXII n. 6.765.
DELEGAÇÃO do dialogay vai à Olimpíada no Rio. <b>Jornal da Cidade</b> , Local, Aracaju- Sergipe, 10 de junho de 1995. Ano XXIII n. 6.874. p.09.

CORRIDA. <b>Jornal da Cidade</b> , Capa, Aracaju- Sergipe, 17 de agosto de 1995. Ano XXIII n. 6.930
GRUPO dialogay reivindica a legalização. <b>Jornal da Cidade</b> , Local, Aracaju- Sergipe, 05 de julho de 1995. Ano XXIII n. 6.893. p. 05.
GRUPO dos gays não aceita discriminação. <b>Jornal da Cidade</b> , Local, Aracaju- Sergipe, 23 de julho de 1995. Ano XXIII n. 6.909. p. 07.
GRUPO institui símbolo com triângulo rosa. <b>Jornal da Cidade</b> , Local, Aracaju- Sergipe, 22 de outubro de 1995. Ano XXIII n. 6.985. p. 07.
GAYS fazem lobby defendendo projeto. <b>Jornal da Cidade</b> , Brasil, Aracaju- Sergipe, 30 de maio de 1996. Ano XXV n. 7.163. p.08.
CASAMENTO entre gays e as eleições nos EUA. <b>Jornal da Cidade</b> , Internacional, Aracaju- Sergipe, 21 de maio de 1996. Ano XXV n. 7.155. p. 07.
BAILE das atrizes será neste sábado. <b>Jornal da Cidade</b> , Variedades, Aracaju- Sergipe, 29 de janeiro de 1997. Ano XXVI n. 7.366. p.11.
GAYS fazem uma marcha de protesto. <b>Jornal da Cidade</b> , Nacional, Aracaju- Sergipe, 30 de junho de 1997. Ano XXVI n. 7.488. p. 08.
DIALOGAY realizará passeata. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidade Local, Aracaju- Sergipe, 20 de julho de 1996. Ano XXV n. 7.205. p. 10.
MOVIMENTO GLS promove excursão. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidade Local, Aracaju- Sergipe, 23 de julho de 1996. Ano XXV n. 7.207. p. 10.
HOMOSSEXUAIS são bandeira de candidata. <b>Jornal da Cidade</b> , Política Local, Aracaju- Sergipe, 29 de setembro de 1996. Ano XXV n. 7.266. p. 03.
ARACAJUANOS aprovam a união homossexual. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidade, Aracaju- Sergipe, 29 de setembro de 1996. Ano XXV n. 7.266. p. 15.
O DIREITO de casar. <b>Jornal da Cidade</b> , Capa – Jornal da Família, Aracaju- Sergipe, 25 de agosto de 1996. Ano XXV n. 7.236.
DIREITO a bens tem precedentes judiciais. <b>Jornal da Cidade</b> , Jornal da Família, Aracaju- Sergipe, 25 de

agosto de 1996. Ano XXV n. 7.236. p. 02.
DETALHE burocrático tira Lisboa do páreo. <b>Jornal da Cidade</b> , Política Local, Aracaju- Sergipe, 01 de setembro de 1996. Ano XXV n. 7.242. p. 03.
DIALOGAY elege hoje nova diretoria. <b>Jornal da Cidade</b> , Variedades, Aracaju- Sergipe, 05 de outubro de 1996. Ano XXV n. 7.271. p. 11.
DELEGACIA atenderá os homossexuais. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 08 de dezembro de 1996. Ano XXV n. 7.323. p.15.
PORQUE sou a favor da união homossexual. <b>Jornal da Cidade</b> , Opinião, Aracaju- Sergipe, 23 de abril de 1997. Ano XXVI n. 7.433. p. 12.
EX-MILITAR gay e o toque de silêncio. <b>Jornal da Cidade</b> , Sociedade Nacional, Aracaju- Sergipe, 09 de maio de 1997. Ano XXVI n. 7.446. p. 05.
DIA da consciência homossexual. <b>Jornal da Cidade</b> , Opinião, Aracaju- Sergipe, 28 de junho de 1997. Ano XXVI n. 7.487. p. 12.
GAY quer direito ao alistamento. <b>Jornal da Cidade</b> , Variedades, Aracaju- Sergipe, 12 de julho de 1997. Ano XXVI n. 7.498. p.11.
HOMOSSEXUAL debate a reabertura do dialogay. <b>Jornal da Cidade</b> , Variedade, Aracaju- Sergipe, 12 de agosto de 1997. Ano XXVI n. 7.524. p. 15.
CORRIDA gay anima o Bugio neste domingo. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 15 de setembro de 1997. Ano XXVI n. 7.553. p.15.
DIALOGAY faz balanço positivo do ano de 97. <b>Jornal da Cidade</b> , Variedades, Aracaju- Sergipe, 27 de dezembro de 1997. Ano XXVI n. 7.639. p.11.
BAILE das atrizes será amanhã. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 13 de fevereiro de 1998. Ano XXVII n. 7.679 p.11.
DIALOGAY festeja 17 anos esse mês. <b>Jornal da Cidade</b> , Variedades, Aracaju- Sergipe, 10 de março de 1998. Ano XXVII n. 7.698 p.17.
HOMOSSEXUAIS cobram da SSP punição para crimes. <b>Jornal da Cidade</b> , Capa, Aracaju- Sergipe, 04 de agosto de 1998. Ano XXVII n. 7.817.

JÁ são 5 homossexuais mortos este ano. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 04 de agosto de 1998. Ano XXVII n. 7.817 p. 14.
DIALOGAY encerra parada gay com debate. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 22 de setembro de 1998. Ano XXVII n. 7.858 p. 11.
BAILE faz homenagem a Lisboa. Variedades, Aracaju- Sergipe, 28 de janeiro de 1999. Ano XXVII n. 7.964 p.15.
FESTA gay vira polêmica. <b>Jornal da Cidade</b> , Nacional, Aracaju- Sergipe, 01 de junho de 1999. Ano XXVIII n. 8.065. p. 07.
TRAVESTIS defendem seus direitos. <b>Jornal da Cidade</b> , Sociedade Nacional, Aracaju- Sergipe, 11 de junho de 1999. Ano XXVIII n. 8.073. p. 05.
ITABAIANA realiza parada gay. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 12 de agosto de 1999. Ano XXVIII n. 8.124. p. 04.
HOMOSSEXUAIS fazem mais um protesto. <b>Jornal da Cidade</b> , cidades, Aracaju- Sergipe, 13 de agosto de 1999. Ano XXVIII n. 8.125. p. 03.
GAYS fazem protesto contra violência. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 22 e 23 de agosto de 1999. Ano XXVIII n. 8.133. p. 05.
OS GAYS enrustidos. <b>Jornal da Cidade</b> , sociedade e variedade Aracaju- Sergipe, 7 e setembro de 1999. Ano XXVIII n. 8.146. p. 03.
TRAVESTIS lutam contra preconceitos. <b>Cidades</b> , Aracaju- Sergipe, 25 de novembro de 1999. Ano XXVIII n. 8.210. p. 03.
Foto 8 – CAJURANAS acusados de discriminação. <b>Cidades</b> , Aracaju- Sergipe, 19 e 20 de dezembro de 1999. Ano XXVIII n. 8.230.
VIÚVO homossexual tem pensão do INSS. <b>Jornal da Cidade</b> , Sociedade Nacional, Aracaju- Sergipe, 09 de junho de 2000. Ano XXIX n. 8.374. p. 05.
COMUNIDADE gay. <b>Jornal da Cidade</b> , Sociedade – Osmário Santos, Aracaju- Sergipe, 09 de junho de 2000. Ano XXIX n. 8.374. p. 04.
HOMOSSEXUAIS comemoram dia mundial. <b>Jornal da</b>

<b>Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 28 de junho de 2000. Ano XXIX n. 8.389. p. 02.
HOMOSSEXUAIS insistem em ação contra o papa. <b>Jornal da Cidade</b> , Internacional, Aracaju- Sergipe, 19 de julho de 2000. Ano XXIX n. 8.407. p. 07.
COMEÇA seminário do grupo dialogay. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 05 de agosto de 2000. Ano XXIX n. 8.422. p. 03.
DIALOGAY lança documento sobre violência em Sergipe. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 07 e 08 de setembro de 2000. Ano XXIX n. 8.450. p.05.
JUSTIÇA faz a união de homossexuais. <b>Jornal da Cidade</b> . Cidade Aracaju- Sergipe, 17 de novembro de 2000. Ano XXIX n. 8.508. p.03.
HOMOSSEXUAIS estão reunidos em Aracaju. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 22 de fevereiro de 2001. Ano XXIX n. 8.588. p. 02.
GRUPO gay faz censo em AL. <b>Jornal da Cidade</b> , Brasil - Mundo, Aracaju- Sergipe, 02 de março de 2001. Ano XXIX n. 8.598. p. 05.
MANIFESTAÇÃO marca o Dia Mundial do orgulho gay. <b>Jornal da Cidade</b> , Capa, Aracaju- Sergipe, 29 de junho de 2001. Ano XXX n. 8.692.
DIALOGAY faz ato e lança campanha. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 29 de junho de 2001. Ano XXX n. 8.692. p. 02.
LÉSBICAS comemoram data <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 23 de agosto de 2001. Ano XXX n. 8.739. p.02.
EVENTO para homossexuais é vetado por cinema. <b>Jornal da Cidade</b> , Capa, Aracaju- Sergipe, 18 de dezembro de 2001. Ano XXX n. 8.834.
FESTA do dialogay é barrada. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 18 de dezembro de 2001. Ano XXX n. 8.834. p.02.
<b>JUDICIÁRIO</b>
SERGIPE é destaque no judiciário. <b>Jornal da Cidade</b> , Sociedade Nacional, Aracaju- Sergipe, 05 de abril de 1997. Ano XXV n. 7.419. p.05.
<b>VIOLÊNCIA</b>

MULHERES são vitimas de violência. <b>Jornal da Cidade</b> , Capa, Aracaju- Sergipe, 01 de janeiro de 1997. Ano XXV n. 7.343.
EXTERMINIO em Sergipe já é superior a Alagoas. <b>Jornal da Cidade</b> , Capa, Aracaju- Sergipe, 05de abril de 1997. Ano XXVI n. 7.420.
MAPEAMENTO da violência e do crime. <b>Jornal da Cidade</b> , Policia, Aracaju- Sergipe, 06 de abril de 1997. Ano XXVI n. 7.420. p. 08.
POLICIA daqui também agride e mata <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 05 de abril de 1997. Ano XXVI n. 7.419. p.15.
MARCAS do ódio. <b>Jornal da Cidade</b> , Jornal da Família - Capa, Aracaju- Sergipe, 20 de outubro de 1997. Ano XXVI n. 7.583.
PADRASTO é quem mais mata. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 27 de julho de 1998. Ano XXVII n. 7.810 p. 09.
CAPITÃO acusado de traficar drogas em shows se suicida. <b>Jornal da Cidade</b> , Capa, Aracaju- Sergipe, 31 de agosto de 1999. Ano XXVIII n. 8.140.
CAPITÃO acusado de trafico se mata. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 31 de agosto de 1999. Ano XXVIII n. 8.140. p. 02.
JUIZA ameaçada de morte responsabiliza promotor. <b>Jornal da Cidade</b> , Sociedade Nacional, Aracaju- Sergipe, 11 de setembro de 1999. Ano XXVIII n. 8.149. p. 05.
94% dos crimes são por futilidades. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 24 de janeiro de 2000. Ano XXVIII n. 8.260 p. 06.
CRIMES fúteis e impunidade. <b>Jornal da Cidade</b> , Opinião, Aracaju- Sergipe, 24 de janeiro de 2000. Ano XXVIII n. 8.260 p. 02.
DETENTOS assassinaram Tindô. <b>Jornal da Cidade</b> , Capa – Caderno B, Aracaju- Sergipe, 09 de fevereiro de 2000. Ano XXVIII n. 8.274.
MULHERES espanca maridos, <b>Jornal da Cidade</b> , Capa, Aracaju- Sergipe, 15 e 16 de abril de 2001. Ano XXIX n.

8.630.
MULHERES agride seus companheiros, <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 15 e 16 de abril de 2001. Ano XXIX n. 8.630. p.03.
<b>POLÍTICA</b>
O DIA será normal para o governador. <b>Jornal da Cidade</b> , Variedades, Aracaju- Sergipe, 11 de agosto de 1999. Ano XXVIII n. 8.123. p. 08.
MINISTRO Serra é agora o novo fiscal de Xuxa. <b>Jornal da Cidade</b> , Variedades, Aracaju- Sergipe, 15 e 16 de agosto de 1999. Ano XXVIII n. 8.427. p. 03.
<b>VIOLÊNCIA SEXUAL</b>
MANIACO sexual não foi encontrado pela policia. <b>Jornal da Cidade</b> , Crimes de menores Local, Aracaju- Sergipe, 04 de novembro de 1995. Ano XXIII n. 6.994. p. 07.
TESTEMUNHAS indicam possíveis assassinos. <b>Jornal da Cidade</b> , Investigação Local, Aracaju- Sergipe, 05 de novembro de 1995. Ano XXIII n. 6.995. p. 07.
PRESO o estuprador de menores. <b>Jornal da Cidade</b> , Capa, Aracaju- Sergipe, 09 de novembro de 1995. Ano XXIII n. 6.998.
PRESO estuprador e assassino de jovens. <b>Jornal da Cidade</b> , Local, Aracaju- Sergipe, 09 de novembro de 1995. Ano XXIII n. 6.998. p. 07.
LAVRADOR tenta violentar menor. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidade – Policia, Aracaju- Sergipe, 24 de julho de 1996. Ano XXV n. 7.208. p. 15.
PROFESSOR diz como menor foi trucidada. <b>Jornal da Cidade</b> , Brasil, Aracaju- Sergipe, 20 de setembro de 1996. Ano XXV n. 7.258. p. 08.
OFICIAL é acusado por menor. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidade, Aracaju- Sergipe, 07 de novembro de 1996. Ano XXV n. 7.297. p.15.
MENORES usados em filme pornô. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidade, Aracaju- Sergipe, 11 de dezembro de 1996. Ano XXV n. 7.326. p.15.
PAI de santo preso por raptar menor. <b>Jornal da Cidade</b> , Policia – Cidade, Aracaju- Sergipe, 21 de janeiro de 1997. Ano XXVI n. 7.359. p. 15.

PROFESSOR envolvido em crimes sexuais. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidade, Aracaju- Sergipe, 14 de abril de 1997. Ano XXVI n. 7.426. p. 07.
INQUÉRITO de garçõnete é concluído. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidade, Aracaju- Sergipe, 09 de maio de 1997. Ano XXVI n. 7.446. p. 15.
VITIMAS de erros penitenciários. <b>Jornal da Cidade</b> , Sociedade Nacional, Aracaju- Sergipe, 31 de maio de 1997. Ano XXVI n. 7.464. p. 05.
PROSTITUIÇÃO infantil tem o apoio oficial. <b>Jornal da Cidade</b> , Capa, Aracaju- Sergipe, 07 de julho de 1997. Ano XXVI n. 7.494.
EXPLORAÇÃO sexual. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 07 de julho de 1997. Ano XXVI n. 7.494. p.09.
PRESO por atentado ao pudor. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 07 de julho de 1997. Ano XXVI n. 7.494. p.16.
SSP e PM sabem do abuso sexual a menor. <b>Jornal da Cidade</b> , Capa, Aracaju- Sergipe, 21 de julho de 1997. Ano XXVI n. 7.505.
SSP confirma abuso de policiais. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidade, Aracaju- Sergipe, 21 de julho de 1997. Ano XXVI n. 7.505. p.09
MENINA é violentada e ameaçada pelo padrasto. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidade, Aracaju- Sergipe, 03 e 04 de agosto de 1997. Ano XXVI n. 7.517. p. 16.
O SEXO como agressão. <b>Jornal da Cidade</b> , Jornal da Família – Capa, Aracaju- Sergipe, 25 de agosto de 1997. Ano XXVI n. 7.535.
FEMINISTA que aumentar a pena para o estupro. <b>Jornal da Cidade</b> , Jornal da Família, Aracaju- Sergipe, 25 de agosto de 1997. Ano XXVI n. 7.535. p. 02.
JOVENS teriam trucidado o casal em Santa Luzia. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidade Local, Aracaju- Sergipe, 27 de agosto de 1997. Ano XXVI n. 7.537. p.15.
LAVRADOR atira em parceiro que abusou sexualmente dele. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidade, Aracaju- Sergipe, 17 de outubro de 1997. Ano XXVI n. 7.581. p.06.
CRIANÇA é violentada por menor. <b>Jornal da Cidade</b> ,



Cidades, Aracaju- Sergipe, 19 de novembro de 1997. Ano XXVI n. 7.608. p.14.
PREDADORES sexuais. <b>Jornal da Cidade</b> , Jornal da Família – Capa, Aracaju- Sergipe, 08 de dezembro de 1997. Ano XXVI n. 7.624.
POLICIA de Indiaroba procura estuprador. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 13 de dezembro de 1997. Ano XXVI n. 7.628. p.14.
MIL menores são prostituídas. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 03 de março de 1998. Ano XXVII n. 7.692 p.09.
SERVENTE é violento depois de desacordado. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 04 de março de 1998. Ano XXVII n. 7.693 p.14.
PROSTITUIÇÃO infanto-juvenil. <b>Jornal da Cidade</b> , Opinião, Aracaju- Sergipe, 04 de março de 1998. Ano XXVII n. 7.693 p.02.
SARGENTO é acusado de estupro. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 25 de março de 1998. Ano XXVII n. 7.710 p.14.
HOMEM flagra traição e mata mulher. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 09 de abril de 1998. Ano XXVII n. 7.723 p.13
MENORES estupradas por aposentado. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 03 de julho de 1998. Ano XXVII n. 7.791 p. 15.
VIOLENCIA sexual é praticada em casa. <b>Jornal da Cidade</b> , Capa, Aracaju- Sergipe, 27 de julho de 1998. Ano XXVII n. 7.810.
APOSENTADO é autuado com fotos de meninas. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 31 de julho de 1998. Ano XXVII n. 7.814. p.14.
PARADO caso da criança violentada. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 24 de setembro de 1998. Ano XXVII n. 7.860 p. 13.
CRIANÇA é violentada. <b>Jornal da Cidade</b> , Capa, Aracaju- Sergipe, 23 de setembro de 1998. Ano XXVII n. 7.859.
MENINO é violentado por estranho. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 23 de setembro de 1998. Ano

XXVII n. 7.859 p. 09.
É FLAGRADO após violentar criança. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 02 de setembro de 1998. Ano XXVII n. 7.842 p. 15.
ESTUDANTE é enganado e violentado. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 17 de outubro de 1998. Ano XXVII n. 7.880. p. 15.
PROSTITUIÇÃO de menores. <b>Jornal da Cidade</b> , Opinião, Aracaju- Sergipe, 23 de dezembro de 1998. Ano XXVII n. 7.935. p.02.
GRUPO de travestis curra um lavrador em Estância. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 18 de fevereiro de 1999. Ano XXVII n. 7.980 p.15.
VIOLÊNCIA assusta Santa Cecília. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 12 e 13 de setembro de 1999. Ano XXVIII n. 8.150. p. 05.
MAIS de 2 mil mulheres foram violentadas em 99. <b>Cidades</b> , Aracaju- Sergipe, 05 de novembro de 1999. Ano XXVIII n. 8.194 p.05.
LAVRADOR matou e estuprou estudante. <b>Cidades</b> , Aracaju- Sergipe, 10 de dezembro de 1999. Ano XXVIII n. 8.222 p. 05.
ESTUDANTE tenta molestar menor. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 21 de janeiro de 2000. Ano XXVIII n. 8.258 p. 05.
PF suspeita de pedofilia em Sergipe. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidade – Capa – Caderno B, Aracaju- Sergipe, 03 de fevereiro de 2000. Ano XXVIII n. 8.269.
CRIANÇAS sergipanas podem ter sido usadas em vídeos eróticos. <b>Jornal da Cidade</b> , Capa, Aracaju- Sergipe, 03 de fevereiro de 2000. Ano XXVIII n. 8.269.
CRIANÇA de 5 anos é usada sexualmente. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidade, Aracaju- Sergipe, 15 de fevereiro de 2000. Ano XXVIII n. 8.283. p. 05.
HOMOSSEXUAL é preso por aliciar menor. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 22 de março de 2000. Ano XXIX n. 8.307. p.05.
ESTUPRADOR da zona sul acaba na cadeia. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidade – Capa – Caderno B, Aracaju- Sergipe, 30 de março de 2000. Ano XXIX n. 8.314.

<p>ADOLESCENTE morre em prostíbulo. <b>Jornal da Cidade</b>, Capa – Caderno B, Aracaju- Sergipe, 18 de maio de 2000. Ano XXIX n. 8.355.</p>
<p>MENOR é morta em prostíbulo. <b>Jornal da Cidade</b>, Cidades, Aracaju- Sergipe, 18 de maio de 2000. Ano XXIX n. 8.355. p. 05.</p>
<p>MENORES flagrados em meretrícios na cidade de Canindé. <b>Jornal da Cidade</b>, Capa – Caderno B, Aracaju- Sergipe, 21 e 22 de maio de 2000. Ano XXIX n. 8.358.</p>
<p>MENINAS estão se prostituindo na orla em pleno dia. <b>Jornal da Cidade</b>, Capa – Caderno B, Aracaju- Sergipe, 24 de maio de 2000. Ano XXIX n. 8.360.</p>
<p>BREVES. <b>Jornal da Cidade</b>, Cidades, Aracaju- Sergipe, 27 de junho de 2000. Ano XXIX n. 8.388. p. 05.</p>
<p>ACUSADO de cometer abuso sexual com a neta é preso. <b>Jornal da Cidade</b>, Cidades, Aracaju- Sergipe, 05 de agosto de 2000. Ano XXIX n. 8.422. p. 05.</p>
<p>ACUSADO de abusar de garotos continua preso. <b>Jornal da Cidade</b>, Sociedade Nacional, Aracaju- Sergipe, 06 e 07 de agosto de 2000. Ano XXIX n. 8.423. p. 05.</p>
<p>ESTUPRO é o crime que deixa marcas definitivas. <b>Jornal da Cidade</b>, Capa, Aracaju- Sergipe, 06 e 07 de agosto de 2000. Ano XXIX n. 8.423.</p>
<p>80% dos estupradores são parentes. <b>Jornal da Cidade</b>, Cidades, Aracaju- Sergipe, 06 e 07 de agosto de 2000. Ano XXIX n. 8.423. p. 06.</p>
<p>VIOLENTOU uma menor. <b>Jornal da Cidade</b>, Cidades, Aracaju- Sergipe, 10 de agosto de 2000. Ano XXIX n. 8.426. p. 05.</p>
<p>ESTUPROU criança. <b>Jornal da Cidade</b>, Cidades, Aracaju- Sergipe, 17 de agosto de 2000. Ano XXIX n. 8.432. p. 05..</p>
<p>CRIANÇA de um ano é vítima de violência. <b>Jornal da Cidade</b>, Cidades, Aracaju- Sergipe, 22 de setembro de 2000. Ano XXIX n. 8.462. p.05.</p>
<p>AGRICULTOR é acusado de estupro. <b>Jornal da Cidade</b>. Cidade Aracaju- Sergipe, 06 de outubro de 2000. Ano XXIX n. 8.477. p.05.</p>
<p>ESTUPROU a irmã de dez anos. <b>Jornal da Cidade</b>. Cidade Aracaju- Sergipe, 07 de outubro de 2000. Ano</p>

XXIX n. 8.476. p.04.
ESTUDANTE acusado de estupro é preso. <b>Jornal da Cidade</b> . Cidade Aracaju- Sergipe, 14 de outubro de 2000. Ano XXIX n. 8.481. p.05.
ACUSADO de estupro é preso. <b>Jornal da Cidade</b> . Cidade Aracaju- Sergipe, 20 de outubro de 2000. Ano XXIX n. 8.486. p.05.
PADASTRO é acusado de ter estuprado filha de amante. <b>Jornal da Cidade</b> . Cidade Aracaju- Sergipe, 31 de outubro de 2000. Ano XXIX n. 8.495. p.05.
JORNALISTA é estuprada e assassinada. <b>Jornal da Cidade</b> . Brasil Aracaju- Sergipe, 28 de novembro de 2000. Ano XXIX n. 8.517. p.08.
ESTUDANTE estuprada por homens armados. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 09 de janeiro de 2001. Ano XXIX n. 8.550. p.05.
PADRASO é acusado por estupro. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 06 de fevereiro de 2001. Ano XXIX n. 8.579. p. 5.
EX-PRESIDIÁRIO preso como autor de vários estupros. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 19 de fevereiro de 2001. Ano XXIX n. 8.585. p. 5.
CORPO de estuprador esta no IML. <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 20 de março de 2001. Ano XXX n. 8.608. p.5.
SOFREU assalto e abuso sexual, <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 06 de abril de 2001. Ano XXX n. 8.623. p.5.
PRESO suspeito de violentar criança, <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 13 e 14 de abril de 2001. Ano XXX n. 8.629. p.5.
LAVRADOR é estrangulado por amante dentro de casa, <b>Jornal da Cidade</b> , Cidades, Aracaju- Sergipe, 11 de maio de 2001. Ano XXX n. 8.651. p. 5.
ABUSO sexual contra menores é discutido. <b>Jornal da Cidade</b> . Cidades, Aracaju- Sergipe, 17 de maio de 2001. Ano XXX n. 8.657. p.3.
APOSENTADO é acusado de violentar a enteada, <b>Jornal da Cidade</b> , Capa, Aracaju- Sergipe, 18 de maio de 2001. Ano XXX n. 8.657.

<p>CRIANÇA foi usada sexualmente. <b>Jornal da Cidade</b>, Cidades, Aracaju- Sergipe, 18 de maio de 2001. Ano XXX n. 8.657. p. 5.</p>
<p>GAROTA de 10 anos é violentada e estrangulada. <b>Jornal da Cidade</b>, Capa, Aracaju- Sergipe, 23 de maio de 2001. Ano XXX n. 8.661.</p>
<p>MORTE de menina revolta a comunidade de Areias, <b>Jornal da Cidade</b>, Cidades, Aracaju- Sergipe, 23 de maio de 2001. Ano XXX n. 8.661. p. 5.</p>
<p>VÍTIMA vê estuprador na delegacia <b>Jornal da Cidade</b>, Cidades, Aracaju- Sergipe, 01 e 02 de julho de 2001. Ano XXX n. 8.694. p.7.</p>
<p>CRIANÇA de 6 anos sofre estupro. <b>Jornal da Cidade</b>, Cidades, Aracaju- Sergipe, 07 de julho de 2001. Ano XXX n. 8.699. p.5.</p>
<p>ESTUPROS aumentam 40% em Aracaju. <b>Jornal da Cidade</b>, Cidades, Aracaju- Sergipe, 08 e 09 de julho de 2001. Ano XXX n. 8.700. p.07.</p>
<p>ESTADO não controla a prostituição de menores. <b>Jornal da Cidade</b>, Capa, Aracaju- Sergipe, 02 e 03 de setembro de 2001. Ano XXX n. 8.748.</p>
<p>CRIANÇA vítima de atentado ao pudor. <b>Jornal da Cidade</b>, Cidades, Aracaju- Sergipe, 07 e 08 de setembro de 2001. Ano XXX n. 8.752. p.05.</p>
<p>ESTUDANTE é estuprada por menores. <b>Jornal da Cidade</b>, Cidades, Aracaju- Sergipe, 13 de setembro de 2001. Ano XXX n. 8.756. p. 05.</p>
<p>GANG estupra quatro mulheres. <b>Jornal da Cidade</b>, Capa, Aracaju- Sergipe, 13 de dezembro de 2001. Ano XXX n. 8.830.</p>
<p>QUATRO mulheres são estupradas <b>Jornal da Cidade</b>, Cidades, Aracaju- Sergipe, 13 de dezembro de 2001. Ano XXX n. 8.830. p. 05.</p>
<p>UM ESTUPRO acontece a cada 4 dias em Sergipe. <b>Jornal da Cidade</b>, Cidades, Aracaju- Sergipe, 14 de dezembro de 2001. Ano XXX n. 8.831. p. 05.</p>



## ANEXO – GAY VIVO NÃO DORME COM O INIMIGO

# GAY VIVO NÃO DORME COM O INIMIGO.

## MANUAL DE SOBREVIVÊNCIA

### DICAS PARA EVITAR A VIOLÊNCIA ANTI-GAY.



Evite levar desconhecidos ou garotos de programa para casa. Prefira fazer programas em hotéis, motéis e saunas.



Investigue a vida da pessoa com quem pretende sair. Prefira pessoas indicadas por amigos. Só faça programas com elas depois de ter certeza que são de confiança.



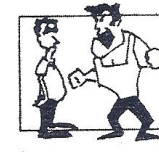
Nunca beba líquidos oferecidos pelo parceiro eventual. A bebida pode conter soníferos.



Se levar alguém para casa, não o esconda do porteiro ou de vizinhos. Eles podem ajudá-lo na hora do perigo.



Se for possível não esconda que é GAY. Isso evita chantagem e extorsão.



Não se sinta inferior. Não se mostre indefeso. Evite demonstrar passividade, medo, submissão. Não cultive o tipo machão, ou pelo menos não mostre que o valoriza.



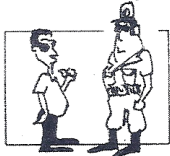
Evite fazer programas com mais de um michê. Antes da transa, acerte todos os detalhes: preço, duração, preferências eróticas (se ele aceita, por exemplo, ser passivo).



Não humilhe o parceiro. Não exiba jóias, riqueza ou símbolos de superioridade que despertem cobiça. O garoto de programa quase sempre é de classe social inferior à sua.



Se o encontro for na sua casa, tranque a porta e esconda a chave. Não deixe armas, facas e objetos perigosos à vista. Você é dono da casa e deve dominar a situação.



Quando for agredido, procure a polícia. Faça boletim de ocorrência, peça exame de corpo de delito e denuncie o caso aos grupos de ativistas homossexuais.

A cada dois dias um homossexual é barbaramente assassinado no Brasil. A maioria das vítimas são homossexuais masculinos (71%), mortos dentro de suas próprias casas (46%), por garotos de programa (84% dos assassinos). 23% são travestis e lésbicas 6% dos casos. São mortes por tiro, perfurações, estrangulamentos e vários tipos de tortura: tesouradas, espancamentos e até castrações. Apesar disso tudo, é comum o acusado ser absolvido na Justiça alegando que matou em legítima defesa da honra. Não deixe que isto aconteça com você. Siga as orientações desse **MANUAL DE SOBREVIVÊNCIA** e saiba como evitar a violência anti-gay.

Este folheto foi produzido pelo **GRUPO DIALOGAY DE SERGIPE**, com apoio do Sindicato dos Bancários de Sergipe. Se você quiser mais informações sobre homossexualidade e prevenção da Aids, escreva para Grupo Dialogay de Sergipe: Cx. Postal 298, CEP 49001-970, Aracaju (SE), ou visite nossa sede: Rua: Santo Amaro, n.º 145, 2.º andar, sala 07, Centro, Aracaju (SE).  
Material reproduzido do **GRUPO GAY DA BAHIA**.